

DIÁRIO OFICIAL



ANO XXXII

ANEXO

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 04 DE FEVEREIRO DE 1997 Nº 23

Tribunal de Justiça

Waldemir analisa primeiro ano de gestão

Recuperação e reconstrução de prédios para melhor funcionamento da Justiça. Esta foi a meta de trabalho anunciada pelo desembargador Waldemir de

mento das Varas e Comarcas veio uma série de inaugurações, tais como a do Fórum de Canhotinho, das reformas realizadas nos Fóruns de Água Preta e São Caetano, além da

de São Sampaio, quando desempenhava a função de corregedor geral da Justiça, na administração passada. Cerca de 3 mil processos estão em andamento naquela Vara,

bretado por comunidades carentes, têm acesso àquela prestação jurisdicional. O objetivo dos Juizados é a resolução rápida de causas cíveis de valores inferiores a 40 salários mínimos.

No Recife, o presidente instalou o Juizado Especial Criminal, também cumprindo determinação da Lei 9.099/95. Funcionando na Ilha do Leite, o Juizado tem competência específica para processar e julgar delitos criminais de menor potencial ofensivo — com pena máxima de privação de liberdade de até um ano. Para essas ações, a legislação concede a possibilidade de acordo entre as partes.

COORDENAÇÃO GERAL

Os Juizados estão subordinados a uma coordenação geral, também criada pela administração Waldemir Lins. Implantada em agosto, a coordenação permite maior autonomia administrativa dos núcleos cíveis e criminais, melhorando a prestação jurisdicional das pequenas causas em todo Estado.

Responsável pela orientação e fiscalização dos Juizados, o setor está apto a tirar dúvidas e a propor soluções permitindo que litígios inferiores e com menor potencial ofensivo sejam resolvidos em menor espaço de tempo. Os Juizados são uma importante meta administrativa do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

TELEJUDICIÁRIO

Parte do programa de ação da Presidência do TJ, o Telejudiciário é um sistema informatizado que, desde abril, vem sendo oferecido ao público atra-

vés do telefone 424.3021. Por ele, podem ser obtidas informações sobre andamento de processos e documentação administrativa do Tribunal de Justiça.

Com o objetivo de aproximar o Judiciário do público, o serviço facilita o acesso às informações. Operado por atendentes treinadas para, num menor espaço de tempo, responderem às indagações do usuário interno e externo, o Telejudiciário exige apenas o fornecimento do nome do autor e/ou réu. Caso o interessado saiba também o número do processo, o atendimento é ainda mais rápido.

CONCURSOS

A administração de Waldemir Lins conta com dois concursos para aumento do número de servidores, visando à melhoria de ações na estrutura do Tribunal de Justiça. O primeiro, já realizado e com tomada dos aprovados, é parte do programa de informatização do TJ. O outro, aguardando data de realização das provas, oferece 93 vagas para atendimento judiciário. Há mais de nove mil inscritos.

Dentre outras iniciativas, a atual administração do Tribunal de Justiça contabiliza a realização de Encontros entre magistrados do Serião, Mata Norte e Mata Sul, em parceria com a Associação dos Magistrados de Pernambuco e apoio da Corregedoria Geral da Justiça e Escola da Magistratura.

Além de promover a integração da Magistratura pernambucana, os encontros têm objetivo de aprofundar temas de interesse da classe, além

da troca de experiências entre os juizes de Comarcas das mais diversas realidades funcionais. A iniciativa, em Salgueiro, Tamandaré e Itamaracá, teve transmissão simultânea via Internet, devendo ser repetida este ano.

CULTURA

Nem só de cultura jurídica é feita a gestão do desembargador Waldemir Oliveira Lins. Lançamento de livros, exposição de pinturas e esculturas, incentivo a uma maior participação da música coralista... tudo isso, além da meta de resgatar a história do Tribunal de Justiça, através da recuperação da fachada do prédio sede do Poder Judiciário de Pernambuco, faz parte do atual contexto administrativo.



Administração Waldemir Lins apresenta resultado positivo para o Poder Judiciário estadual

Oliveira Lins, em fevereiro passado. Na oportunidade, ele tomava posse como presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, iniciando um período de dois anos de administração.

Hoje, exatamente um ano após, o desembargador faz uma avaliação do trabalho realizado. Waldemir afirma que, consciente do sério compromisso para com a população pernambucana, vem cumprindo, na medida do possível, a meta de ampliar e melhorar a prestação jurisdicional no Estado, sobretudo no interior, onde o acesso é sempre mais difícil.

Do levantamento efetuado para conhecimento da realidade de funciona-

entrega de um prédio adequado para abrigar a Justiça na Comarca de Exu.

DESMEMBROAMENTO

Para agilizar a tramitação dos processos falimentares, o presidente inaugurou a Vara de Falências e Concordatas, que anteriormente funcionava agregada à de Acidentes do Trabalho. "É um novo passo, disse ele, no sentido de tornar a Justiça mais célere e efetiva, atendendo às suas finalidades".

Embora a instalação da Vara de Falências e Concordatas tenha ocorrido no primeiro ano de gestão de Waldemir Lins, a criação da mesma foi resultado dos esforços do desembargador Francisco

agora funcionando no 4º andar do Fórum Paula Batista.

JUIZADOS

Foi pela Comarca de Vitória de Santo Antão que o desembargador-presidente Waldemir Lins começou a série de instalações de Juizados Especiais Cíveis, cumprindo o que determina a Lei 9.099/95. Unidades semelhantes foram instaladas em Garanhuns, Cavalheiro e Palmares, levando a Justiça desburocratizada e sem ônus para mais próximo da população pernambucana.

Os núcleos beneficiam não apenas a população das Comarcas onde estão instalados. Cidades vizinhas, integradas so-



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Des. Arthur Pio dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Ildemar Pereira do Silva
Assessor de Imprensa:
Lúcia Costa
Editor:
Lúcia Costa
Redatores:
Marcelo Graciano, Roberto Tavares
Christine Mahor
Fotografia:
João de Barros
Diagramação:
Cátia Diniz
Redação:
Fórum Paula Batista - 7º andar -
Av. Antônio - Recife-PE - CEP
50.090-640 - Fone: (081)
324.3531/424-3811 - R. 800 -
Fax: (081) 324-3531

DIÁRIO OFICIAL



ANO XXXII

ANEXO

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 05 DE FEVEREIRO DE 1997 Nº 24

TJ recomeça atividades jurisdicionais e administrativas

Falando para os desembargadores do Tribunal de Justiça de Pernambuco, o chefe da Corte de Justiça do Estado, desembargador Waldemir Oliveira Lins, assinou a abertura do Ano Judiciário de 1997, com o reinício das atividades do Poder Judiciário estadual.

O presidente do TJ também lembrou que a solenidade assinalava a segunda etapa de sua administração à frente do Judiciário pernambucano, res-

saltando as decisões tomadas em 1996. "O ano passado foi uma fase decisiva para a fixação de rumos, para a definição de prioridades, para a busca dos recursos necessários à efetivação dos projetos, para a racionalização das ações", afirmou.

O desembargador Waldemir Lins destacou algumas realizações do primeiro ano de sua administração: Encontros de Magistrados; instalação de Juizados Cíveis e do Juizado Criminal do Recife;



construção e restauração de fóruns; recuperação do Palácio da Justiça; aprovação da Lei de Custas.

"Sei que esta não é a hora de inventar iniciativas, projetos e resultados. Relevem, porém,

Presidente Waldemir Lins faz abertura do ano judiciário e anuncia uma programação audaciosa para seu segundo ano de gestão

esta certa ponta de orgulho, que pretendeu, só, dar o testemunho do meu grande esforço para

não desmerecer a consagrada confiança que recebi de todos os meus pares, confiança a que tanto sou reconhecido", assinalou o presidente Waldemir Lins.

Afirmando que "é a hora e a vez do recomeço das atividades jurisdicionais e das administrativas", Waldemir Lins disse que há uma programação audaciosa a ser desenvolvida neste ano, que, no mínimo, será o dobro do que foi efetivado em 1996.

Workshop discute ações para 97

Amazônia, a partir das 8h, no Hotel Atlântico Plaza, em Boa Viagem, o Tribunal de Justiça de Pernambuco realiza um workshop para apresentação do programa de ações do Judiciário para o ano de 1997. O presidente do TJ, desembargador Waldemir Oliveira Lins, fará a abertura do encontro.

Segundo o secretário de Planejamento, Administração e Interior do TJ, Leovegildo Mota, o evento pretende estabelecer uma forma de condução dos projetos, envolvendo todas as áreas do Tribunal de Justiça que são responsáveis pelas realizações desses projetos.

"O nosso objetivo é a criação de grupos executores integrados que agilizarão toda a programação defini-

da", acrescentou o secretário Mota. Ele fará a exposição do Programa de Ações para o segundo ano da administração de Waldemir Lins à frente do Judiciário estadual.

Após a exposição, os grupos serão definidos entre servidores da Consultoria Legislativa, Assessoria Técnica, Comissão de Licitação, Infra-Estrutura e Interior, Orçamento e Finanças, Assessoria Especial e Informática. A coordenação do workshop é da Secretaria de Planejamento, Administração e Interior e da Diretoria de Recursos Humanos do TJPE.

PROGRAMAÇÃO - Construção e recuperação de fóruns e residências oficiais dos juizes, reforma do Palácio da Justiça, aqui-



O secretário Leovegildo Mota afirma que o evento irá conduzir projetos

tação de bens, informatização do Judiciário e projetos especiais do TJ são os temas que compõem o Programa de Ações para este ano.

A criação dos grupos

executores desses projetos é, segundo Leovegildo Mota, um procedimento administrativo acelerado, visando a conclusão das obras em andamento e a agilização das que serão inicia-

das. "A idéia é de uma administração por objetivos. Desse encontro, sairemos com cronogramas pré-estabelecidos para as realizações de 1997", acrescentou.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Des. Arthur Pinheiro dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Junior Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:
Lúcio Costa

Editor:
Lúcio Costa

Redatores:
Iverson Oliveira, Roberto Travenço, Cláudio Aldarini

Fotografia:
Jonas Barbosa
Diagramação:
Celso Dias

Distribuição:
Pórtico Paulo Batista - 7ª andar -
São Antônio - Recife-PE - CEP
50.010-040 - Fone: (081)
224.3331 / 434.3811 - R. 300 -
Fax: (081) 224-3331

DIÁRIO OFICIAL



ANO XXXII

ANEXO

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 06 DE FEVEREIRO DE 1997 Nº 25

Judiciário resgata arquitetura do Palácio

Tapumes, andaimes e operários em pleno trabalho constituem hoje a imagem externa do Palácio da Justiça. Só por mais algum tempo, no entanto. Afinal, a médio prazo, o prédio terá de volta sua fachada totalmente recuperada e entregue à população. A obra resgata a origem arquitetônica da secular e histórica sede do Poder Judiciário estadual.

Limpeza para remoção de fungos ocasionados pela umidade e pela ação do tempo, recuperação dos adornos ricamente trabalhados, pintura e pintura de novas cores escolhidas através de programa computadorizado compõem o programa de recuperação do prédio, uma das metas da administração Waldemir Lins.

Para chegar ao resultado, que certamente oferecerá uma das mais belas paisagens recifenses, foi necessário todo levantamento da fachada através de programa gráfico, pesquisa

de cores utilizadas pelos Tribunais de Justiça do País, testes de aprovação dos projetos e execução propriamente dita.

O trabalho é resultado de convênio do Tribunal de Justiça com a Coral, Philips e Fudape, esta última com assessoramento do historiador Luiz

Mota Meneses. Segundo ele, apesar da pesquisa efetuada, chegou-se à conclusão de que as cores beje, beje claro e branco fazem a combinação adequada para a obra como um todo, mais ainda é necessário acompanhar a aplicação do colorido de detalhes, como os ornamentos.

Um desses detalhes, disse ele, é quanto à cúpula que será pintada de ardêia, uma tonalidade do cinza. Com 17 metros de lado, por 14 de altura, de forma quadrada, a cúpula do Tribunal de Justiça é a mais alta do Brasil, ficando seu ponto culminante a 45 metros do solo.

Inaugurado em 1930, o Palácio da Justiça marcou a história da arquitetura pernambucana. Projeto de arquiteto italiano Giacomo Palumbo, o prédio tem estilo eclético, o que se pode ver através das fachadas principal e laterais e de todos os seus detalhes internos e externos.



Recuperação da fachada é motivo de orgulho da atual administração

Novo fórum de Maracá começa a funcionar



Waldemir Lins (à direita) e o juiz Sebastião de Siqueira Souza inauguram Fórum de Maracá



O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Waldemir Lins, recebeu a visita da nova Mesa Diretora da Assembleia Legislativa. Os deputados Djalma Paes (presidente), Geraldo Melo (primeiro vice-presidente) e Sebastião Rufino (primeiro secretário) se encontraram com o presidente do TJPE para reafirmar o bom relacionamento entre os Poderes Legislativo e Judiciário. Na ocasião, Waldemir Lins ressaltou que sempre houve harmonia e disse acreditar que, com a nova Mesa, essa relação cordial permaneceria, já que todos têm o mesmo objetivo: zelar pela coisa pública.

O novo Fórum da Comarca de Maracá começou a funcionar ontem, sob a direção do juiz Sebastião de Siqueira Souza. Inaugurado pelo presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Waldemir de Oliveira Lins, e pelo então prefeito José Ademir, o Fórum Oswaldo Rabelo foi construído com recursos da Prefeitura do Município e vai abrigar cerca de 500 processos em andamento na Comarca de 1ª Instância.

Criada pela Lei 8.879 de dezembro de 1981, a Comarca de Maracá foi instalada em 1992 pelo então presidente do TJPE, desembargador João David de

Souza Filho. Desde então, a Justiça não tinha uma sede própria, e o fórum funcionava nas dependências da Prefeitura, segundo o juiz titular Siqueira Souza. O magistrado afirmou ainda que condições adequadas de trabalho são essenciais para que a Justiça agilize sua prestação jurisdicional.

Com cerca de 11 mil e seiscentos habitantes, Maracá localiza-se na Zona da Mata pernambucana e sua economia baseia-se principalmente na cultura canavieira. De acordo com o último levantamento realizado em agosto pelo juiz titular, o volume de feitos da Comarca baixou de cerca de 800 para 480. Ainda se-

gundo o levantamento, os casos mais comuns são na área de Direito Criminal. "Lesão corporal e homicídios são os crimes mais observados conforme mostram os processos", afirmou o juiz Siqueira Souza.

Em uma solenidade de inauguração prestigiada pelos desembargadores Etrio Ramos Galvão, José Maria Florentino e Antônio Camaroti, assim como pelo deputado Carlos Rabelo, o presidente Waldemir de Oliveira Lins elogiou a iniciativa que mostra a sensibilidade do então prefeito José Ademir para com a causa da Justiça, procurando servir aos interesses da comunidade de Maracá.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Des. Antônio Pio dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Raimundo Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:
Lúcio Costa

Editor:
Lúcio Costa

Redatores:
Marcelo Glicson, Roberto Taveira e
Christiane Alcântara
Fotografia:
João Barbosa
Diagramação:
Celso Dias

Endereço:
Pórcia Paula Batista - 7º andar -
Se. Antônio - Recife-PE - CEP
50.010-040 - Fone: (081)
224-3231/424-3811 - R. 300 -
Fax: (081) 224-3231

DIÁRIO OFICIAL



ANO XXXII

ANEXO

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 14 DE FEVEREIRO DE 1997 Nº 27

Encontro define ações do Judiciário para 97

Para discutir o programa de ação para este ano, a Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco reuniu-se na semana passada com diretores e assessores, visando à imediata execução do plano estabelecido. Ao abrir o encontro, o desembargador-presidente Waldemir Oliveira Lins disse que, chegando ao último ano de gestão, as iniciativas devem ser rápidas, mas sem prejuízo da qualidade.

Segundo ele, aliando a experiência administrativa do ano passado aos recursos financeiros hoje disponíveis, é possível dar celeridade às obras e gastar bem com eficácia e proveito.



Ao abrir o encontro, Waldemir enfatiza necessidade de trabalhar bem e rápido

Pela exiguidade de tempo, Waldemir Lins

destacou a necessidade do trabalho rápido, sob a responsabilidade de grupos executivos. Integrados por servidores de

vários departamentos, os grupos trabalharão na implantação, execução e acompanhamento dos projetos.

Programa contempla Capital e Interior



Nota: apresentação objetiva do programa de ações do Tribunal de Justiça

Este vai ser o ano das grandes realizações do Poder Judiciário pernambucano. Para isso, está empenhada a atual Presidência do Tribunal de Justiça, que definiu ações prioritárias nas comarcas de Capital e Interior.

Além da construção e recuperação de fóruns e de casas oficiais de juízes nas comarcas de 1ª e 2ª Entrâncias, reforma e manutenção do prédio-sede e aquisição de bens, o projeto estabelece um programa de informática, a criação de um complexo judiciário e a realização de um projeto especial, beneficiando as áreas cultural e social.

O secretário de Planejamento, Administração e Interior do Tribunal de Justiça, Leovegildo Mota, fez a apresentação do programa, afirmando que há

recursos, mas como o tempo é pouco (a atual Presidência dispõe de apenas um ano para executar as metas), é preciso encontrar caminhos burocráticos e administrar objetivos.

Assim, uma das fórmulas propostas é abrir processos licitatórios em bloco, sobretudo no que diz respeito à recuperação de fóruns que já dispõem de orçamentos e projetos técnicos prontos.

A proposta é legal e, evitando licitações individuais, ganha-se tempo. Segundo Mota, dessa forma, é possível chegar o momento em que haverá 26 obras em andamento. Esse é o total de fóruns que necessitam de recuperação, só para dar o exemplo da extensão do programa administrativo da gestão Waldemir Lins.

Informatização é prioridade

Com recursos da ordem de 3,8% provenientes da dotação orçamentária estadual, e mais uma reserva técnica do ano passado, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Waldemir Oliveira Lins, pretende passar seu último ano de gestão dotando as comarcas de melhores condições de atendimento jurisdicional.

Nem só de telefones e fax para aquelas menos dotadas se compõe o programa de ações. As metas estabelecem também a informatização de 13 co-



Responsável pela prestação de contas do TJ, João Lopes fala do orçamento do Judiciário

marcas-pólo. A informatização do Interior passa pela aquisição de um novo equipamento e seus periféricos com capacidade para atender a Justiça de 1ª e 2ª graus, interligando o Tribunal à Corregedoria.

De acordo com o diretor financeiro do TIPE, João Lopes da Cruz Neto, os recursos financeiros para a execução dos planos são da ordem de R\$ 178 milhões para o Poder Judiciário como um todo.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Des. Arthur Pio dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Damião Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:
Lúcio Costa
Editores:
Lúcio Costa
Redatores:
Marcelo Gomes, Roberto Távora,
Christiane Alcântara e Christiane Mota
Fotografias:
João Barboza
Diagramação:
Cláudio Dias
Redação:
Pórtico Paula Rêgo - 7º andar -
Av. Assis Brasil - Recife-PE - CEP:
50.010-640 - Fone: (081)
324.3531/424-3811 - R. 306 -
Fax: (081) 324-3531

DIÁRIO OFICIAL



ANO XXXII

ANEXO

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 15 DE FEVEREIRO DE 1997 Nº 28

TJPE regulamenta despesas de custas



Recursos arrecadados vão ser aplicados na melhoria do Judiciário, disse Lins

O Tribunal de Justiça de Pernambuco vai regulamentar o fundo que cobrirá as despesas dos registros civis gratuitos para pessoas reconhecidamente pobres. O fundo faz parte da Lei de Custas e Emolumentos no Poder Judiciário, sancionada pelo governador Miguel Arraes em dezembro. O fundo será constituído de uma contribuição de 1% do valor de todos os emolumentos pagos pelos atos notariais e registrais, financiando a gratuidade dos registros civis.

Motivo de polêmica, a referida lei é produto de uma discussão com os titulares dos cartórios, através da Assessoria Especial da Presidência do TJPE, e veio para corrigir uma defasagem existente entre os preços praticados pelos cartórios e as tabelas de custas da legislação anterior, elaboradas antes do Plano Real.

Em razão dos problemas que culminaram, inclusive com atuação do Ministério Público junto aos titu-

lares dos cartórios, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Waldemir Lins, decidiu elaborar uma legislação mais atualizada, que resolvesse os conflitos, sem penalizar os contribuintes e obedecendo a níveis de tributação praticados pela maioria dos Estados.

ARRECAÇÃO

Desde o primeiro dia deil deste ano, a arrecadação de custas e taxas está a cargo do TJPE, que desenvolveu um sistema informatizado para acompanhamento dessa arrecadação. Para isso, foram codificados os tipos de receitas constantes da lei, bem como cadastrados, através de código próprio, todos os cartórios - oficializados ou não - e os Registros de Notas, Títulos e Registros Civis em todo o Estado.

Segundo o secretário de Administração, Planejamento e Interior, Leovigildo Mota, o objetivo do sistema é acompanhar analiticamente a arrecadação

de cada cartório ou registro, tendo de imediato a posição de cada recolhimento. Mota informou ainda que o presidente Waldemir Lins expediu instrução normativa sobre esses procedimentos, que está vigorando desde janeiro deste ano, incluindo um documento único de arrecadação judiciária, denominado DARJ.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Com relação à destinação dos recursos arrecadados e provenientes das taxas, custas judiciais e emolumentos, classificados em custas próprias, devem exclusivamente ser aplicados ou utilizados em despesas de capital e investimentos, bem como em treinamento de pessoal, conservação, reforma e aquisição de bens móveis e imóveis dos órgãos do Poder Judiciário. De acordo com o secretário Mota, esses recursos vão possibilitar um maior investimento na melhoria da prestação jurisdicional.

Celular

Servidores do Poder Judiciário estadual podem, agora, adquirir um telefone celular em menor espaço de tempo. A iniciativa é do Sindicato dos Serventários de Justiça que, em acordo com a Telpe, estendeu o convênio para concessão de linha até o dia 31 de maio.

O presidente do Sindicato, Paulo Amazonas, informa que aqueles interessados devem procurar a sede da entidade, na rua do Príncipe, 720, sala 201, ou pelo telefone 421.2048, para fornecimento de dados pessoais.

Ele informa ainda que também foram tomadas providências para facilitar a aquisição do aparelho, por meio de financiamento em até 12 meses. O Sindicato, criado há seis meses, estuda a possibilidade de novos convênios para os associados, inclusive na área de saúde.

Assessoria prepara calendário sobre Lei de Custas

A Assessoria Especial da Presidência já prepara um calendário de visitas às circunscrições judiciárias que serão realizadas a partir da primeira semana do próximo mês, segundo informou o assessor da Presidência e juiz Fernando Cerqueira. Por meio das visitas, a Assessoria pretende orientar tabelão, escrevão e chefe de secretaria de cada cartório a respeito da Lei nº 11.404, conhecida como Lei de Custas. Sancionada em dezembro pelo governador Miguel Arraes, a legislação foi elaborada pela Assessoria Especial da Presidência por determinação do presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Waldemir Lins. A referida lei regulamenta a arrecadação e destinação dos recursos pagos pelos atos notariais e registrais.

De acordo com o as-

essor especial Fernando Cerqueira, a arrecadação que será realizada ainda este mês já está controlada pelo Tribunal de Justiça, por meio da Diretoria Financeira. A Secretaria de Administração, por sua vez, cuida da parte de operacionalização, através de um sistema informatizado. "Embora a arrecadação já seja iniciada agora, os resultados de fevereiro não serão um espelho da arrecadação mensal".

"Essa fase é de ajuste, quanto mais informação, melhor", ressaltou o assessor. A orientação sobre as novas providências normativas, viabilizadas pela Lei de Custas será prestada pela Assessoria Especial e é importante tanto para notários e registradores quanto para os serventários, segundo informou Fernando Cerqueira. O assessor disse ainda que o objetivo é dirimir todas as dúvidas e prestar

esclarecimentos necessários ao bom cumprimento da legislação. A Assessoria se colocou à disposição para eventuais questionamentos inclusive através do telefone 224-3081.

Ele destacou também que o público não vai sofrer com a regulamentação da Lei. Pelo contrário, vai sair ganhando, uma vez que os recursos serão destinados à melhoria da prestação jurisdicional. "Com a nova Lei de Custas, vamos utilizar racionalmente os recursos para atender melhor ao público", afirmou Cerqueira.

As devidas alterações adaptam-se à atual realidade econômica do País. O presidente Waldemir Lins, durante discurso de abertura do ano judiciário de 1997, fez questão de se referir à nova Lei de Custas como "matéria da maior significação, que corrigiu distorções e fixou limites necessários".



Cerqueira: arrecadação já está sendo controlada pelo TJ



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Des. Arthur Pio dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Isamar Pereira da Silva
Assessor do Suplente:
Lúcio Costa
Editor:
Lúcio Costa
Relator:
Maurício Góes, Roberto Torres,
Christiano Avelino e Christe
Mota
Fotografia:
Jorge Barbosa
Diagramação:
Celene Dias
Edição:
Fórum Paulo Nogueira - 1ª edição -
de Junho - Recife, PE - CEP
50.010-040 - Fone: (081)
224-3531/424-3811 - R. 300 -
Fax: (081) 224-3531

DIÁRIO OFICIAL



ANO XXXII

ANEXO

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 18 DE FEVEREIRO DE 1997 Nº 29

TJPE prepara calendário de inaugurações

Um calendário de eventos foi preparado no sentido de cumprir a meta de recuperar e construir os prédios que abrigam a Justiça. Desde sua posse, o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Waldemir Lins, tem mostrado que um dos seus principais objetivos é

dotar o Poder Judiciário estadual de melhores condições de funcionamento. "Para agilizar os trabalhos jurisdicionais, é necessário investir na estrutura física dos diversos prédios. Só com boas condições de trabalho pode-se dar andamento aos processos em tramitação", afirma o desembargador.

As Comarcas de Casimiro, Água Preta, São Caetano, Exu e Marajá já foram contempladas com novas instalações. Este ano, o presidente Waldemir Lins vai dar continuidade às inaugurações por meio de uma programação interna que vai percorrer todo o interior do Estado. Até agora, a

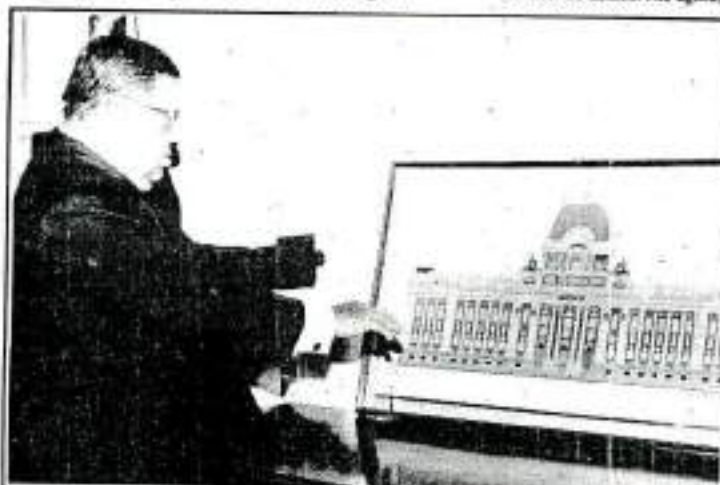
agenda tem uma previsão para as inaugurações dos fóruns e encontros dos magistrados no Recife, Agreste, Zona da Mata e Sertão. "Ano passado, não tivemos tempo suficiente de inaugurar os fóruns que pretendíamos por estarmos envolvidos com diversas outras iniciativas. Agora vamos dar

atenção especial às inaugurações dos prédios", ressalva Waldemir Lins.

Para o próximo mês, estão previstas quatro inaugurações. Entre os dias 3 e 4, o presidente do TJPE vai inaugurar os novos fóruns de Alinho, São João e Igará. No dia 21, será a vez de Petrolina. Já em abril, do dia 2 ao dia 5, o presidente inaugura os fóruns do Bojo da Madre de Deus e Pesqueira. Ainda no dia 2, a Vara da Família, Infância e Juventude de Camarã será instalada. O I Encontro de Magistrados do Agreste será realizado também nesse período, em Pesqueira, entre os dias 3 e 5.

Já estão programados também o II Encontro dos Magistrados do Sertão, em Petrolina, do dia 12 ao 14 de junho; o II Encontro dos Magistrados da Zona da Mata, em Suape, de 28 a 30 de agosto; e o I Encontro dos Magistrados do Recife, entre os dias 10 e 11 de outubro. Os encontros têm sido um dos marcos da atual administração no sentido de integrar a magistratura pernambucana e promover uma troca de experiências entre os magistrados do Estado.

Além dos novos fóruns, a Presidência do Tribunal de Justiça também prepara, para os próximos seis meses, a entrega do novo Palácio da Justiça. Totalmente recuperado, o Palácio se constituirá no mais belo cartão postal do Centro do Recife. Na foto, o presidente do TJ, desembargador Waldemir Oliveira Lins, mostra a maquete com o novo visual do Palácio da Justiça



TJ implanta Justiça sobre Rodas

A partir de março, a população recifense vai contar com mais um serviço jurisdicional. Trata-se da Justiça sobre Rodas, iniciativa do presidente do TJPE, desembargador Waldemir Oliveira Lins, para dirimir problemas de trânsito em menor espaço de tempo, no próprio local do acidente.

Junto à diretoria do Detran, Waldemir Lins define detalhes do projeto e estuda a melhor data para im-

plantação do serviço. O objetivo é evitar burocracia processual relativa a questões de trânsito que só envolvam danos materiais.

Os casos serão resolvidos com ajuda de um conciliador e pessoal técnico do Detran. Acionado, o grupo se deslocará até o local do acidente. O tribunal de Justiça está adquirindo veículos tipo Besta, melhor opção para funcionamento da Justiça sobre Rodas.

Escola recebe material para Revista



Napoleão Tavares: material para 3ª edição da Revista

A Escola Superior da Magistratura do Estado de Pernambuco está preparando o lançamento da Revista da Esmape, em sua terceira edição. O diretor da Escola, desembargador Napoleão Tavares, avisa que até a próxima quinta-feira, dia 20, a Comissão Editorial da Revista estará recebendo material para a publicação.

Artigos, pareceres, decisões, sentenças, acórdãos e outros trabalhos jurídicos podem fazer parte do número 3 da Revista da Esmape. Os interessados devem apresentar os textos em disquetes de 3 1/2, elaborados através do editor de textos Word for Windows, em fonte tamanho 12, espaçamento simples e com, no máximo, 25 páginas.

Os trabalhos jurídicos devem ser encaminhados para a Escola Superior da Magistratura de Pernambuco - Comissão Editorial da "Revista da Esmape", situada na Av. Martins de Barros, 593 - Santo Antônio - Recife-PE, CEP 50.010-230.

ATUAÇÃO PENAL

Mais de 300 processos foram julgados pelo Juizado Especial Criminal, nos meses de dezembro e janeiro. O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Waldemir Oliveira Lins, considera excelente o resultado, sobretudo por se tratar de período de recesso forense. O Juizado foi instalado em novembro, na Ilha do Leite, para processar e julgar ações penais de menor potencial ofensivo.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Des. Arthur Pio dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Jansen Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:
Lúcio Costa
Editor:
Lúcio Costa
Redatores:
Maurício Góes, Roberto Tavares,
Christiano Alcântara e Christiane Mota
Diagramação:
Cristine Dias
Endereço:
Rua Pedro Bittencourt - 7º andar -
5º Andar - Recife-PE - CEP
50.010-040 - Fone: (81) 224.3531/424.3811 - R. 300 -
Fax: (81) 224-3333

DIÁRIO OFICIAL



ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 19 DE FEVEREIRO DE 1997 Nº 30

Tribunais debatem reforma

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Waldemir Oliveira Lins, viaja hoje para o Aracaju, onde participará do encontro do Colegiado Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça. O evento reúne chefes do Poder Judiciário de todo o País e será realizado até sábado. Os temas incluídos na pauta do evento são "Processo de Execução nos Juizados Especiais Cíveis", "Ingresso na Magistratura" e "Reformas da Previdência, da Administração e do Judiciário".

"Esses encontros são importantes para que possamos discutir temas relevantes ao bom funcionamento do Poder Judiciário", ressalta Waldemir Lins. Sobre os assuntos que serão discutidos, o presidente fez questão de mencionar que são bastante atuais. Entre eles, frizou a avaliação do funcionamento dos Juizados Especiais. "O objetivo dos Juizados é agilizar os processos e atender a demanda populacional, principalmente junto às camadas mais carentes", afirma o presidente do TJPE.

O último encontro do Colegiado foi em dezembro, em Aracaju. Na ocasião, o tema dos Juizados também esteve em pauta. De acordo com Waldemir Lins, uma análise constante do andamento desses órgãos é válida para que problemas sejam detectados e se façam as mudanças necessárias. Ano passado, o presidente do TJPE instalou Juizados Especiais Cíveis em Vitória de Santo Antão, Garanhuns, Cavaleiro e Palmares. No Recife, foi instalado o 1º Juizado Especial Criminal.



Des. Waldemir Lins recebeu o presidente eleito do TRF, juiz Francisco Falcão

Magistratura promove curso de Internet e Direito

"Internet e Direito - como buscar e acessar informações e serviços jurídicos na Internet" é o

curso que a Escola da Magistratura de Pernambuco promove, no período de 3 a 6 de março. Gratuito para os magistrados, o curso tem aulas no período da manhã, numa iniciativa conjunta com a página jurídica on-line.

Ministrado por Mauro Leonardo Cunha, na sede da Esmap, o programa prevê a abordagem de conceitos, os vários serviços da Internet, novas tecnologias, correio eletrônico, arquivos, navegação e outros temas específicos como OAB-PE e Elicógica, serviços jurídicos on-line e acompanha-

mento de processos via Internet.

Durante o curso é possível ainda manter-se atualizado em tecnologia, aprender os cuidados necessários em relação a dados, como descobrir novos caminhos e, entre outros temas, videoconferência e teleconferência: como podem ser úteis para o profissional do Direito.

Para maiores informações, os interessados podem se dirigir à sede da Escola da Magistratura, no Fórum Thomaz de Aquino Cidillo Wanderley, fone 424.1193 ou pelo e-mail: juridica@pobox.com

Juiz Francisco Falcão preside TRF

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Waldemir Oliveira Lins, recebeu a visita, ontem de manhã, do presidente eleito do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF), juiz Francisco Falcão, que toma posse no cargo no dia 25 de março próximo.

A visita teve como objetivo a entrega pessoal do convite de posse ao chefe do Judiciário estadual. Na oportunidade, os dois magistrados conversaram, no Gabinete da Presidência do

TJ, sobre assuntos relacionados com as atividades judiciais das duas cortes.

Francisco Falcão elogiou o trabalho desenvolvido por Waldemir Lins à frente do TJ e conheceu a maquete do novo visual do Palácio da Justiça, recebendo explicações detalhadas sobre a recuperação do imóvel, que vai se transformar no mais belo cartão postal do conjunto arquitetônico da Praça da República.

Filho do ex-presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco e do Supremo Tribunal Federal, mi-

nistro Djaci Falcão, o juiz Francisco Falcão chegou ao TRF em março de 1989, nomeado pelo então presidente da República, José Sarney. Compôs o Pleno do Tribunal Regional Eleitoral no biênio 89/91 e foi eleito vice-presidente do TRF em fevereiro de 1996. Agora se prepara para assumir a presidência.

Na visita do TJ, Francisco Falcão se fez acompanhar dos chefes do Cerimonial e da Assessoria Militar do TRF, respectivamente bacharel Pedro de Souza e coronel Franklin Santos.



Encontro - A Assessoria Especial da Presidência do TJ, à frente o juiz Gabriel Cavalcanti (foto), fez, ontem, a primeira reunião preparatória do 1º Encontro dos Magistrados do Agreste do Estado, a realizar-se nos dias 3, 4 e 5 de abril, na cidade de Pesqueira. Contando com a participação da diretoria de Recursos Humanos, Assessoria Policial Militar, Cerimonial, Assessoria de Imprensa e Secretaria Judiciária, a reunião marcou o início dos trabalhos para a definição de toda a programação do encontro, que contará com a participação de 51 magistrados de 37 comarcas do Agreste pernambucano.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Des. Antônio Pio dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Helder Pereira de Sousa
Assessor de Imprensa:
Lúcio Costa

Editor:
Lúcio Costa

Redatores:
Maurício Gomes, Roberto Tavares,
Christiane Alcântara e Christine
Melo

Fotografia:
Jozail Barbosa

Diagramação:
Celso Dias

Redação:
Pórtico Paulo Batista - 7º andar -
SP Araújo - Recife-PE - CEP
50.010-040 - Fone (081)
324.3331/424-3811 - R. 300 -
Fax: (081) 324-3331

DIÁRIO OFICIAL



ANO XXXII

ANEXO

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 20 DE FEVEREIRO DE 1997 Nº 31

CEJA apresenta números de adoções em 96

A Comissão Estadual Judiciária de Adoção CEJA expediu, durante o ano passado, 131 laudos de habilitação para pretendentes estrangeiros a adotar crianças do Estado de Pernambuco. Destes laudos emitidos, 50 crianças foram adotadas em diferentes comarcas do Estado. Os dados do corregedor geral da Justiça, desembargador Itamar Pereira, que também preside a CEJA-PE.

Das 50 crianças, 30 foram adotadas no Recife; três em Paudalho; duas nas comarcas de Glória do Goitá, Jaboatão dos Guararapes, Limoeiro, Araripina, Sambaíba e Igarassu; além das comarcas de Bonito, Cabrobó, Venturosa, Pal-

mares, Parnamirim e Rio Formoso.

Na Capital, segundo o juiz da 2ª Vara da Infância e da Juventude, Luiz Carlos Figueiredo, foram 30 adoções por estrangeiros e 34 para adotantes brasileiros. Estes dados, de acordo com o magistrado, dizem respeito apenas às crianças abandonadas e cujos pais tiveram decretado previamente a perda do pátrio poder, não se computando as adoções fora do cadastro de crianças (ação privativa de brasileiros).

Segundo a estatística divulgada, dos adotantes estrangeiros no Recife, 22 foram precedentes da França, cinco da Holanda, dois da Itália e um da Suíça, sendo 18 me-

neninos e 12 meninas. No caso das adoções por brasileiros, foram 16 meninos e 18 meninas.

FRANCESES - Segundo o secretário executivo da Comissão Estadual Judiciária de Adoção, juiz Marcelo Russel, no restante do Estado a predominância também é de adotantes franceses, embora haja registro de deferimento de adoções para americanos, alemães, italianos, suíços e suecos.

Interpretando os números apresentados, o juiz Luiz Carlos chama a atenção para a preferência dos brasileiros por crianças do sexo feminino, com idades de dois anos de idade e de cor branca (das 18 meninas adotadas, 17

eram brancas e sete tinham menos de dois anos).

Acrescenta ele que esse também é o perfil das crianças desejadas por estrangeiros. "Mas, como a preferência é assegurada aos brasileiros através da Constituição e do estatuto da Criança e do Adolescente, eles concordam em adotar crianças maiores, enquanto que os brasileiros preferem ficar na fila aguardando uma criança menor", completa Figueiredo.

O juiz da 2ª Vara da Infância e da Juventude da Capital lembra ainda que é muito fácil para qualquer brasileiro se cadastrar como pretendente à adoção no Recife. Para isso, basta uma



Figueiredo: 50 adoções no Recife

ficha e levar cópias dos documentos pessoais, sendo entrevistado por psicólogo e assistente social e indicando o tipo de criança desejada.

"Não há qualquer risco do pretendente ser chamado para adotar

uma criança com características diferentes daquela pleiteada", ressalta o juiz Luiz Carlos Figueiredo. Os interessados devem se dirigir à rua Fernandes Vieira, 405, Boa Vista, no período da tarde.

4ª Região tem novo juiz corregedor auxiliar

A 4ª Região Judiciária do Estado está com um novo juiz corregedor auxiliar. Titular da 3ª Vara

de Sucessões da Capital, o juiz de Direito Eurico de Barros Correia Filho, já está desempenhando suas novas atribuições na

Corregedoria Geral da Justiça.

Ex-diretor do fórum da Capital (biênio 94/95), Eurico de Barros estava, até o final do ano passado, atuando como juiz supervisor do vitaliciamento dos novos magistrados, função agora sob a responsabilidade do juiz Og Marques Fernandes.

Segundo o juiz Eurico de Barros, cabe aos juizes corregedores fazer inspeções constantes nas comarcas do Estado, principalmente com maior fluxo de processos. A análise do quadro de serventúrios e os cargos vagos, o andamento de processos e o exame de todos os livros oficiais fazem parte das inspe-

ções realizadas.

"Com esse trabalho, é retratada a situação da comarca", lembra o magistrado. Ele ressalta ainda a importância da orientação que é dada a juizes e servidores sobre dúvidas existentes. "Temos falado muito sobre a recente Lei de Custas, pois ainda há muitas dúvidas", completa. De acordo com Eurico de Barros, a Corregedoria hoje prima mais pela orientação, deixando para último caso a aplicação de medidas punitivas. "A Corregedoria, inclusive, está aberta às possíveis reclamações de advogados, partes e público em geral, no sentido de melhorar o desempenho do Judiciário

nas diversas comarcas do Estado.

Relatório de Viagem - Todas as inspeções realizadas pelos juizes corregedores auxiliares são encaminhadas, através de um "Relatório de Viagem de Inspeção", ao Conselho da Magistratura. "O corregedor auxiliar narra o que foi constatado na comarca, e o Conselho toma as decisões cabíveis", afirma Eurico de Barros.

Outra função do juiz corregedor, segundo ele, é prestar informações à Corregedoria Geral da Justiça sobre o desempenho dos juizes vitaliciandos (em estágio probatório), no sentido de instruir os respectivos processos de vitaliciamento.



Juiz Eurico de Barros: inspeções nas 26 comarcas da 4ª Região



PODER JUDICIÁRIO

Presidentes:
Des. Waldemar Oliveira Lima
Vice-Presidentes:
Des. Arthur Pio dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Itamar Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:
Lúcio Costa
Editor:
Lúcio Costa
Redatores:
Marcelo Russel, Roberto Tavares,
Christiane Alcântara e Christiane
Moura
Fotografia:
João Batista
Diagramação:
Celso Dias
Redações:
Rua Paulo Batista - 7º andar -
50.010-040 - Recife-PE - CEP
50.010-040 - Fone: (081)
224-3531 / 424-3811 - R. 189 -
Fax: (081) 224-3531

DIÁRIO OFICIAL



ANO XXXII

ANEXO

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 21 DE FEVEREIRO DE 1997 Nº 32

Magistratura faz mobilização para Justiça e Cidadania

A Associação dos Magistrados de Pernambuco vai se reunir, no dia 26, próxima quarta-feira, com vários segmentos da sociedade civil. O objetivo é debater e avaliar a atual situação do Poder Judiciário, sobretudo no que diz respeito a modificações de ordem constitucional.

Mais do que um protesto contra os baixos vencimentos, onde houve perdas de quase 60% nos últimos dois anos, o encontro busca esclarecer a população quanto às consequências prejudiciais que os projetos de reforma em tramitação podem trazer à independência e autonomia do Judiciário.

O encontro é simultâneo em todas as capitais, aprovado por unanimidade em Brasília, durante a última reunião da Associação dos Magistrados Brasileiros, em janeiro. A iniciativa leva o nome de Mobilização Nacional para Justiça e Cidadania.

Em Pernambuco, o debate acontece na sede da Amepe, a partir das 14h, com participação de juizes da Capital e Região Metropolitana, além de representantes de entidades de classe como OAB, Associação dos Serventuários e outras que demonstrem interesse.

O presidente da Amepe, juiz José Fernandes de Lemos, in-



Fernandes de Lemos: movimento é aberto aos segmentos da sociedade civil

forma que a Mobilização Nacional é aberta a lideranças comunitárias. No in-

terior, ele esclarece que magistrados de demais Comarcas devem promover ações

de participação no movimento, debatendo os temas junto à comunidade.

TEMAS

São oito os temas a serem debatidos no dia 26, nacionalmente.

- 1 - Judiciário, Cidadania e Justiça
- 2 - Cidadania e Garantias da Magistratura
- 3 - Autonomia do Poder Judiciário, Relacionamento com os demais Poderes
- 4 - Remuneração do Magistrado
- 5 - As reformas constitucionais
- 6 - O trabalho do juiz. Volume e condições
- 7 - O Judiciário e a Imprensa
- 8 - Realidade e Disfunções do Judiciário

Posto atende cerca de 30 pessoas diariamente

O posto avançado do Detran, onde também funciona o serviço de identificação civil da Secretaria de Segurança Pública, vai se mudar para uma nova sala na sobreloja do Fórum Paula Batista e já tem mais um funcionário no setor, devido ao aumento da demanda de três meses pra cá. "Antes atendíamos a cerca de dez pessoas diariamente, esse número já subiu para 30", informa a responsável Marlene Alencastro. Ela justifica esse aumento da procura pelo fato do posto agora estar atendendo às categorias profissionais C, D e E.

De acordo com Alencastro, o posto era um setor de descentralização do Detran, hoje é uma unidade avançada que funciona nos dois horários e atende não só aos servidores da Justiça, como também ao público em geral. O serviço

permite que o motorista possa tirar sua primeira habilitação, renová-la ou mudar de categoria. Para tirar uma segunda via, entretanto, o interessado deve ir diretamente ao Detran.

"Essas mudanças fazem parte de um novo processo implantado pelo Departamento de Trânsito, em parceria com o Tribunal de Justiça, o que favorece ao público em geral", comenta a responsável pelo posto. Com essas modificações, percebeu-se que eram necessárias melhores instalações, e a Justiça ofereceu uma nova sala que ainda está sendo finalizada para atender às necessidades de infra-estrutura do posto, segundo Marlene Alencastro. Ela alerta ainda que, embora o posto esteja funcionando nos dois horários, os exames médicos só se-

rão realizados no horário de 9 às 11 da manhã, todos os dias.

Para quem vai tirar a primeira habilitação, é necessário pagar uma taxa inicial de 55,17 UFIR e estar munido dos documentos de carteira de identidade e CPF (original e cópia), além de fotografia recente 3 x 4. Para mudança de categoria e renovação, a taxa é de 45,49 UFIR. Quem vai mudar de categoria precisa da carteira de identidade e CPF (original e cópia), carteira de habilitação original e fotografia 3 x 4. Para renovação A e B, a carteira de identidade, CPF e habilitação originais. Para as categorias C, D e E é necessária também a carteira profissional.

Identificação civil
O serviço que também vai mudar de local, junto



Posto do Detran vai passar a funcionar em nova sala devido a aumento da demanda

com o posto do Detran, é o de identificação civil. Uma parceria do Tribunal de Justiça com a Secretaria de Segurança Pública, a prestação desse serviço é direcionada aos servidores da Justiça. Com um atendimento de cerca de 20 pessoas diariamente, o trabalho possibilita aos interessados tirar sua

carteira de identidade rapidamente. Para tanto, são necessários os seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento (original e cópia), duas fotos 3 x 4, iguais e recentes. No caso de segunda via, o interessado deve ainda pagar a taxa de R\$ 6,00 no Bandede.



PODER JUDICIÁRIO

Presidentes:
Dra. Waldenir Oliveira Lima
Vice-Presidentes:
Drs. Arthur Pio dos Santos Neto
Cordeiro (Geral)
Drs. Raimundo Pereira da Silva
Assessor de Imprensa
Lucia Costa

Editor:
Lucia Costa

Redatores:
Marcelo Oliveira, Roberto Tavares,
Christiane Alcântara e Cristiane
Melo

Fotografia:
João Barbosa

Diagramação:
Cristiane Dias

Edição:
Fórum Paula Batista - 7º andar -
São Antônio - Recife-PE - CEP
51.010-040 - Fone: (081)
334.3531/434-3811 - 8. 368 -
Fax: (081) 334-3531

DIÁRIO OFICIAL



ANO XXXII

ANEXO

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 22 DE FEVEREIRO DE 1997 Nº 33

Livro destaca restauração do Palácio da Justiça

O Palácio da Justiça terá sua história contada desde o seu projeto inicial até a restauração que está sendo feita pela atual administração. A decisão foi tomada pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Waldemir Oliveira Lins, em reunião com os professores José Luiz Mota Menezes e Marcello Reinaux.

O novo livro sobre o Palácio virá para complementar a sua história, já que a publicação "O Palácio da Justiça", editada na gestão do desembargador Mauro Jordão, com os mesmos autores, relata apenas o período anterior à sua instalação em 1930, quando foi inaugurado.

A primeira parte do livro será justamente o material utilizado na primeira publicação. A se-



Pres. do TJ (c) com os professores Menezes e Reinaux: história do Palácio

gunda, englobará o período desde 1930 até a restauração atual do Palácio da Justiça. A pesquisa e o

texto ficarão a cargo do professor José Luiz, cabendo a Marcello Reinaux a programação visual.

Os autores prometeram ao desembargador Waldemir Lins que em 15 dias apresentariam a proposta de

texto, juntamente com as sugestões de capas e formatação do livro. Os dois ficaram encarregados também da elaboração de uma proposta de folder sobre o Palácio.

De acordo com o assessor da Presidência do TJ, José Arnaldo, também presente à reunião, juntamente com o juiz-assessor Gabriel Cavalcanti e diretor-adjunto da Secretaria de Planejamento, Administração e Interior, Epaminondas Bezerra da Silva, as fotos históricas receberão um tratamento de sépia (técnica fotográfica que emaltece as fotografias antigas, dando-lhes um tom mais adequado à época).

Com relação às fotos da restauração atual do palácio, José Arnaldo acrescentou que serão coloridas (policromia). "Estamos em contato com a Fendarpe

para termos um fotógrafo especialista em restaurações à disposição dos autores do livro", lembrou.

Tiragem - Os professores encarregados da elaboração do livro acenaram com um prazo de dois meses para a sua publicação. A tiragem estimada é de 2 mil exemplares para o livro e 5 mil para o folder.

A publicação do livro sobre o Palácio da Justiça faz parte, segundo a Assessoria da Presidência, da revitalização da parte cultural do Tribunal de Justiça. "Dentro desse contexto, a Presidência do TJ está mantendo contatos com a Empetur e as Agências de Viagens da cidade para incluir o Palácio da Justiça no roteiro turístico do Recife, dentro do conjunto arquitetônico da Praça da República", adiantou José Arnaldo.

Concurso de juiz será concluído em 60 dias

No máximo em 60 dias, o concurso público para juiz substituto de 1ª Instância, promovido pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, deverá estar concluído. A estimativa é do presidente da

Comissão do concurso, desembargador José Maria Florentino. Com o término da fase de provas escritas e práticas de sentenças cível e criminal, restaram 103 candidatos aprovados que fizeram

sua inscrição definitiva. Os processos dos candidatos já foram encaminhados à Corregedoria Geral da Justiça.

De acordo com o presidente da Comissão, nessa fase realiza-se uma investigação quanto à idoneidade de cada um dos postulantes ao cargo. "Essa etapa é importante para que os candidatos sejam analisados quanto ao seu comportamento pessoal que deve corresponder aos requisitos de idoneidade. A postura dos candidatos precisa ser condizente com o cargo de juiz que podem vir a ocupar", afirma José Maria Florentino.

Os 103 processos foram distribuídos entre os juízes corregedores que

estão encarregados de realizar a análise da conduta de cada inscrito no concurso público, segundo informa o assessor da Corregedoria, Jones Figueredo. "O trabalho agora é de campo e o levantamento é minucioso. Queremos imprimir agilidade e ao mesmo tempo apresentar um retrato fiel de cada um dos aprovados", ressalta Figueredo.

Com o término das análises, os processos de todos os inscritos serão devolvidos ao Tribunal que vai apreciá-los em sessão secreta e deve excluir os candidatos que não corresponderem aos critérios estabelecidos pelo concurso no tocante ao quesito idoneidade. Os

que passarem nesta etapa, por sua vez, estarão habilitados para a última fase que será a realização da prova oral.

Segundo o desembargador José Maria Florentino, está sendo feito um levantamento da quantidade de vagas disponíveis para o cargo de juiz substituto de 1ª Instância a partir das promoções e remoções que devem ser realizadas. "Só assim, teremos um panorama da atual situação da magistratura pernambucana", afirma o presidente da comissão. José Maria Florentino ressalta ainda que, caso as vagas não sejam preenchidas, outro concurso será promovido imediatamente pelo Tribunal de Justiça.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Des. Arthur Pinheiro dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Inocente Pereira da Silva
Assessor da Imprensa:
Lécio Costa

Editor:
Lécio Costa

Redatores:
Maurício Glória, Roberto Tavares,
Christiane Albuquerque, Christian
Maze

Fotógrafo:
José Barboza

Diagramador:
Cecília Dias

Redação:
Edson Paulo Batista - 2º andar -
St. Antônio - Recife-PE - CEP
50.010-040 - Fone: (081) 224-3331
224-3331 / 424-3811 - R. 380 -
Fax: (081) 224-3331



Presidente da Comissão: Candidatos devem corresponder aos critérios de idoneidade

DIÁRIO OFICIAL



ANO XXXII

ANEXO

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 25 DE FEVEREIRO DE 1997 Nº 34

Projetos de Informática modernizam Tribunal

A Diretoria de Informática do Tribunal de Justiça vem trabalhando em ritmo acelerado para implementar o processo de informatização, uma das metas do atual presidente da Corte de Justiça estadual, desembargador Waldemir Oliveira Lins. Entre os projetos do departamento estão a informatização das Comarcas-Pólo, atualização dos equipamentos, desenvolvimento de novos sistemas e ampliação do parque computacional.

O projeto das Comarcas interioranas já está bem encaminhado. A Diretoria de Informática aguarda a aquisição dos equipamentos, o que deve ocorrer ainda este semestre. Uma das me-

tas da gestão de Waldemir Lins é dotar as Comarcas de melhores condições de atendimento jurisdicional.

Dentro de aproximadamente um mês, os equipamentos do TJ que necessitem de atualização, como por exemplo, unidade CD-ROM, poderão acessar a Internet e consultar também base de dados de outros Tribunais de Justiça.

EDIÇÃO ELETRÔNICA

Atualmente, o Tribunal de Justiça vem participando da edição eletrônica do Diário Oficial do Estado. Com o aumento do número de departamentos que possam acessar a Internet, o caderno do Poder Judi-

ciário inserido no DO poderá ser consultado pelos navegadores da grande rede mundial de computadores. O objetivo da Diretoria de Informática do TJ, Josiane Sedícias, é fazer com que os departamentos que mandam alguma publicação para o DO possam, em breve, mandar o material eletronicamente. Para a Cepe, a edição eletrônica representa uma grande economia de papel.

Um dos projetos que a Divisão de Informática do TJ vem se empenhando também, segundo Josiane Sedícias, é a migração do sistema de controle processual do 2º grau, de um ambiente caracter para um

gráfico-Windows-, mais utilizado no momento, e que representa, na opinião de Sedícias, um ganho de produtividade, pois é mais fácil de se trabalhar.

Em paralelo a esses projetos, a Diretoria de Informática vem elaborando um plano de ação para receber os novos técnicos, recentemente aprovados em concurso para o Tribunal de Justiça. A partir de março, deverão chegar 3 analistas de sistema, 8 programadores, 3 operadores e 3 técnicos em teleprocessamento, a serem lotados nas três divisões daquela Diretoria: Administração de Sistemas, Modernização e Organização e a Divisão de



Sedícias: Projetos de Informática em ritmo acelerado

Operações. "Com o reforço da equipe, poderemos desenvolver mais sistemas e possibilitar

um atendimento mais eficaz ao Tribunal de Juizados", comemora Sedícias.

TJ presta contas com antecedência

Com uma velocidade acima do que a lei exige, já está pronta a prestação de contas 96 do Tribunal de Justiça de Pernambuco. A informação do diretor de Finanças, João Lopes da Cruz Neto, é acrescida de que o fato só foi possível graças ao processo de sistematização utilizado pelo Poder Judiciário.

Assim, embora tenha prazo até abril, as contas do primeiro ano da gestão Waldemir Oliveira Lins já foram, com antecedência de três meses, encaminhadas ao Tribunal de Contas e à Assembleia Legislativa. O processo de sistematização, im-

plantado na administração passada, caminha agora para a eficácia da era digital.

De acordo com o diretor, concluir a prestação de contas relativa a todo o ano passado não inviabilizou a entrega do balancete de janeiro 97. O mesmo já

se encontra igualmente concluído e entregue ao presidente Waldemir Lins.

O processo de sistematização, disse Lopes, permite o acompanhamento diário, sem atrasos, das contas do Judiciário. Segundo ele, permite ainda atender



Lopes: Sistematização de Finanças permite velocidade do sistema contábil

com velocidade os requisitos de natureza técnica e legal do sistema contábil.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
D. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidente:
D. Arthur Pereira dos Santos Neto
Corregedor Geral:
D. Irmão Pinheiro da Silva
Auxiliar de Imprensa:
Lúcia Costa
Editor:
Lúcia Costa
Redatores:
Mônica Glória, Roberto Tavares, Christiane Alcântara e Christiane Melo
Fotografia:
Israel Barbosa
Diagramação:
Carmen Dias
Redação:
Pórtico: Praça Batista - 7º andar -
São Antônio - Recife-PE - CEP
50.010-060 - Fone: (081)
334.3531 / 424.3811 - R. 300 -
Fax: (081) 224-3531

DIÁRIO OFICIAL



ANO XXXII

ANEXO

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 28 DE FEVEREIRO DE 1987 Nº 37

Waldemir Lins avalia encontro de presidentes

Jaboatão ganha novo Fórum

O precário atendimento jurisdicional de Jaboatão está com os dias contados. Fonte de permanente preocupação do

mais um andar.

O projeto prevê instalação elétrica, prevenção contra incêndio, climatização e computação,



Naiva Cristina Campello é a juíza diretora do Fórum de Guararapes

presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Waldemir Oliveira Lins, o Fórum da Comarca, cujas Varas funcionam em vários prédios, dificultando o acesso da população, vai ser transferido para a Rua Barreto de Menezes, em Prazeres.

A data ainda não está definida, mas a Assessoria Técnica do Tribunal dá andamento acelerado ao projeto de reforma do novo prédio, que deve abrigar todas as varas criminais, cíveis e assistência judiciária existentes naquela Comarca. O imóvel de três pavimentos, incluindo o térreo, deve ser acrescido de

Entregue ao presidente do Tribunal nos próximos 15 dias, será motivo de análise, dando-se início aos trâmites legais para a contratação de firma encarregada das obras.

Colocado à disposição do Poder Judiciário pelo atual Governo municipal, gestão Newton Carneiro, o imóvel que vai servir de Fórum, com as reformas, deixará a Justiça razoavelmente bem instalada, segundo opinião do desembargador Waldemir Lins. A melhoria do serviço jurisdicional naquela Comarca é uma das metas prioritárias da administração do Poder Judiciário.

Funcionamento dos Juizados Especiais, formas de recrutamento de candidatos ao ingresso na Magistratura e reformas constitucionais foram os temas discutidos durante o Encontro do Colégio Permanente

de Presidentes dos Tribunais de Justiça em Macapá. O chefe do Poder Judiciário pernambucano, desembargador Waldemir Oliveira Lins, fez avaliação e relato do evento que reuniu presidentes de todo o País para

um debate abrangente sobre a atual situação do Judiciário a nível nacional.

As vésperas da votação, pelo Congresso Nacional, das reformas previdenciária, administrativa e judiciária, que envolvem o Poder Judiciário, a discussão em torno das modificações constitucionais veio à tona. Os presidentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, Sepúlveda Pertence e Romildo Bueno, chegaram a admitir um desentendimento do Poder Judiciário com o Executivo, que se reflete inclusive na Carta de Macapá, produzida pelo Colégio permanente ao final do encontro, e na mobilização do Judiciário contra as reformas que o Governo Federal pretende implementar.

Quanto aos Juizados Especiais, o principal ponto levantado foi o retardamento na fase de execução. "O processo nesses órgãos corre rápido, de forma descomplicada. Além disso, a Justiça torna-se acessível à camada mais carente da população, mas, quando está tudo resolvido e chega-se à fase de execução, há um retardamento. Nesse encontro, discutimos a viabilidade de elaborar um projeto que seja

enviado ao Legislativo para sanar essa deficiência", explica Waldemir Lins.

Avaliação
O presidente do TIPE analisa que o Colégio Permanente é uma das formas que o Poder Judiciário tem encontrado de trabalhar no sentido de concentrar esforços para melhoria funcional. Segundo ele, por meio da interação e troca de experiências, os encontros têm sido relevantes para que os Tribunais de Justiça de todo o Brasil acompanhe as mudanças que vêm ocorrendo dentro do Judiciário a partir da Constituição de 1988. "Essas reuniões são fundamentais para avaliarmos o desempenho da Justiça no Brasil", ressalta o desembargador.

Por convocação do presidente do Supremo Tribunal Federal, Sepúlveda Pertence, o próximo encontro do Colégio Permanente de Presidentes será realizado em Brasília, entre os dias 3 e 5 de abril, quando serão tratados prioritariamente dois temas: o andamento das reformas constitucionais propostas pelo Governo Federal e o desempenho dos Juizados Especiais, que será discutido de forma ainda mais detalhada.



Des. Waldemir Lins: Encontros avaliam desempenho da Justiça no Brasil

Carta de Macapá

O Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, reunido em Macapá, Amapá, após debate das reformas constitucionais em andamento, da operação dos Juizados Especiais e dos sistemas de recrutamento da Magistratura, consciente da importância das Justicças Estaduais para preservar o primado da Constituição, o Estado de Direito e o Princípio Federativo; preocupado com a indeclinável necessidade de manter a autonomia do Poder Judiciário e dedicado, como sempre, ao aprimoramento de seu desempenho na prestação jurisdicional, manifesta uma vez mais à Nação sua inquietude e desconforto em face de propostas e iniciativas desafiadoras desses princípios e objetivos, nos termos que se seguem:

1. Lamenta constatar o propósito progressivamente manifesto de reduzir a importância e a influência da função judiciária na vida institucional da Nação. O crescente agigantamento do Poder Executivo ameaça e deprime o amplo exercício das demais atividades igualmente essenciais ao funcionamento do Estado. A concentração de poder já se vai fazendo ameaçadora à normalidade institucional e à supremacia da lei.

2. Concretamente, preocupa-se com a visível inclinação dos governantes a subordinar o sistema constitucional aos projetos de governo, ao invés de se ajustarem tais programas à ordem jurídica preexistente, de tal sorte que interesses momentâneos e contingentes, ainda que talvez legítimos, passem à frente dos objetivos nacionais permanentes. Essa mesma dissociação de precedência estimula a insubmissão à lei e o desprestígio, até pelo Poder Público, das decisões judiciais.

3. Identifica, compreende e faz sua a grave insatisfação da magistratura, neste momento mobilizada em todo o território nacional pela busca do tratamento condigno, de respeito, de reconhecimento e de condições mínimas para o bom desempenho de sua missão constitucional. Associando-se a essa inquietação, o Colégio não busca a preservação de privilégios de classe, mas o estabelecimento das mínimas condições de atratividade da carreira. Reafirma, outrossim, seu compromisso histórico e indeclinável com a defesa da primazia do Direito, sem a qual não há ambiência para o convívio democrático, sem perspectiva para o progresso, sem garantia de liberdade.

DIÁRIO OFICIAL



ANO XXXII

ANEXO

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 1º DE MARÇO DE 1997 Nº 38

Concurso Tribunal divulga data das provas

Marcadas para 23 de março as provas do concurso público de Atendente Judiciário de 3ª Entrância. Nesse dia, cerca de dez mil candidatos estarão distribuídos em 17 colégios, respondendo a questões de Português, Matemática e Conhecimentos Específicos, concorrendo a 93 vagas no Tribunal de Justiça de Pernambuco.

A novidade é que no programa de Organização Judiciária constará a nova Lei de Custas e Emolumentos - Lei Estadual 11.404 de 19.12.96 -, em vez da antiga que estava em vigor na data da publicação do edital. A comissão examinadora é integrada pelo desembargador An-



Camarotti preside comissão examinadora de concurso com dez mil inscritos

tônio Camarotti (presidente), pelos juízes Geraldo Og Marques e Paulo Roberto Alves da Silva e pela diretora de Recursos Humanos, Lenira Magalhães.

Levando identidade, cartão de inscrição e cedula, os concorrentes devem chegar bem cedo. Os portões fecham às 8h, impreterivelmente. As provas começam às 8:30h, com término marcado para meio-dia. Apesar da existência de 26 candidatos deficientes,

ninguém pediu regime de prova especial.

Responsável pela organização do concurso, o Centro de Recrutamento e Seleção de Pessoal da Polícia Militar de Pernambuco já começou a enviar cartas aos inscritos, comunicando dia, hora e local das provas. Quem até o dia 15 de março, não receber a correspondência, deve entrar em contato com o Crespe, no Quartel do Derby, ou pelos telefones 412-1163 e 412-1164.

Inaugurações de fóruns começam segunda



Equipe de assessoria da Presidência tem elaborado programa de ações

Amaratona de realizações da Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco, prevista no programa de ação para este ano, já começa segunda-feira com as inaugurações dos fóruns de Altinho, às 10 horas, e o de São João, às 16. A programação continua na terça-feira, com a inauguração do fórum de Inajá, às 10 horas. A recuperação dos três fóruns foi iniciada em 1995, durante a gestão do então presidente, desembargador Luís Belém de Alencar, e foi concluída pelo atual chefe do Poder Judiciário, desembargador Waldemir Oliveira Lima.

De acordo com o diretor-adjunto da Assessoria Técnica, Ermival Alcântara, os fóruns de São João e Altinho foram recuperados com investimentos diretos do Tribunal de Justiça. O de Inajá, por sua vez, contou também com a

participação da Prefeitura do município, através de um convênio. Esse tipo de parceria entre Poder Executivo local e Poder Judiciário estadual tem sido uma forma de agilização dos trabalhos que a Justiça pretende desenvolver para atender as comunidades de todo o interior do Estado.

Uma das metas do presidente do Tribunal de Justiça, Waldemir Lima, é dotar a Justiça de melhores condições para uma prestação jurisdicional ágil. Para tanto, foi realizado um levantamento dos fóruns das Comarcas em que há necessidade de recuperação ou mesmo de construção de um novo edifício que funcione como sede da Justiça. A partir da coleta dos dados, foram estabelecidos entendimentos com as respectivas prefeituras e em seguida foi realizado um cronograma de inaugurações.

A programação deste ano, elaborada pela equipe de assessoria da Presidência, inclui ainda inaugurações em Pesqueira, Caruaru, Brejo da Madre de Deus e Petrolina. Além das inaugurações, Waldemir Lima tem uma agenda marcada também pelos encontros de magistrados no Recife, Agreste, Zona da Mata e Sertão.

ORÇAMENTO

Enquanto os fóruns de Inajá e Altinho passaram por um trabalho de recuperação, o de São João precisou passar também por um processo de ampliação das suas instalações para prestar melhores serviços à comunidade. De acordo com um levantamento da Assessoria Técnica, o Tribunal de Justiça investiu mais de R\$ 170 mil nos projetos de recuperação e ampliação com os quais os três Comarcas foram contempladas.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lima
Vice-Presidente:
Des. Arthur Pio dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Itamar Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:
Lúcio Costa
Editor:
Lúcio Costa
Redatores:
Marcelo Gualco, Roberto Thiem, Christiane Alcântara e Christiane Maia
Fotografia:
José Roberto
Diagramação:
Cecília Dias
Redação:
Rômulo Paula Batista - 7º andar -
SP. Araújo - Recife-PE - CEP
50.010-040 - Fone: (081)
324.3532/424-3811 - R. 300 -
Fax: (081) 324-3531

DIÁRIO OFICIAL



ANO XXXII

ANEXO

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 04 DE MARÇO DE 1997 Nº 39

Congresso

Magistratura nacional reúne-se no Recife

Definido: Recife vai sediar mesmo o Congresso Nacional de Magistrados. Acontece em outubro, com participação de mais de três mil juizes de todo o País. Trata-se de uma iniciativa do Tribunal de Justiça e Associações dos Magistrados Brasileiros e de Pernambuco. A discussão dos problemas em busca de uma maior eficiência do Poder Ju-



Em recente encontro, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Waldemir Lins, ladeado pelos presidentes das Associações dos Magistrados Brasileiros e de Pernambuco, respectivamente, desembargador Paulo Medina (esquerda) e juiz José Fernandes de Lemos (direita).

AGENDA

Acompanhado de assessores, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Waldemir Oliveira Lins, cumpre roteiro de viagem, no interior do Estado, para inauguração de fóruns nas Comarcas de Altinho, São João e Inajá. A maratona começou ontem, devendo a comitiva retornar hoje à noite.

diciário é o objetivo central.

Presidente da Associação dos Magistrados de Pernambuco, o juiz José Fernandes de Lemos informa que as providências já estão sendo tomadas para garantir o sucesso do evento. Segundo ele,

outras capitais competiam com o Recife, sobretudo Salvador, considerada forte concorrente. O Congresso foi realizado aqui há dez anos, disse ele. Recife, dessa forma, prepara-se para reviver a importância do acontecimento.

Revista ganha número especial

Única publicação estadual na área jurídica, a Revista da Escola da Magistratura vai passar de três para quatro números anuais. A decisão da diretoria da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco é decorrente da repercussão que a obra tem alcançado, não só a nível local, mas nacional e internacional.

Distribuída gratuitamente entre magistrados da área federal e estadual, Associações e Escolas da Magistratura de todo o País, Tribunais Superiores, Ministério Público, Ordem dos Advogados e estudantes

de Direito, a Revista já é também conhecida em Portugal, França e Argentina. A tiragem é de mil exemplares.

O diretor e o supervisor da Esmape, respectivamente, desembargador José Napoleão Tavares e juiz Jorge Américo, informam que as atividades em torno da Revista não param por aí. Dentro em breve sai um número exclusivo de julgados, tamanha a quantidade de sentenças e decisões judiciais que tem sido encaminhada para publicação.

Atualmente, a obra é 90% composta de doutrina e 10% de julgados.

Com a quantidade de sentenças recebidas, disse Jorge Américo, já é possível um número especial, para atender a todos aqueles que têm se preocupado em divulgar seus trabalhos e consolidar a Revista como um meio permanente de orientação e consulta.

ESTABILIDADE

O primeiro número da Revista da Esmape é de junho do ano passado, com apresentação do diretor da Escola, Napoleão Tavares, e 18 artigos de autoria de ministros, desembargadores, juizes, professores e advogados. Em vias de atingir o terceiro número,



Napoleão (D) e Jorge Américo anunciam novidades da Revista da Esmape

ro, na segunda quinzena de março, ganha estabilidade no meio jurídico.

A credibilidade é tanta que a quantidade de trabalhos recebidos não é suficiente apenas para o número especial de sentenças, mas também para

a elaboração do quarto número, este seguindo a mesma linha editorial de teoria e julgados. O desembargador Napoleão afirma que o incentivo e o interesse de todos são importantes para a integração dos objetivos.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Dea. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Dea. Arthur Pio dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Dea. Jaime Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:
Lécio Costa

Editor:
Lécio Costa

Redatores:
Alcides Góes, Rêgina Tavares,
Cristiane Alcântara e Chereze
Mota

Fotografia:
João Barbosa

Diagramação:
Cátia Dias

Redação:
Praça Paulo Batista - 7 andar -
2º Andar - Recife-PE - CEP
50.010-040 - Fone: (081)
224.3331/424-3811 - R. 300 -
Fax: (081) 224-3331

DIÁRIO OFICIAL



ANO XXXII

ANEXO

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 05 DE MARÇO DE 1997 Nº 40

Escolas promovem Atualização Jurídica

Numa realização conjunta da Escola Nacional da Magistratura, Escola Superior da Magistratura de Pernambuco e Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Católica, acontece, de 17 a 21 de março, no auditório G2 da Unicap, a VI Semana de Atualização Jurídica.

A abertura do encontro será feita pelo presidente

do Tribunal de Justiça, desembargador Waldemir Oliveira Lins, às 19h do dia 17. Antes, será feito o credenciamento dos participantes e a entrega do material.

Entre os palestrantes da VI Semana estão os desembargadores do TJPE Nildo Nery dos Santos e José Antônio Macêdo Malta e os juizes Frederico de Al-



Nildo Nery: coordenação da Semana Jurídica

meida Neves e Jones Figueiredo Alves.

"Mercosul e Direito

Comunitário", "O Novo Processo Civil", "Direito Penal e Processo Penal Hoje", "Responsabilidade Civil" e "Controle da Constitucionalidade" serão os temas abordados nas exposições da VI Semana de Atualização Jurídica.

Os interessados em participar do evento devem procurar a Escola da Magistratura (térreo do antigo Grande Hotel) ou solicitar maiores informações pelo telefone 424-1193. A coordenação do encontro é do desembargador Nildo Nery e dos juizes Frederico Neves e Milton José Neves.

Aemepe distribui material escolar

A Associação das Esposas dos Magistrados de Pernambuco - Aemepe -, realizou na semana passada, a primeira reunião anual, quando a diretoria fez um balanço do primeiro ano de gestão e da primeira ação realizada neste ano.

A presidente da

Aemepe, Sílvia Norões Lins, iniciou a reunião ratificando a vontade de ajudar os funcionários carentes do Tribunal de Justiça. Ela definiu como positivo o balanço do primeiro ano de gestão. "O que se pôde fazer, dentro da medida do possível foi feito. Se nós tivéssemos uma renda fixa poderíamos fazer mais. Trabalhamos com contribuições das associadas", afirmou Sílvia Norões Lins.

Entre as ações realizadas no ano passado estão a distribuição periódica de cestas básicas; compra de

remédios para funcionários carentes. A Aemepe distribuiu, durante a festa de confraternização natalina, 160 cestas básicas e pequenas cestas natalinas entre os funcionários de baixa renda do Tribunal de Justiça.

A primeira ação realizada este ano pela Associação das Esposas dos Magistrados foi a distribuição de material escolar entre 56 filhos de funcionários mais necessitados, sendo 34 entre 9 e 10 anos e 22 entre 4 e 5 anos.

Como a Aemepe realiza seu trabalho beneficente



Sílvia Lins sonha com uma creche para os filhos dos funcionários de baixa renda

contando apenas com a colaboração das associadas, Sílvia Norões Lins concluiu as associadas a par-

Atualização Jurídica - programação Atualidades e Diretrizes

Dia 17 (segunda-feira)

Panel: Mercosul e Direito Comunitário

Expositores: Margarida Cantarelli, Ricardo Costa Pinto e Nildo Nery

Dia 18 (terça-feira)

Panel: O Novo Processo Civil

Expositores: Frederico Neves, Jones Figueiredo e Macêdo Malta

Dia 19 (quarta-feira)

Panel: Criminologia, Direito Penal e Processo Penal Hoje

Expositores: Romaldo Marques Costa, Nildo Nery Carneiro Lado e Alexandre Nunes

Dia 20 (quinta-feira)

Panel: As Novidades em Matéria de Responsabilidade Civil

Expositores: Sílvia Neves Batista e Giuseppe Benvenuto (Univ. de Gênova-Itália)

Dia 21 (sexta-feira)

Panel: O Controle da Constitucionalidade no Direito Comparado

Expositor: Ricardo Amado Malheiros Fátima (Diretor adjunto da Escola Nacional da Magistratura)

* Serão realizados sorteios de livros jurídicos antes das palestras.

** Serão entregues certificados no final da Semana.

*** Taxa de inscrição: 30 reais (estudantes) e 60 reais (profissionais)

participarem efetivamente da Associação.

Um dos sonhos de Sílvia Lins é concretizar o projeto de uma creche no

Tribunal de Justiça. Segundo a presidente da Aemepe, alguns estados possuem a sua creche, como por exemplo o TJ da Paraíba.

Coral do Tribunal de Justiça canta em Casa Forte

Fugindo ao repertório sacro, o Coral do Tribunal de Justiça isoa fazendo, hoje, uma apresentação de músicas regionais e populares. Composições de mestres como Ary Barroso e Luiz Gonzaga fazem parte do conjunto de peças musicais que o grupo mostra, logo mais, a partir das 17h, na Praça de Casa Forte.

A oportunidade reserva uma participação-voto da soprano Adalgisa Marques e outra do tenor Ricardo

Farias, regente do coral. A apresentação enriquece a mostra do artista plástico Ancerg, ele próprio um dos integrantes do grupo de canto do Tribunal de Justiça. A exposição é aberta ao público.

Com cerca de 10 quadros concluídos expostos e alguns outros inacabados, nos quais pretende trabalhar na oportunidade, Ancerg utiliza modelos autistas e com síndrome de Down. Dessa forma, dá início ao

trabalho que pretende desenvolver com crianças portadoras de deficiências dessa natureza.

Pintor há mais de 10 anos, ele tem no currículo quadros de Pavarotti e atores nacionais. Auto-didata, já tem marcada uma próxima exposição, no dia 20 de agosto, na Associação dos Escritores de Pernambuco. Depois, segue por capitais nordestinas divulgando o trabalho que pretende realizar.



O coral do Tribunal numa de suas apresentações



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Des. Antônio Pinheiro de Souza Neto
Corregedor-Geral:
Des. Ismael Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:
Lúcio Costa

Editor:
Lúcio Costa
Redatores:
Marcelo Gouveia, Roberto Taveira,
Oscar de Almeida e Cristiane
Mota

Fotografia:
João Barbosa
Diagramação:
Celso Dias

Redação:
Rua Paulo Batista - 7º andar -
SP - Aracaju - Aracaju-PE - CEP
55.010-040 - Povo (081)
224.3531/424.3411 - R. 300 -
Fax: (081) 224.3531

DIÁRIO OFICIAL



ANO XXXII

ANEXO

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 08 DE MARÇO DE 1997 Nº 41

Inaugurações

Waldemir Lins mostra dinamismo de sua gestão

Quase mil quilômetros percorridos, três fóruns inaugurados e visitas aos locais onde devem vir a funcionar os fóruns de Pesqueira e Lajedo foram o saldo da viagem que o

inauguraram na verdade uma nova fase de melhoria da prestação jurisdicional. "Agora, as populações de Altinho, São João e Inajá terão um lugar apropriado ao qual poderão recorrer para assegurar os seus di-

reitos", ressaltou o chefe do Poder Judiciário. No percurso, o presidente visitou um terreno doado pela Prefeitura de Lajedo, para

construção do novo fórum do Município, e as obras do fórum de Pesqueira, já em fase de acabamento.

Altinho

A maratona iniciou-se pelo município de Altinho que tem como principais

cipio, José Ferreira de Omena. O presidente, por sua vez, fez questão de destacar a importância dessas viagens pelo interior do Estado, com o objetivo de ouvir de perto os anseios das comunidades no tocante ao desenvolvimento dos serviços da Justiça.

Com mais de 300 processos em andamento, foram inaugurados os trabalhos de recuperação do fórum que, segundo o magistrado que responde pela Comarca, José Adelmo Barbosa, contou com a colaboração do poder político municipal. A restauração, iniciada na gestão do então presidente Luis Belém de Alencar, ficou orçada em mais de R\$ 28 mil, recursos próprios do Tribunal de Justiça. Esteve também presente à solenidade o desembargador Mário Melo, que foi juiz da Comarca em 1966.

São João

Saindo da inauguração em Altinho, o desembargador Waldemir Lins seguiu direto para o fórum de São João, recuperação e ampliação com investimentos na ordem de cerca de R\$ 97 mil. A conclusão das obras foi comemorada pelo juiz Roberto Bivar que ressaltou a importância do Judiciário funcionar em boas condições para apresentar melhores serviços. O fórum foi instalado há apenas dois anos e já passou por um processo de restauração.

Em seu discurso de inauguração do término dos trabalhos de recuperação e ampliação do fórum, o presidente Waldemir Lins fez questão de mencionar que só a partir da Consti-



Juiz Adelmo Barbosa: poder político de Altinho colaborou com reforma

ção de 1988, o Poder Judiciário passou a adquirir uma maior autonomia, sobretudo financeira. Destacou que o quadro da magistratura gira em torno de 12 mil juizes em todo o País. Para que o desempenho da Justiça esteja à altura dos países europeus menos desenvolvidos, era necessário que o Brasil tivesse cerca de 100 mil magistrados.

Inajá

Um acesso de 52 km de chão de barro para a cidade de Inajá foi percorrido pela comitiva que acompanhou o presidente do TJPE. O novo fórum, que teve suas obras iniciadas há 17 anos, foi construído por meio de um convênio entre o Tribunal e a Prefeitura do Município. Com cerca de 400 feitos em tramitação, sendo sua maioria processos criminais, a Comarca de Inajá tem agora um fórum que permite prestar um melhor atendimento à comunidade.

De acordo com o diretor do fórum, juiz Eduardo Costa, quando chegou à Comarca, não havia con-

dições de trabalho no antigo prédio. Com a mudança para o edifício inaugurado, o juiz recém-ingressado na magistratura, pretende imprimir a agilidade necessária para diminuir o volume de processos acumulados.



Des. Waldemir Lins destacou a importância das inaugurações dos novos Fóruns

presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Waldemir Oliveira Lins, e sua comitiva de assessores diretos, acompanhados também do desembargador Antônio Camaroti realizaram esta semana. Altinho, São João e Inajá foram as Comarcas contempladas com as novas instalações dos prédios da Justiça.

Nas três inaugurações, um dado em comum: o objetivo de dotar as diversas Comarcas que compõem o Poder Judiciário estadual de melhores condições de atendimento à população. De acordo com o desembargador Waldemir Lins, as novas instalações

reitos", ressaltou o chefe do Poder Judiciário. No percurso, o presidente visitou um terreno doado pela Prefeitura de Lajedo, para

economias a agricultura e a pecuária, além de uma população de mais de 23 mil habitantes, segundo informação do prefeito do Muni-



Autoridades e público em geral: iniciativa do Judiciário melhora comarcas



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Des. Arthur Pio dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Izamar Pereira de Sá
Assessor de Imprensa:
Lécio Costa
Editores:
Lécio Costa
Redatores:
Maurício Oliva, Roberto Taveira,
Christiane Almeida e Christiane
Mora
Fotografia:
José Barbosa
Diagramação:
Celso Dias
Redação:
Fórum, Paulo Freitas - 7º andar -
Av. Antônio - Recife-PE - CEP
50.010-000 - Fone: (081)
324.3531/434-3811 - R. 300 -
Fax: (081) 324-3331

DIÁRIO OFICIAL



ANO XXXII

ANEXO

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 07 DE MARÇO DE 1987 Nº 42

Tributo à mulher no seu dia

*Oh! A mulher é incomparável!
Não tem um símile sequer!
É inconfundível e adorável
É mais que flor, porque é mulher.
Ela é fonte inspiradora,
Ela é suprema inspiração:
É criatura, e criadora,
Ela é maior que a Criação.*

Martins Fontes

A presença da mulher em todos os campos da atividade humana mostra-se cada vez mais enérgica. Nas artes, ciências, letras e política, as personalidades femininas, ainda em pequeno número, combinam qualidade com versatilidade e competência que resultam na eficiência de todo quanto desenvolvem. Crenças que esboçavam sobre o sexo e a submissão da mulher no decorrer dos séculos, no início do século, se suplantaram hoje com a revolucionária ascensão cultural e social da mulher moderna.

No Brasil, desde 1930, quando a mulher ganhou voz na cidadania, passou a votar e a candidatar-se, essa ascensão foi crescente de Inês Rachel de Queiroz, marcando com o romance *O Quilme*, inaugurou

sua notável carreira literária, precursora de mais cinco livros, e trinta anos de imprensa, para ingressar na Academia Brasileira de Letras, hoje precedida por uma mulher e onde têm assento várias outras. No Parlamento Nacional, nas Assembleias Estaduais e Câmaras dos Municípios, a representação feminina ainda é reduzida, mas visível e brilhante; sua participação nas Universidades, e, por conseguinte, nas profissões liberais e nos serviços públicos e privados de qualificação, a expressão dessa presença se faz sentir cada vez mais.

Ministras, Governadoras, Secretárias de Estado, Membros do Ministério Público, Magistradas, Embaixadoras, em todas as profissões, a mulher da atualidade se destaca.

Exercida com ternura e equilíbrio entre o profissionalismo e o bom gosto. Nos centros mais desenvolvidos do país, se escalam nas profissões das ciências exatas e médicas, na arquitetura, na física, nos esportes, na administração e na informática e são reconhecidas por suas virtualidades, especialmente na análise aprofundada da psicologia que lhe é íntima. Descobriram em seus estudos, com competência e maestria, a importância e o valor de sua presença, no histórico da cultura e das profissões.

A mulher potencializada intelectualmente, eis a proclamação. Ao lado das sutilezas psicológicas, da sensibilidade, da intuição, o lado perceptivo que combina com a operação nacional de múltiplas

implicações e que se resumem na inteligência, a personalidade feminina se impõe pelo coeficiente de respeito, generalizando a consciência do ser da individualidade e detendo as pressões anônimas. A mulher de hoje é um ser que não admite a mínima agressão; nem das que tentam passá-las nem das que desejam sua submissão. Sua grandeza, justificada e proclamada, em sintonia com o espírito da liberdade e a ignorância, amplia as esperanças do homem civilizado, exortando e ampliando as esperanças da humanidade.

Parabéns, cidadã livre e respeitada do planeta, no dia em que se homenageia internacionalmente a mulher.

Desembargador Waldemir Oliveira Lins e esposa Sílvia Norões Lins.

Presidente visita Lajedo e Pesqueira

Durante a viagem em que o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Desembargador Wal-

demir Oliveira Lins, inaugurou as reformas dos fóruns de Alinho e São João e instalou o novo prédio

que vai a partir de agora abrigar a Justiça em Inajá, o chefe do Poder Judiciário estadual fez questão de visitar as Comarcas de Lajedo e Pesqueira. No primeiro município, Waldemir Lins e sua comitiva conheceram o terreno doado pela prefeitura para construção do novo fórum de Lajedo.

Com cerca de dois mil processos em tramitação, por sua vez, a Comarca de Pesqueira se prepara para inaugurar o novo prédio que, com as novas instalações, deve passar a oferecer melhores serviços à população. As obras já estão em fase de acabamento. De acordo com o diretor do fó-



Lajedo: Prefeitura cede terreno para novo fórum

rum, juiz Francisco Rodrigues da Silva, a Comarca estava realmente precisando de um edifício novo, com instalações amplas para desenvolver uma prestação jurisdicional mais ágil.

O presidente Waldemir

Lins ressaltou que essas visitas são uma forma de estar em contato mais direto com a população, ouvir seus anseios quanto aos trabalhos da Justiça. "A peregrinação que tenho feito por todo o interior do Esta-

do é importante para que as comunidades de cada município percebam que o Poder Judiciário está próximo, ao contrário da imagem de inacessível que muitos têm a seu respeito", ressaltou.



Pesqueira: obras em fase de acabamento

Lei de custas à disposição dos candidatos

A Biblioteca do Tribunal de Justiça dispõe de cópias da nova lei de custas e emolumentos. Lei estadual 11.404 de 19.12.96, ela agora faz parte do programa de Conhecimentos Específicos do concurso de Atendimento Judiciário, substituído a antiga legislação

que estava em vigor na data da publicação do edital.

Os candidatos inscritos podem comprar o material ao preço de R\$ 1,10. A Biblioteca está aberta no período das 8 às 17h, sendo inclusive um excelente local de estudos. Instalada no primeiro andar do Palácio da Justiça, dispõe de

acervo para consulta. Com 9.660 concorrentes, o concurso está marcado para o dia 23 de março, um domingo.

ORGANIZAÇÃO

Responsável pela organização do concurso e elaboração das provas, o Centro de Recrutamento e Seleção de Pessoal da Polícia

Militar de Pernambuco informa que os candidatos terão quatro horas - das 8:30h às 12:30h - para responderem as questões de Português, Matemática e Conhecimentos Específicos. Ninguém se atrasa, pois os portões fecham imperivelmente às 8h.

Por ordem alfabética, os

candidatos serão distribuídos em 17 colégios públicos, utilizando um total de 242 salas. Uma curiosidade do concurso: dos 57 deficientes, 11 são cegos. Vão dispor de locais separados e fazer provas ditadas por fiscais, já que não solicitaram prova especial pelo método Braille.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Des. Archer Rio das Neves Neto
Corregedor-Geral:
Des. Ruyner Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:
Lúcio Costa

Editor:
Lúcio Costa

Redatores:
Marcelo Glauco, Roberto Taveira,
Oswaldo Alcântara e Cláudio
Nóes

Fotografia:
João Barbato

Diagramação:
Cátia Dias

Endereço:
Fórum Paulo Batista - 1º andar -
SP. Antônio - Recife-PE - CEP
50.033-040 - Fone: (081)
224.3531/424-3811 - R. 300 -
Fax: (081) 224-3531

DIÁRIO OFICIAL



ANO XXXIV

ANEXO

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 12 DE MARÇO DE 1997 Nº 45

Tribunal vai oficializar comarcas

O Tribunal de Justiça de Pernambuco vai enviar à Assembleia Legislativa anteprojeto de lei, definindo a oficialização de Comarcas no interior do Estado. A oficialização faz parte do programa estabelecido pelo presidente do TJPE, desembargador Waldemir Oliveira.

Com a oficialização das Comarcas interiores, os serventuários concursados, que atualmente estão ligados aos tabelhões, passam a ser oficializados, recebendo remuneração do Poder

Judiciário.

A Assessoria Especial da Presidência do Tribunal de Justiça está fazendo um estudo sobre a viabilidade financeira. Dependendo desse estudo, será possível definir o número de Comarcas que deverão ser beneficiadas.

Em visita recente ao presidente do TJ, desembargador Waldemir Oliveira Lins, a prefeita de Arcoverde, Rosa Barros, que se fazia acompanhar pelo vice-prefeito daquele município, José Werner Cavalcanti, veio



Des. Waldemir Lins recebe a prefeita Rosa Barros

pleitear a instalação de um Juizado Especial Cível naquela cidade.

Arcoverde poderá ser uma das Comarcas a ser oficializadas.

TJPE comemora Dia do Bibliotecário

O dia do Bibliotecário será comemorado hoje pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco. A comemoração será na Biblioteca do TJPE, por meio de uma demonstração de um período informatizado em CD-Rom. O jurista Síntese, como é chamado o periódico, inclui a Constituição Federal, Código Civil, Código de Processo Civil, Código Comercial, Código Tributário Nacional, CLT, Código Penal e Processo Penal Militar e várias outras legislações nas mais diversas áreas.

O sistema interessa a magistrados, advogados, estudantes de Direito e a todos os profissionais da área jurídica, com as facilidades de um banco de

profissionais de Direito na consulta de informações à legislação e à jurisprudência, simulada e não simulada.

"A informatização é a forma mais ágil de atualização hoje em dia. A Biblioteca do Tribunal não só alivia a carga processual. Assim, estamos a iniciar de pedir a demonstração do sistema. Essa iniciativa foi aceita imediatamente pelo presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Waldemir Oliveira Lins, o que é importante da informática no acesso dia-a-dia. Tal ação tem se refletido inclusive na preocupação de dotar a própria biblioteca de serviços informatizados", ressalta Graça Oliveira.

Vem aí a Justiça Sem Demora

Justiça Sem Demora. O que para muitos pode parecer utopia, para o Poder Judiciário é sempre

uma meta perseguida. Assim, a Corregedoria Geral da Justiça deu mais um passo na busca da celeridade processual. O programa Justiça Sem Demora foi instalado pelo corregedor geral da Justiça, desembargador Itamar Pereira.

Específico, voltado apenas à área da infância e adolescência, o programa é pioneiro, destinado a resolver, em até dois dias, questões envolvendo atos infracionais cometidos por adolescentes. Uma equipe especializada fica à disposição dos casos encaminhados ao centro de triagem do Juizado, na Rua Fernandes Vieira.

De acordo com o juiz Luís Carlos de Barros Figueiredo, titular da 2ª Vara da Infância e da Juventude, após ser flagrado em delito, a criança ou adolescente será imediatamente levado ao centro, à presença de um representante do Ministério Público. Caso haja representação, o jovem será ouvido em audiência pelo juiz, na mesma oportunidade.

RESSOCIALIZAÇÃO
Como a lei permite que o juiz, nessa primeira



Em reunião com assessores, o corregedor Itamar (ao centro) quando definiu detalhes da instalação do programa Justiça Sem Demora

audiência, julgue o processo aplicando medida sócio-educativa, e como a maioria das infrações, cerca de 85%, são leves, as sentenças podem ser dadas na hora, conforme explica o juiz Luís Carlos Figueiredo.

"Nos casos excepcionais, são mantidas as internações em Paratibe e o juiz da própria Vara marca audiência em oito dias". Luís Carlos acredita que o programa Justiça Sem Demora beneficia a socie-

dade e o adolescente, "sobretudo os pequenos infratores que não precisam ficar detidos".

A instalação do programa marca um compromisso entre o Tribunal de Justiça, Ministério Público, Polícia Militar e Civil e Secretarias da Justiça e do Trabalho e Ação Social. Especialmente designado pelo presidente do TJ, Waldemir Lins, o juiz Marcelo Russel fica à disposição do programa, atuando no Centro de Triagem.



Biblioteca será o local de demonstração de CD-Rom

informações, atualização bi-mestral dos textos legais, pesquisa e a possibilidade de acesso via Internet. Segundo a chefe da Biblioteca, Maria das Graças Oliveira, o objetivo é comemorar o dia do bibliotecário e oferecer ao público a possibilidade de conhecer um sistema que pode ajudar os

INSTITUIÇÃO DO DIA

O dia 12 de março foi instituído como dia do bibliotecário pelo decreto nº 84.631, de 9 de abril de 1980. A data foi escolhida em homenagem ao nascimento do bibliotecário, escritor e poeta pernambuco Manuel Bastos Tigre, considerado o Patrono dos Bibliotecários.

Lavagem de dinheiro

Com participação do procurador federal dos Estados Unidos, Richard Domingues Boscovich, a Escola Superior da Magistratura de Pernambuco realiza hoje o Seminário Sobre Lavagem de Dinheiro. Marcada para as 19h, a palestra é destinada a magistrados, representantes do Ministério Público, delegados de polícia, professores, advogados e alunos da Esmape. A Escola fica na sede do Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Des. Arthur Pinheiro Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Itamar Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:
Lécio Costa

Edição:
Lécio Costa
Relatores:
Marcelo Russel, Roberto Tavares,
Cristiano Adriano e Cristiano
Melo

Paralela:
José Barbosa

Diagramação:
Cecília Dias
Relação:
Guar. Paula Rolim - 2º andar -
Stº Antônio - Recife-PE - CEP
50.010-040 - Fone: (081)
224.3531/424.3811 - R. 300 -
Fax: (081) 224.3531

DIÁRIO OFICIAL



ANO XXXIV

ANEXO

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 13 DE MARÇO DE 1997 Nº 46

Palácio da Justiça está no Via Brasil

A beleza arquitetônica do Palácio da Justiça vai ser mostrada em todo o País. A histórica sede do Poder Judiciário estadual vai constar do documentário "Via Brasil", projeto realizado mediante convênio de cooperação firmado entre a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República e a Fundação Banco do Brasil com a produtora pernambucana Polo Consultoria e Marketing.

Fugindo das catástrofes e estereótipos comumente divulgados pela mídia nacional e

internacional, o projeto tem o objetivo de formar um banco de imagens do Brasil, enfocando aspectos históricos, culturais, sociais, econômicos e ecológicos de cada Estado. "Via Brasil" está amparado na Lei de Incentivo à Cultura, Portaria nº 7 de 30.01.95, do Ministério da Cultura.

Dirigidas pelo cineasta Sérgio Bernardes, as gravações estendem-se pelas regiões geográficas do País. Numa primeira etapa, resultam em cinco documentários sobre cada uma delas, um vídeo sobre o Bra-

sil como um todo e mais um outro sobre nossa economia. O Palácio da Justiça figura dentre as belezas pernambucanas representativas da cultura brasileira.

Motivo de gravações, a sede do Poder Judiciário passa, no momento, por obras de recuperação de fachada, com pintura e limpeza de adornos, o que valorizará ainda mais sua imponente e eclética arquitetura. O prédio foi construído a partir de 1924 e concluído em 1930, nos respectivos governos de Sérgio Loreto e Estácio Coimbra.

"Justiça", tela de grandes proporções, pintada pelo artista alemão Henrich Moser, é uma das muitas obras de arte que podem ser apreciadas no Palácio. Está localizada no Salão do Pleno.



Colégio de Corregedores

O corregedor geral da Justiça pernambucana, desembargador Itamar Pereira, é o novo presidente do Colégio Nacional de Corregedores Gerais. Ele toma posse em Vitória do Espírito Santo, onde ocorre, de hoje a sábado, o IX Encontro Nacional de Corregedores.

A sessão solene de instalação está sob a responsabilidade do desembargador José Fernando Lima Souza, atual presidente da entidade, dando início às palestras e painéis sobre assuntos de interesse da classe.

Os juizes pernambucanos Jones Figueiredo e Demócrito Ramos Reinaldo Filho, corregedores auxiliares, estão entre os palestrantes do IX Encontro.

Gravatá faz homenagem a Ribeiro Malta

O Fórum de Gravatá recebe a denominação de "Desembargador Pedro Ribeiro Malta". A decisão é da Corte Especial do Tribunal de Justiça, em reconhecimento ao trabalho que o magistrado realizou naquela Comarca, durante sete anos, como juiz de Direito. A data da solenidade ainda não está definida.

Falecido em 12 de junho de 1992, Ribeiro Malta dedicou 40 anos à magistratura

pernambucana, sendo 19 como desembargador. Foi vice e presidente do Tribunal de Justiça e do Tribunal Regional Eleitoral. Aposentado em maio de 1990, era reconhecido pelo grande senso de justiça que possuía, marca que aliou à competência profissional.

Inaugurado em janeiro do ano passado, o Fórum de Gravatá - agora denominado Pedro Ribeiro Malta - é considerado um dos mais modernos do



Juiz de Gravatá, Adelino Nunes faz homenagem a Ribeiro Malta

Estado. Construído com recursos do Tribunal, em terreno doado pela prefeitura do município, tem duas Varas por Distribuição, por onde tramitam cerca de três mil processos.

Dirigido pelo juiz Adelino Nunes, con-

tando ainda com a juíza Ana Paula Bandeira, o Fórum recebe cerca de 300 novos feitos por mês. Atualmente, segundo informação do diretor, é motivo de estudo para criação de uma Vara Criminal e de um Juizado Especial Cível.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lima
Vice-Presidente:
Des. Arthur Pio dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Itamar Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:
Lúcio Costa
Editor:
Lúcio Costa
Redatores:
Márcia Glória, Roberto Tavares,
Christiane Akkerman e Christiane
Maze
Fotografia:
Jorge Barboza
Diagramação:
Celene Elm
Redação:
Pólen Paula Batista - 2º andar -
St. Antônio - Recife-PE - CEP
50.010-040 - Fone: (081)
224.15311/224.3811 - R. 300 -
Fax: (081) 224-1531

DIÁRIO OFICIAL



ANO XXXIV

ANEXO

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 15 DE MARÇO DE 1997 Nº 48

Pernambuco tem melhores Juizados do País

O Encontro Nacional do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, que será realizado entre os dias 2 e 4 do próximo mês, em Brasília, terá uma participação especial do Poder Judiciário pernambuco. A experiência dos Juizados Especiais do Estado está sendo apontada como uma das melhores do País. Foi assim que a definiu o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Sepúlveda Pertence, que convocou o Encontro Nacional para tratar da implantação dos Juizados em todo o País.

Os Juizados Especiais têm sido umas das principais preocupações do atual presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Waldemir Oliveira Lins, que, só no ano passado, inaugurou 4 Juizados Especiais

Cíveis e 1 Criminal, que têm apresentado dados importantes e atingido o objetivo de prestar um atendimento jurisdicional ágil, principalmente às camadas mais pobres da população que encontram muitas vezes dificuldades de acesso à Justiça.

Para conhecer melhor a experiência dos Juizados pernambucanos, o presidente do STF designou um jornalista de sua Assessoria de Imprensa para visitar Pernambuco e conhecer o trabalho que vem sendo desenvolvido no Estado. O objetivo é preparar um material jornalístico que será divulgado por ocasião do Encontro Nacional para todos os órgãos de imprensa do País. O jornalista André Ardens chegou ontem ao Recife e deve visitar vários Juizados espalhados pelo Estado, da capital ao interior.

Tribunal de Alçada

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Waldemir Oliveira Lins, recebeu esta semana, em seu gabinete, o presidente do Tribunal de Alçada do Rio Grande do Sul e o coordenador do Centro de Estudos daquele Tribunal gaúcho, respectivamente, juízes Alcindo

Gomes Bittencourt e Arminio Abreu e Lima da Rocha.

Os magistrados estiveram em Pernambuco para participar de um Congresso Nacional sobre o Código Brasileiro do Consumidor, realizado esta semana em Olinda. Aproveitaram a permanência no Estado para fazer uma vi-

Compromissos lotam agenda da Presidência

As datas marcadas para a inauguração do Fórum de Pesqueira e para o I Encontro dos Magistrados do Agreste, também naquele município, previstas para o mês de abril, foram transferidas para os dias 8, 9 e 10 de maio. A modificação deve-se à participação do chefe do Judiciário estadual, desembargador Waldemir Oliveira Lins, no Encontro do

Colégio Permanente de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil que será realizado entre os dias 2 e 4 de abril em Brasília, por convocação do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Sepúlveda Pertence.

Com a série de compromissos relevantes que o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco tem assumido, a agenda está quase completa-

mente tomada até o final do ano, com inaugurações de reformas dos prédios já existentes e uma previsão de instalação de 27 novos fóruns só no mês de setembro. Waldemir Lins participa ainda de encontros de magistrados no Recife, Zona da Mata, Agreste e Sertão. A agenda prevê também outro encontro nacional do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justi-



Juízes do Tribunal de Alçada do Rio Grande do Sul durante visita ao presidente do TJPE, desembargador Waldemir Oliveira Lins (dir). Ao centro, o juiz-presidente do Tribunal de Alçada (RS), Alcindo Bittencourt, ladeado pelo juiz Arminio da Rocha



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Des. Arthur Picolin Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Ilmar Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:
Lúcio Costa

Editor:
Lúcio Costa
Redatores:
Marcelo Góes, Roberto Távora,
Christiane Alderman e Christine
Mora
Fotografia:
João Roberto
Diagramação:
Cristina Dias
Endereço:
Fórum Paulo Batista - 2º andar -
50.510-040 - Recife-PE - CEP
50.510-040 - Fone: (081)
224.3531/434.3811 - R. 388 -
Fax: (081) 224-3531



Pesqueira: Lins e assessores visitam instalações do novo Fórum

ca, previsto para o mês de novembro.

Instalações

Este mês, o presidente Waldemir Lins inaugurou as reformas dos Fóruns de Alinho e São João e o novo prédio de Inajá. Em uma maratona que levou 2 dias e 3 inaugurações, o desembargador-presidente fez questão de mostrar a importância de perseguir sua meta de dotar o Judiciário estadual de melhores condições de trabalho para os servidores de Justiça, assumida há 1

ano, quando tomou posse na Presidência do TJPE.

Ano passado, as Comarcas de Camaragibe, Água Preta, São Caetano, Exu e Marajó foram contempladas com as novas instalações para uma melhoria da prestação jurisdicional. Juizados Especiais Cíveis também foram inaugurados por todo o Estado, desde Vitória de Santo Antão, passando por Garanhuns e Cavaleiro até Palmares. No Recife, foi instalado ainda o primeiro Juizado Especial Criminal.

sita de cortesia no Chefe da Corte de Justiça Estadual.

Waldemir Lins e os juízes do Tribunal de Alçada conversaram, entre outros assuntos, sobre a Reforma Constitucional e o Processo de Informatização do Judiciário dos dois estados. Lins ficou entusiasmado com o estágio de informatização em que se encontra o Tribunal de Alçada do Rio Grande do Sul, uma vez que a gestão do atual

presidente do TJPE prioriza também a informatização.

Alçada

Presente em cinco estados brasileiros - Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais -, o Tribunal de Alçada tem atribuições de julgamento em certos tipos de processos, entre os quais, ações de despejo e todas que envolvem matérias de locação, bem como ações possessórias, acidentes de trabalho, execuções

de títulos e extrajudiciais, matéria tributária municipal, entre outros processos no cível.

No âmbito criminal, o Tribunal de Alçada atua em processos de crimes contra o patrimônio e contra a honra, entre outros. Assim como os Tribunais de Justiça, os Tribunais de Alçada atuam em 2ª instância. O TJ do Rio Grande do Sul possui 53 desembargadores e o Tribunal de Alçada possui 72 juízes.

Concurso

Encontram-se abertas, até o dia 27, as inscrições para o concurso público de Técnico Judiciário da Comarca de Tupareta-ma. Os interessados devem procurar o fórum do município. A seleção será feita através das provas de Português, Matemática, Conhecimentos Específicos e dactilografia.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 16 DE MARÇO DE 1996 Nº 50

Diário Oficial

Nova Lei é alvo de treinamento

O Tribunal de Justiça e a Corregedoria Geral da Justiça estão fazendo uma série de seminários com juízes do Estado sobre a Lei 9.099/95, que instituiu os Juizados Especiais Criminais. A primeira etapa do treinamento atingiu conciliadores dos Juizados e magistrados das Varas de Trânsito e Contravenções Penais da Capital.

Segundo o coordenador executivo (crime) do Sistema de Juizados Especiais, juiz Og Marques Fernandes, a segunda parte dos trabalhos vai ser feita com os juízes com competência Criminal no Estado. "Serão oito turmas sucessivas, até o mês de maio, reunindo todos os magistrados do Interior", explica Fernandes.

O objetivo dos encontros, de

acordo com o coordenador, é analisar, juntamente com os juízes, os procedimentos determinados pela Lei 9.099/95 sobre os processos de menor potencial ofensivo. A equipe responsável pelo treinamento é composta pelos juízes Mauro Alencar e Roberto Ferreira Lins, além da técnica da corregedoria Zélia Mendonça.

Cortesia — Os desembargadores Waldemir Lins (presidente), Arthur Pio dos Santos (vice) e Antônio Camarotti receberam o cônsul da Alemanha, Albert Graf, na visita que o diplomata fez ao Tribunal de Justiça. O Judiciário dos dois países foi o tema central



do encontro. Logo em seguida, o chefe da Corte de Justiça Estadual recebeu a visita do presidente do Tribunal de Contas de Pernambuco, Antônio Corrêa.



PODER JUDICIÁRIO

Presidência:
Des. Waldemir Oliveira Lins

Vice-Presidente:
Des. Arthur Pio dos Santos Neto

Corregedor-Geral:
Des. Lacerda Pereira da Silva

Assessor de Imprensa:
Luciano Freitas
MT 1469

Edição:
Roberto Tavares

Redatores: Christiane Abilast
e Marcos Glauco

Fotografia:
Jorge Barreto

Diagramação:
Cecilia Dias

Redação:
Rua da República 467 - 10º
Andar - Recife-PE - CEP
50.000-040 - Fone: 424.28.11/18-
368 - Telex: 3116 - Fax:
4041822

Oficial de Justiça

A Comissão Examinadora do concurso público de Oficial de Justiça da Comarca de Itapetim comunica aos candidatos inscritos que as provas de Português, Matemática e Conhecimentos Espe-

cíficos começam às 8 horas do próximo domingo, dia 24, na Escola Estadual Tereza Torres. Os postulantes ao cargo devem chegar com uma hora de antecedência ao local das provas.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 20 DE MARÇO DE 1996 Nº 52

Diário Oficial



O presidente do Tribunal de Justiça, des. Waldemir Lins, recebeu visita de cortesia do embaixador da Malásia, Dato Zainal Abidin zain. O chefe da Corte de Justiça estadual presenteou o diplomata com um livro sobre o Palácio da Justiça. O representante asiático agradeceu o interesse do magistrado pelo seu país.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:

Des. Waldemir Oliveira Lins

Vice-Presidente:

Des. Arthur Pio dos Santos Neto

Corregedor-Geral:

Des. Itamar Pereira da Silva

Assessor de Imprensa:

Luciano Pinheiro

MT 1469

Edição:

Roberta Torres

Relatório: Christiane Almeida

e Marcela Glória

Fotografia:

Isabel Barbosa

Diagramação:

Celso Dias

Redação:

Pça. da República s/nº - 5º

Andar - Recife-PE - CEP

50110-040 - Fone: 424.3811/R

368 - Telex: 5116 - Fax:

4243822

Reformas melhoram Fórum de Água Preta

“A Justiça da Comarca está engrandecida”. Com estas palavras, o juiz Isaías Andrade Lins Neto resumiu o sentimento da população de Água Preta com a inauguração das reformas realizadas no Fórum do município. Através de um convênio, prefeitura e Judiciário recuperaram todo o telhado, a pintura externa e interna, as portas e janelas e a fachada do prédio.

Inaugurado em 1986, na administração do desembargador Benildes Ribeiro, o Fórum “Dr. Eurico Chaves” nunca havia passado por uma reforma. A solenidade de reinauguração fez parte das comemorações dos 103 anos da cidade, que serão completados amanhã, dia 21.

Os assessores especiais do Tribunal de Justiça e da corregedoria, juízes Gabriel Cavalcanti Filho, Fernando Cerqueira e Jones Figueiredo representaram os desembargadores Waldemir Lins e Itamar Pereira no evento, que contou com a presença do prefeito do município, César Romero Nascimento Lira, e dos promotores de Justiça Amílcar Rabelo e Hipólito Cavalcanti, entre outras autoridades.



Os juizes Fernando Cerqueira, Gabriel Cavalcanti, Isaías Neto e Jones Figueiredo, juntamente com o prefeito César Lira (centro), na inauguração do Fórum

Nos discursos proferidos, todos destacaram que a harmonia entre os poderes só traz benefícios para o povo. “A melhoria das condições de trabalho da magistratura estadual é uma das metas da atual presidência do Tribunal de Justiça”, lembrou o juiz Fernando Cerqueira.

Com cerca de 800 processos em tramitação, a Comarca de Água Preta conta com duas Varas por distribuição, sendo uma privativa do Juri e outra da Infância e Juventude. José Brasilão da Rocha foi o primeiro juiz da Comarca, que só foi instalada seis anos depois de ser criada, em 1884.

Congresso Brasileiro

O Congresso Brasileiro de Direito Processual Trabalhista, Civil e Penal será realizado a partir de domingo, no Centro de Convenções, sob a presidência do procurador da República, Geraldo Brindeiro. Entre os temas que serão abordados, "A Reforma do Código

de Processo Penal", "O Poder Geral de Cautela do Juiz do Trabalho" e "O Dissídio Coletivo e seus Pressupostos Processuais". O Congresso vai até terça-feira, sob o tema geral "Perspectivas do Direito Processual Brasileiro para o Próximo Milênio".



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 22 DE MARÇO DE 1996 Nº 54

Diário Oficial

Magistrados recepcionam presidente

Os magistrados aposentados, reunidos no Convívium, receberam o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Waldemir Lins. A saudação dos juízes e desembargadores, feita pelo desembargador João David de Souza Filho, lembrou a trajetória do atual chefe da Corte de Justiça estadual como promotor, juiz e desembargador, salientando que "o Judiciário está em boas mãos".

"Estamos aqui para colaborarmos, na medida do possível, com sua administração", completou João David. O presidente agradeceu e destacou o seu contentamento naquele momento, lembrando ainda a importância da criação daquele espaço para os magistrados aposentados, o Convívium, na administração do próprio des. João David.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins

Vice-Presidente:
Des. Antônio Pinheiro dos Santos Neto

Corregedor-Geral:
Des. Raimundo Pereira da Silva

Assessor de Imprensa:
Luciano Pinheiro
MT 1426

Editor:
Roberto Tavares

Redatores: Christiane Alcântara
e Marcos Okano

Fotografia:
João Barbosa

Diagramação:
Cristina Dias

Distribuição:
Praça da República s/nº - 5º
Andar - Recife-PE - CEP
50.010-040 - Fone: 424.3811/8-
358 - Telex: 3116 - Fax:
424.6822



Convite — Na próxima quarta-feira, dia 27, às 17h, no Salão Nobre do Palácio da Justiça, o desembargador Manoel Rafael Neto lança seu livro de poesias "As Glosas do Terceiro Livro". Com apresentação do poeta Marcos Acioly, o lançamento conta com o apoio da presidência do Tribunal de Justiça e da Associação de Magistrados de Pernambuco.

Juizado apresenta números da conciliação

Em cinco anos de funcionamento, completados no último dia 08, o Juizado Especial Cível de Olinda atendeu a mais de 11 mil pessoas, atingindo um índice geral de conciliação em torno de 82 por cento dos feitos analisados.

O quadro estatístico do período, divulgado pela juíza Clara de Lima Callado, mostra que as cobranças de dívidas, com mais de 5 mil queixas, atingiram o primeiro lugar das reclamações.

Na segunda colocação, em quantidade de feitos registrados, está a questão de "Alimentos", com 2.117 processos. O quadro ainda revela que o índice médio de conciliação alcançado pelo JEC cresceu em relação ao divulgado no ano passado, passando de 80,87 para 81,99 por cento.

Rondônia

Bacharel em Direito interessado em participar de concurso público de juiz substituto no Estado de Rondônia tem até o dia 19 de abril para se candidatar. No Recife, a inscrição pode ser feita na Agência Guararapes da Caixa Econômica, na avenida Guararapes, 161 Santo Antônio. A informação é do

presidente do Tribunal de Justiça daquele Estado, desembargador Carlos Henrique Rodrigues. Em Rondônia há 13 cargos vagos, podendo outros vagarem ou serem criados durante a validade do concurso. Conforme valores de fevereiro, a remuneração é de R\$ 5.248,00, incluída a verba de representação.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 23 DE MARÇO DE 1996 Nº 55

Diário Oficial

Vara divulga números de adoção



A Comarca da Capital iniciou o ano com um cadastro de 21 brasileiros e 37 estrangeiros pretendentes à adoção. O brasileiro interessado deve preencher uma ficha, levar cópias dos documentos pessoais e ser entrevistado por psicólogo e assistente social, indicando as características da criança desejada. O atendimento é realizado à rua Fernandes Vieira, 405, no período da tarde. É o que informa o juiz da 2ª Vara da Infância e da Juventude do Recife, Luiz Carlos Figueiredo.

No ano passado, 167 laudos de habilitação para pretendentes estrangeiros foram expedidos pela Comissão Estadual Judiciária de Adoção. Um total de 58 crianças pernambucanas foram adotadas por estrangeiros. Dezesesseis delas da Comarca do Recife e as restantes provenientes de 22 Comarcas do Estado. Na 2ª Vara, foram realizadas 32 adoções, 16 por estrangeiros e a mesma quantidade por brasileiros. Segundo o juiz Luiz Carlos, esses números se referem às crianças abandonadas e cujos pais decretaram previamente a perda do Pátrio Poder.

Uma análise realizada pelo magistrado da 2ª Vara da Infância e da Juventude revela que os pretendentes cadastrados, tanto estrangeiros quanto brasileiros, têm uma preferência por crianças do sexo feminino com menos

de dois anos e de cor branca. "Como a preferência é assegurada aos brasileiros na Constituição e no Estatuto da Criança e do Adolescente, os estrangeiros concordam em adotar crianças maiores, e os brasileiros decidem ficar na fila aguardando uma criança com idade menor", explica o juiz.

CONCURSO — Marcada para 14 de abril a prova prática de sentença cível e criminal do concurso público que o Tribunal de Justiça realiza para juízes substitutos de 1ª Entrância. O presidente da comissão examinadora, desembargador José Maria Florentino de



Lima, informa que a prova acontece na Escola de Aprendizes Marinheiros, em Olinda, começando a prova cível às 8h e a penal, às 14h. Os candidatos devem chegar com uma hora de antecedência munidos de cartão de inscrição e identidade ou cédula da OAB. É permitida consulta à legislação não comentada.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemar Oliveira Lima

Vice-Presidentes:
Des. Arthur Pio dos Santos Neto

Corregedor-Geral:
Des. Ivo de Paula da Silva

Assessor de Imprensa:
Luciano Pinheiro

MT 1488
Edição:
Roberto Tancos

Relatores: Christiane Almeida
e Marcos Glauco

Fotografia:
João Barbosa

Diagramação:
Célio Dias

Redação:
Pq. da República s/nº - 5º

Andaraí - Recife-PE - CEP
50000-040 - Fone: 424.381.181

268 - Telex: 5116 - Fax:
4241822

Revisão de Sentença

Os candidatos do concurso de juiz substituto, que o Tribunal de Justiça realiza para preencher vagas na 1ª Entância, têm esta semana uma ótima oportunidade para tirar dúvidas quanto à elaboração de sen-

tenças cíveis e criminais. Sábado (30), a partir das 8h, a Escola Superior da Magistratura promove aula sobre o assunto, que vai ser tema da prova prática marcada para o dia 14 de abril. Os candidatos têm entrada franca.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 27 DE MARÇO DE 1995 Nº 67

Diário Oficial

Juizes fazem Curso de Aperfeiçoamento

Os juizes de Direito em processo de vitaliciamento iniciam hoje, às 8h, na Escola Superior da Magistratura, o Curso de Aperfeiçoamento promovido pela Corregedoria Geral da Justiça. Até o próximo domingo, os magistrados analisarão diversos temas jurídicos, com a orientação de juizes e desembargadores.

A abertura e presidência dos trabalhos fica-

rá a cargo do corregedor geral, desembargador Iamar Pereira. O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Waldemir Lins, fará o discurso de encerramento do encontro.

Logo após a abertura, os magistrados em processo de vitaliciamento serão instruídos sobre Direito Eleitoral, pelo presidente do TRE, des. Mauro Jordão, e Organização e Administração Judiciária, com

os juizes Eurico de Barros e Ricardo Paes Barreto.

À tarde, o desembargador Macedo Malta e os juizes Virgílio Carneiro Leão e Jones Pigueiredo falam sobre Matéria Cível. Os participantes ainda terão instruções sobre Matéria Penal, Direito da Criança e do Adolescente, Direito de Família, Sucessões e Registros Públicos e Juizados Especiais Cíveis.



Encontro — O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Waldemir Lins, em recente visita ao prefeito do Recife, Jarbas Vasconcelos, falou a respeito dos problemas que o Poder Judiciário enfrenta, seu objetivo de resolver questões de relevância para Pernambuco, e elogiou a administração do atual prefeito da cidade. Jarbas Vasconcelos, por sua vez, manifestou votos de uma gestão bem-sucedida para o novo presidente.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins

Vice-Presidente:
Des. Arthur Pinheiro dos Santos Neto

Corregedor-Geral:
Des. Iamar Pereira da Silva

Assessor de Imprensa:
Lúcia Praticelli

Telêgrafos:
Roberto Travençolo

Relatores: Christiane Alcides e Marcos Glauco

Fotografia:
João Barbosa

Diagramação:
Cecília Dias

Redação:
Praça da República s/nº - 5º

Andar - Recife-PE - CEP

50.060-040 - Fone: 424.38.11/6-

305 - Telex: 3116 - Fax:

4241822

Petrolina: reformas no Fórum

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Waldemir Lins, recebeu a visita do prefeito de Petrolina, Fernando Bezerra Coelho, que veio acompanhado de assessores. Na audiência, o chefe do executivo petrolinense relatou o atual estado do Fórum do município.

Segundo Bezerra Coelho, o prédio necessita de uma reforma geral e que é sua intenção realizá-la em parceria com o Poder Judiciário, para reinaugurar o Fórum durante as comemorações do aniversário da cidade, no mês de setembro.

O desembargador-presidente disse que a recuperação dos Fóruns do Estado é um dos seus objetivos e que iria agilizar o processo através de sua assessoria, solicitando uma avaliação técnica sobre os problemas do prédio e, posteriormente, a elaboração do convênio entre prefeitura e Judiciário.



Fernando Coelho e des. Waldemir Lins: convênio para reforma do Fórum

Inscrições

Estão abertas as inscrições, no Fórum Guihermino de Souza Melo, para o concurso público de Técnico Judiciário de 1ª Entrância da Comarca de Belém de Maria. O presidente

da Comissão Examinadora, juiz João Alberto Magalhães, informa que a seleção será feita com as provas de Português, Matemática, Conhecimentos Específicos e Datilografia.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 29 DE MARÇO DE 1996 Nº 59

Diário Oficial

Presidente é recebido pelo Comando Geral

O comandante geral da Polícia Militar de Pernambuco, Jorge Luiz de Moura, recebeu, no quartel do Derby, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Waldemir Lins, que estava acompanhado do chefe da Assessoria Policial Militar do TJ, cel.

Emmanuel Plácido Moraes.

No encontro, os dois falaram sobre a importância da realização do Seminário de Integração Institucional, que contou com a participação de representantes do Poder Judiciário, membros do Ministério Público e das Polícias Militar e Civil.

O Seminário, ocorrido no início do mês, tratou de discutir a operacionalização da Lei 9.099/95, que estabelece a criação de Juizados Especiais Criminais para tramitação de infrações de menor potencial ofensivo, cujas penas não sejam superiores a um ano.



Jorge Moura e Waldemir Lins; troca de idéias sobre as instituições

Prefeito reivindica Comarca para Itacuruba

O deputado estadual Gilberto Marques Paulo e o vereador Fred Oliveira estiveram no Tribunal de Justiça acompanhando o prefeito do município de Itacuruba, Ialter Cantarelli, para uma audiência com o desembargador-presidente, Waldemir Lins.

O prefeito manifestou a vontade do município pernambucano em ser elevado à condição de Comarca, pois hoje é Termo Judiciário de Belém de São Francisco. O presidente esclareceu que para isto é necessário que o município preencha alguns requisitos legais.

Cantarelli, que estava acompanhado ainda do advogado Thompson Pedrosa, ficou de enviar os dados solicitados para a análise do Conselho da Magistratura. O prefeito adiantou que o município já conta com Fórum e residência oficial do juiz de Direito.



Parlamentares e prefeito (bigode) em audiência com presidente do TJ



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins

Vice-Presidente:
Des. Arthur Pinheiro dos Santos Neto

Corregedor-Geral:
Des. Irmão Pereira da Silva

Assessor de Imprensa:
Laciana Francisco
MT 1489

Editora:
Roberta Távares

Redatores: Christiane Almeida
e Marceli Chaves

Fotografia:
Israel Barbosa

Diagramação:
Celso Dias

Redação:
Pra. da República s/nº - 3º
Andar - Recife-PE - CEP
50.010-040 - Fone: 424.181.186-
248 - Telex: 3116 - Fax:
424/1822

Eleitos

Os candidatos Fábio Lourenço de Lima e Roberto Quirino Neves foram eleitos, através de eleição, para representarem os conciliadores e os secretários, respectivamente, dos

Juizados Especiais Cíveis e Criminais perante o seu Conselho de Supervisão. Os dois representantes são do Juizado do Rosarinho, o primeiro a ser instalado em Pernambuco.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 30 DE MARÇO DE 1996 Nº 60

Diário Oficial

Cônsul visita Tribunal de Justiça

O cônsul do Panamá, Luis Carlos Chavarria, fez uma visita de cortesia ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Waldemir Lins. Durante o encontro o representante do Panamá afirmou que desde 1990 o seu país vem apresentando um crescimento econômico considerável.

Chavarria ressaltou ainda o investimento em educação que vem sendo realizado pelo governo panamenho. Sobre o aspecto social, o cônsul explicou que no país não existem miseráveis nem meninos de rua.

O aumento da comunidade brasileira no Panamá, devido ao intercâmbio e bom relacionamento que as duas nações cultivam, também foi lembrado pelo diplomata. O presidente do TJPE mencionou a importância desse estreitamento de laços entre os países latinos e se colocou à disposição do consulado panamenho.



Chavarria deixou mensagem sobre visita ao Palácio da Justiça



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins

Vice-Presidente:
Des. Arthur Pio dos Santos Neto

Corregedor-Geral:
Des. Fausto Pereira da Silva

Assessor de Imprensa:
Luciano Freiretti
MT 1469

Editor:
Roberta Tavares

Redator: Christiane Aldias
e Marcelino Gouveia

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Celso Dias

Redação:
Praça da República s/nº - 3ºº
Avenida - Recife-PE - CEP
51.040-040 - Fone: (081) 311.191
360 - Telex: 5116 - Fax:
4241822

Nova legislação

A operacionalização da Lei 9.099/95, que cria os Juizados Especiais Criminais é prioridade no Tribunal de Justiça do Estado. A afirmação é do vice-presidente do TJ, desembargador Arthur Pio dos Santos (foto).

Segundo ele, a legislação traz novidades que beneficiam não apenas o Judiciário, mas também o sistema penitenciário pernambucano. Uma dessas inovações é o acordo entre as partes para que a pena inferior a um ano de detenção possa ser transformada em multa ou serviço prestado à comunidade.

Agilização

Na Comarca de Macaparana, as audiências de processos de menor potencial ofensivo, cujas penas são inferiores a um ano de detenção, estão sendo realizadas às quartas-feiras, a partir das 19h. O objetivo é desafogar o Judiciário local, agilizando tramitação de feitos dessa natureza, como estabelece a Lei 9.099.

A informação é do juiz de Direito da Comarca, José Fernando Santos de Souza, que tomou a iniciativa em conjunto com o advogado Fernando Andrade Ferreira e a promotora de Justiça Deluize Amaral Rolim, ambos de Macaparana.



Revista

Vem aí a Revista da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco. Editada pela Bargaço, tem colaboração de renomados juristas e contém sentenças, despachos e matérias de interesse da magistratura. Ainda

com data de lançamento a ser definida, tem tiragem inicial de mil exemplares, para distribuição nas congêneres do País, bibliotecas dos Tribunais de Justiça e parte colocada à venda nas livrarias locais com preço reduzido.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 03 DE ABRIL DE 1986 Nº 62

Diário Oficial

Escolas devem assumir concursos

Cada vez ganha novas adesões a transferência da responsabilidade da seleção de juizes dos concursos públicos para as escolas estaduais da magistratura. Em discussão no Congresso Nacional, o assunto recebe a simpatia do ministro Sálvio Figueiredo, presidente da Escola Nacional da Magistratura, e da desembargadora Fátima Nancy, de Brasília.

O desembargador José Napoleão Tavares, atual diretor da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco, também defende a mudança de sistema. Segundo ele, em países do Primeiro Mundo esses centros de estudo têm fundamental importância no recrutamento de novos magistrados. "O concurso deixa de ser o único meio de seleção e o Curso de Preparação à Magistratura passa a ser obrigatório aos candidatos".

De acordo com o desembargador, se o assunto tiver aprovação no Congresso, o processo de seleção ficará muito mais rigoroso. A vida social e a qualificação pro-



Pelo projeto em tramitação no Congresso, os novos magistrados devem ser selecionados através das Escolas da Magistratura

fissional dos candidatos passam não só a ser investigadas pela Escola, do início ao fim do curso, mas também acompanhadas durante o desempenho da função.

Esmape tem novos professores

Aumentou o quadro de professores da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco. A iniciativa é da nova direção da Esmape, à frente o desembargador José Napoleão Tavares. Segundo ele, a medida permite agora adequar a carga horária do centro de estudos às 840 horas-aula determinadas pelo Regimento Interno.

Dentre os novos integrantes do corpo docente da Escola da Magistratura estão Romualdo Marques e Cláudio Souto, da Faculdade de Direito do Recife. Também os juizes federais Hélio Orém e Ubiratan Maurício, além dos juizes estaduais Rui Patu e Ulisses Viana Filho, assim como outros nomes da esfera jurídica estadual.

Oferecer uma boa equipe é apenas o começo da atual administração. Além de dinamizar as atividades,



Napoleão apresenta planos para dinamizar a unidade de ensino

como realizar seminários, atualizar a videoteca e abrir as portas para a discussão de temas de interesse geral da classe, o objetivo do desembargador Napoleão é trabalhar pela possibilidade de transformar a Esmape numa unidade de ensino de pós-graduação.

Falecimento

O desembargador aposentado José Feliciano da Silva Porto faleceu ontem. O velório do ex-magistrado aconteceu no Salão dos Passos Perdidos, localizado no primeiro andar do Palácio da Justiça. No final da tarde, autoridades, familiares e amigos estiveram presentes ao sepultamento.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemar Cláudio Lima

Vice-Presidente:
Des. Arthur Paes dos Santos Neto

Corregedor-Geral:
Des. Tarciso Araújo da Silva

Assessor de Imprensa:
Luciano Francisco

MT 1469

Edição:
Roberto Tavares

Redatores: Christiano Alcides
e Marcos Glauco

Fotografia:
Jonas Barbosa

Diagramação:
Cláudio Dias

Redação:
Rua da República nº 54
Anísio - Recife-PE - CEP
50.010-040 - Fone: 424.38.110
288 - Telex: 3116 - Fax:
424.78.12

Bom Conselho

O Fórum da Comarca de Bom Conselho recebeu a denominação de "Dr. Orlando Cavalcanti de Albuquerque", juiz falecido, que nasceu naquele município. A homenagem

foi aprovada pela Corte Especial do TJ, por unanimidade. O magistrado Orlando Cavalcanti dedicava-se também à pesquisa de árvores genealógicas pernambucanas.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 10 DE ABRIL DE 1996 Nº 65

Diário Oficial

Instituições buscam Secretário propõe aprimoramento autonomia financeira da LDO

Numa promoção do Ministério Público de Pernambuco, Centro de Cultura Prof. Luiz Freire e Centro José de Castro, representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário encontram-se, hoje e amanhã, para debater a Lei de Diretrizes Orçamentárias. O seminário é realizado no auditório do Ministério Público, no 5º andar do Ed. Ipsep.

A sessão de abertura está a cargo do procurador geral da Justiça, José Tavares, dando início ao painel "Elaboração Participativa da LDO", com exposição de João Joaquim Guimarães Rezena, secretário estadual do Planejamento. À tarde, é a vez do secretário de Planejamento, Administração e Interior do Tribunal de Justiça, Leovigildo Mota, que apresenta "Propostas Institucionais para Aprimoramento da LDO".

O seminário prossegue ainda na quinta-feira, a partir das 9h, quando o deputado estadual Paulo Rubem Santiago faz exposição sobre "Poder Legislativo: Aprovação e Fiscalização da Execução da LDO". O advogado e secretário de Políticas Sociais do Recife, Salvador Scler, encerra o encontro à tarde, com exposição sobre "LDO: Políticas Públicas e Controle Social".

"Propostas Institucionais para Aprimoramento da LDO" é o título da palestra que o secretário de Planejamento, Administração e Interior do Tribunal de Justiça, Leovigildo Mota, faz hoje à tarde para o público participante do Seminário sobre Lei de Diretrizes Orçamentárias, promovido pelo Ministério Público, Centro de Cultura Prof. Luiz Freire e Centro José de Castro.

Segundo ele, a palestra diz respeito à autonomia administrativa e financeira dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério

Público. Mota sugere a criação de diretrizes específicas a cada um desses órgãos, dando-lhes maior poder na gestão do orçamento. Na opinião do secretário, "isso implica na adoção de um controle interno próprio e que passa a ser condição indispensável para o exercício da autonomia".

Durante a palestra, o secretário Leovigildo Mota defende a transferência automática de recursos e o repasse financeiro em três blocos distintos (folha de pagamento, custeio e investimento), devendo cada órgão processar suas



Mota defende autonomia na gestão do orçamento

próprias despesas. A simplificação burocrática, acredita ele, é o resultado da implantação das propostas, "sem prejuízo das informações financeiras de cada Poder, com publicação de balancetes mensais".

"Uma cortesia". Foi como o cônsul da Itália, Paolo Miraglia Del Giudice, definiu a visita que fez ao presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Waldemir Oliveira Lins. Informal, o tema da conversa variou da magistratura à economia, da cultura ao turismo italiano e brasileiro. O presidente Waldemir Lins recebeu do cônsul Paolo Miraglia revista fotográfica com algumas das mais belas imagens da Itália.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:

Des. Waldemir Oliveira Lins

Vice-Presidente:

Des. Arthur Pio dos Santos Neto

Corregedor-Geral:

Des. Raimundo Pereira de Silva

Auxiliar de Imprensa:

Luciano Fracalossi

MT 1469

Editor:

Roberta Tavares

Redatores: Ovídio Almeida

e Marcos Guio

Fotógrafo:

João Barbosa

Diagramador:

Cleide Dias

Redação:

Pra. da República nº 5º - 5º

Andar - Recife-PE - CEP

51010-040 - Fone: 424.3811

288 - Telex: 3116 - Fax:

4241822

Agenda

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Waldemir Oliveira Lins, fez esta semana uma visita de cortesia ao Hospital

do Câncer do Estado. Ontem, o chefe da Corte de Justiça Estadual esteve presente à inauguração da nova Faculdade de Direito de Olinda.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 12 DE ABRIL DE 1998 Nº 67

Diário Oficial

Convênio divulga Jurisprudência em CD-Rom



Josiane Sedicias: Jurisprudência do TJ atualizada bimestralmente

O Tribunal de Justiça de Pernambuco, através de um convênio de cooperação técnica com a empresa ProLink Softwares, está colocando sua jurisprudência em CD-Rom. O compact Disc com a versão 6 do "Informa Jurídico" já traz o TJPE como um dos seus conveniados.

De acordo com a diretora de Informática do Tribunal, Josiane Sedicias, as próximas versões do CD trarão a jurisprudência sempre atualizada. "A cada dois meses, nós enviaremos os novos da-

dos", explica. O "Informa Jurídico" sai bimestralmente e o Tribunal de Justiça terá direito a 50 CD's, que serão distribuídos entre os desembargadores, diretores, assessores, biblioteca e Corregedoria.

Além do TJ, o CD traz a jurisprudência de diversos tribunais do país, sem contar os superiores (STF, STJ e TST). Todos os códigos (Civil, Penal etc.), o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei 9.099/95 dos Juizados Especiais e a própria Constituição Federal

fazem parte do "Informa Jurídico", que já ganhou alguns prêmios em sua área.

"A partir da edição de junho, nós teremos, além da jurisprudência, o regimento interno do TJ e a jurisprudência dos nossos Juizados Especiais", lembra Josiane Sedicias. Ela ainda acrescenta que o programa foi desenvolvido para o ambiente gráfico windows.

Pronto Atendimento auxilia magistrados

Além de estar inserida no CD "Informa Jurídico" (ver matéria), a Jurisprudência do Tribunal de Justiça de Pernambuco também se encontra à disposição dos magistrados pelo telefone 424-3810. É o serviço de Pronto Atendimento, que funciona das sete às 18h.

O Pronto Atendimento de Jurisprudência foi criado pelo presidente do TJ, des. Waldemir Lins, no sentido de ajudar desembargadores e juizes no trabalho diário, principalmente quando os magistrados estão analisando os processos em suas residências.

Para realizar o serviço foram designadas duas funcionárias: Suzana Albuquerque pela manhã e Albani Barbosa na parte da tarde. As duas atendem os pedidos pelos ramais 263 e 296, ambos da Central de Informações do TJ.



Lins: serviço facilita trabalho dos magistrados



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:

Des. Waldemir Oliveira Lins

Vice-Presidente:

Des. Arthur Pio dos Santos Neto

Corregedor-Geral:

Des. Honorário Pereira da Silva

Assessor de Imprensa:

Luciano Fonticoli

MT 1468

Edição:

Roberta Tavares

Redatores: Christiane Alcântara

e Marcos Glória

Fotografia:

José Barbato

Diagramação:

Celso Dias

Redação:

Rua da República s/nº - 5º

Andar - Recife PE - CEP

50.010-000. Fone: 424.3811/8

268 - Telex: 3116 - Fax:

424.1832

Palestra

"Mecanismos alternativos de disputa em Tribunais". Esse é o tema da palestra que o juiz norte-americano Carlos Bea faz, quarta-feira (17), para desembargadores, juizes, membros do Ministério Público, advogados e

alunos do Curso de Preparação à Magistratura. A palestra, na Escola Superior da Magistratura de Pernambuco, localizada no Fórum Thomaz de Aquino, começa às 19h, com tradução simultânea para o idioma Português.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 13 DE ABRIL DE 1996 Nº 68

Diário Oficial

TJ discute Lei de Juizados Especiais

A atualização dos magistrados quanto à lei 9099/95, que criou os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, tem sido uma preocupação constante da presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Para tanto, vem realizando sistemáticos encontros entre magistrados, conciliadores e secretários desses núcleos, visando à permanente eficiência de desempenho jurisdicional.

Quarta-feira (17), conciliadores e secretários dos Juizados Cíveis reúnem-se a partir das 8h, na Escola Superior da Magistra-

tura, para mais uma rodada de estudos sobre o assunto. Os grupos de trabalho serão dirigidos por Fábio Lourenço de Lima e Roberto Neves, respectivos representantes dos conciliadores e secretários em Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais.

JUIZADOS CRIMINAIS

Quinta (18) e sexta (19), é a vez dos juizes criminais do Interior do Estado. Eles se reúnem também na Escola Superior da Magistratura de Pernambuco, durante o Seminário Estruturado Sobre as Infrações de Menor Potencial Ofensivo. Pro-



Og Marques e a importância dos Seminários na atualização dos juizes criminais

movido pela Corregedoria, o encontro tem coordenação do juiz Og Marques Fernandes, com apoio da Assessoria de Planejamento e Organização.

O seminário tem a participação do

juiz norte-americano Carlos Bea, que faz palestra de abertura a partir das 9h, sobre "Gerência de Tribunais — Assistência Legal por Parte do Estado", tecendo comentários sobre os

núcleos de atendimento judiciário dos Estados Unidos que correspondem aos Juizados Especiais brasileiros.

COMARCAS

Integram o Seminário juizes com

competência criminal de 25 Comarcas de 1ª Entrância e sete de 2ª Entrância. O juiz coordenador Og Marques Fernandes informa que outros cinco encontros estão previstos, em curto espaço de tempo, devendo contemplar os demais municípios do Estado com a troca de informações e abordagem teórico-prática da lei 9099/95.

PÁSCOA — Confirmada para quarta-feira (17) a missa de Páscoa do Tribunal de Justiça. Marcada para as 17h, a solenidade acontece na sala do Tribunal Pleno, primeiro andar do Palácio. A missa tem participação do coral do TJ, sob a regência do maestro Ricardo Farias, que inclui músicas de Bach e Schubert.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemar Oliveira Lima

Vice-Presidente:
Des. Arthur Pio dos Santos Neto

Corregedor-Geral:
Des. Iomar Pereira da Silva

Assessor de Imprensa:
Leciana Furtado

MT 1469

Editor:
Roberto Tavares

Redatores: Christiane Alcântara
e Marlene Oliveira

Fotografia:
João Barbosa

Diagramação:
Cecilia Dias

Endereço:
Pra. da República s/nº - 5ª
Andar - Recife/PE - CEP
50.010-040 - Fone: 421.3411/10-
268 - Telex: 31116 - Fax:
434/1622

Juizados criminais

O Tribunal de Justiça vai contemplar a Comarca da Capital com a instalação de três Juizados Especiais Criminais. O presidente do TJ, desembargador Waldemir Oliveira Lins já determinou o levantamento da realidade de bairros recifenses para decidir qual o melhor lugar de implantação dos núcleos de atendimento jurisdicional.



ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 20 DE ABRIL DE 1996 Nº 73

Diário Oficial

Medalha

O diretor de Finanças do Tribunal de Justiça, João Lopes da Cruz Neto, foi agraciado com a medalha de Mérito Contábil Luiz Pessoa da Silva, sendo o primeiro contador a receber a comenda. A solenidade de entrega aconteceu no dia 25, às 16h30 no Centro de Convenções da Universidade Federal de Pernambuco. A medalha foi instituída pelo Conselho Regional de Contabilidade com o objetivo de homenagear anualmente um profissional da área contábil que se destaque por seus méritos na área.

Casamento

Noivos devem aguardar proclamas

A proximidade de maio, conhecido como o "mês das noivas", traz uma preocupação aos juizes das Varas de Família do Recife: o grande número de namorados que marcam data de casamento e distribuem convites antes de cumprirem com as formalidades que o ato exige. Nesses casos, os magistrados alertam para o risco dos casais arcarem com o prejuízo das festividades, uma vez que a celebração só pode ocorrer depois da publicação dos proclamas.

O juiz Sérgio Marinho Falcão, da 2ª Vara de Família da Capital adverte que "em nenhuma hipótese os noivos deverão contratar festas e emitir convites sem, antes, procurar a Distribuição de Casamentos no



Advertência do juiz: noivos devem cumprir prazo determinado por lei

Fórum Paula Batista, com antecedência de 30 dias, para apresentar as Certidões de Nascimento (ou de casamento com averbação do divórcio) e fotocópia das Carteiras de Identidade.

Depois de atendidos esses requisitos, o Oficial de Registro Civil lavrará os proclamas mediante edital

com prazo de 15 dias para ser publicado na imprensa e afixado no local onde for celebrado o casamento "em dia e hora designados pelo juiz que vai presidir o ato". Daí porque os noivos não devem distribuir convites antes de estarem legalmente habilitados ao casamento, concluiu o magistrado.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins

Vice-Presidente:
Des. Antônio Floriano Santos Neto

Corregedor-Geral:
Des. Renato Pereira da Silva

Assessor de Imprensa:
Luciano Francisco

MT 3489

Editor:
Roberto Tavares

Relatores: Oriberto Albuquerque e Marcelo Gláucio

Fotografia:
Israel Bachion

Diagramação:
Celina Dias

Redação:
Pça. do Regimento nº 2 - 50º
Andaraí - Recife-PE - CEP
50.110-540 - Fone: 424.281 1/R.
248 - Telex: 3116 - Fax:
4141822



Casamentos civis na capital são realizados no Fórum Thomas de Aquino Cirilo Wanderley. O salão tem capacidade para abrigar cerca de cem casais. As cerimônias são oficiadas pelos respectivos juizes das quatro Varas de Família.

Palestra

“O Processo de Vitaliciamento (ver matéria abaixo). O juiz supervisor do Processo de Vitaliciamento da magistratura estadual, Eurico de Barros Correia Filho, será um dos instrutores.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 24 DE ABRIL DE 1996 Nº 75

Diário Oficial

Colégio de Presidentes analisa Reformas

De amanhã até o próximo sábado (27), no Rio de Janeiro, acontece mais um encontro de Presidentes de Tribunais de Justiça. Desta vez, cerca de vinte chefes dos Judiciários estaduais irão discutir as Reformas Administrativa e Judiciária da Constituição Federal.

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Waldemir Oliveira Lins, embar-

ca hoje para a capital carioca a fim de participar do encontro, que será realizado no Copacabana Palace Hotel.

O Colégio Permanente de Presidentes tem se reunido constantemente para debater

os temas de interesse do Poder Judiciário. Na última reunião, realizada em Porto Velho, Rondônia, os ma-

Des. Waldemir Lins participa do encontro de Presidentes



gistrados analisaram a crise financeira que atinge os estados e trocaram experiências sobre a operacionalização dos Juizados Especiais.

Agora, no Rio de Janeiro, as Reformas Constitucionais dominarão os debates. Na sexta-feira, os presidentes serão recepcionados pelo governador do Estado, Marcello Alencar, no Palácio das Laranjeiras. No sábado, às 11h, acontece o encerramento do encontro.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins

Vice-Presidente:
Des. Antônio Pio dos Santos Neto

Corregedor-Geral:
Des. Samuel Pereira da Silva

Assessor da Imprensa:
Larissa Pinheiro

Editor:
Roberto Torres

Relatores: Christiane Alcântara
e Maria Glória

Fotógrafo:
João Barbosa

Diagramação:
Cristina Dias

Redação:
Praça da República s/nº - 5ª
Andar - Recife-PE - CEP
50050-940 - Fone: (21) 3111-1151
36 - Telex: 31116 - Fax:
511162

Curso aperfeiçoa juizes em Vitaliciamento

Desde segunda-feira (22), cerca de 40 juizes em processo de vitaliciamento estão participando de mais um Curso de Aperfeiçoamento. Durante toda esta semana, os magistrados recebem instruções de juizes e desembargadores sobre temas das diversas áreas do Direito.

As aulas estão sendo ministradas na Escola Superior da

Magistratura de Pernambuco, que fica no térreo do Fórum Cyrillo Wanderley, das 8 às 19h. A abertura do encontro foi presidida pelo corregedor geral da Justiça, desembargador Ilamar Pereira.

“Direito Eleitoral: eleições municipais” é o tema que será debatido pelos juizes hoje, das 8 às 9h. Os desembargadores

Mauro Jordão de Vasconcelos, presidente do Tribunal Regional Eleitoral, e Mário Melo serão os instrutores. A partir das 10h, o juiz Virgílio Carneiro Leão debate “Matéria Cível” com os participantes.

Ao final de cada assunto abordado pelos instrutores, os magistrados terão um espaço livre para perguntas e debates. No



Juizes em Processo de Vitaliciamento: debates sobre diversos temas jurídicos

sábado (27), no encerramento do Curso, haverá um horário es-

pecífico para aplicação dos temas analisados.

Vitaliciamento

Prossegue hoje, a partir das 8h, o Curso de Aperfeiçoamento para Juizes em Processo de Vitaliciamento. O desembargador Nildo Nery dos Santos e o juiz de Direito Roberto Ferreira Lins

serão os instrutores da manhã, quando os magistrados analisarão os aspectos de Matéria Penal. O curso encerra-se amanhã, com a aplicação dos temas debatidos.



ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 26 DE ABRIL DE 1995 Nº 77

Diário Oficial



Secretário Mota: presidência do TJ moderniza serviços administrativos

Telejudiciário facilita acesso aos processos

De agora em diante, informações sobre processos e documentação administrativa do Tribunal de Justiça de Pernambuco podem ser obtidas pelo telefone 424-3021. É o Telejudiciário, serviço que será oferecido ao público a partir de segunda-feira (29), quando será instalado pelo presidente do TJ, desembargador Waldemir Lins.

Parte do Programa de Ação da atual presidência do Tribunal, o serviço tem o

objetivo de aproximar o Judiciário do público, facilitando o acesso às informações. "É

mais um passo na modernização dos serviços administrativos do TJ", afirma o secretário de Planejamento, Administração e Interior, Leovegildo Mota.

Segundo ele, apesar de continuar funcionando normalmente, o serviço de atendimento pessoal no térreo do Palácio da Justiça deve ser reduzido. "Além da comodidade, os inte-

ressados contarão com serviço rápido e eficiente", acrescenta. O secretário Mota lembrou que o Tribunal de Justiça já conta com um serviço de atendimento de informação processual através do sistema Rempac, onde o advogado ou escritório de advocacia se credencia junto ao TJ e passa a ter acesso aos dados através da informática.

Serviço fornece dados jurídico-administrativos

O Telejudiciário é um sistema informatizado, com dados jurídico-administrativos, que será operado por atendentes treinadas para, num menor espaço de tempo possível, responderem às indagações do usuário interno e externo do Tribunal de Justiça.



Telejudiciário: serviço informatizado garante atendimento rápido e eficiente

As informações sobre processo cível e criminal que entrou no TJ ou tramitava na Vara (cartório) e teve uma apelação ou recurso e foi enviado ao Tribunal são obtidas através do serviço apenas com o nome do autor e/ou réu. Caso o interessado saiba o número do processo, o atendimento é ainda mais rápido.

Segundo o chefe da Central de Informações do TJ, Antonio da Paz Filho, 90 por cento dos usuários buscam informações sobre a situação atual dos feitos. "Daremos toda a movimentação processual atualizada", confirma.

Com relação às informações administrativas, basta o interessado fornecer o nome ou o assunto

protocolado na recepção que as atendentes do Telejudiciário dizem para onde foi encaminhado. "Faremos um acompanhamento diário do nosso atendimento. Depois de três meses, a presidência do TJ fará uma avaliação dos resultados, podendo determinar a ampliação do serviço", completa Antonio da Paz.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins

Vice-Presidente:
Des. Antônio Pio dos Santos Neto

Corregedor-Geral:
Des. Antônio Pereira da Silva

Assessor de Imprensa:
Laciano Prata da Silva

Relações:
Roberto Tavares

Relações:
Christiane Alencar e Marcos Glória

Relações:
João Barbosa

Diagramação:
Cátia Dias

Redação:
Praça da República s/nº - 5ºº
Avenida - Recife-PE - CEP
50030-040 - Fone: 424.3811/9 -
348 - Telex: 31195 - Fax:
4241832

Telejudiciário

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Waldemir Lins instala nesta segunda-feira (29), às 15h, no térreo do Palácio da Justiça, o Telejudiciário, sis-

tema informatizado que dará ao público, acesso às informações sobre processos e documentações administrativas do TJPE. O serviço é acionado através do telefone 424-3021.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 27 DE ABRIL DE 1996 Nº 78

Diário Oficial

Justiça vai a Cavaleiro

Cavaleiro precisa urgente da instalação de um Juizado Especial Cível. A constatação é do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Waldemir Oliveira Lins, durante visita ao distrito, localizado em Jaboatão dos Guararapes. Segundo ele, apesar de possuir uma população de 200 mil habitantes, Cavaleiro dispõe apenas de um Cartório de Registro Civil.

Em acordo com a Prefeitura jaboatonense, o Tribunal de Justiça vem tomando as providências necessárias à instalação do Juizado, com a reforma de um prédio doado pelo Executivo municipal. Segundo o magistrado, que pretende implantar o Juizado em curto espaço de tempo, a iniciativa beneficia a comunidade de Cavaleiro, considerada uma das mais pobres da região.



Cidadão — A Câmara Municipal de Goiana concedeu ao desembargador Ete-rio Ramos Galvão (foto) o Título de Cidadão Goianense. O presidente do Legislativo, vereador Paulo Geraldo dos Santos Viêgas, comunicou ao magistrado que a Sessão Solene de entrega do Título será no dia 03 de maio, às 20h, no plenário da Câmara.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Des. Arlindo Pio dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Raimundo Pereira da Silva
Auxiliar de Imprensa:
Luziane Praxedes
MT 1489

Editores:
Roberta Tavares
Relatores: Cheliane Alcantara
e Marcos Cláudio

Fotografia:
João Barbosa
Diagramação:
Cecília Dias

Exatidão:
Pq. da República s/nº - 3º
Andar - Recife, PE - CEP
50010-040 - Fone: 424.3811/8-
288 - Telex: 3116 - Fax:
4241822



Waldemir: prioridade é a ampliação da assistência jurisdicional no Estado

Jaboatão ganha novas Varas

O Fórum da Comarca de Jaboatão será acrescido de cinco Varas: uma criminal e quatro cíveis, sendo uma destinada à tramitação de processos fazendários. O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Waldemir Oliveira Lins, informa que os cargos já foram criados, faltando apenas a conclusão da reforma do prédio onde vão funcionar as Varas. O objetivo é o de que, em apenas dois meses, já estejam prestando assistência à comunidade.

Agenda

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Waldemir Lins, participou da 1ª Teleconferência do Ministério da Justiça, no auditório da Embratel. Nesta quinta-feira, o chefe da Corte de

Justiça estadual estará presente às comemorações da restauração do Palácio Joaquim Nabuco. Na sexta-feira, o magistrado vai ao Centro de Convenções, onde acontece o IV Congresso Nacional de Direito Processual.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 1º DE MAIO DE 1996 Nº 80

Diário Oficial

Presidente inaugura



Atendentes: informações das 7 às 19h sobre tramitação de processos no TJPE

Telejudiciário

Informações sobre processos e documentação administrativa no Tribunal de Justiça de Pernambuco já podem ser obtidas pelo telefone 424-3021. O presidente do TJ, desembargador Waldemir Lins, inaugurou o Telejudiciário, o mais novo serviço prestado à comunidade pela Justiça Estadual.

A solenidade contou com a presença do corregedor geral da Justiça, desembargador Itamar Pereira da Silva,

secretário de Planejamento, Administração e Interior, Leovegildo Mota, assessor especial da presidência, juiz Gabriel Cavalcanti, administrador do prédio, Carlos Gonçalves, e da diretora de Recursos Humanos, Lenira Magalhães.

O secretário Mota, acompanhado do chefe da Central de Informações, Antonio da Paz Filho, esclareceu toda a operacionalização do serviço aos presentes. Segundo ele, ali estava

sendo inaugurado o "Núcleo Originário" de um atendimento que deve se expandir no decorrer deste ano.

O desembargador-presidente enfatizou a importância do Telejudiciário, que, segundo ele, é uma forma de democratizar a informação. "A intenção é que o Tribunal de Justiça presta cada vez mais bons serviços à população", afirmou.

"Excelente". Foi como reagiu o corregedor geral da Justiça,

des. Itamar Pereira, ao parabenizar o presidente do TJ pela implantação do serviço de

atendimento por telefone. "Estamos em fase de estudos para que a Corregedoria instale

um sistema semelhante, atendendo aos processos na 1ª instância", completou.

Serviço só fornece dados sobre processos no TJ

O Telejudiciário, serviço de informações jurídico-administrativas, inaugurado na segunda-feira (29) pelo presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Waldemir Lins, atende somente aos

Antonio da Paz Filho, 30 por cento dos usuários do sistema estão solicitando dados que o Telejudiciário não informa. "O sistema foi criado para fornecer dados sobre os processos que estão sendo analisados pelos desembargadores", avisa.

nos Juizados de Pequenas Causas e até dados sobre Justiça do Trabalho. "O nosso atendimento é restrito aos processos que estão tramitando no TJPE", finaliza.



Antonio da Paz: "O serviço não dá informações sobre processos na 1ª instância"

processos que deram entrada no TJPE, não fornecendo dados sobre feitos na 1ª instância nem de Juizados Especiais.

Segundo o chefe da Central de Informações do Tribunal,

De acordo com ele, existem pessoas desinformadas pedindo informações sobre processos nas Varas (cartórios), que estão sob a responsabilidade dos juizes, feitos



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins

Vice-Presidente:
Des. Arthur Pinheiro Santos Neto

Corregedor-Geral:
Des. Itamar Pereira da Silva

Assessor de Imprensa:
Luciano Francisco
MT 1469

Editor:
Roberto Taveira

Redator:
Marcelo Gluck

Fotografia:
José Roberto

Diagramação:
Cátia Dias

Redação:
Praça da República s/nº - 5º
Andar - Recife-PE - CEP
50.010-040 - Fone: (41) 303.108
268 - Telex: 3116 - Fax:
4241822

Telejudiciário

424-3021. Ligando esse número você obtém informações sobre processos cíveis, criminais e administrativos que deram entrada no Tribunal de Justiça de Pernambuco. E o que é melhor: num curtíssimo espa-

ço de tempo. Se for dado o número do processo, melhor ainda: a informação sai em segundos. É o telejudiciário, um serviço do TJ que funciona de segunda a sexta-feiras, das sete às 19h.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 8 DE MAIO DE 1996 Nº 64

Diário Oficial



Reunião — O Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do País reúne-se em Brasília, nos dias 10 e 11 de maio (sexta-feira e sábado). O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Waldemir Lins (foto), viaja amanhã para participar do encontro. Os chefes das Cortes Estaduais de Justiça do Brasil devem continuar as discussões iniciadas no encontro realizado no Rio de Janeiro, no mês passado. Outros temas também fazem parte da pauta de debates na capital da República.

Pronto Atendimento tem novo ramal

O serviço de Pronto Atendimento da Jurisprudência do Tribunal de Justiça está funcionando em novo ramal. Após ligar para o telefone 424-3811, o usuário do serviço deve solicitar o ramal 312. O horário de atendimento vai das sete às 18h.

Remanescentes participam de concorrência

Os candidatos remanescentes de concursos públicos de Comarcas do interior do Estado estão sendo convocados pelo Conselho da Magistratura do Tribunal do Tribunal de Justiça de Pernambuco para concorrerem a uma vaga de Distribuidor no município de São José do Egito.

O aproveitamento dos candidatos aprovados em outros concursos depende de um pedido de inscrição instruído de documentação que inclui, entre outras, a certidão da média global obtida pelo candidato.

O pedido de inscrição para nomeação no cargo de Distribuidor e Anexos (não oficializado) da 2ª Entrância tem um prazo de dez dias a partir da publicação do edital no Diário Oficial do Poder Judiciário.



Serviço de Pronto Atendimento: consultas sobre Jurisprudência do TJ pelo telefone

Através desse ramal, magistrados e demais interessados podem obter qualquer informação sobre a Jurisprudência do Tribunal de Justiça. Duas funcionárias da Central de Informação foram treinadas para a realização do serviço.

Ao ligar, o usuário do Pronto Atendimento diz o assunto de interesse e a atendente obtém, através da informática, os dados solicitados. Caso haja muitas ementas sobre o tema pedido, como é o caso dos mandados de segurança, a funcionária faz uma seleção para o interessado.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins

Vice-Presidente:
Des. Arthur Pio dos Santos Neto

Corregedor-Geral:
Des. Iomar Pereira da Silva

Assessor de Imprensa:
Luciano Francisco
MT 1469

Edição:
Roberto Tavares

Redator:
Marcelo Gomes

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Celso Dias

Redação:
Praça da República s/nº - 5º
Andar - Recife-PE - CEP:
50.030-040 - Fone: 424.3811/8
288 - Telex: 3116 - Fax:
4241822

Concurso

Até o dia 20, bacharéis interessados podem se inscrever no XXV Concurso para Ingresso na Magistratura de Carreira, que o Tribunal de Justiça carioca vai realizar este ano. A informação é do presi-

dente daquele TJ, desembargador José Lisboa da Gama Malcher. O Tribunal de Justiça fica localizado na avenida Erasmo Braga, 115, Rio de Janeiro. O telefone para contato é (021) 296.1177, ramal 2472.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 10 DE MAIO DE 1996 Nº 86

Diário Oficial

Biblioteca

Reforma para melhoria do atendimento

A Biblioteca do Tribunal de Justiça está fechada para reforma. O serviço, que inclui troca de sistema elétrico e informatização do setor, além da redistribuição das estantes e nova ambientação, vai propiciar a melhoria

da assistência ao público usuário. Iniciada no final de abril, a reforma deve se estender, aproximadamente, por mais 15 dias.

O atendimento, no entanto, não foi de

todo afetado. Alguns dos serviços continuam sendo prestados, na medida do possível. Quem tem livros para devolver, por exemplo, pode se dirigir durante o

período à Secretaria de Planejamento, Administração e Interior, onde há dois funcionários da Biblioteca, pela manhã e à tarde, para recebimento das obras.

Segundo informações da diretora Maria das Graças Freire de Oliveira, também as pesquisas mais urgentes, da necessidade dos desembargadores, continuam a ser feitas, através do intercâmbio que o Tribunal de Justiça mantém com outras bibliotecas. Além disso, o Diário Oficial do Poder Judiciário estadual permanece divulgando a legislação das leis federais, por onde os juízes do interior podem se atualizar.



BIBLIOTECA — A reforma não impede a prestação de alguns serviços da Biblioteca do Tribunal, como a devolução de livros e a solicitação de pesquisas urgentes.



Gravatá — Tribunal de Justiça e Prefeitura Municipal assinaram contrato de doação de terreno para construção de duas residências oficiais de juízes daquela Comarca. O convênio foi assinado pelo prefeito Luís Alves de Oliveira e o diretor do Foro de Gravatá, juiz Adeildo Nunes (foto).

Correção de provas

Começou o trabalho de correção das provas práticas de sentença cível e criminal do concurso de juiz substituto de 1ª Instância. Realizadas no dia 14 de abril, pelo Tribunal de Justiça, as provas foram distribuídas entre os membros da comissão examinadora, integrada pelos desembargadores José Maria Florêncio (presidente), Benildea Ribeiro e Mário Melo, e pelo advogado Nilzardo Carneiro Leão. Concorrem 264 candidatos.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:

Des. Waldemar Oliveira Lima

Vice-Presidente:

Des. Arthur Pinheiro Santos Neto

Corregedor-Geral:

Des. Itamar Pereira da Silva

Assessor de Imprensa:

Luciano Tracoli

MT 1469

Editor:

Roberto Tavares

Redator:

Marcos Cláudio

Fotografia:

João Barbosa

Diagramação:

Colênia Dias

Redação:

Pos. da República 407 - 5ª

Andara - Recife-PE - CEP

50.100-040 - Fone: 424.311.118

368 - Telex: 31155 - Fax:

4241822

Fórum

Com cerca de 110 mil habitantes, o município de Igarassu ganhará nos próximos meses um novo Fórum (ver matéria abaixo). Atualmente, tramitam na Comarca de 2ª En-

trância, segundo o juiz da 1ª Vara, Sérgio Lopes, uma média de 3.500 processos. A nova sede do Judiciário local funcionará num prédio com uma área construída de 900 m2.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 11 DE MAIO DE 1996 Nº 87

Diário Oficial

Comarca de Igarassu terá novo Fórum

O Judiciário da Comarca de Igarassu, município da região metropolitana do Recife, terá, dentro dos próximos meses, uma nova sede. Para isto, a prefeitura já elaborou um projeto de Lei, para ser aprovado pela Câmara municipal, onde é cedido um prédio para o Fórum.

Foi este o motivo da visita do prefeito de Igarassu, Jurandir Bezerra, ao presidente do Tribunal de Justiça de Per-



Presidente do TJ (centro) recebeu a visita do prefeito de Igarassu (sem gravata)

nambuco, desembargador Waldemir Lins. Presentes os juizes da Comarca, Pedro Odilon e Sérgio Lopes, o assessor especial da presidência, juiz Gabriel Cavalcanti, e o secretário de Planejamento, Administração e Interior do TJ, Leovigildo Mota.

"Dentro de trinta dias esperamos entregar o novo prédio ao Poder Judiciário", afirmou o prefeito. Ele acrescentou que o local onde funcionará o Fórum fica no Centro Histórico da cidade e, devido às suas dimensões, dará melhores condições de trabalho aos juizes

e servidores da Justiça.

Segundo os magistrados da Comarca de Igarassu, as salas onde funcionam atualmente as duas Varas, com as recentes chuvas, não oferecem boas condições. "O novo Fórum, fruto de contatos entre Judiciário e prefeitu-



MENSAGEM DO DIA DAS MÃES
— O casal Waldemir e Sílvia Lins, (foto) por ocasião do dia 12 de maio, partilha com todos aqueles que, por benção divina, desfrutam do privilégio maior de ser veículo da vida, de sonhos e de amor que somente o coração de mãe sabe traduzir, homenageando nesta data a todas as mães que fazem parte da numerosa família do Poder Judiciário e parabenizando os filhos pela benção das mães que têm.

tura, possibilitará um melhor atendimento à população do município", completaram.

O presidente do TJ agradeceu o gesto de colaboração e sensibilidade do prefeito Jurandir Bezerra para

com o Judiciário, afirmando a importância da parceria entre os dois poderes para o bem público. Ele também elogiou a participação dos juizes no pleito do novo Fórum.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins

Vice-Presidente:
Des. Arthur Pinheiro Santos Neto

Corregedor-Geral:
Des. Romeu Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:
Luciano Francisco
MT 1499

Editores:
Roberto Teixeira

Relatores:
Maurício Cláudio

Fotografia:
João Barbosa

Diagramação:
Celso Dias

Redação:
Rua da República, s/nº - 5º
Andar - Recife-PE - CEP
50.015-060 - Fone: 424.3113/96
288 - Telex: 3116 - Fax:
4241822

Resultado

A Corregedoria Geral da Justiça divulgou, através da Comissão Permanente de Concurso das Comarcas do interior, o resultado final do concurso público de Moreilândia. O primeiro lugar para Técnico Judiciário de 1ª Entrância foi obtido por Ferdinando Garibaldi Cruz, com uma média final de 7,65.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 15 DE MAIO DE 1996 Nº 89

Diário Oficial

Juiz propõe debate jurídico pela Internet

O juiz de Direito da Capital, Demócrito Ramos Reinaldo Filho, está convidando os colegas magistrados e profissionais do Direito para participarem de fórum de discussão sobre temas jurídicos através da rede de informática Internet.

Ele já entrou em contato com uma empre-

sa do ramo para criar um canal "on line" na WEB, exclusivo para debates jurídicos. Enquanto não se conclui a sua implementação, Demócrito Filho está se utilizando do correio eletrônico.

No momento, o magistrado está coordenando um fórum de discussão sobre os Juizados Especiais Cíveis. Ele lembra que os interessados em apresentar algu-

ma sugestão ou tirar dúvida sobre funcionamento, organização e competência dos JEC's devem enviar um e-mail para o seguinte endereço: democ@elogica.com.br.

"As propostas ou sugestões recebidas serão respondidas pelo mesmo meio, através do envio de mensagem para a caixa postal eletrônica do interessado", afirma o juiz Demócrito Filho.



Demócrito Filho: "a idéia é criar um novo canal de comunicação entre os magistrados"



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemar Oliveira Lima

Vice-Presidente:
Des. Arthur Pinheiro dos Santos Neto

Corregedor-Geral:
Des. Iomar Pereira da Silva

Assessor de Imprensa:
Lourdes Frazão

Edição:
Roberto Távares

Redação:
Maurício Chaves

Fotografia:
João Barbosa

Diagramação:
Cristina Dias

Redação:
Pça. da República nº 57 - 5º
Andar - Recife-PE - CEP
50.010-040 - Fone: 424.38.118-
288 - Telex: 3116 - Fax:
424.18.22

Informática divulga endereços eletrônicos

A diretoria de Informática do Tribunal de Justiça de Pernambuco, procurando auxiliar os magistrados que utilizam a rede de informações Internet, está divulgando endereços eletrônicos de instituições, órgãos e centros ligados à Justiça.

Segundo a diretora Josiane Sedicius, serão divulgados inclusive endereços de Tribunais e órgãos da Justiça de outros países. Eis alguns aqui no Brasil:

Tribunal de Justiça de Rondônia —
<http://www.ronet.com.br/~tjro/>

Procuradoria Geral da República —
<http://www.pgr.mpf.gov.br/pgv/mpf.html>

Centro de Ciências Jurídicas da Universidade de Santa Catarina —
<http://www.ccj.ufsc.br/>

Justiça do Distrito Federal — <http://www.gdf.gov.br/sec/sefp/codeplan/anuario/justica.html>

Página eletrônica do governo do Distrito Federal — <http://www.gdf.gov.br/index.html>

Codeplan — Cia de Desenvolvimento Planalto Central — <http://www.gdf.gov.br/sec/sefp/codeplan/dicim.html>

Anuário Estatístico do Distrito Federal — <http://www.gdf.gov.br/sec/sefp/codeplan/anuario.html>

Esposas elegem nova diretoria da Aemepe

Hoje, a partir das 8h30, a Associação das Esposas dos Magistrados de Pernambuco realiza eleição para a sua nova diretoria. O pleito acontece na sede da Aemepe, que fica no térreo do Fórum Paula Batista.

A chapa única para o biênio 1996/97 é encabeçada por Sílvia Maria de Norões Lins, esposa do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Waldemar Lins. Eis a relação completa da chapa:

Presidente: Sílvia Maria de Norões Lins

Vice-presidente: Valéria Gueiros Leite de Freitas

1ª Tesoureira: Anita Malta

2ª Tesoureira: Zélia Maria Pinheiro d'Almeida Lins

1ª Secretária: Ana Maria Leite Almeida Xavier

2ª Secretária: Helena Cavalcanti Siqueira Campos

3ª Secretária: Rita Macedo Malta

Diretora Social: Aliete Daque de Miranda

Viagem

Encontra-se em Belo Horizonte o desembargador pernambucano José Napoleão Tavares. Na capital mineira, ele participa de simpósio de Direito do Consumidor. Segun-

da-feira, o magistrado está de volta às suas funções no Tribunal de Justiça estadual, reassumindo inclusive a presidência da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 17 DE MAIO DE 1996 Nº 91

Diário Oficial

Judiciário

Eficácia no controle da execução orçamentária

Está em dia a prestação de contas do Poder Judiciário pernambucano. Relatórios diários, mensais e semestrais atualizados podem ser comprovados a qualquer momento pelo Tribunal de Contas e Assembleia Legislativa do Estado. A informação é do diretor financeiro, João Lopes da Cruz Neto, do Tribunal de Justiça.



João Lopes: relatórios encadernados integram Biblioteca de Gestão Financeira

Segundo ele, o sistema informatizado da prestação de contas do Tribunal de Justiça proporciona a eficácia do controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Judiciário. O projeto foi implan-

tado a partir da gestão passada, devendo estar concluído até o final do ano.

Para maior durabilidade e segurança das informações, os relatórios são periodicamente encadernados, formando

a Biblioteca de Gestão Financeira do Tribunal de Justiça. Cerca de 300 volumes compõem o atual acervo, dos quais 50 fazem parte da administração Waldemir Oliveira Lins, iniciada em fevereiro.

Atenção servidor

O servidor do Poder Judiciário, interessado em obter maiores informações sobre alterações que a Previdência estadual sofreu através da Lei 11.327 de 11 de janeiro de 1996, deve procurar a Assessoria de Imprensa do Ipsep. Folhetos explicativos estão à disposição do funcionário público, à Rua Henrique Dias, s/n, Derby. Segundo a presidência do Ipsep, as mudanças são necessárias não apenas para fortalecimento do órgão previdenciário, mas também para a garantia do pagamento de 100 por cento da remuneração dos pensionistas, conforme determinação constitucional.



Eleita para ocupar a presidência da Associação das Esposas dos Magistrados do Estado de Pernambuco, Silvia Maria de Norões Lins (foto), deve assumir no início de junho, em data a ser marcada. A nova presidente busca, no biênio 1996/1997, uma administração participativa, em função das necessidades do Tribunal de Justiça. A diretoria tem Valéria Gueiros Leite de Freitas na vice-presidência e Aliete Duque de Miranda na diretoria social. A Aempe tem 15 anos de fundação.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins

Vice-Presidente:
Des. Arthur Pio dos Santos Neto

Corregedor-Geral:
Des. Itamar Pereira da Silva

Assessor de Imprensa:
Luciano Francisco

MT 1-405

Edição:
Roberto Tavares

Relatório:
Mecenas Olavo

Fotografia:
João Barbosa

Diagramação:
Cecília Dias

Distribuição:
Pra. da República s/nº - 5º
Andar - Recife-PE - CEP
50010-940 - Fone: 424.3811/38
268 - Telex: 3116 - Fax
4241822

Aniversário

Coral do Tribunal de Justiça completa sete anos de fundação. Quarta-feira (22), reunião define chapas que devem concorrer à eleição da nova diretoria. Na oportunidade, coralistas acertam últimos detalhes da solenidade de aniversário, dia 29.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 18 DE MAIO DE 1996 Nº 92

Diário Oficial

Esmape promove cursos de atualização

Magistrados pernambucanos farão cursos de introdução ao Latim Jurídico e de atualização da Língua Portuguesa. Com eles, promotores, advogados e estudantes de Direito, numa promoção da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco. De extrema necessidade para o de-

sempenho da função, os cursos começam em junho, em data a ser confirmada.

As inscrições estão abertas e podem ser feitas até o dia 24, na Esmape, localizada

na Avenida Martins de Barros, 593, Santo Antônio, entre 9 e 21h. A



A partir de junho, magistrados têm oportunidade de reciclar conhecimentos através de cursos oferecidos pela Escola da Magistratura de Pernambuco

taxa de inscrição, duas parcelas de R\$ 90 para ambos os cursos, pode

ser paga em qualquer agência Bandepe, através da conta 0525252-2.

agência 001, para crédito da Escola Superior da Magistratura.

CERTIFICADO

Quatro meses é o tempo previsto para o curso de Latim Jurídico, com aulas ministradas pelo professor João Batista Lippo Neto, às segundas-feiras, das 9 às 11:30h. O de atualização da Língua Portuguesa, aulas com o mesmo professor às terças e quintas pela manhã, tem duração de três meses. Ambos oferecem 40 vagas, 60 horas/aula e conferem certificado aos participantes.

Curso de Direito em Vídeo vem aí

Dia 20 começa a inscrição do Curso de Atualização de Direito em Vídeo, Módulo I, Processo Civil, promovido pela Escola Superior da Magistratura de Pernambuco. Destinado a juizes, promotores, advogados e estudantes da área, o curso oferece 50 vagas, carga horária de 60 horas/aula, às segundas e sextas, a partir de junho. O Curso de Direito fará uso de fitas jurídicas em vídeo, do acervo da Escola da Magistratura de Pernambuco, com debates dos temas entre participantes e professores. A inscrição, que termina no dia 31, pode ser feita na Esmape e custa R\$ 60,00, que devem ser pagos no Bandepe, nas mesmas condições que as taxas dos cursos de Latim Jurídico e Língua Portuguesa.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:

Des. Waldemir Oliveira Lima

Vice-Presidente:

Des. Arthur Pereira dos Santos Neto

Corregedor-Geral:

Des. Ilmar Pereira da Silva

Auxiliar de Imprensa:

Luciano Farias de

MT 1405

Editor:

Roberto Tavares

Revisor:

Marcos Glauco

Fotografia:

João Barbosa

Diagramação:

Colore Dia

Endereço:

Pça. da República s/nº - 52º
Andar - Recife PE - CEP
50.018-040 - Fone: 424.3611/8-
268 - Telex: 3116 - Fax:
424/1322

Caruaru

Junho é mesmo o mês escolhido pela Escola Superior da Magistratura de Pernambuco para a realização de cursos diversos, destinados a juizes e representantes da área jurídica estadual (veja matérias abaixo). De 13 a 15 do mês, a Esmape reúne magistrados, promotores e advogados em Caruaru, durante o III Simpósio de Direito Processual naquela Comarca. Com apoio da Escola Nacional da Magistratura, Sociedade Caruaruense de Ensino Superior, Tribunal de Justiça, Corregedoria Geral da Justiça e Associação dos Magistrados de Pernambuco, o encontro tem abertura feita pelo presidente do TJ, desembargador Waldemir Oliveira Lima.

Waldemir Lima — presença no Simpósio Caruaruense de Direito Processual



Provas

Domingo, dia 26, às 8h, os candidatos inscritos para o concurso público de Oficial de Justiça de 1ª Entrância da Comarca de Calçado realizam as provas de Português, Matemá-

tica e Prática de Ofício. Os interessados devem chegar à Escola Municipal Prof. Sebastião Tiago às 7h, munidos de carteira de identidade e caneta esferográfica.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 22 DE MAIO DE 1998 Nº 94

Diário Oficial

O Tribunal de Justiça do Estado serviu de sala de aula para alguns alunos do Curso de Direito da Universidade Católica de Pernambuco. Acompanhados dos professores Fernando Lapa e Ricardo Magalhães, os estudantes conheceram todo o funcionamento do Palácio da Justiça.

A visita à sede do Poder Judiciário é, se-

Estudantes visitam Palácio da Justiça



O presidente Waldemir Lins recebeu professores e alunos ao final da visita

gundo os professores, muito importante para os alunos, sendo uma extensão do aprendizado em sala de aula. "Aqui o aluno tem contato com o que vai ser o seu dia-a-dia", acrescentou o professor Lapa.

Os estudantes estiveram no Tribunal Pleno, nas Sessões das Câmaras Cíveis e Criminais, nos setores de Distribuição Processual e Jurisprudência, sempre acompanhados do assessor especial da presidência, juiz Gabriel Cavalcanti, e do diretor-adjunto da Secretaria Judiciária, Carlos Macambira.

Em seguida, os alunos foram recepcionados pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Waldemir Lins, que elogiou a iniciativa dos professores. "Na minha época de estudante de Direito não havia nem a disciplina de Prática Forense", lembrou o magistrado.

Ele disse aos alunos e professores que era um prazer recebê-los no TJ, que está sempre de portas abertas a essas iniciativas. "Espero que tenham tido algum aprendizado com a visita, e voltem sempre", acrescentou o desembargador-presidente.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins

Vice-Presidente:
Des. Arthur Pio dos Santos Neto

Corregedor-Geral:
Des. Renato Pereira da Silva

Assessor de Imprensa:
Luciano Praxedes
MT 1408

Edição:
Roberto Tavares

Redação:
Maurício Cláudio

Fotografia:
João Barboza

Diagramação:
Cecília Dias

Redação:
Pra. da República nº 50 - 50º
Andar - Recife-PE - CEP
50.210-040 - Fone: 424.3811/8-
264 - Telex: 3115 - Fax:
424/822

Esmape prepara lançamento de Revista

Está em fase final de montagem o número 1 da Revista da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco. Artigos jurídicos, monografias e sentenças são alguns dos itens que compõem o 1º volume.

A Revista terá como colaboradores, entre outros, o ministro do Superior Tribunal de Justiça, Néri da Silveira, os desembargadores Arthur Pio dos Santos, Agenor Fer-

reira e Nildo Nery dos Santos.

Os professores Romualdo Marques, Cláudio Souto e João Maurício Deodato também fazem parte da equipe de colabo-

radores. Segundo o Supervisor da Escola da Magistratura, juiz Jorge Américo Pereira de Lira, a proposta inicial é que a Revista saia quadrimestralmente.



Supervisor da Esmape, Jorge Américo: "Até o início de junho sairá o 1º volume"

Itapetim

A Comissão Examinadora do concurso público para provimento do cargo de Oficial de Justiça da Comarca de Itapetim divulgou esta semana o resultado final do processo seletivo.

Os três candidatos aprovados devem comparecer ao Fórum da Comarca no prazo determinado pelo edital com toda a documentação exigida, a fim de participarem do processo de habilitação.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RÉCIFE, SEXTA-FEIRA, 24 DE MAIO DE 1996 Nº 96

Diário Oficial

Comarcas podem dispor de suprimento

As Comarcas do interior do Estado que não mantêm um convênio com as prefeituras locais para cobertura das despesas com material de consumo dispõem agora de um instrumento eficaz: o suprimento individual de recursos.

A informação é do secretário de Planejamento, Administração e Interior do TJ, Leovegildo Mota, e do

assessor especial da presidência, juiz Gabriel Cavalcanti. "A Instrução Normativa nº 03/96, baixada pelo presidente Waldemir Lins, disciplina a utilização dos recursos", acrescenta Mota.

Estes recursos, segundo o secretário, são originários da dotação orçamentária do TJPE e sua utilização está de acordo com o Código de Administração Financeira do Estado e com as orien-

tações do Tribunal de Contas do Estado.

Mota informou ainda que a Instrução especifica onde e como o juiz deve utilizar o suprimento individual. "A solicitação da quantia deve ser através de ofício. Após prestar conta da aplicação dos recursos, no prazo máximo de 60 dias, o magistrado pode fazer novo pedido", afirmou o secretário.

Segundo ele, os valores do suprimento



Mota e Cavalcanti destacaram a importância da descentralização administrativa

variam de acordo com as Comarcas. As de 2ª e 3ª Entrância recebem, no máximo, 400 reais. Já as de 1ª Entrância podem utilizar o teto de 200 reais. Cerca de 50 Comarcas

do interior já estão utilizando os recursos.

DESCENTRALIZAÇÃO

"A iniciativa segue a meta da presidência do Tribunal de Justiça de dar melhores condições às Comarcas e, conseqüentemente, aos Fóruns do interior", afirma Mota. Segundo ele, a repercussão entre os magistrados é excelente.

O assessor especial da presidência, juiz Gabriel Cavalcanti, por sua vez, destaca

a importância da descentralização administrativa que o ato provoca. "Sem contar que os diretores dos Fóruns ganham maior autonomia com a medida", acrescenta.

Ele lembrou que a assessoria especial já enviou ofício circular comunicando os juizes sobre a realização de convênios entre prefeituras e Poder Judiciário, para que as mesmas se responsabilizem pela manutenção dos Fóruns.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins

Vice-Presidente:
Des. Arthur Pio dos Santos Neto

Corregedor-Geral:
Des. Iamar Pereira da Silva

Assessor da Presidência:
Luciano Travençolo
MT 1469

Relatores:
Marcelo Clavio, Roberto Tiviani
e Christiane Moraes

Fotografia:
Néstor Barbosa

Diagramação:
Cecília Dias

Redação:
P.O. de Repetição nº 31
Av. Brasil - Recife-PE - CEP
50030-040 - Fone: 424.381.106
266 - Telex: 31106 - Fax:
4241122

Telejudiciário

Se você tem algum processo tramitando no Tribunal de Justiça e precisa saber sobre seu andamento, não pense duas vezes: pegue o telefone e disque 424-3021. Em poucos segundos você terá todos os dados atualizados. É o **Telejudiciário**, um serviço do TJPE à sua disposição. Evite filas e ganhe tempo. De segunda a sexta-feira, no horário das 7 às 19h, as atendentes estão prontas para fornecer todas as informações. Ligue já!

Casa Amarela



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 25 DE MAIO DE 1996 Nº 97

Vem aí o Juizado Especial Criminal de Casa Amarela. De acordo com levantamento feito pela assessoria da presidência do Tribunal, o JEC

deve ser instalado no mesmo prédio onde funciona o Juizado Cível, na rua da Harmonia. A data será definida em função das adaptações no imóvel.

Diário Oficial

Presidência instala Juizados no Recife

Os Juizados Especiais Cíveis do Cordeiro e da Boa Vista serão desativados, surgindo outros dois: um na Madalena e outro nas imediações da Universidade Católica. Ambos manterão a mesma jurisdição, sem prejuízo de atendimento à comunidade, segundo o assessor da presidência do TJ, juiz Fernando Cerqueira.



Fernando Cerqueira: instalações sem maiores gastos para o Tribunal

A iniciativa, pelo contrário, só vem a melhorar a assistência jurisdicional na área uma vez que os núcleos funcionarão não apenas como Juizados Cíveis, mas Criminais, conforme determinação do presidente do Tribunal de Justiça, Waldemir Oliveira Lins. As mudanças serão efetivadas sem maiores gastos, o que será possível devido ao remanejamento de pessoal.

CORDEIRO — Com a transferência do Juizado do Cordeiro para a Madalena, a demanda processual, atualmente em torno de 200 ações por mês, tende a registrar aumento da ordem de 100 por cento, conforme previsão de Cerqueira. A ser instalado na rua Benfica, o Juizado

passa a dispor de excelente localização. O acesso ao público será facilitado, uma vez que aquela é uma região de entroncamento de ônibus. O Juizado Cível ficará no térreo e o Criminal, no primeiro andar.

UNIVERSIDADE — A professora Miriam Sá Pereira, diretora do Departamento de Direito da Universidade Católica, tem em mãos para estudo a proposta do Tribunal de Justiça, para instalação dos Juizados no menor espaço de tempo possível. Pelo projeto, a Unicap deverá ceder dois imóveis no campus universitário. Os estudantes de Direito, por sua vez, poderão estudar tanto na área Cível quanto na Criminal.

Interior

Tribunal acelera Justiça

Aumenta a prestação jurisdicional no interior de Pernambuco. Amanhã, o presidente do Poder Judiciário, desembargador Waldemir Oliveira Lins, instala o primeiro Juizado Especial Cível de Vitória de Santo Antão, levando àquela população uma justiça mais rápida. A solenidade está marcada para as 10h.

Prosseguem as instalações no dia 5 de junho. Dessa vez em Garanhuns, quando a população será beneficiada através de um Juizado Especial Cível. "Será um núcleo de início pequeno explica o presidente Waldemir Lins mas com tendência a crescer, de acordo com a procura da comunidade".

A prefeitura local cedeu o imóvel para funcionamento do Juizado,

enquanto o Tribunal ficou encarregado do mobiliário e pessoal de apoio, como secretário e conciliador. O presidente do TJ disse que, inicialmente, um juiz do Fórum de Garanhuns deve responder cumulativamente pelo serviço judicial. Depois, no entanto, será indicado um magistrado para responder especificamente pela função.

Está prevista também a instalação de mais de um Juizado Especial Cível. A Comarca de Palmares é outra que se encaixa nos planos da presidência do Tribunal de Justiça. As negociações com a prefeitura municipal estão avançadas, devendo a data ser marcada depois de concluída a reforma no imóvel onde a assistência jurisdicional será instalada.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Dr. Waldemir Oliveira Lins

Vice-Presidente:
Dr. Arthur Pio dos Santos Neto

Corregedor-Geral:
Dr. Raimundo Pereira da Silva

Assessor da Presidência:
Luiz Carlos Pinheiro

Relatores:
Márcio Osório, Roberto Tavares e
Oswaldo Maia

Emprego:
José Roberto

Emprego:
Cristina Dias

Relatório:
Pia da República nº 1 - SP

Arquivo - Recife-PE - CEP
50110-000 - Fone: 424.3011/R.

204 - Telex: 3116 - Fax:
4241321

Liberação

Ficam liberados de suas funções, nos dias 31 de maio e primeiro de junho, os juízes estaduais que queiram participar do I Encontro Técnico-Científico de Ma-

gistrados do TJPE, TRF e TRT. A autorização é do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Waldemir Oliveira Lins, que fará abertura do evento.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 28 DE MAIO DE 1996 Nº 98

Diário Oficial

IMP realiza encontro de magistrados

Uma promoção do Instituto dos Magistrados de Pernambuco, juízes estaduais, federais e do Trabalho reúnem-se nos dias 31 de maio e primeiro de junho para o I Encontro Técnico-Científico dos Magistrados dos Tribunais de Justiça, Regional Federal e

Regional do Trabalho. O evento tem abertura marcada para as 14h, com participação do presidente do TJPE, desembargador Waldemir Oliveira Lins.

Estão garantidas as participações do Ministro do Superior Tribunal de Justiça, José Augusto Delgado, do vice-presidente da Associação



Itamar Pereira, corregedor da Justiça, preside mesa durante o Encontro

Internacional dos Magistrados de Menores e de Família, Alyrio Cavallieri, do diretor da Associação dos Magistrados Brasileiros, Henrique Calandra, e do ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, que farão conferências enfocando prioridades do momento nacional.

Na presidência de Mesas estão o presidente do TRF, magistrado Nereu

Pereira dos Santos Filho, a presidente do TRT, magistrada Irene de Barros Queiroz, o corregedor geral da Justiça, desembargador Itamar Pereira, e o presidente da Associação dos Magistrados de Pernambuco, juiz José Fernandes de Lemos. O I Encontro Técnico-Científico se realiza no Pleno do Tribunal Regional Federal, à avenida Martin Luther King, no Cais do Apolo.

Eleição do IMP ocorre durante Encontro Técnico

O Instituto dos Magistrados de Pernambuco realiza, no dia primeiro de junho, a eleição para diretoria da entidade. O pleito tem chapa única, encabeçado pelo juiz Celmino Gusmão, do Tribunal de Justiça. Na primeira e segunda vice-presidência figuram os magistrados Marcos Antônio Tavares (TJPE) e José Emanuel Zeferino Galvão (TRF). O primeiro e segundo secretário são, respectivamente, Demócrito Ramos Reinaldo Filho e Andréa Epaminondas Tenório de Brito, do Tribunal de Justiça estadual. O juiz aposentado José Machado de Oliveira e a juíza Valéria Pereira Wanderley, também do TJPE, completam a chapa nos cargos de primeiro e segundo tesoureiros. A eleição da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal está marcada para as 16h, antes do encerramento do I Encontro Técnico.



Atual presidente, Celmino Gusmão volta a ocupar cargo no IMP

Instituto dos Magistrados

Incentivar e promover pesquisas sobre matérias jurídicas, divulgando e debatendo os respectivos resultados. Esse é um dos principais objetivos do Instituto dos Magistrados de Pernambuco. Criado a 9 de junho de 1994, o IMP tem como associados os magistrados do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Tribunal Regional Federal e Tribunal Regional do Trabalho.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:

Des. Waldemir Oliveira Lins

Vice-Presidente:

Des. Arthur Pinheiro dos Santos Neto

Corregedor-Geral:

Des. Itamar Pereira da Silva

Assessor de Imprensa:

Luciano Francisco

M7 1409

Redator:

Marcos Chaves, Roberto Tavares e

Cláudio Mota

Fotógrafo:

José Barbosa

Diagramação:

Calisto Dias

Endereço:

Pça. da República nº 50

Andaraí - Recife-PE - CEP

50.010-040 - Fone: (016) 381.1100

288 - Telex: 3118 - Fax:

634832

Datilografia

A prova de datilografia, última etapa do concurso público para Oficial de Justiça da Comarca de Cabrobó, será realizada no próximo dia 09 de junho, às 8h, no Fórum do município. A Comissão examinadora convoca todos os 21 candidatos classificados até a penúltima fase do processo seletivo para participarem da prova final.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 29 DE MAIO DE 1996 Nº 99

Diário Oficial

Fesp X TJPE

Parceria pode viabilizar projeto

A Universidade de Pernambuco (UPE/Fesp), através do seu Instituto de Ciências Biológicas — ICB, lançou um projeto para criação de um "Laboratório de Pesquisa em Genética Humana". O diretor do ICB, Carlos Roberto da Silva, esteve no Palácio da Justiça para apresentar o trabalho ao presidente do TJ, des. Waldemir Lins.



Carlos Roberto (centro) explicou ao presidente e assessores o projeto do DNA

As professoras Elisabete Freitas e Cleide Bezerra, diretoras do ICB e coordena-

doras do projeto, respectivamente, também estiveram presentes à reunião. De acordo com elas, o Tribunal de Justiça, junto com as Secretarias de Segurança e Saúde do Estado, pode ser um dos parceiros na execução do projeto.

A criação do laboratório, que seria o único no Norte/Nordeste, segundo os professores, possibilitaria a pesquisa do DNA para verificação da paternidade, com um baixo custo em relação ao mercado, auxiliando nas decisões judiciais.

"A Universidade já está com a parte física para a instalação do laboratório pronta, cabendo aos parceiros a quantia necessária para a aquisição dos equipamentos", afirmou o diretor do ICB. Segundo ele, a

UPE também será responsável pela preparação e manutenção dos técnicos especializados.

"O Poder Judiciário tem interesse no projeto. Apesar das dificuldades financeiras, gostaríamos de

colaborar para sua implantação, pois é uma iniciativa necessária e de muita utilidade", disse o desembargador-presidente do TJ, prometendo analisar o caso em conjunto com os outros possíveis parceiros.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins

Vice-Presidente:
Des. Arthur Pio dos Santos Neto

Corregedor-Geral:
Des. Irmão Pio dos Santos Neto

Assessor de Imprensa:
Luciano Francisco
MT 1469

Relatores:
Marcelo Glauco, Roberto Tavares e
Christine Mares

Fotografia:
João Barbosa

Diagramação:
Cátia Dias

Redação:
Fic. de República s/nº - 5º
Andar - Recife-PE - CEP
50015-040 - Fone: 424.3511/98
245 - Telex: 31145 - Fax:
4241822

Juizado de Garanhuns será instalado em agosto

Garanhuns terá seu primeiro Juizado Especial Cível no mês de agosto. A confirmação aconteceu durante a visita do prefeito Bartolomeu Quidute ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Waldemir Lins. Os dois assinaram um convênio onde a prefeitura cede um prédio ao Judiciário para instalação do JEC.

Os assessores especiais da presidência do TJ, juizes Gabriel Caval-

canti e Fernando Cerqueira, além do assessor técnico da prefeitura de Garanhuns, Gervásio Gargel, estiveram presentes à assinatura do documento. Segundo eles, a data provável para a inauguração é 02 de agosto.

O prefeito Quidute disse que a cidade já vive a expectativa de poder contar com mais este serviço da Justiça. "A repercussão da notícia no município é muito boa", afirmou. Ele acrescentou

que o Juizado ficará na rua Dr. José Mariano, próximo à praça João Pessoa.

O presidente do TJ agradeceu o empenho e a dedicação do prefeito no caso. "Isto demonstra que a prefeitura de Garanhuns está interessada em facilitar o acesso da população à Justiça", ressaltou. Ele disse que o Juizado Especial representa mais cidadania para o povo do município.



Assinatura do convênio garantiu a instalação de mais um juizado no interior

Autoridades

A Mesa dos trabalhos de instalação do Juizado Especial de Vitória de Santo Antão foi composta pelo presidente do TJ e corregedor geral da Justiça, desembargadores Waldemir Lins e Itamar Pereira; juiz diretor do Fórum Paulo Roberto Brandão; presidente da OAB-

PE, Aluísio Xavier, e pelo prefeito Elias Lira. Presentes à solenidade também os desembargadores Benildes Ribeiro, Carlos Xavier, Francisco Sampaio e Gilberto Gondim, além dos juízes assessores Fernando Corqueira e Gabriel Cavalcanti, e José Fernandes de Lemos, presidente da Amepe.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 30 DE MAIO DE 1996 Nº 100

Diário Oficial

Juizado Especial chega a Vitória

A Justiça desburocratizada e sem ônus chega mais perto do povo carente de Vitória de Santo Antão. O marco é a inauguração de Juizado Especial naquele município, realizada terça-feira, em prédio vizinho ao Fórum local, na rua Ibaquim Nabuco, 351, Matriz. Trata-se do primeiro Juizado

instalado pelo desembargador Waldemir Lins, presidente do Tribunal de Justiça, e que desencadeará o funcionamento de outros núcleos semelhantes no Estado.

O Juizado beneficia não apenas a população de Vitória, onde cerca de cinco mil habitantes são pequenos proprietários. A comunidade vizinha, integrada por 12 cidades carentes, também tem acesso àquela prestação juris-

dicional, que trará resolução rápida a causa de valor inferior a 40 salários mínimos, conforme determina a lei 9099/95. O juiz Paulo Roberto Brandão, diretor do Fórum, vai acumular a função no Juizado, até que seja possível designar um magistrado para o local.

Parceria entre o Tribunal e a Prefeitura Municipal de Vitória de Santo Antão, através do desembargador Waldemir Lins e do



Waldemir: Juizado propicia rapidez e Justiça sem ônus

prefeito Elias Lira, permitiu a instalação e funcionamento do Juizado Especial em

curto espaço de tempo. Com o remanejamento de servidores de Justiça, o Poder

Judiciário pôde, inclusive, concretizar a iniciativa sem fazer maiores gastos.

Justiça se moderniza no Interior



Cresce estrutura jurisdicional em Vitória de Santo Antão

Vitória de Santo Antão dispõe de boa estrutura jurisdicional. Além de contar com o Juizado Especial, recém-instalado, duas Varas Cíveis e uma Criminal funcionam no Fórum da Comarca, em modernas instalações. Três juízes — Paulo Roberto Brandão, João Maurício Alcoforado e Sandra Beltrão agilizam o andamento de cerca de seis mil processos.

Terça-feira, dia da instalação do Juizado Especial, o Fórum teve inauguradas as reformas das dependências das Varas Criminal e 1ª Cível, além da Sala dos Advogados. Dentro de 30 dias, aproximadamente, o diretor do Fórum, juiz Paulo Roberto Brandão, espera inaugurar o Progeforo — unidade que centralizará os mandados judiciais expedidos na Comarca.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins

Vice-Presidente:
Des. Ardan Pinheiro dos Santos Neto

Corregedor-Geral:
Des. Itamar Pereira da Silva

Assessor de Imprensa:
Lúcio Pinheiro

Redatores:
Marcelo Gouveia, Roberto Torres e
Cláudio Mota

Fotografia:
João Barboza

Diagramação:
Cláudio Dias

Redação:
Pra. da República s/nº - 5º
Andar - Recife-PE - CEP
50010-040 - Fone: 424.3811/9 -
288 - Telex: 3116 - Fax:
4241822

Lançamento

Hoje, às 18h, no Salão Nobre do Palácio da Justiça, a Escola Superior da Magistratura de Pernambuco lança o 1º volume da "Revista da Esmape". O diretor da Escola,

desembargador Napoleão Tavares, convida magistrados, membros do Ministério Público, advogados e alunos do Curso de Preparação à Magistratura para participarem do lançamento.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 05 DE JUNHO DE 1996 Nº 104

Diário Oficial

TJ reúne assessoria para discutir metas

"Discutir o programa de trabalho da atual gestão e estabelecer prioridades, tendo em vista a limitação de recursos". Estes são os objetivos do 1 Encontro de Diretores e Assessores do Tribunal de Justiça, que será realizado no próximo sábado (08), no Mar Hotel.

A partir das 8h, o grupo de 26 auxiliares iniciais, de forma participativa, o estabelecimento das metas administrativas da atual gestão, quais sejam: recupera-

ção de fóruns e residências oficiais dos juizes; programa de informática.

Programa social voltado para o servidor do Judiciário; Programas especiais, como eventos culturais e encontros de juizes no

interior, e a criação e instalação de Juizados Especiais também compõem as prioridades da atual gestão.

De acordo com o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Waldemir Lins, o encontro é baseado no diag-



Fernando Cerqueira, Leovegildo Mota, Gabriel Cavalcanti e José Arnaldo, ao lado do presidente Waldemir Lins (centro) participam do encontro

nóstico feito pelos próprios diretores, nestes três meses de gestão. "É

uma forma participativa para a definição de metas e prioridades para toda a administração, especialmente para o restante deste ano", frison.

Esmape realiza convênio para selecionar candidatos

A Escola Superior da Magistratura e a Universidade de Pernambuco (UPE/Fesp) celebraram convênio para a elaboração, aplicação e correção das provas do exame seletivo para ingresso no Curso de Preparação à Magistratura, que será realizado no dia 21 de julho.

O diretor da Esmape, desembargador Napoleão Tavares, e o reitor da UPE, Júlio Correia, assinaram o documento na presença dos juizes Jorge Américo de Lira e

Ruy Trezena Patu, supervisor da Escola e coordenador do Curso, respectivamente, e Antonio Fernando Barros, coordenador executivo do concurso.

O acordo foi realizado já para a prova de julho, e contará com cartão de leitura ótica para as respostas das 100 questões. Os fiscais e o resultado do exame, que sairá em 72 horas, serão atribuições da Universidade, dando, segundo a Escola, total isenção ao processo seletivo.

Os candidatos ainda contarão com o "disque resultado", um serviço da UPE onde cada um pode obter seu resultado, com nota e colocação, através do telefone 900-1213. "O atendimento por telefone foi criado pioneiramente pela nossa universidade. No último vestibular foi bastante procurado pelos participantes", acrescentou o reitor Júlio Correia.

"O convênio eleva o conceito da Esmape", afirmou o diretor da Escola, des. Napoleão Tavares. Segundo ele, a



Des. Napoleão Tavares e reitor Júlio Correia: convênio para provas da Esmape

procura tem sido grande pelo curso. "Estamos esperando um número em torno de 350 candidatos, para as 100 vagas existentes", completou.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Des. Arthur Pio dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Isonor Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:
Luciano Pinheiro
ME 3409
Relacionar:
Maurício Góes, Roberto Tavares e
Christine Melo
Fotografia:
João Barboza
Diagramação:
Cidreira Dias
Endereço:
Pra. da República s/nº - 3º
Andar - Recife/PE - CEP
50.010-040 - Fone: 324.3811/106
266 - Telex: 1116 - Fax:
3243822

Encontro

Sábado (08), a partir das 8h, no Mar Hotel, o presidente do Tribunal de Justiça, des. Waldemir Lins, reúne-se com diretores, chefes de assessorias e assessores diretos do TJ para discutir o programa de trabalho da atual

gestão. O encontro é fruto de um levantamento realizado entre os próprios assessores da presidência nestes três primeiros meses de administração, e pretende estabelecer as prioridades do Judiciário estadual.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 06 DE JUNHO DE 1996 Nº 105

Diário Oficial

Instalação de Vara agiliza processos falimentares



Des. Waldemir Lins e Itamar Pereira destacaram importância da Vara

Tribunal de Justiça, desembargador Waldemir Lins, assinalou a solenidade de instalação da nova Vara de Falências e Concordatas da Comarca do Recife.

A Vara, antiga Vara de Acidentes do Trabalho, Falências e Concordatas, foi criada pela Lei 10.756/92, que resolveu separar os feitos de Acidentes dos processos falimentares, fica no 4º andar do Fórum Paula Batista.

Segundo seu titular, juiz Adalberto de Oliveira Melo, na Vara de Falências e Concordatas da capital tramitam cerca de 3 mil processos. "O desmembramento beneficiará os mais necessitados, melhorando a qualidade da prestação jurisdicional, que é uma das metas da atual presidência do TJ", concluiu.

O corregedor geral da Justiça, des. Itamar Pereira, disse que a instalação da Vara era uma

reivindicação de toda a sociedade de Pernambuco, lembrando, "por uma questão de justiça", que foi o desembargador Francisco Sampaio, quando estava à frente da Corregedoria, que fez todo o trabalho para criação da Vara.

A solenidade contou com a presença do desembargador Carlos Xavier, secretário judiciário do TJ, Aluiz Tenório, juízes-assessores Gabriel Cavalcanti, Fernando Cerqueira e Jones Figueiredo, entre outras autoridades.

“É mais um passo no sentido de

tornar a Justiça mais célere e efetiva, atendendo às suas finalidades”. Foi assim que o presidente do



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Lins
Vice-Presidente:
Des. Arthur Pio dos Santos Neto

Corregedor-Geral:
Des. Itamar Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:
Luciano Paolucci
MT 1408

Relatores:
Marcelo Glauco, Roberto Távora e
Orestes Melo

Fotografia:
Israel Barbosa

Diagramação:
Celso Dias

Redação:
Praça da República s/nº - 5º
Andar - Recife-PE - CEP
50.000-000 - Fone: 424.3413/94-
248 - Telex: 5118 - Fax:
4241822

Jornada de Direito Alternativo

Tem transmissão direta via Internet a Jornada "O que é Direito Alternativo?" que a Escola de Advocacia Ruy Antunes, da OAB-PE, realiza dia 14, no Mar Hotel. O encontro, com objetivo de difundir essa área jurídica, tem participação do desembargador Dario Rocha, do Tribunal de Justiça, como um dos palestrantes.

Participam ainda os professores João Maurício Adeodato, Everaldo Gaspar, Melillo Dinis e o juiz de Direito Ruy Trezena Patu Júnior. As inscrições podem ser feitas até segunda-feira (10), na Ordem dos Advogados ou no Fórum Thomaz Cirillo, na Escola da Magistratura, custando R\$ 30,00 e R\$ 60,00 para estudantes e profissionais, respectivamente.

Recém-criada, a Escola de Advocacia Ruy Antunes funciona com o Departamento de Cursos de Atualização, devendo implantar, no segundo semestre, o Departamento de Aproximação Profissional para a área de estágio. Até 97, está prevista a criação de setor específico de cursos de aperfeiçoamento para advogados.



REFORMA — O Fórum Souza Filho, da Comarca de Petrolina, vai passar por uma reforma completa nos próximos três meses. O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Waldemir Lins, e o prefeito do município, Fernando Bezerra Coelho (foto), assinaram, ontem, convênio para a realização das obras. A reinauguração acontecerá no dia 21 de setembro, quando a cidade comemora 101 anos de existência.

Tribunal: contas aprovadas

O Poder Judiciário de Pernambuco teve suas contas de 1995 aprovadas pela Assembleia Legislativa do Estado. De acordo com o parecer da Comissão de Finanças, Orçamento e Economia do Legislativo o relatório enviado pelo Departamento Financeiro

do TJ traduz o perfeito controle do processo de execução orçamentária daquele Poder. Assim, "não há nenhuma restrição a fazer, sobretudo pela transparência e exatidão das contas", sendo esse o parecer no sentido de que as mesmas fossem aprovadas.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 08 DE JUNHO DE 1996 Nº 107

Diário Oficial

Tribunal realiza concurso de Informática

Interessados no concurso de informática do Tribunal de Justiça têm até o dia 28 de junho para se inscrever. As inscrições devem ser feitas no térreo do Palácio da Justiça e custam R\$ 100,00 para analista de sistema e R\$ 70,00 para técnico em teleprocessamento, programador e operador de computador. A taxa pode ser paga no posto local do Bandepe.

O Tribunal dispõe de três vagas para ana-

lista, técnico em teleprocessamento e operador de computador, e oito para programador, num total de 17 vagas. É reservada uma proporção de 3% delas para deficientes físicos. Os deficientes visuais devem solicitar a confecção da prova em braile ao Centro de Recrutamento e Seleção de Pessoal da Polícia Militar, responsável pela aplicação do teste.

A data das provas será publicada no Diário Oficial e a nomeação dos aprovados, imediatamente após a divulgação dos resultados, conforme a ordem de classificação. De acordo com o secretário de Planejamento, Administração e Interior Leovegildo Mota, a previsão é de que durante o segundo semestre o Tribunal já possa contar com os novos servidores.

O concurso faz parte do programa de informatização do Poder Judiciário, que prevê ações na estrutura do Tribunal, nos Juizados Especiais e na informatização das Comarcas de 1ª e 2ª Instâncias. Informações completas sobre o exame de seleção podem



Inscrições estão sendo realizadas no térreo do Tribunal

ser obtidas no Edital de abertura de inscrições, publicado na edição de sexta-feira, 31 de maio, no Diário Oficial.

Detran atende no Tribunal de Justiça

O Posto de Serviço do Detran, instalado no Fórum Paula Batista, para renovação de carteira de motorista, está aberto apenas às terças-feiras, para exame oftalmológico. Nesse dia, o atendimento é feito pelo médico Júlio Reis, do ambulatório do Tribunal de Justiça, no período das 9 às 11h.

Nos outros dias, funcionam os serviços administrativos do Posto, que tem condição de renovar com carteiras de motorista diárias, com exceção da 2ª via. O usuário deve apresentar a habilitação antiga, CPF, identidade e comprovante de pagamento de taxa no Bandepe, submetendo-se em seguida, ao exame médico.

O atendimento será normalizado a partir de agosto, quando o titular médico Fernando Cunha volta de São Paulo, onde se encontra em viagem de estudos. O Posto do Detran tem convênio com o Tribunal de Justiça desde dezembro de 1994, com serviços voltados não apenas ao servidor do Judiciário, mas ao público em geral, das 8 às 13h.

Posto do TJ apto a fornecer identidade

Você sabe que a partir dos seis meses já é possível tirar carteira de identidade? Não só é possível, como é também co-

taria de Segurança Pública, é capacitado a fornecer 1ª e 2ª vias da identidade. O interessado deve apresentar certidão de nascimento (ou casamen-



Posto de Identificação funciona horário integral

to, se for o caso), além de duas fotos 3X4. O posto funciona no Fórum Paula Batista, das 8 às 17h.

A carteira é fornecida em quatro dias, ou dois se houver urgência. Nesse caso, é melhor ir ao posto pela manhã, quando a demanda de atendimento é menor.

Errata

Na edição de última quinta-feira, as fotografias foram trocadas. Vá-se na foto da página 10 para a foto do teste. A foto da página 11 é a foto do teste.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Dr. Waldemar Oliveira Lima
Vice-Presidente:
Dr. Antônio Pires dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Dr. Raimundo Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:
Leandro Pinheiro
RT 1469
Assessor:
Gustavo Pinheiro
RT 1469
Relatores:
Raimundo Gouveia, Roberto Tavares
Cristiano Mota
Integrantes:
Avelino Barbosa
Diagramação:
Gustavo Dias

Redação:
Pra. da República s/nº - 1ºº
Avenida - Recife-PE - CEP
51010-040 - Fone: 424.3511/59
24h - Telex: 7016 - Fax:
424/3522

Esmape realiza simpósio em Caruaru

Classe jurídica estadual reúne-se esta semana em Caruaru, durante o III Simpósio de Direito Processual daquele município. Promovido pela Escola Superior da Magistratura de Pernambuco, o encontro começa amanhã (13), às 18h, no Hotel do Sol, com abertura a cargo do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Waldemir Oliveira Lins.

Até sábado, os participantes debatem Direito Eleitoral, Processo Civil, aspectos polêmicos da reforma penal, reforma no Processo Trabalhista, dentre outros temas. O Simpósio tem apoio da Escola Nacional da Magistratura, Sociedade Caruaruense de Ensino Superior, Tribunal e Corregedoria de Justiça e Associação dos Magistrados de Pernambuco.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 12 DE JUNHO DE 1996 Nº 109

Diário Oficial

Encontro analisa prioridades para o biênio

Numa iniciativa inédita, o Tribunal de Justiça de Pernambuco realizou no último sábado, no Mar Hotel, no Recife, o I Encontro de Diretores e Assessores do TJPE, numa demonstração do dinamismo que vem sendo empreendido pela gestão do presidente, desembargador Waldemir Lins.

O Encontro teve como finalidade promover a integração da equipe, expor os obje-

tivos e metas da gestão, destacar prioridades e viabilizar um encaminhamento conjunto das prioridades estipuladas para o biênio 1996/1997.

A equipe foi dividida em quatro grupos de trabalho, com o objetivo de dar um encaminhamento conjunto às prioridades que serão analisadas pelo presidente do TJ. A informatização foi a proposta mais citada pelos grupos. Vale ressaltar que o Tribunal

de Justiça de Pernambuco foi o primeiro Tribunal de Justiça estadual, no Brasil, a ter acesso à Internet.

PROJETOS

Recuperação e construção de Fóruns; Instalação de Juizados Especiais; Informatização do TJPE, Juizados Especiais e Comarcas do Interior; Recuperação de casas de juizes; Treinamento de Pessoal; Programa Social, foram alguns dos projetos apresentados.

A Assessoria Especial da Presidência apresentou um programa de projetos especiais, de grande, médio e pequeno portes, entre os quais, o de pintura e iluminação externa do Palácio da Justiça, em parceria com a iniciativa privada.

Ao encerrar o encontro, o presidente do TJPE, desembargador Waldemir Lins, destacou a boa identificação dos fatos mais urgentes e o acerto da equipe com relação às



Os grupos de trabalho apresentaram suas propostas ao presidente do TJPE

prioridades elencadas, que servirão, ao seu ver, para que "o barco possa ser levado ao bom destino". O presidente ressaltou a impor-

tância dos funcionários em sua gestão. "Não há funcionário que desempenhe papel secundário. Todos são importantes", concluiu.

Encontro

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Waldemir Lins, viaja hoje, às 21h15, para a capital do Estado do Acre, Rio Branco, onde participa de mais um Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais. Os chefes das Cortes das Justiças estaduais reúnem-se a cada dois meses, para discutir assuntos de interesse do Poder Judiciário.

Judiciário firma convênio com Paulista

A prefeitura do município de Paulista e o Poder Judiciário estadual firmaram convênio para a manutenção e conservação do Fórum "Inajá d'Almeida Lins". Além disso, o acordo ainda prevê a doação de máquinas de escrever para as Varas da Comarca.

Com prazo de duração de dois anos, podendo ser renovado, o convênio foi assinado no Palácio da Justiça pelo presidente do



Waldemir Lins e José Rezende: cooperação entre Judiciário e executivo municipal

Tribunal de Justiça, desembargador Waldemir Lins, e o prefeito de Paulista, José Rezende.

O secretário de

Planejamento, Administração e Interior do TJ, Leovegildo Mota, o assessor especial da presidência, juiz Gabriel Cavalcanti, e o

secretário de finanças da prefeitura, Carlos Manoel Barbosa, estiveram presentes ao encontro.

Nos próximos dois meses, a Comarca de Paulista deve ganhar mais duas Varas. O prefeito disse que o município dará total apoio à iniciativa, que beneficiará a população local. "Tendo as condições necessárias, o Tribunal viabilizará a instalação das Varas", acrescentou o presidente.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Des. Antônio Pio dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. João Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:
Lúcio Freire Jr.
MT 1405
Editores:
Lúcio Freire Jr.
MT 1405
Bolsistas:
Almeida Gomes, Roberto Teixeira e
Cláudio Mota
Fotografia:
José Barbosa
Diagramação:
Gisela Dias

Redação:
Rua da República s/nº - 5ºº
Andar - Recife-PE - CEP
50190-040 - Fone: 428.3815/96 -
24h - Telex: 3136 - Fax:
4283821

Reforma no TJ

N a próxima segunda-feira (17), às 17h30, no Salão Nobre do Tribunal de Justiça, será assinado um convênio entre o TJ, Secretaria de Cultura do Estado, Fundação Tintas Coral e Philips. O convênio substituirá a restauração externa do Palácio da Justiça, incluindo pintura e iluminação.

Considerado um projeto de grande importância para o TJ, a restauração deve

ser concluída ainda este ano. Estarão presentes à assinatura do convênio, além do presidente do TJ, desembargador Waldemir Lins, o secretário de Cultura do Estado de PE, Ariano Suassuna, o presidente da Fundarpe, Raimundo Carreiro, Marcos Aurélio, representante da Philips e Ana Lúcia Rodrigues, representante das Tintas Coral.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 14 DE JUNHO DE 1996 Nº 111

Diário Oficial

Associação tem nova diretoria



Sílvia Norões Lins assume presidência da Aemepe para o biênio 96/97

Sílvia Norões Lins é a nova presidente da Associação das Esposas dos Magistrados de Pernambuco (Aemepe), eleita para o biênio 96/97. A nova diretoria da Aemepe assumiu tendo como lema "Trabalho e Solidariedade".

A entidade desenvolve trabalho benéfico, não recebendo verba oficial, contando apenas com a contribuição de suas associadas. A diretoria é composta por Sílvia Norões Lins (presidente), Valéria Gueiros Leite de Freitas (vice-presidente), Anita Malta (1ª tesoureira), Zélia Pinheiro d'Almeida Lins (2ª tesoureira), Ana Maria Almeida Xavier (1ª secretária), Helena Cavalcanti Siqueira Campos (2ª secretária), Rita Macedo Malta (3ª secretária) e Aliete Duarte de Miranda (diretora social).

Palestra

O s vários conceitos do Direito Alternativo e uma crítica favorável ao contrário a cada um deles é o assunto que o desembargador Dário Rocha, do Tribunal de Justiça de Pernambuco, aborda hoje (14), para a classe jurídica estadual, durante a Jornada de Direito Alternativo que a Escola de Advocacia Ruy Antunes promove, logo mais, no Mar Hotel.

De acordo com o magistrado, o Direito Alternativo, também conhecido como Direito Insurgente ou "acta do nas ruas", representa uma crítica ao apego às leis do positivismo jurídico, aplicado especialmente nos países subdesenvolvidos. Surgido no Brasil, nos anos 80, no Rio Grande do Sul, tem a defesa de, pelo menos, quatro correntes de juristas nacionais.

Sem citar exemplos de aplicação do Direito Alternativo pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, preferindo fazê-lo durante a palestra, Dário Rocha afirmou que a nova tendência jurídica vem tomando forma no país inteiro e, "mais do que obedecer às leis, visa fazer justiça". A jornada de Direito Alternativo tem transmissão direta via Internet.

Magistratura discute reforma processual

C om painéis participativos sobre a reforma processual civil tem continuação, hoje (14), o III Simpósio

de Direito Processual em Caruaru, promovido pela Escola Superior da Magistratura de Pernambuco. A presidência dos trabalhos

fica sob a responsabilidade do desembargador Itamar Pereira, corregedor geral da Justiça.

Tutela Antecipada, Procedimento Sumário e Novo Rito do Agravo — Ação Monitoria são os temas debatidos pela manhã, com exposição dos magistrados Jones Figueiredo, Jorge Américo Pereira de Lira e Antônio Macedo Malta. À tarde, as palestras têm início com os juizes Demócrito Ramos Reinaldo Filho e Virgílio Marques Carneiro Leão falando sobre Juizados Especiais Cíveis.

Logo depois, vêm os Aspectos Polêmicos da Reforma Processual Civil numa abordagem feita

pelos juizes Frederico Ricardo de Almeida Neves e Ruy Trezena Pato Júnior. As Repercussões da Reforma no Processo Trabalhista, numa palestra de Hugo Cavalcanti Melo Filho, encerram o segundo dia do Simpósio.

Sob a coordenação de Jorge Américo Pereira de Lira, juiz da Comarca da Capital e supervisor da Escola da Magistratura, o III Simpósio de Direito Processual em Caruaru termina amanhã (15), com mais uma rodada de debates, Aspectos Polêmicos e Práticos da Reforma Processual Penal, Juizados Especiais Criminais e Contexto Penal da lei 9.099/95 são os temas em pauta.



Jorge Américo e Demócrito Filho coordenam evento



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Valdeir Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Des. Arthur Pio dos Santos Neto
Conselheiros:
Des. Tarciso Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:
Luciano Pratielli
MT 1409
Editor:
Luciano Pratielli
MT 1409
Redatores:
Marcelo Gualco, Roberto Tavares e
Gustavo Maia
Fotografia:
João Barbosa
Diagramação:
Cecile Dias
Redação:
Praça Paulo Batista - 7º andar -
3º Andar - Recife-PE - CEP:
51000-040 - Fone: (081) 324.3530
(081) 324.3531 - Fax: 330 - Telex: 51 16.
Fax: (081) 324-3331

Direito em vídeo

A Escola Superior da Magistratura de Pernambuco oferece a magistrados, promotores, advogados e estudantes curso de atualização do Direito em vídeo. As inscrições estão abertas a partir do dia 20, podendo ser feitas até 31, na secretaria da Esmape, no Fórum Thomaz de Aquino. São

50 vagas e uma carga de 60 horas/aula no módulo I, sobre Processo Civil. Ainda sem data definida, o curso terá duração de um mês, com aulas às segundas e sextas-feiras. A inscrição custa R\$ 60,00 pagos em qualquer agência do Banepe, na conta 0526262-2, para crédito da Escola.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 15 DE JUNHO DE 1996 Nº 112

Diário Oficial

Reforma do Palácio começa em agosto

Até o final do ano o Palácio da Justiça de Pernambuco terá sua fachada totalmente recuperada, com uma iluminação nova. Nesse sentido, serão assinados, nesta segunda-feira, três convênios: um com a secretaria de Cultura/Fundarpe, outro com as tintas Coral e o último com a Phillips.

As obras começam na segunda quinzena de agosto, com o apoio técnico e fiscalização do

projeto a cargo da Fundarpe. A Coral fará a doação das tintas e material acessório. Já a nova iluminação fica por conta da Phillips.

O projeto de recuperação do Palácio da Justiça terá como consultor o arquiteto e professor da UFPE, José Luiz da Mota Menezes, que já escreveu, inclusive, livros sobre a história do Palácio.

Inaugurado em 1930, o Palácio da Justiça foi projetado pelo arquiteto grego Giacomo Palumbo. O projeto inicial, que foi aprova-

do em 1924, obedecia ao estilo Renascença, sendo considerado um marco divisorio na arquitetura oficial em Pernambuco.

Os convênios serão assinados pelo presidente do TJ, desembargador Waldemir Lins, secretário de Cultura, Ariano Suassuna, presidente da Fundarpe, Raimundo Carrero, representante da Phillips, Marcos Aurélio, e Ana Lúcia Rodrigues, das Tintas Coral. O evento será no Salão Nobre do TJ, às 17h30 da segunda-feira 17.



Convênios vão garantir nova pintura e iluminação externa do Palácio da Justiça

Telejudiciário tem boa aceitação

Implantado há pouco mais de um mês, o Telejudiciário — serviço de informações tele-

fônicas sobre o andamento de processos no Tribunal de Justiça — vem recebendo cerca de 50

ligações diárias. A média é considerada razoável, tendo em vista o tempo de funcionamento do setor. O objetivo, no entanto, é chegar a 120 telefonemas, em curto espaço de tempo.

O Telejudiciário é uma iniciativa do Tribunal de Justiça para facilitar a advogados e ao público em geral informações sobre documentos administrativos e processos na 2ª Instância, através do telefone 424.3021. Não constam, ao entanto, informações de feitos na 1ª Instância e nos Juizados Especiais.

Prático, econômico e funcionando ininterruptamente das 7 às 19h, o serviço diminui o fluxo de pessoas no Tribunal de Justiça e permite o acompanhamento completo dos feitos, inclusive com despachos e decisões judiciais. Cerca de 32 mil processos estão cadastrados no Telejudiciário, com atualização diária, segundo Antônio da Paz, chefe do setor.

DE LONGE

É possível também obter informações através do computador em casa ou no escritório. Basta fazer inscrição do Rempac

na Embratel e, com ofício, enviar cópia do documento ao presidente do Judiciário, desembargador Waldemir Lins, solicitando permissão para acessar os bancos de dados do Tribunal de Justiça.

No prazo máximo de 15 dias, autorizado o pedido, a pessoa recebe manual com relação dos serviços oferecidos, além da senha e senha para ter acesso às informações. Para fazer a consulta pelo computador ou pelo telefone é preciso saber o número ou o nome de uma das partes no processo.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Desembargador Oliveira Lima
Vice-Presidente:
Des. Arthur Pio dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Irmão Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:
Leticia Freilich
MT 1.449
Editor:
Leticia Freilich
MT 1.449
Redatores:
Marcelo Clausen, Roberto Torres e
Christine Maia
Fotógrafos:
Jorge Barbosa
Diagramação:
Cecília Dias

Redação:
Fórum Paulo Siqueira - 7ª andar -
Stº Antônio - Recife-PE - CEP
50.010-040 - Fone: (081) 224.3531
1.424-3021 - R. 500 - Telex: 31.16
Fax: (081) 224-3531



Antonio: Informalização facilita acesso à Justiça

Inscrições

Estão abertas as inscrições para o concurso público de Distribuidor e seus Anexos (não oficializado) da Comarca de Surubim. Os interessados devem procurar a secretaria do Fórum do município, localizada na rua Cõ-

nego Benigno, s/n, no horário das 8 às 14h. Cópias da carteira de identidade e o comprovante de pagamento da taxa de inscrição são os documentos exigidos para ser feito o pedido de inscrição provisória.



ANO XXXI

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 19 DE JUNHO DE 1994 Nº 114

Diário Oficial

Convênios garantem o novo visual do Palácio

As equipes técnicas do Tribunal de Justiça e da Fundarpe já estão trabalhando no projeto de restauração da fachada do Palácio da Justiça. As obras começam na 2ª quinzena de agosto, e a conclusão está prevista para o final do ano.

Na segunda-feira (17) foram firmados os três convênios entre o TJ, secretaria de Cultura, Tintas Coral e Phillips, que garantem a execução dos trabalhos. A mão-de-obra caberá ao TJ, que vai costurar, através de licitação, empresa especializada para a restauração.

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Waldemir Lins, agradeceu a sensibilidade da iniciativa privada pela participação efetiva no projeto, lembrando as dificuldades financeiras do Estado e, conseqüentemente, do Poder Judiciário.

Para a Fundarpe, lembrou seu presidente, Raimundo Carrero, "é uma honra participar da recuperação do Palácio da Justiça". Os representantes da Phillips, Marco Aurélio Funari, e das Tintas Coral, Hélio Marques, ressaltaram a importân-

cia da obra para a cidade.

O professor José Luiz Menezes, consultor da obra, fez um breve relato histórico do Palácio,

lembrando sua importância como marco divisor entre a velha e a nova República que surgiu depois de 1930, quando o prédio foi inaugurado.



Ariano Suassuna e Waldemir Lins (sentados): patrimônio cultural da cidade preservado

Comissão Agiliza concurso

Concurso tem objetivo de diminuir carência de juízes no Interior e agilizar andamento de Processos no Judiciário estadual.

Até agosto, deve ser divulgado o resultado da prova prática de sentença civil e criminal, do concurso de Juiz Substituto de 1ª Instância, realizado no dia 14 de abril, pelo Tribunal de Justiça. O presidente da comissão, desembargador José Maria Florentino, informou que a correção será agilizada durante o mês de julho.

Os candidatos devem ficar atentos ao Diário Oficial, onde será



De esquerda para a direita, os desembargadores Mário Melo, José Florentino e Benildes Ribeiro, membros da Comissão

marcado o dia para identificação pública do exame e publicado o resultado. A prova é corrigida em sistema de rodízio pelos quatro componentes da comissão, cada um oferecendo uma nota, tirando-se a média final.

De acordo com o desembargador Florentino, ainda não está definido o número de vagas, uma vez que ocorreram remoções e promoções, desde o início do concurso, há dois anos. Além do presidente, a comissão é integrada pelos desembargadores Mário Melo e Benildes Ribeiro e o advogado Nilzardo Carneiro Leão.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins

Vice-Presidente:
Des. Artur Pio dos Santos Neto

Corregedor Geral:
Des. Tamar Parana da Silva

Assessor de Imprensa:
Luciano Francisco
MT 1469

Redatores:
Maurício Gleason, Roberto
Tavares e Chirlene Mattos

Fotografia:
João Barboza

Diagramação:
Cecília Dias

Redação:
Pra. da República s/nº - 5º
Andar - Recife-PE - CEP
50010-040 - Fone: 424-3811/12
246 - Telex: 31116 - Fax:
424/1802

Recesso

Em função dos feriados forenses, a página jornalística do Diário do Poder Judiciário deixa de ser veiculada a partir de amanhã, voltando à normalidade no dia 2 de agosto. A Assessoria de Imprensa, no entanto, estará funcionando no período das 14 às 18h.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 21 DE JUNHO DE 1996 Nº 116

Diário Oficial

Corregedores

Itamar participa do VI Encontro

O corregedor geral da Justiça estadual, desembargador Itamar Pereira, participa neste final de semana do VI Encontro de Corregedores Gerais, em Belo Horizonte, promoção do Colégio Nacional de Corregedores da Justiça. Itamar segue acompanhado de assessores, para cumprir programação de debates, nos

dias 21 e 22, de temas de interesse da classe.

Com saudação do desembargador Lauro Pacheco, corregedor da Justiça mineira, e abertura oficial a cargo do desembargador alagoano, José Fernando de Lima, presidente do Colégio Nacional, o VI Encontro começa com palestra sobre Juizados Especiais Cíveis e Criminais, proferida pelo

desembargador José Fernandes Filho, do TJ de Minas Gerais.

Uma visita aos Juizados do Fórum Lafayette e plenária sobre Fiscalização dos Serviços Notariais e de Registros pelo Poder Judiciário marcam a programação da tarde. O palestrante é o corregedor geral da Justiça do Rio de Janeiro, desembargador Paulo Roberto Freitas.

O Poder Judiciário em face das Reformas Constitucionais é o tema de sábado, a cargo do desembargador José Fernando Lima Souza. O VI Encontro é encerrado logo após pelo desembargador José Guido de Andrade, vice-corregedor geral de Minas Gerais e presidente da Associação dos Magistrados Mineiros.

Simpósio discute informática jurídica

Padronização de ferramentas e banco de dados no Poder Judiciário facilita comunicação entre Tribunais.

Fortaleza será a sede do I Encontro Nacional de Informática Jurídica, a ser realizado nos dias 26, 27 e 28 deste mês. O encontro, que reunirá quase todos os diretores de informática dos tribunais de Justiça estaduais e federais, tem como objetivo discutir o papel da Justiça frente à informatização. O processo de informatização do Judiciário, visando uma padronização para facilitar a interação entre os diversos órgãos da Justiça brasileira, elimi-

minaria as dificuldades de comunicação entre os tribunais.

Dos participantes, a diretora do Núcleo de Organização e Sistema, do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Josiane Sedícias, foi selecionada para fazer uma palestra. Ela vai falar sobre o Projeto de Informatização do Poder Judiciário de Pernambuco, que prevê, entre outras coisas, a automação de serviços essenciais, tanto judiciais como administrativos do TJPE.



PODER JUDICIÁRIO

Presidentes:
Dra. Walmir Oliveira Lima
Vice-Presidentes:
Dra. Arlene Pinheiro Santos Neto
Corregedor-Geral:
Dra. Renata Pinheiro da Silva
Assessor de Imprensa:
Leciana Trindade
MT 1459
Editor:
Leciana Trindade
MT 1460
Redatores:
Marcelo Gouveia, Roberto Távora e
Christine Mark
Fotografias:
José Roberto
Diagramação:
Colore Dia

Redação:
Fórum Paulo Bezerra - 7º andar -
5º Andar - Recife-PE - CEP
50.110-001 - Fone: (081) 224.3531
(424-2811) - R. 300 - Telcel: 3136
Fax: (081) 224.3531



A Comissão Editorial da Revista Esmape está recebendo artigos jurídicos para serem selecionados e publicados na próxima edição. Os trabalhos devem ser entregues em disquetes, até o dia 15 de agosto, no máximo com 25 páginas. Maiores detalhes na secretaria da Escola da Magistratura. A Revista foi lançada no início do mês, em solenidade presidida pelo diretor da Escola, desembargador Napoleão Távora (foto).

Cursos: Português e Latim

Abertas, a partir de ontem (20), as inscrições para o curso de atualização da Língua Portuguesa, oferecido pela Escola Superior da Magistratura de Pernambuco a magistrados, promotores, advogados e estudantes. Além disso, a Esmape reabriu as inscrições para o curso de introdução ao Latim jurídico. Os cursos oferecem respectivamente, 40 vagas e custam, cada um, duas parcelas de R\$ 45,00. Os interessados devem procurar a secretaria da Escola.

PALESTRA

Paralelo ao II Encontro de Magistrados do Sertão (ver matéria abaixo), haverá uma programação sócio-cultural para acompanhantes dos juizes. A presidente da Associação das

Esposas dos Magistrados do Estado (Aemepe), Sílvia Norões Lins, fará uma palestra no domingo (04), às 10h, no Salão de Convenções do Castelinho Palace Hotel, em Salgueiro.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 26 DE JULHO DE 1996 Nº 139

Diário Oficial

TJ promove Encontro de Magistrados do Sertão

Numa promoção conjunta do Tribunal de Justiça de Pernambuco e Associação dos Magistrados acontece, entre os dias 02 e 04 de agosto, em Salgueiro, o II Encontro dos Magistrados do Sertão. O presidente do TJ, desembargador Waldemir Lins, fará a abertura do evento.

Com a finalidade de promover a integração entre os participantes, o Encontro está sendo organizado pela Assessoria Especial da presidência, Diretoria de Recursos Humanos e Assessoria Policial Militar e



Des. Waldemir Lins: discursos de abertura e encerramento do II Encontro

Civil do Tribunal de Justiça, além da Amepe.

O II Encontro, que acontece no Hotel Castelinho e Dere de Salgueiro, tem o objetivo de discutir e aprofundar idéias quanto ao Direito Civil e Direito Eleitoral. As palestras acontecem a partir das 8h do dia 03, no auditório do Dere.

A Corregedoria Geral da Justiça e a Escola Superior da Magistratura estão apoiando o evento, que terá os desembargadores Waldemir Lins, Arthur Pio dos Santos, presidente e vice do TJ, e Itamar Pereira, corregedor geral, compondo a mesa diretora dos trabalhos.

PROGRAMAÇÃO
O desembargador Antônio Camaroti abre, no sábado (03), às 8h, as palestras sobre Direito

Civil, falando sobre "Direito de Família". Em seguida, o juiz Leopoldo Raposo aborda o tema "Inventário e Partilha". Às 9h30, sob a coordenação do desembargador Francisco Sampaio, haverá um debate sobre os temas analisados.

Encerrando os trabalhos da manhã, o secretário judiciário do Tribunal de Justiça, Aluiz Tenório de Brito, fala sobre "Questões Possessórias", seguido de uma discussão coordenada pelo diretor da Escola da Magistratura, desembargador Napoleão Tavares.

Na parte da tarde, o tema será Direito Eleitoral. Às 14h15, o presidente da Amepe, juiz José Fernandes Lemos, comenta "Registro e Impugnação", "Propaganda

Eleitoral" ficará a cargo do juiz Elói d'Almeida Lins. Em seguida, um debate será coordenado pelo desembargador Cláudio Américo.

O procurador Regional Eleitoral, Joaquim Dias, fará a terceira palestra deste período: "Apuração e Recurso". Logo na sequência, haverá mais um debate entre os magistrados, sob a coordenação do vice-presidente do TJ, desembargador Arthur Pio dos Santos.

Às 18h15, o presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador Mauro Jordão de Vasconcelos, fará um pronunciamento aos participantes do II Encontro de Juizes do Sertão, encerrando os trabalhos do dia.

AValiação
Na manhã do domingo (04), os técnicos da diretoria de Recursos Humanos do TJ farão um trabalho de dinâmica de grupo com os juizes, realizando em seguida uma avaliação do encontro.

O Corregedor Geral de Justiça, desembargador Itamar Pereira, fará um pronunciamento aos magistrados do Sertão. A

palestra de encerramento do Encontro de Juizes será feita pelo presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Waldemir Lins.

Durante todo o II Encontro de Magistrados do Sertão haverá uma exposição demonstrativa de um coletor eletrônico de votos, a chamada "urna eletrônica", que será utilizada nas eleições de 03 de outubro.

II ENCONTRO DOS MAGISTRADOS DO SERTÃO

promoção:
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Associação dos Magistrados de Pernambuco



02 a 04 de agosto de 1996
Salgueiro-PE

APÓLO:
Corregedor Geral de Justiça
Escola Superior da Magistratura



PODER JUDICIÁRIO

Presidência:
Des. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidência:
Des. Arthur Pio dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Itamar Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:
Luciano Fracalossi
MT 1469
Editor:
Luciano Fracalossi
MT 1469
Redatores:
Marcelo Gomes, Roberto Tavares e
Christiano Mota
Fotografia:
João Barboza
Diagramação:
Osvaldo Dias

Redação:
Estrada Paula Batista - 7º andar -
6º Andar - Recife-PE - CEP
50.015-040 - Fone: (081) 224.3331
1424-3811 - R. 300 - Telex: 3116
Fax: (081) 224-3331

Escolas

Nos dias 08, 09 e 10 de agosto acontece, no Sheraton Hotel, em Jaboatão dos Guararapes, o I Encontro de Escolas da Magistratura do Nordeste (Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte), numa promo-

ção conjunta da Escola da Magistratura e Associação dos Magistrados de Pernambuco. As inscrições estão sendo feitas na Esmape. O encontro contará com a participação de conferencistas nacionais.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 1º DE AGOSTO DE 1996 Nº 143

Diário Oficial

Encontro de Magistrados

Debates podem ser acessados pela Internet

As palestras do II Encontro de Magistrados do Sertão, com abertura marcada para amanhã, às 14h, em Salgueiro, estão à disposição dos navegadores da Internet, na homepage do Tribunal de Justiça, cujo endereço eletrônico é: <http://www.tjpe.org.br/tjpe>.

Através dos e-mails e internet, poderão opinar, sugerir ou fazer críticas sobre as discussões do Encontro de Juizes das Comarcas do Sertão de Pernambuco.

Dois técnicos da diretoria de Informática do TJ estão acessando a rede simultaneamente aos debates.

A abertura do encontro será feita pelo presidente do TIPE, desembargador Waldemir Lins. Logo após, haverá uma palestra do professor José Rafael de Menezes, que falará sobre "A personalidade intelectual do magistrado".

O II Encontro de Magistrados do Sertão reunirá cerca de 44 juizes de Direito, que comandam 39 Comarcas daquela região. O evento é uma promoção do TJ e Associação dos Magistrados, com o apoio da Corregedoria Geral da Justiça e Escola da Magistratura do Estado (ver programação).



Des. Waldemir Lins abre Encontro de Juizes em Salgueiro

Presidente inaugura novo Fórum de Exu

Na segunda-feira, dia 05, o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Waldemir Lins, juntamente com sua comitiva, inaugura as novas instalações do Poder Judiciário da Comarca de Exu. A solenidade oficial ocorre às 11h.

O prédio do novo

Fórum da Comarca fica na Avenida Edmundo Dantas, s/n, no centro da cidade. O juiz da Comarca, Damião Severiano de Sousa, juntamente com outras autoridades locais, receberá o chefe do Poder Judiciário Estadual.

A construção ou restauração dos edifícios que servem ao Judiciário

no Estado, principalmente no Interior, é uma das metas da atual gestão do Tribunal de Justiça. As Comarcas de Canhotinho, Quipapê e Água Preta já foram beneficiadas. Os convênios para restauração dos Fóruns de Petrolina, Paulista e Igarassu já foram assinados com as prefeituras.

II Encontro de Magistrados do Sertão Salgueiro-PE

Programação

SEXTA-FEIRA (Dia 02)

Local: Castelinho Palace Hotel

20h Abertura — Des. Waldemir Lins (pres. TIPE)

21h30 Coquetel

SÁBADO (Dia 03)

Tema: Direito Civil

Local: Auditório do Derc

08h "Direito da Família e União Estável"

Des. Antônio de Pádua Camaroti

08h45 "Inventário e Partilha"

Juiz Leopoldo de Arruda Raposo

09h30 Debate (Coordenação: Des. Hélio Siqueira Campos)

10h15 Coffee Break

10h30 "Posse, Propriedade, Limitares"

Aluiz Têndrio de Brito (secretário judiciário do TJ)

11h15 Debate (Coordenação: Des. Napoleão Tavares)

12h Almoço — Lions Club

Tema: Direito Eleitoral

14h15 "Registro e Impugnação"

Juiz José Fernandes Lemos — pres. da AMEPE

15h "Propaganda Eleitoral"

Juiz Eloy D'Almeida Lins

15h45 Debate (Coordenação: Des. Cláudio Américo de Miranda)

16h30 Coffee Break

17h "Apuração e Recurso"

Joaquim Dias — Procurador Regional Eleitoral

17h45 Debate (Coordenação: Des. Francisco de Sá Sampaio)

18h15 Pronunciamento

Des. Mauro Jordão de Vasconcelos — pres. TRE

20h Jantar — Castelinho Palace Hotel

23h Festa de confraternização — Clube ACS

DOMINGO (Dia 04)

Local: Auditório do Derc

10h Dinâmica de Grupo

11h Avaliação do Encontro

11h30 Pronunciamento

Des. Itamar Pereira da Silva — corregedor geral

12h Encerramento

Des. Waldemir Oliveira Lins — pres. TIPE

12h30 Recital — Coral Porta-Voz de Salgueiro

13h Almoço — Clube das Acácias (Maçonaria)



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Des. Arthur Pio dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Itamar Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:
Luciano Pinheiro
MT 1469
Editor:
Luciano Pinheiro
MT 1469
Redatores:
Marcelo Cláudio, Roberto Tavares e
Cláudio Moraes
Fotógrafo:
José Barbosa
Diagramador:
Cláudio Dias
Redação:
Fórum Paula Batista - 7º andar -
57 Andaraí - Recife-PE - CEP
50.010-040 - Fone: (081) 224.2531
Fax: (081) 224.2531

Patrimônio

Dispondo atualmente de cinco Varas de Delitos Contra o Patrimônio, a Comarca do Recife está prestes a ganhar mais duas. A 6ª e a 7ª funcionarão no quarto andar do Fórum Paula Batista, onde a

Corregedoria faz a reforma de duas salas. No máximo dentro de 30 dias, segundo informação do juiz Jones Figueiredo, o local deve ser entregue pronto à presidência do TJ, para instalação.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 02 DE AGOSTO DE 1998 Nº 144

Diário Oficial

Salgueiro reúne magistratura do sertão

Começa hoje em Salgueiro, o II Encontro dos Magistrados do Sertão de Pernambuco. O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Waldemar Lins fará a abertura do encontro, no Castelhinho Palace Hotel. A promoção é do TJ e da Associação dos Magistrados de Pernambuco, com apoio da Corregedoria Geral da Justiça e Escola Superior da Magistratura.

As palestras serão

realizadas amanhã a partir das 8h, no auditório do Dere. Pela manhã, serão abordados temas relacionados ao direito civil e à tarde, as palestras abordam questões ligadas ao direito eleitoral. As palestras serão seguidas de debates.

O domingo (4) foi reservado para a avaliação do encontro, incluindo uma dinâmica de grupo e recital. Caberá também ao presidente do TJ, o encerramento do encontro.



Dia de festa na Ceja

Esmape: novo regimento

Portaria do desembargador José Napoleão Tavares institui comissão, presidida pelo juiz Ruy Trezena Pato Filho, para elaboração de um novo regimento interno da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco. Integrada por representantes da magistratura estadual e federal e do corpo discente da Escola, a comissão tem prazo determinado para apresentar anteprojeto para apreciação pelo Conselho Técnico-Administrativo. O regimento deve ser adequado às novas disciplinas introduzidas no Curso de Preparação à Magistratura Comum.

Ceja comemora aniversário

Reconhecida nacionalmente como uma das mais eficazes no controle das ações internacionais, a Comissão Estadual Judiciária de Adoção (Ceja-PE) comemorou recentemente seu 3º aniversário. A Ceja-PE centraliza, também, os cadastros de todas as Comarcas de Pernambuco, relativos a candidatos à adoção e a crianças adotáveis.

Funcionando em sede própria, a Ceja emitiu, durante esses três

anos, aproximadamente 674 laudos de habilitação, deferiu mais de 300 adoções internacionais. Após a sua instalação, não houve uma única denúncia de irregularidade de adoção internacional em Pernambuco, revela o secretário executivo da comissão, o juiz Marcelo Russel Wanderley.

De 12 a 14 de setembro, deverá ser realizado o I Encontro de Juízes da Infância e da Juventude da Capital e Comissões Estaduais

Judiciárias de Adoção do Nordeste. Na ocasião, ocorrerá a sessão solene comemorativa do aniversário da Ceja-PE, além do lançamento do livro "Manual de Procedimentos da Comissão Estadual Judiciária de Adoção (Ceja-PE)".

Elaborado pela equipe da Ceja, o manual contém dados importantes sobre o trabalho desenvolvido pela comissão, bem como, suas normas, legislações correlatas e resoluções.

Além de ser presidida pelo corregedor geral da Justiça, desembargador Iliar Pereira e ter como secretário executivo o juiz Marcelo Russel Wanderley, a Comissão Estadual Judiciária de Adoção (Ceja-PE) é composta pelos juizes Luiz Carlos Figueiredo, José Severino Barbosa, pelos psicólogos José Lopes Nogueira e Maria das Graças Lago, a representante do Ministério Público, Alice Costa e por uma equipe técnica.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemar Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Des. Arthur Pinheiro dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Iliar Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:
Luciano Proceli
MT 1409
Editor:
Luciano Proceli
MT 1409
Redatores:
Marcelo Gouveia, Roberto Tavares e
Christine Marx
Fotografias:
João Barbosa
Diagramações:
Celso Dias

Redação:
Fórum Paula Batista - 7º andar -
3ª Andar - Recife-PE - CEP
50.010-040 - Fone: (081) 224.3531
/ 434.3611 - R. 300 - Telex: 3118
Fax: (081) 224-3531

Internet

Todas as palestras do II Encontro dos Magistrados do Sertão, numa iniciativa inédita do TJPE, foram colocadas na home page do Tribunal através da Internet. Diversas mensagens, perguntas e sugestões fo-

ram enviadas por "navegadores" de várias partes do mundo. As conclusões do encontro (ver matéria abaixo), estarão no Diário Oficial de amanhã, na primeira página do Poder Judiciário.



ANO XXXI

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 06 DE AGOSTO DE 1998 Nº 146

Diário Oficial

Encontro do Sertão

Magistrados discutem Direito Civil e Eleitoral

Cerca de 40 juizes das Comarcas sertanejas participaram do II Encontro de Magistrados do Sertão, realizado no último final de semana, em Salgueiro. Definido pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Waldemir Lins, como um encontro de estudos, o evento foi promovido pelo TJ e Associação dos Magistra-

dos de Pernambuco (Amepe), com apoio da Corregedoria Geral da Justiça e Escola Superior da Magistratura de Pernambuco.

Na abertura, o professor José Rafael de Menezes proferiu uma palestra, onde destacou a importância da personalidade intelectual do magistrado. "O juiz precisa ser um homem que pensa criticamente e não, simplesmente um burocrata da sentença", ressaltou.

Na presença dos presidentes do TJ, TRE e Amepe, desembargadores Waldemir Lins, Mauro Jordão e juiz José Fernandes de Lemos, respectivamente; da prefeita do município, Creusa do Nascimento; da juíza diretora do Fórum local, Ana Maria Silva; da representante do Ministério Público, promotora Ana Joêmia, desembargadores, juizes e demais autoridades, o diretor da Escola da Magistratura, desembargador Napoleão Tavares, fez o discurso de saudação aos participantes do encontro.

Tavares lembrou da dedicação e das dificuldades dos magistrados do sertão, ressaltando a necessidade do juiz participar da vida de sua Comarca. O diretor da Esmape, que apoiou o encontro, elogiou o esforço conjunto do TJ e da Amepe para a realização do evento.

PALESTRAS

Os trabalhos do 1º dia do encontro foram divididos: pela manhã, foram discutidos temas relacionados ao Direito Civil e à tarde, os magistrados discutiram questões relativas ao Direito Eleitoral. Os desembargadores Hélio Siqueira Campos, Napoleão Tavares, Manoel Rafael e Francisco Sampaio coordenaram os debates.

Falando sobre o Direito de Família, o desembargador Antônio Camarotti fez um relato histórico do comportamento da legislação sobre o casamento e o concubinato, demonstrando a evolução das leis desde a indiscutível chefia do marido na sociedade conjugal até a igual-



Des. Napoleão Tavares (dir.) ao lado do pres. do TJ, des. Waldemir Lins, elogiando a iniciativa do encontro.

dade entre os cônjuges.

A segunda palestra do dia, feita pelo juiz da 1ª Vara de Sucessões da Capital, Leopoldo Raposo, tratou do "Inventário e Partilha", analisando alguns artigos do Código de Processo Civil. O debate entre os participantes e os palestrantes veio logo em seguida.

Fechando a parte da manhã, o secretário judiciário do TJ, Aluiz Tenório, falou sobre "Posse e Propriedade", fazendo também uma

breve análise sobre as liminares possessórias.

ELEITORAL

O presidente da Associação dos Magistrados do Estado, juiz José Fernandes de Lemos iniciou as discussões da tarde com "Registro e Impugnação", detendo-se a pontos específicos e importantes da Lei 9.100/95. O juiz coordenador da propaganda eleitoral, Eloy D'Almeida Lins, relatou em sua palestra vários aspectos do pleito de 03 de outubro.

Encerrando as palestras, o procurador regional eleitoral, Joaquim Dias, fez um relato técnico e preciso da "Apuração e Recurso". Num pronunciamento emocionado, o presidente do TRE, des. Mauro Jordão, fechou os trabalhos do dia. Ele aproveitou o momento para saudar todos os juizes eleitorais, reafirmando o total apoio do Tribunal aos magistrados neste momento difícil de eleições municipais.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins

Vice-Presidente:
Des. Afonso do Souto Neto

Corregedor Geral:
Des. Rômulo Pereira da Silva

Assessor de Imprensa:
Luciano Falcão
MT 1462

Redatores:
Mauro Jordão, Roberto
Tavares e Cláudia Mello

Fotografia:
José Roberto

Diagramação:
Celso Dias

Redação:
Pra. da República s/nº - 5º
Andar - Recife-PE - CEP
50050-040 - Fone: 424-3811/R
222 - Telex: 2115 - Fax:
414/932

Livro

O Tribunal de Justiça de Pernambuco convida para o lançamento do livro "Antônio de Brito Alves — O Homem — O Tempo — O Espírito", a ser realizado amanhã (8), às 16h, no Salão Antônio de Brito Alves, no Pleno do TJ. O li-

vro é uma coletânea de artigos, discursos e depoimentos do desembargador Antônio de Brito Alves, falecido em 1991, coordenada pelo pesquisador Mário Souto Maior e pela diretora da biblioteca da Fundação Joaquim Nabuco, Lúcia Gaspar.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 07 DE AGOSTO DE 1986 Nº 147

Diário Oficial

Exu comemora entrega do novo Fórum

A Comarca de Exu tem um novo Fórum. Recebido com festa pela população, o novo prédio do Poder Judiciário local tem salas para juiz, promotor e advogados, além do salão do júri e dos cartó-

rios. "É, certamente, um momento histórico para o município", disse o juiz diretor do Fórum, Damiano Severiano de Souza.

Na presença do prefeito, Severino Saraiva Bezerra, representante da OAB,

Arioso Esteves; e Ministério Público, Fernando da Silva, desembargadores, juizes, advogados, servidores da Justiça e povo de Exu, o presidente do TJ, des. Waldemir Lins, ao lado do juiz da Comarca, cortou a

fita e deu por inaugurado o novo Fórum.

Nos discursos feitos, todos elogiaram a iniciativa conjunta do Poder Judiciário, Prefeitura e Câmara Municipal. "Hoje, Exu pode contar com os servi-

ços da Justiça em local adequado", disse Esteves, da OAB. "É um fato significativo para o município", acrescentou Silva, o promotor da Comarca.

O chefe do Poder Judiciário estadual disse que "não obs-

tante as dificuldades, podemos, em conjunto, entregar este prédio à população", lembrando o exemplo do filho mais ilustre de Exu, Luiz Gonzaga, que soube suplantear problemas e mostrar a força do povo sertanejo.

Encontro avalia situação das Comarcas do Sertão

Os 42 juizes presentes ao II Encontro dos Magistrados do Sertão, ocorrido no final de semana passado, em Salgueiro, fizeram uma avaliação de como se encontram as Comarcas daquela região, buscando soluções para

seus principais problemas.

Divididos em quatro grupos de trabalho, os magistrados também fizeram uma avaliação do encontro, ressaltando a organização e os debates jurídicos. "A troca de idéias sobre a nova legislação veio enri-

quecer o nosso conhecimento jurídico", considerou a juíza da 1ª Vara de Salgueiro, Dêlza Landgren.

Quanto às Comarcas, os juizes apontaram a carência de servidores e de aparelhamento dos Fóruns como as principais dificuldades, entre ou-



Magistrados do Sertão: avaliação positiva do encontro de Salgueiro

tras. Para todos os problemas levantados os magistrados indicaram soluções, reconhecendo, entretanto, as dificuldades financeiras do Poder Judiciário e o trabalho que vem sendo feito pela atual gestão do TJ.

"Os problemas apresentados não são novos, nem as dificuldades em resolvê-los. Podemos dizer que alguns já estão sendo agilizados, como no caso dos Fóruns. Outros, requerem quantias eleva-

das. Vamos analisar e, o que for possível, realizaremos", garantiu o presidente do TJ, des. Waldemir Lins. Sobre o encontro, Lins finalizou "estou feliz, pois foram atingidos os objetivos".



Faleceu, ontem, o desembargador do Tribunal de Justiça do Estado, Celso de Castro Montenegro. O magistrado faria 65 anos no próximo dia 16. O corpo foi velado no Salão dos Passos Perdidos, do TJ, onde recebeu as últimas saudações de amigos, colegas e parentes, antes de ser sepultado no cemitério Parque das Flores.

Cursos Jurídicos

Instalados inicialmente em Pernambuco, no Mosteiro de São Bento, Olinda, os Cursos Jurídicos no Brasil estão comemorando, no próximo domingo, dia 11, 169 anos de fundação. Antes de 1827, os nossos bacharéis formavam-se na

Universidade de Coimbra, em Portugal. Na época, São Paulo e Pernambuco foram os Estados escolhidos para sede dos dois cursos de ciências jurídicas, que só vieram a ser instalados quase um ano depois.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 09 DE AGOSTO DE 1996 Nº 149

Diário Oficial

Tribunal — 174 anos

Judiciário se moderniza através do tempo



A Corte Judiciária do TJ tem hoje 27 magistrados. No início, eram cinco desembargadores

Aos 174 anos, idade que completa no próximo dia 13, o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco se encontra em plena forma. Instalado em 1822, um ano e meio depois de ter sido criado através de alvará de D. João VI, então rei do Brasil-Reino Unido ao de Portugal, o TJ tem a preocupação de evoluir com o tempo.

Prova disso, a criação de novas Comarcas, instalação de Varas, concursos sucessivos para o aumento do quadro da

magistratura, cursos de atualização de juízes e servidores e informatização de serviços na capital e interior. Hoje, conectado à maior rede mundial de informações, a Internet, o Tribunal possibilita intercâmbio sistemático com o mundo inteiro.

Acompanhar a modernidade é, para o Tribunal de Justiça, a possibilidade de melhorar a assistência jurisdicional prestada à sociedade pernambucana. O TJ, que começou com cinco desembargadores, presi-

dido à época por Antônio José Osório de Pina Leão, tem hoje 27 integrantes da Corte Judiciária, sob a presidência de Waldemir Oliveira Lima.

Quando instalado, funcionava em algumas salas adaptadas no Estácio Régio, hoje Palácio do Campo das Princesas. Aquela época, levava o nome de Tribunal da Relação, denominação essa que foi modificando ao longo do tempo. Somente com a Constituição de 1946, ganhou sua atual designação.

Palácio da Justiça tem história e arte

A história do Tribunal de Justiça confunde-se com a história do Palácio da Justiça, sua sede desde 1930, localizada na Praça da República. Desde que foi instalado, o TJ funcionou em diversos lugares, entre eles a Facul-

dade de Direito e o Liceu de Artes e Ofícios.

Somente em 1924, no governo Sérgio Loreto, era lançada a pedra fundamental do prédio que viria, finalmente, dotar Pernambuco de um local digno e que bem representasse a importân-

cia do Judiciário estadual. Quatro anos depois de iniciada a construção, o Palácio era entregue à sociedade, no dia 7 de setembro de 1930, pelo então governador Estácio Coimbra.

O Palácio tem história e arte. História se-

cular e tradicional do Judiciário pernambucano e a arte neoclássica dos arquitetos Giacomo Palumbo e Evandro de Sá. Embora, hoje, traga algumas modificações internas, necessárias ao crescimento jurisdicional, passear

por seus andares é tomar contato com um marco divisorio entre dois períodos da arquitetura oficial em Pernambuco, como diz o livro "Palácio da Justiça", da autoria de José Luiz Mota Menezes e Márcio Reiaux.

Livro resgata memória de Antônio de Brito Alves

O lançamento do livro com depoimentos sobre o desembargador Antônio de Brito Alves, falecido em 1991, reunia ontem, no Tribunal de Justiça, magistrados, advogados, políticos e intelectuais, que lotaram o Salão Antônio de Brito Alves, numa demonstração de respeito pela persona-

lidade do magistrado, advogado criminal, escritor e acadêmico.

Intitulado "Antônio de Brito Alves — O Homem — O Tempo — O Espírito", o livro é uma coletânea de depoimentos, discursos, artigos e livros publicados por Antônio de Brito Alves, além de conter a sua biografia e biblio-

grafia. Organizado pela Fundaj, o livro foi idealizado pela viúva Lia de Brito Alves que, em seu depoimento, atestou a qualidade do caráter do magistrado.

Nascido em 15/6/21, Antônio de Brito Alves bacharelou-se em direito pela Universidade Católica, em 1947 e, um ano

mais tarde fez sua primeira defesa como advogado criminal perante o Tribunal do Júri do Recife, onde chegou a participar de mais de 220 júris. Foi nomeado desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco em 31 de março de 1987. No mesmo ano, recebeu a Medalha do Mérito Judiciário

Desembargador Joaquim Nunes Machado e foi eleito membro da Academia Pernambucana de Letras.

Para o desembargador Nildo Nery dos Santos, que prefaciou o livro, Antônio de Brito Alves se constituía num marco indelével da Justiça de Pernambuco.



PODER JUDICIÁRIO

Presidentes:
Des. Waldemir Oliveira Lima
Vice-Presidentes:
Des. Arthur Pio dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Ismar Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:
Lecton Pradelli
MT 1469
Editores:
Lecton Pradelli
MT 1469
Redatores:
Marcelo Glauco, Roberto Tavares e
Christina Mace
Fotografias:
João Barbosa
Diagramação:
Celso Dória

Redação:
Praça Paulo Batista - 7º andar -
of. Andara - Recife-PE - CEP
50.010-040 - Fone: (081) 224-3331
(46)-3011 - R. 300 - Telex: 3116
Fax: (081) 224-3331

Palácio da Justiça

Na comemoração dos seus 174 anos de instalação (ver matéria abaixo), o Tribunal de Justiça tem mais um motivo para festejar. A sua sede, o Palácio da Justiça, inaugurado em 1930, vai ser total-

mente reformado em sua parte externa. A atual gestão já assinou os convênios com a Secretaria de Cultura/Fundarpe, Tintas Coral e Phillips. As obras devem ser iniciadas ainda este mês.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 10 DE AGOSTO DE 1986 Nº 150

Diário Oficial

Tribunal de Justiça de Pernambuco — 174 anos

Uma Missa Gratulatória, que será celebrada amanhã, dia 13, às 10h, na Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, abre as comemorações do 174º aniversário do Tribunal de Justiça de Pernambuco. O grupo de canto do TJ reservou uma apresentação especial para a ocasião (ver matéria).

Às 15h, com a participação da Mesa Diretora do Poder Judiciário Estadual, formada pelo presidente e vice do TJ e o corregedor geral da Justiça, desembargadores Waldemir Lins,



Medalhas

A Sessão Solene em comemoração dos 174 anos do Tribunal de Justiça homenageará cinco personalidades com a outorga da Medalha do Mérito Judiciário "Des. Joaquim Nunes Machado".

Conferida anualmente, a mais alta comenda do Poder Judiciário Estadual é uma homenagem a pessoas — físicas ou jurídicas — pelos relevantes serviços prestados à causa da Justiça ou pelos méritos excepcionais no Judiciário.

A Medalha contempla três graus, denominados de "Classe Ouro", "Classe Prata" e "Classe Bronze", além de uma "Alta Distinção", representada por um colar. Este ano, não haverá concessão de Medalhas nas Classes "Prata e Bronze".

O ministro do Supremo Tribunal Federal, Carlos Mário da Silva Velloso, e o advogado e professor Júlio Fabbrini Mirabete são as personalidades homenageadas com o Colar de Alta Distinção.

O presidente do Tribunal de Contas de Pernambuco, conselheiro Antônio Corrêa de Oliveira Andrade Filho, o comandante geral da Polícia Militar do Estado, cel. PM Jorge Luiz de Moura, e o diretor editorial do Diário de Pernambuco, bel. Glastone José Vieira Belo, recebem a Medalha na "Classe Ouro".

Arthur Pio dos Santos e Itamar Pereira, respectivamente, acontece uma Sessão Solene de entrega da Medalha do Mérito Judiciário.

A Sessão será pre-

sidiada pelo chefe da Corte de Justiça do Estado, que fará um breve discurso antes da entrega das comendas. Logo após, as cinco personalidades escolhidas rece-

berão a Medalha "Desembargador Joaquim Nunes Machado" (ver matéria).

Desembargadores, juízes, membros do Ministério Público e da Or-

dem dos Advogados do Brasil, autoridades, servidores do Judiciário e convidados em geral participam da solenidade comemorativa dos 174 anos do TJPE.



Com um repertório erudito-sacro, o coral do Tribunal de Justiça reservou momentos de emoção para a Missa em homenagem aos 174 anos de instalação do TJ.

Sob a regência de Ricardo Farias e solo da corista convidada Adalgiza Marques, o "Kyrie" de Schubert foi especialmente escolhido para abertura da Missa, além da "Ave Maria" de Gounod, executada em solo pelo regente.

Acompanhados pela pianista Raquel Gico Casado, os 30 integrantes do coral darão mostras da excepcionalidade de Bach, Haendel e Saint Saens. Aleluia, Cantate Domino, Polith Hostia, Jesus Alegria dos Homens e outras obras musicais.



PODER JUDICIÁRIO

Presidência:
Des. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidência:
Des. Arthur Pio dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Itamar Pereira de Silva
Auxiliar de Imprensa:
Luciano Fracchi
MT 1469
Editor:
Luciano Fracchi
MT 1469
Redatores:
Hélio Gouveia, Roberto Tavares e
Christine Maia
Fotografia:
João Barbosa
Diagramação:
Oreste Dias

Redação:
Rua Póla, 100 - 7º andar -
50040-000 - Recife-PE - CEP
50040-000 - Fone: (081) 224.3511
(424-5811) - R. 300 - Telex: 21116
Fax: (081) 224-1531

Exposição

A Biblioteca do Tribunal de Justiça de Pernambuco está participando das comemorações do 174º aniversário do TJ com uma exposição de livros e documentos sobre a história do Judiciário Estadual. "O Palácio da Justiça", dos professores José Luiz Mota Menezes e Marcílio Reinaux, é uma das obras da exposição comemorativa.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 14 DE AGOSTO DE 1996 Nº 152

Diário Oficial

Tribunal de Justiça

174
anos



Uma Missa Gratulatória, celebrada pelo padre Fred Solon, na Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, deu início às comemorações dos 174 anos de instalação do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Magistrados, servidores e convidados participaram do evento, que contou com uma apresentação do Coral do TJ. À tarde, aconteceu, na sala de Sessão do Pleno, a Sessão Solene de entrega da Medalha do Mérito Judiciário "Des. Joaquim Nunes Machado". O chefe do Poder Judiciário Estadual, desembargador Waldemir Lins, ao lado do governador do Estado, Miguel Arraes, e do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Pedro Eurico, fez um discurso sobre a história e a importância do Tribunal de Justiça. Página 2.

Magistrados, convidados e servidores participaram, ontem, da Missa Gratulatória dos 174 anos de instalação do Tribunal de Justiça de Pernambuco. A solenidade, às 10h, deu início às comemorações. Pág. 02



O Tribunal de Justiça concedeu, este ano, a Medalha do Mérito Judiciário "Des. Joaquim Nunes Machado" a quatro personalidades. A entrega foi feita pelo presidente do TJ, desembargador Waldemir Oliveira Lins. A homenagem é conferida anualmente, durante



o aniversário de instalação do Tribunal, a pessoas físicas ou jurídicas, pelos relevantes serviços prestados à causa da Justiça. Nas fotos, dois dos condecorados, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Carlos Mário da Silva Veiloso (acima) e o presidente do Tribunal de Contas do Estado, Antônio Carlos de Oliveira, no momento em que recebiam a condecoração. A Medalha leva o nome de um dos homens mais proeminentes da história de Pernambuco, que conciliou vida pública com a magistratura.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Des. Arthur Pinheiro de Sousa Neto
Corregedor-Geral:
Des. Juarez Pinheiro da Silva
Assessor de Imprensa:
Leandro Fracalossi
MT 1469
Editor:
Leandro Fracalossi
MT 1469
Redatores:
Marcelo Góes, Roberto Távora e
Christina Mota
Fotografia:
João Barbosa
Diagramação:
Celso Dias

Redação:
Pórcus Paulo Batista - 7º andar -
Stº Antônio - Recife-PE - CEP:
50.010-040 - Fone: (081) 224.3311
(424-3811 - R. 200 - Telex: 3118.
Fax: (081) 224-3531

Controle Judicial

Esteve na lista dos mais vendidos o livro "O Controle da (In) Constitucionalidade da Emenda à Constituição". Lançada no semestre

passado no Recife, a obra tem autoria do juiz da Fazenda Estadual, Jackson Borges Fonseca, do Tribunal de Justiça de Pernambuco.



ANO XXXI

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 15 DE AGOSTO DE 1996 Nº 153

Diário Oficial

Xavier: despedida do Tribunal



Carlos Xavier foi presidente e corregedor geral da Justiça

Um dos mais respeitados desembargadores do Estado, prepara-se para deixar o Tribunal de Justiça no próximo dia 18, por força de aposentadoria. Nascido em Vitória do Espírito Santo, embora com origem no município pernambucano de Rio Formoso, Carlos Xavier Feres Barreto Sobrinho entrou para a magistratura no dia 5 de outubro de 1957, na Comarca de Bodocó.

Desenvolveu a função de juiz também em Petrolândia e São José da Coroa Grande, de onde foi promovido por merecimento para a 2ª Entrância em 1964, na Comarca de Quipapá, de onde foi para Água Preta, Nazaré da Mata e Caruaru. Foi juiz substituto na Comarca do Recife, exercendo o cargo nas Varas Privativas de Família e registro Civil, Cíveis por Distribuição, Juri, Deitos de Trânsito e Contravenções Penais, Fazenda Municipal, Estadual e Política, Concedidas e Acidentes do Trabalho.

Passou para a titularidade no dia 5 de agosto de 1978 na 2ª Vara da Fazenda Estadual, foi substituído de desembargador durante o ano de 1979 e corregedor auxiliar e de-

seembargador no dia 21 de dezembro de 1984, por merecimento. Assumiu a Corregedoria Geral da Justiça e a presidência do TJ. É professor da Cadeira de Prática Forense e Organização Judiciária na Universidade Católica de Pernambuco, desde novembro de 1974.

HOMENAGENS

O desembargador Carlos Xavier teve a carreira de magistrado pontilhada de homenagens e condecorações, em reconhecimento aos serviços prestados como homem público. No total, recebeu 21 Medalhas de Mérito, entre elas a do "Desembargador Joaquim Nunes Machado", a maior comenda Judiciária estadual. Recebeu ainda 14 títulos de Cidadania de municípios pernambucanos, faltando receber outros sete. Foi homenageado com a denominação de seu nome ao Diploma de Mérito, instituído pelo Jefe de Direito da Vara Criminal de Garanhuns e à turma de Juizes Substitutos de 1ª Entrância, empossados no dia 13 de outubro de 1992.

Comissão lança Arquivo Forense

Como parte das comemorações dos 174 anos de instalação do Tribunal de Justiça de Pernambuco, foi lançado o volume 74 do livro "Arquivo Forense", organizado pela Comissão de Jurisprudência, formada pelos desembargadores Carlos Xavier (presidente), Waldemir Lins e Napoleão Tavares.

O volume, compreendendo o período de 1989 a 1992. Na obra, poderá ser encontrada a composição do Tribunal de Justiça relativa ao período abordado: doutrinas; sentenças; jurisprudência civil; eventos, entre os quais, discursos de posse da presidência e de desembargadores, solenidades do 168º, 169º e 170º aniversário do TJ.

Além disso, o Arquivo Forense traz a posse de desembargadores e juizes, aposentadorias, falecimentos e uma exoneração, todos ocorridos no período entre 1989 e 1992.

Exposição ameniza austeridade Judiciária

Um toque cultural. Esse, o ressaltado da exposição de pintura que se encontra, até amanhã (16), no Tribunal de Justiça. A mostra teve início terça-feira (13), no dia do aniversário de 174 anos de instalação do TJ estadual.

Maria Celina Athaide, Solange Pinto, Lúcia Zarzar e Maria Salete Amaral, da Galeria Cezanne, são as artistas plásticas, de valor internacional, responsáveis pelos quadros que passeiam por diversos estilos. Com harmonia e mistura de cores suaves e



fortes, as autoras mostram da paisagem aos temas de caráter social.

Aberta ao público em geral, a exposição se encontra no térreo do Palácio da Justiça, entra-

da pela Rua do Imperador, podendo ser visitada no horário das 8h às 17h. No local, encontra-se uma representante da galeria para atendimento ao público.

Os diversos estilos dos quadros expostos no hall do TJ têm atraído a atenção de servidores e pessoas que utilizam os serviços do Poder Judiciário



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins

Vice-Presidente:
Des. Artur Pio dos Santos Neto

Corregedor Geral:
Des. Raimundo Penha da Silva

Assessor de Imprensa:
Luciano Pinheiro
MT 1466

Redatora:
Márcia Glória, Roberta
Tavares e Christina Mota

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Celso Dias

Redação:
Pça. da República s/nº - 51º
Andar - Recife-PE - CEP
50010-040 - Fone: 424-3319R
268 - Telex: 3116 - Fax:
424-1622

Sorteio de Livros

Os sorteios que serão realizados na V Semana de Atualização Jurídica, na Unicap (ver matéria abaixo), começarão no horário determinado. A coordenação do evento informa que o participante que não estiver no local e horário, não terá direito à reclamações posteriores (outra pessoa será sorteada).



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 1996 Nº 154

Diário Oficial

Sistema de intimações acelera processos

O sistema de intimações dos advogados das partes, relativo a processos que correm nas Comarcas da Região Metropolitana e Interior do Estado, vem sendo feito através de publicações na imprensa oficial. A iniciativa, adotada pela Corregedoria Geral da Justiça, desde maio, já demonstra resultados positivos no que diz respeito à celeridade dos atos processuais.

Para implantação do sistema, a Corregedoria baseou-se não apenas na Comarca do Recife, onde as intimações consideram-se feitas apenas pela publicação dos atos no órgão oficial. A prática já adotada por outros Estados da Federação, com objetivos alcançados, também serviu

de modelo para o Provimento 04/96 da Justiça pernambucana.

O sistema de intimação é alternativo nas Comarcas de 1ª e 2ª Entrância, podendo ser utilizado tanto na área cível como criminal. Desde que seja adotado, deve ser assegurado o decurso de carência para

efeito de contagem do prazo processual, compatibilizando com a efetiva circulação do jornal, conforme explicou o juiz Jones Figueiredo, assessor da Corregedoria Geral da Justiça.

Os prazos serão acrescidos de três dias úteis, contados da data de publicação no D.O. e qualquer

deficiência na sua distribuição que venha a comprometer esse acréscimo de três dias deve ser certificada nos autos, com o visto do juiz. Para a devida consulta, cada Fórum de Comarca deve colocar um exemplar de Diário Oficial à disposição dos interessados.



Jones: os prazos são acrescidos de carência de três dias úteis

Atualização Jurídica

Inscrições ainda podem ser feitas na Esmape

Até o dia 23, profissionais e estudantes de Direito ainda podem se inscrever para a V Semana de Atualização

Jurídica, que se realiza de 26 a 30, à noite, no auditório G-2 da Universidade Católica. As inscrições custam, respectivamente, R\$ 60,00 e R\$ 30,00.

Os interessados podem procurar a secretaria da Escola Superior da Magistratura, no térreo do Fórum Thomas de Aquino. O evento é uma realização da Escola Nacional da Magistratura, Esmape e DCJ Unicap, com o apoio do Tribunal de Justiça.

Corregedoria Geral da Justiça, Associação dos Magistrados do Estado e Diretório Acadêmico de Direito da Católica, entre outros.

Tendo na coordenação o desembargador Nildo Nery dos Santos, a V Semana de Atualização Jurídica vai conferir certificado de participação, promover sorteios de livros jurídicos e contar com renomados palestrantes.

Os temas que se-

rão debatidos vão desde as novas fórmulas para a solução de conflitos, uso alternativo do Direito, questões controversas no Processo Civil, até a repercussão da Lei do concubinato.

A V Semana tem abertura do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Waldemir Lins, e conferência de encerramento a cargo do ministro do Superior Tribunal de Justiça, José Augusto Delgado.



Nildo Nery coordena Semana de Atualização Jurídica



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Des. Arthur F. dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Ilmar Pereira de Silva
Assessor de Imprensa:
Luciano Pinheiro
MT 1499
Editor:
Luciano Pinheiro
MT 1499
Redatores:
Meyson Glauco, Roberto Torres e
Cláudio Mota
Fotografia:
José Barbosa
Diagramação:
Celso Dias
Redação:
Fórum Paulo Ruyter - 2º andar -
30º Andar - Recife-PE - CEP
50.010-000 - Fone: (081) 224.5551
(434-381) - R. 300 - Telex: 3116
Fax: (081) 224-3531

CONGRESSO

Amanhã, às 8h, no Centro de Convenções da Universidade Federal de Pernambuco, o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador

Waldemir Lins, participa da abertura do Congresso Internacional de Direito Constitucional, Administrativo e Tributário.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 21 DE AGOSTO DE 1996 Nº 157

Diário Oficial

Tribunal instala Juizado e Fórum no Interior

Com o objetivo de melhorar e ampliar a prestação jurisdicional no interior do Estado, o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Waldemir Lins, junto com sua comitiva de assessores, instala, nesta sexta-feira, às 17h, o Juizado Especial de Garanhuns.

Tendo competência para atender causas cíveis com valores até 40 salários mínimos e mais os conflitos decorrentes da relação de consumo, o Juizado de Garanhuns vai funcionar no horário das 8 às 14h.

O Juizado Especial é fruto de um convênio entre prefeitura e Poder Judiciário e será, segundo o presidente do TJ, inicialmente, um núcleo pequeno, mas que pode

crescer, de acordo com a demanda da população.

A solenidade de instalação deve contar com a presença do prefeito Bartolomeu Quinto e assessores, representantes da Ordem dos Advogados do Brasil/PE, Ministério Público e os juizes José Gilberto, coordenador do Juizado, e Ivon Vieira, que será responsável pela instalação.

SÃO CAITANO — Dando continuidade ao seu programa de metas à frente do Poder Judiciário Estadual, o presidente do Tribunal de Justiça, des. Waldemir Lins, inaugura mais um Fórum no interior de Pernambuco. Às 11h desta sexta-feira, a população de São Caitano recebe o novo prédio da Justiça. Fórum "Desembargador Alcebades Medeiros de Silveira Campos".



Lins inaugura Fórum de São Caitano e instala o Juizado Especial de Garanhuns

Recenseamento

IBGE conta com participação dos juizes

A participação dos juizes de Direito nas Comissões Municipais criadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) será importante para respaldar os resultados do novo censo que o órgão está realizando.

Esta é a opinião do chefe do Departamento Regional do IBGE, Hélio Oliveira, que veio ao Tribunal de Justiça acompanhado de João Rosendo, chefe de Divisão de Pesquisa e do coordenador geral do Censo no Estado, Demétrio Mendes.

As comissões, que serão formadas em todos os municípios do

Estado, com pessoas da sociedade local, vão, segundo Oliveira, legitimar o processo de apuração dos resultados do Censo. "Nesse sentido, a presença dos juizes contribuirá muito", acrescentou.

O Recenseamento deve ser feito em três meses, sendo dividido em duas partes: agropecuário (o último foi feito há 10 anos) e con-



Lins (c): com os representantes do IBGE: Judiciário dará apoio ao Censo

tagem da população. Pela primeira vez, com o uso da leitura ótica, o resultado sairá em pouco tempo — a previsão é dezembro.

Durante a visita, o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Waldemir Lins, foi recenseado por um dos 4 mil recenseadores que farão o trabalho no Estado.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Des. Arthur Pires dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Fúlvio Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:
Luciano Francisco
MT 1469
Editor:
Luciano Francisco
MT 1469
Redatores:
Marcos Glauco, Roberto Tavares e
Christiane Mota
Fotografar:
João Batista
Diagramação:
Cecília Dias
Redação:
Fórum Paulo Batista - 7 andar -
St. Antônio - Recife-PE - CEP:
50.010-040 - Fone: (081) 224.3531
1424-3611 - R. 340 - Telex: 3138
Fax: (081) 224-3531

Cavaleiro

Em pauta a instalação nos próximos dias. Cavaleiro, segundo afirma, com cerca de 200 mil habitantes, é uma das áreas mais necessitadas da Comarca de Jaboatão dos Guararapes.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 23 DE AGOSTO DE 1996 Nº 159

Diário Oficial

Waldemir não admite greve

Embara reconheça que o movimento grevista no Judiciário é ordeiro e pacífico, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Waldemir Lins, garante cortar o ponto dos funcionários faltosos.

Segundo ele, a população é a grande prejudicada pela paralisação dos processos e audiências não realizadas.

O presidente informa que as audiências são marcadas com meses de antecedência e,

quando adiadas, o atraso no processo é ainda maior, verificando-se prejuízo incalculável à população.

Waldemir determinou ao diretor do Fórum, juiz Jovaldo Nunes, que use de rigor em relação aos servidores

que insistem na paralisação. Em contrapartida, solicita estudos à assessoria competente para saber se o Judiciário comporta aumento salarial na base de 15%, a partir de agosto, e não retroativo a maio, como desejam os grevistas.

TJ instala Fórum em São Caitano e Juizado Especial em Garanhuns

Acompanhado de assessores, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Waldemir Lins, amplia e melhora, a partir de hoje, a assistência jurisdicional nas Comarcas de São Caitano e Garanhuns. A iniciativa faz parte da meta administrativa de levar o Judiciário sempre mais perto da população interiorana.

Nesse sentido, a atual presidência do TJ já entregou novos Fóruns às populações de alguns municípios pernambucanos, entre eles, Água Preta, Quipapá, Carinhão e Exu. Em Vitória de Santo Antão, o Judiciário instalou também um Juizado Especial Cível, criando mais um meio para a comunidade utilizar os serviços da Justiça.

Hoje, em São Caitano, o povo recebe o novo Fórum em solenidade



Lins (e) tem inaugurado Fórum no interior. Exu (foto) foi o último instalado. Hoje, será São Caitano

marcada para às 11h. Denominado "Desembargador Alcebades de Siqueira Campos", o local oferece melhores condições de atendimento. Da Comarca, a comitiva segue para Garanhuns, onde instala Juizado Especial para tramitação de causas cíveis, de até 40 salários mínimos.

A solenidade come-

ça às 17h, com a presença de desembargadores, juizes, promotores, prefeito e convidados. O Juizado é resultado de convênio entre a prefeitura e o TJ, devendo funcionar inicialmente das 8 às 14h. De acordo com o presidente, Waldemir Lins, o horário pode ser estendido conforme demanda populacional.



Presidente Waldemir Lins do TJ, e prefeito de Lajedo assinam convênio

Convênio propicia Lajedo construção de Fórum

O município de Lajedo poderá ser beneficiado com a construção de um Fórum. Neste sentido, foi assinado convênio entre o Tribunal de Justiça e a Prefeitura daquela cidade do agreste pernambucano. O primeiro passo foi dado: a Prefeitura fez a doação de terreno e o projeto será estudado pelo TJ.

Estiveram presentes à assinatura o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Waldemir Lins; o prefeito de Lajedo, Adelson Duarte Ribeiro, promotor e juiz da Comarca, políticos e assessores do TJ e da prefeitura.

Segundo o prefeito, o Fórum se faz necessário para o bom andamento dos serviços judiciais. "Como presidente da Comissão de Desen-

volvimento do Agreste Meridional (Codeam), que reúne 38 municípios associados, já vinha pleiteando o Fórum.

Na opinião de Adelson Duarte, "o Fórum é importante para a administração municipal, até por questões de legalidade de despejo do município junto a órgãos estaduais e federais, especialmente o Poder Judiciário".

O presidente do TJ Waldemir Lins reconhece a má instalação da Justiça no interior, sendo ela uma das deficiências do Judiciário. Disse que está atento à construção de fóruns em cidades necessitadas e lembra que, em cidades onde eles não existiam, as audiências eram realizadas nos Cartórios.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Clécio Lins
Vice-Presidente:
Des. Antônio Pedro Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Irmão Pinheiro da Silva
Assessor de Imprensa:

Edição:

Redatores:
Marcelo Gluck, Roberto Torres e
Christine Maki
Fotografia:
José Barbosa
Diagramação:
Celso Elias

Redação:
Fórum Paulo Batista - 7º andar -
5º Andar - Recife-PE - CEP
50.010-040 - Fone: (081) 224.5571
Fax: (081) 224.5571

ENCERRAMENTO

Com um pronunciamento do procurador geral da República, Geraldo Brindeiro, encerra-se hoje (sábado), às 18h, no Centro de Convenções

da Universidade Federal de Pernambuco, o Congresso Internacional de Direito Constitucional, Administrativo e Tributário.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 24 DE AGOSTO DE 1996 Nº 160

Diário Oficial

Mutirões aceleram tramitação processual

O corregedor geral da Justiça desembargador Ilamar Pereira vai dar continuidade, neste segundo semestre, à realização dos mutirões judiciais nas Comarcas que apresentam acúmulo de feitos. O objetivo é acelerar o andamento de proces-

so, através da supervisão direta de juízes especialmente designados para o serviço.

Concluído no dia 2 de agosto, o mutirão realizado pela Corregedoria Auxiliar da 2ª Região nas Comarcas de Catende, Ribeirão e Escada, resultou na prática de mais de

1.600 atos, entre despachos em processos, expedições de mandados, ofícios e cartas precatórias. Sob a liderança do juiz Rivaldélia Brayner de Melo Rangel, o trabalho teve início no dia 4 de junho.

RESULTADO

Escada — por insuficiência de pessoal,

foram encontrados 325 processos paralisados, aguardando o cumprimento de despachos. Aqui, a Corregedoria Auxiliar da 2ª região realizou 754 atos que visavam à atualização dos feitos em andamento.

Ribeirão e Catende — igualmente positivo foi o resultado do mutirão nessas Comarcas. Na primeira, 1188 processos estavam em tramitação, sendo realizados 410 atos necessários à celeridade dos mesmos. Em Catende, também por insuficiência de pessoal, 337 processos estavam acumulados nas prateleiras daquele Juízo. O mutirão efetuou 453



Resultados positivos estimulam o corregedor Ilamar a dar continuidade aos mutirões judiciais, nas Comarcas

atos, permitindo a agilização dos serviços locais.

Juiz edita obra sobre CPC

Autor do livro "Breves Comentários sobre Ação Monitória", recentemente lançado, o juiz Frederico Ricardo de Almeida Neves se prepara para publicar mais uma obra. Trata-se de trabalho sobre temas polêmicos da Reforma Processual Civil, entre eles, Agravo — Nova Sistemática, Tutela Antecipada e Consignação em Pagamento.

Por sugestão do corregedor geral da Justiça, desembargador Ilamar Pereira dos Santos, o livro vai ter distribuição gratuita entre os magistrados pernambucanos. Em fase final de publicação, o trabalho corresponde às diretrizes estabelecidas pela atual Corregedoria, no que diz respeito ao assunto.

De acordo com o juiz Frederico Neves, a publicação é resultado do trabalho que vem desenvolvendo como orientador forense na Corregedoria Geral da Justiça pernambucana e que visa o incentivo à pesquisa e ao debate sobre questões jurídicas relevantes.

Ainda sem data definida, o trabalho deve ser colocado à disposição da magistratura o mais rápido possível. Em julho, Frederico Neves lançou "Breves Comentários sobre a Ação Monitória", destinado à magistratura, advogados e estudantes de Direito.

Com prefácio do desembargador



Depois de "Breves Comentários...", Frederico Neves lança trabalho sobre temas polêmicos do Processo Civil

gud Cláudio Américo de Miranda, o livro analisa um instrumento de origem européia, introduzido no Código de Processo Civil através da Lei 9.079/95, "que tem a finalidade de facilitar o acesso do credor ao título que o habilita a manejar a execução forçada".



Equipe liderada por Rivaldélia efetuou mais de 1600 atos



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lima
Vice-Presidente:
Des. Arthur Pio dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Ilamar Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:

Editores

Redatores:
Maurício Gouveia, Roberto Tavares
Christine Maria
Fotografia:
José Barbosa
Diagramação:
Celso Dias

Redação:
Fórum Paulo Batista - 7 andar -
Stº Antônio - Recife-PE - CEP
50.010-040 - Fone: (081) 334.3531
(424-9611 - B. 389 - Telex: 3136.
Fax: (081) 334-3531

Telejudiciário

O Telejudiciário, serviço de informações telefônicas sobre processos que estejam em tramitação na 2ª instância, comemorou três meses com um crescimento de 50%. Ágil, o Telejudiciário pode ser acionado através do número 424-3021, de segunda a sexta-feira, das 7 às 19h.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 28 DE AGOSTO DE 1996 Nº 162

Diário Oficial

Inaugurações ampliam prestação jurisdicional



Os discursos na reinauguração do Fórum de São Caitano destacaram a importância do evento

Inaugurado em 1988, o Fórum de São Caitano foi totalmente reformado em conjunto com a comunidade. O juiz diretor do Fórum, Antônio de Vasconcelos Silva, utilizou verbos do suprimento destinado às Comarcas, contando

ainda com o auxílio da população local.

Na reinauguração, semana passada, estiveram presentes o prefeito do município, Jeovásio Almeida Lins, sub-procurador da Justiça, Olavo Holanda, presidente da Câmara mu-

nicipal, Geraldo Ramos, e representante da OAB/PE, Biano Santiago. O chefe do Poder Judiciário, des. Waldemir Lins, presidiu os trabalhos.

A comitiva do Tribunal de Justiça foi recepcionada na residência do juiz Silva. Ao final da solenidade de reinauguração do Fórum "Des. Alcebades Medeiros de Siqueira Campos", o prefeito ofereceu um almoço às autoridades presentes.

GARANHUNS

Após inaugurar o novo Fórum de São Caitano, o presidente do Tribunal de Justiça, juntamente com

seus assessores, seguiu para Garanhuns, onde instalou o Juizado Especial do município.

Acompanhado dos desembargadores Gilberto Gondim, Antônio Camarotti e Hélio Barros Siqueira Campos, o des. Waldemir Lins ressaltou

que a instalação do Juizado representava uma duplicação da prestação jurisdicional, "aproximando a Justiça do povo".

Em seu discurso, o prefeito do município, Bartolomeu Quidute, enalteceu a iniciativa do Tribunal de Justiça, na pessoa

do desembargador Waldemir Lins, indo de encontro aos anseios da população local.

O juiz instalador, Ivon Vieira Lopes, destacou a parceria entre o Judiciário e a prefeitura local, que possibilitou a instalação do Juizado no município. O JEC de Garanhuns fica na Rua Dr. José Mariano, centro, funcionando das 8 às 14, com causas cíveis de até 40 salários mínimos.



Desembargadores, prefeito, presidente do TJ e juiz: Garanhuns ganha Juizado Especial Cível

Coordenação geral dos Juizados busca melhorias

Com uma coordenação geral recentemente implantada, os Juizados Especiais Cíveis e Criminais passam a dispor de maior autonomia administrativa. O objetivo, segundo o coordenador, juiz Paulo Roberto Alves da Silva, é melhorar a prestação jurisdicional das pequenas causas em todo Estado.

Em relatório entregue ao presidente do Tribunal, desembargador Waldemir Oliveira Lins, o coordenador fornece uma visão geral dos Juizados, "cujo desequilíbrio na distribuição de pessoal é um dos maiores entraves na melhoria do funcionamento". O relatório é resultado de inspeção nos JEs da Capital e Re-

gião Metropolitana.

De acordo com o juiz Paulo Roberto, a coordenação geral é agora responsável pela orientação e fiscalização dos Juizados. Adiantou, inclusive, está o setor apto a tirar dúvidas e a propor soluções permitindo que as pequenas causas continuem a ser resolvidas em menor espaço de tempo.

Paulo Roberto priorizar ações é meta do novo setor



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Des. Arthur Paes dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Lúcio Pereira da Silva
Assessor de Imprensa

Editores

Redatores:
Marcelo Glauco, Roberto Teixeira
Christine Malta
Fotografia:
João Barbosa
Diagramação:
Cícero Elias

Redação:
Fórum Paulo Roberto - 1ª andar -
St. Antônio - Recife-PE - CEP:
50.010-040 - Fone: (081) 224.2521
/434-1811 - R. 300 - Telex: 3106
Fax: (081) 234-3531

Juizado de Cavaleiro

Hoje, às 17h, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Waldemir Lins, instala o segundo Juizado Especial de Jaboatão dos Guararapes, que ficará na Avenida Agamenon Magalhães, em Cavaleiro.

O Juizado funcionará no horário das 8 às 14 horas, tendo como juiz coordenador Lúcio Grassi de Gouveia. A juíza diretora do Fórum da Comarca, Nalva Cristina Barbosa Campello, presidirá a sessão de instalação.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 30 DE AGOSTO DE 1996 Nº 164

Diário Oficial

Tribunal Pleno homenageia Carlos Xavier

O Tribunal Pleno se reuniu, ontem em sessão especial, para prestar uma homenagem ao desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, que deixou o Tribunal de Justiça no dia 18, por força de aposentadoria. Participaram da sessão desembargadores, juizes, assessores e diretores do TJ, membros do Ministério Público, advogados, familiares e amigos do homenageado. A solenidade foi conduzida pelo chefe da corte de Justiça, des. Waldemir Lins.

Lins disse que a homenagem é o público reconhecimento à dedicação de toda uma vida a uma vocação insubstituível. "É o agradecimento que o Poder Judiciário lhe tributa, comovido, pelo seu grande comprometimento existencial, em favor de uma causa nobre". Finalizou, agradecendo em seu nome e, na condição de presidente do Tribunal de Justiça, à atuação fecunda e digna do des. Carlos Xavier.

Em nome dos colegas desembargadores,



Carlos Xavier foi cumprimentado pelos colegas do Judiciário

José Maria Florentino fez a saudação ao homenageado, lembrou do início da carreira do magistrado, seus anseios e entusiasmo, citando trecho de um livro de Calamandrei: "o juiz que se acostuma a administrar a Justiça é como o sacerdote que se acostuma a dizer missa".

Representando o Ministério Público, o procurador geral da Justiça, José Tavares, ressaltou que a folha de serviços prestados pelo magistrado é prova incontestada da sua fé na Justiça. "Sentimos sua preocupação em aprimorar os serviços da Justiça, lastimando sua morosidade", atestou Tavares.

AGRADECIMENTO

Em seu discurso, o desembargador Carlos Xavier agradeceu a atenção dispensada a sua pessoa, notadamente os servidores mais humildes do TJ. Reiterou a crença que tem no poder judiciário. "Tenho confiança que seja sempre uma força consagradora e asseguradora do direito de todos nós. Na magistratura, exerci o maior

tempo do meu serviço público, sempre procurando prestar um serviço sobretudo justo, com respeito a todos, dos mais humildes aos mais poderosos", salientou Xavier.

Bastante emocionado, Xavier agradeceu a homenagem recebida e aos seus familiares presentes, externando a saúde dos pais que, com muito sacrifício, lhe proporcionou uma educação sólida. Encerrou seu discurso parodiando palavras ditas por Rousseau em "As Confissões": "Eu posso dizer de cabeça erguida e com a consciência tranqüila que toquem as trombetas do juízo final, pelas palavras por mim ditas e nas ações proferidas, eu confesso a

serenidade do cargo que exerci".

CARREIRA

Nascido em Vitória do Espírito Santo, porém com origens no município pernambucano de Rio Formoso, Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho entrou para magistratura no dia 05 de outubro de 1957, na Comarca de Bodocó. Desenvolveu a atividade de juiz em diversas Comarcas interiores até chegar à Capital. Foi nomeado desembargador do TJ por merecimento, em 21 de dezembro de 1984. Foi Corregedor Geral do Tribunal e Presidente do Tribunal (biênio 92/93).

ERRATA



Na edição do dia 28 deste mês, foi publicada a foto do juiz da 1ª Vara da Comarca de Limoeiro, Paulo Roberto Brandão, como sendo o coordenador geral dos Juizados. A coordenação dos Juizados Especiais está a cargo do juiz Paulo Roberto Alves da Silva. Na foto acima, o momento em que ele entregou o relatório sobre os JEC's ao presidente do Tribunal de Justiça, des. Waldemir Lins.



Xavier: agradecimento emocionado na sessão do Pleno



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Lins
Vice-Presidente:
Des. Antônio Pio dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Ruyter Pereira de Sá
Assessor de Imprensa:

Editor:

Redatores:
Marcelo Gomes, Roberto Tavares e
Christine Mares

Fotografia:
Assal Barbosa

Diagramação:
Celene Dias

Redação:
Fórum Paulo Batista - 7ª andar -
5º Andar - Recife-PE - CEP
50.040-040 - Fone: (081) 224.3518
(436-1411) - R. 100 - Telcel: 31.06
Fax: (081) 224-1531



Juiz Coordenador

O Juizado de Cavaleiro (ver matéria abaixo) terá como juiz coordenador Lúcio Grassi de Gouveia. Há quase 4 anos na magistratura, ele já passou pelas Comarcas de Salgueiro e Olinda, entre outras, sendo atualmente o juiz da 4ª Vara Cível de Jaboatão. Professor da Escola da Magistratura, Gouveia afirma ser a conciliação o principal objetivo dos Juizados.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 03 DE SETEMBRO DE 1996 Nº 166

Diário Oficial

Juizado viabiliza pleitos da população de Cavaleiro

A instalação do Juizado Especial de Cavaleiro vai beneficiar uma população de aproximadamente 200 mil pessoas. "Não podíamos deixar essa comunidade

desassistida de um serviço público essencial como a Justiça", afirmou o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Waldemir Lins.

A ideia de criação do

Juizado, instalado na última sexta-feira, surgiu, segundo Lins, quando ele visitou o município de Jaboatão dos Guararapes, logo no início de sua administração, constatando a

necessidade da instalação em Cavaleiro.

"A população mais carente do município não tinha como viabilizar seus pleitos. A instalação do Juizado não resolve isso em definitivo, mas ameniza a situação anterior", lembrou o chefe do Poder Judiciário estadual.

Waldemir Lins ressaltou a importância da criação no país dos Juizados Especiais, com seus aspectos positivos: acesso fácil à Justiça, rapidez e gratuidade nos processos.

Por fim, Lins agradeceu a todos que colaboraram para a instalação do Juizado de Cavaleiro, salientando o empenho da juíza diretora do Fórum, Nalva Barbosa Campello, e o trabalho conjunto efetuado entre o TJ e a prefeitura de Jaboatão dos Guararapes.

INICIATIVA

O advogado Paulo Sérgio Varejão, representando o prefeito Humberto Barradas na ocasião, elogiou a iniciativa do Poder Judiciário. "A lacuna que

antes existia está sendo, nesta data, preenchida: o povo de Cavaleiro agora tem uma casa da Justiça", completou.

O trabalho da atual administração do Tribunal de Justiça também foi a tônica do discurso da juíza diretora do Fórum municipal, Nalva Campello. Ela lembrou o espírito empreendedor, que tem como prova as reformas que vêm sendo feitas, "consolidando com ousadia uma redefinição do conceito de administração pública".

Agenor Ferreira deixa Tribunal

Mais um integrante da Corte de Justiça do Estado se despede da magistratura: é o desembargador Agenor Ferreira Lima, que por força de aposentadoria deixou o Tribunal de Justiça, em ato publicado no D.O. do dia 31.

Nascido na cidade de Sirinhaém, Agenor Ferreira bacharelou-se em Direito na Faculdade de Direito do Recife, em 1953. Foi aprovado em primeiro lugar no concurso para juiz, sendo nomeado, em 1955, para a Comarca de Buíque.

Antes de ser promovido para a capital, em 1969, como titular da 3ª Vara de Delitos Contra o Patrimônio, exerceu a atividade nas Comarcas de Palmarina, Aracá e São Joaquim do Monte.

Foi suplente de juiz do TRE e assessor da presidência do TJ, em 1976. No ano seguinte, foi assessor da Corregedoria Geral da Justiça do Estado. Promovido a desembargador do TJ, pelo critério de antiguidade, tomou posse em 5 de agosto de 1991.

Agenor Ferreira pretende se dedicar à advocacia e ao magistério superior, ensinando a cadeira de Direito Penal, que sempre foi a sua paixão. Como desembargador, foi integrante da 1ª Câmara Criminal e vice-presidente licenciado do TRE.

Mergulhando em seu passado, lembra que era um juiz que se realizava em cada sentença que proferia. Sempre gostou de criminologia, porque queria conhecer os crimes que levavam o homem a cometer o crime. "Os julgamentos na área penal tem muita relação com os sentimentos hu-



Des. Agenor deixa o TJ e retoma carreira de advogado e professor

manos. Daí porque, em cada sentença, vai um perfil ético-profissional do juiz", opinou o desembargador Agenor Ferreira de Lima.

Professor titular, licenciado, da cadeira de Direito Processual Civil da Faculdade de Direito de Cururu, onde, por muitos anos, integrou a banca examinadora de português nos exames vestibulares, o desembargador publicou em revistas e jornais do Recife, vários artigos sobre temas jurídicos e literários.



Nalva e Lins: Juizado beneficia comunidade



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Des. Arthur Pio dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Juarez Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:

Editores:

Redatores:
Márcio Gouveia, Roberto Tavares e
Christiane Matta
Fotografia:
João Barbosa
Diagramação:
Cátia Dias

Redação:
Fórum Poeta Bahia - 7º andar -
52º Andar - Recife-PE - CEP
50.610-040 - Fone: (281)
334.3531/ 424.3811 - R. 360 -
Telex: 3116. Fax: (081) 334-3531

Visita

O Embaixador do Chile no Brasil, Heraldo Muñoz, acompanhado do cônsul honorário do Chile no Estado, André de Paula, em visita de cortesia ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Waldemir Lins, disse ser a Justiça de seu país, mais lenta do que

a brasileira. Adiantou ainda que o Chile tem um grande projeto de modernização para a área. O des. Waldemir Lins, explicou como funciona o judiciário brasileiro e falou da contribuição dos Juizados Especiais para o desafogamento da demanda processual.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 04 DE SETEMBRO DE 1990 Nº 167

Diário Oficial

Colégio: reunião em Goiás

O Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil se reúne a partir de amanhã, em Goiânia-GO, para mais um encontro dos chefes dos Judiciários estaduais. O presidente do TJ-PE, desembargador Waldemir Lins, participa do evento.

O Encontro dos Presidentes, que vai até o sábado, dia 07, terá como ponto central de discussão as Reformas Judiciária, Administrativa e Previdenciária da Constituição Federal. A abertura será às 20h30 de amanhã (quinta-feira), no Tribunal de Justiça de Goiás.

Na sexta-feira, dia 06, haverá um painel sobre "Democratização da Justiça", onde todos os presidentes farão um relato sintético sobre suas principais experiências relativas ao tema abordado.

Tribunal participa de Seminário sobre Orçamento

Acontece amanhã, a partir das 8h30, no plenário da Assembleia Legislativa do Estado, o Seminário "Pernambuco e a Lei Complementar Orçamentária", com a par-

ticipação do vice-presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Arthur Pio dos Santos, e do secretário de Planejamento do TJ, Leovegildo Lopes da Mota.

O Seminário é



Mota: palestra sobre Autonomia Orçamentária



Arthur Pio participa de encontro na Assembleia

uma promoção da Assembleia, Secretaria de Planejamento de Pernambuco, Grupo Estadual de Estudos e Associação Brasileira de Orçamento Público (Abop). O presidente da Abop/PE, Sílvio Lins, fará a abertura do encontro.

O primeiro tema do dia terá como apresentador o secretário de Planejamento do

Estado, João Recena, ficando o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Pedro Eurico, na presidência dos trabalhos.

Às 10h45, o secretário de Planejamento, Administração e Interior do TJPE, Leovegildo Mota, apresenta a segunda palestra do Seminário: "Autonomia Orçamentária dos Poderes". O des.

Arthur Pio fará a direção dos trabalhos.

À tarde, o evento prossegue com a participação do presidente do TCE, Antônio Correa, do procurador geral de Justiça, José Tavares, e da secretária de Planejamento da Prefeitura do Recife, Sydia Maranhão. O objetivo do Seminário é a preparação da contribuição do Estado para a elaboração do novo projeto de Lei Complementar Federal sobre Orçamento Público.

Prova de Informática é marcada pelo TJ

Atenção, candidatos ao concurso público para a área de informática do Tribunal de Justiça de Pernambuco: no dia 15 de setembro, às 8h, serão realizadas as provas da primeira etapa. Os inscritos devem chegar ao Colégio da Polícia Militar, Rua Henrique Dias, 609, no Derby, com uma hora de antecedência. As provas da segunda etapa serão realizadas no dia 29, mesmo horário e local.

O concurso prevê provimento de cargos de Analista de Sistema, Técnico em teleprocessamento, Programador de Computador e Operador de Computador. A comissão examinadora é formada pelo desembargador Antônio Camarotti Filho (Presidente); pelos juízes Geraldo Og Marques e Paulo Roberto Alves da Silva e pela advogada Lenira Magalhães da Silva (secretária).



PODER JUDICIÁRIO

Presidência:
Des. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Des. Arthur Pio dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Raimundo Pereira da Silva
Assessor de Imprensa

Editor:

Redatores:
Márcio Glória, Roberto Tavares
Christina Mello

Fotografia:
João Baptista

Diagramação:
Cristina Lins

Redação:
Pórtico Press Ltda - 7º andar -
37 Andaraí - Recife-PE - CEP:
51.010-040 - Fone: (081) 234.3331
7424-3811 - R. 300 - Tel.: 3116.
Fax: (081) 234-3331

Debatedores

Durante a palestra do secretário de Planejamento do TJ, Leovegildo Mota, ontem, no Seminário "Pernambuco e a Lei Complementar Orçamentária" (ver matéria abaixo), atuaram como debate-

dores o diretor executivo da diretoria de orçamento do Estado — Seplan, Diógenes Prazin de Oliveira, e a auditora do Tribunal de Contas do Estado, Maria Auxiliadora Souza Albuquerque.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 06 DE SETEMBRO DE 1996 Nº 169

Diário Oficial

Secretário expõe Autonomia Orçamentária

Definição de critérios para limites orçamentários, controle interno da autonomia de gestão, classificação orçamentária de repasses, prestação de contas anuais ao Poder Legislativo e publicação independente de balancetes relativos a cada Poder.

Essas são as propostas que o secretário de Planejamento, Administração e Interior do Tribunal de Justiça, Leovegildo Mota, apresentou durante o seminário Pernambuco e a Lei Complementar Orçamentária, realizado ontem na Assembleia Legislativa do Estado.

As sugestões devem ser apreciadas pelo Grupo Estadual de Estudo, encarregado de

oferecer subsídios ao Ministério do Planejamento para elaboração do novo Projeto de Lei Complementar Federal sobre Orçamento Público. O material deve ser encaminhado a Brasília até o dia 15.

De acordo com o secretário Mota, apesar da Constituição Federal estabelecer autonomia financeira aos Poderes, somente após aprovação da Lei Complementar



Mota: lei estadual será adequada à nova legislação federal

Orçamentária é que essa autonomia pode ser exercida em toda sua

plenitude. A nova legislação deve ser votada pelo Congresso a partir de dezembro.

SEMINÁRIO

Pernambuco e a Lei Complementar Orçamentária foi uma promoção da Assembleia Legislativa, Secretaria de Planejamento, Grupo Estadual de Estudos e Associação Brasileira de Orçamento Público — seção Pernambuco. O objetivo do seminário é não apenas oferecer subsídios à elaboração do novo projeto de Lei Complementar, mas também se preparar para adequar a lei estadual à legislação federal, quando aprovada.

Além do tema Au-

tonomia Orçamentária, apresentado por Leovegildo Mota, foram discutidos também Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei de Orçamento Anual, Classificação das Despesas, Controle da Execução Orçamentária e A Sociedade e o Orçamento.

Durante a exposição do secretário de Planejamento, Administração e Interior do Tribunal de Justiça, a mesa dos trabalhos foi presidida pelo desembargador Artur Pio dos Santos, vice-presidente do Poder Judiciário estadual.

GRUPO DE ESTUDOS

O Grupo Estadual de Estudos, que objetiva

recolher subsídios à contribuição de Pernambuco para elaboração daquele anteprojeto de Lei, é integrado por representantes das Secretarias de Planejamento e Fazenda, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça e Sudepe.

O novo projeto estabelecerá normas técnicas e legais para o processo orçamentário e financeiro previsto no parágrafo 9, do artigo 165 da Constituição Federal.



O desembargador Artur Pio, vice-presidente do TJ, presidiu a mesa durante palestra do secretário de Planejamento, Administração e Interior



PODER JUDICIÁRIO

Presidentes:
Des. Waldemir Oliveira Lima
Vice-Presidentes:
Des. Artur Pio dos Santos Neto
Corregedor-Geral
Des. Izaar Pereira de Silva
Assessor da Imprensa

Editor:

Redatores:
Mecônio Glória, Roberto Tavares
Christine Mota
Fotografia:
Rozel Barbosa
Diagramação:
Cassia Otton

Redação:
Rua: Paulo Batista - 7º andar -
51º Andar - Recife-PE - CEP
50.010-040 - Fone: (081)
224.3531/424.3811 - R. 300 -
Telex: 2135. Fax: (081) 224-3531

Ceja

Em razão da realização dos encontros de juízes, técnicos e serventuários dos Juizados da Infância e Juventude de Pernambuco, que a Corregedoria Geral da Justiça está promovendo nos dias 12, 13 e 14

deste mês (ver matéria abaixo), a secretaria executiva da Ceja-PE avisa aos interessados e ao público em geral que não haverá expediente externo na secretaria no período de 09 a 13 de setembro.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 07 DE SETEMBRO DE 1996 Nº 170

Diário Oficial

Juízes da Infância e da Juventude do NE debatem Adoção

A Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco promove de 12 a 14, no Hotel Iguazu, o I Encontro de Juízes da Infância e da Juventude das Capitais e das Comissões Estaduais Judiciárias de Adoção do Nordeste. Na ocasião, também será realizado o V Encontro Estadual de Juízes da Infância e da Juventude. O evento tem como tema básico o Instituto da Adoção.

Segundo o corregedor geral, desembargador Itamar Pereira, o debate arcaico sobre tão importante tema é indispensável, seja para adoções por brasileiros ou estrangeiros. Ele defende a criação de um sistema regional uniformizado para adoções, tomando o sistema pernambucano como paradigma já que é considerado o mais seguro do País. Para Itamar Pereira, essa medida teria como objetivo impedir que se promova tráfico ou se desvirtue o instituto da adoção.

O secretário executivo da Comissão Estadual Judiciária



Corregedor Itamar Pereira: abertura dos dois encontros

de Adoção de Pernambuco (Ceja), juiz Marcelo Russel Wanderley, acrescenta que a corregedoria não media esforços para trazer os melhores es-

pecialistas do País. Estarão presentes entre outros, o desembargador de Santa Catarina, Antônio Amaral e Silva, e o juiz do Tribunal de Alçada

Criminal de São Paulo, Samuel Alves de Melo Júnior.

O encontro deverá contar com a participação de 137 juízes e 17 promotores de Justiça de Pernambuco. Do Estado, serão palestrantes, o secretário executivo da Ceja, juiz Marcelo Russel, e o titular da 2ª Vara da Infância e da Juventude da Capital, juiz Luiz Carlos de Barros Figueiredo. Estarão presentes também desembargadores, juízes e membros da Ceja's do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Sergipe.

Para Luiz Carlos Figueiredo, o encontro servirá, também, para aprofundar os conhecimentos dos magistrados das principais Comarcas do Estado com jurisdição nas Varas que detêm competência para os feitos relativos à infância e a juventude, nos procedimentos específicos do Instituto da adoção.

PROGRAMAÇÃO

A abertura do encontro será no dia 12, às 19h30, com

uma homenagem aos fundadores e ex-presidentes da Ceja-PE e lançamento do Manual de Procedimentos da Ceja-PE. O corregedor geral da Justiça, des. Itamar Pereira, preside os trabalhos da noite de abertura, que também contará com aula espetáculo, a cargo do secretário de cultura do Estado, Ariano Suassuna. Na sexta-feira (13), às 8h40, o desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Amaral e Silva, fará uma exposição, abordando o tema "Adoção no Estatuto da Criança e do Adolescente". O magistrado preside a Associação Brasileira dos Juízes e Promotores da Infância e da Juventude. Em seguida, o juiz de São Paulo, Melo Júnior, fará palestra sobre "A Convenção de Haia".

A tarde, serão realizadas mais duas palestras. Na primeira, a partir das 14h, o secretário executivo da Ceja-PE, juiz Marcelo Russel, vai expor o "Papel da Comissão Estadual

Judiciária de Adoção de Pernambuco". Na segunda palestra, o juiz da 2ª Vara da Infância e da Juventude da Capital, Luiz Carlos Figueiredo, vai abordar "As Diversas Fases do Processo de Adoção".

No último dia (14), a partir das 8h30, haverá o painel "As Ceja's do Nordeste — Atualidades e Diretrizes", tendo como expositores os representantes das comissões participantes do encontro, sob a coordenação do juiz Samuel Alves de Melo Júnior. O evento será encerrado à tarde, com as conclusões sobre uniformização de procedimentos nos processos de adoção internacional no Nordeste. A ordenação será do presidente da Ceja-Ceará, des. Hugo Alencar.



PODER JUDICIÁRIO

Presidentes:
Des. Waldemar Oliveira Lima
Vice-Presidentes:
Des. Arthur Pinheiro Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Itamar Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:

Editor:

Relatores:
Marcelo Russel, Roberto Taveira
Crônicas:
Cristina Matt
Fotografia:
Jusé Badoen
Diagramação:
Celina Dias

Redação:
Rua Paulo Batista - 7º andar -
52º Andar - Recife-PE - CEP
50.010-940 - Fone: (081) 224.3331
7424-3311 - R. 300 - Telex: 3110.
Fax: (081) 224-3331

Técnicos e serventuários realizam IV Encontro



Juiz Marcelo Russel: palestra sobre o papel da Ceja

Paralelamente ao Encontro de Juízes da Infância e da Juventude das Capitais e das Ceja's, será realizado, durante o dia 12, o IV Encontro de Técnicos e Serventuários dos Juizados da Infância e da Juventude de Pernambuco, que também discutirá o tema adoção.

O objetivo do evento é contribuir para a melhoria da qualificação das equipes técnicas e do corpo de serventuários das principais Comarcas do Estado, cujas Varas detêm competência para os feitos relativos à infância e a juventude. Na opinião do corregedor geral da Justiça, des. Itamar Pereira, de nada adianta qualificar apenas os juízes, sem que esse mesmo esforço de melhoria seja também estendido às equipes de apoio.

As 8h30, o des. Itamar Pereira fará a abertura do encontro. Em seguida, o secretário executivo da Ceja-PE, juiz Marcelo Russel, fará palestra abordando as "Noções

sobre o Papel da Ceja". A segunda exposição será sobre "O Papel das Equipes Técnicas dos Juizados nas Adoções", a cargo da equipe técnica da 2ª Vara da Infância e da Juventude do Recife, representada por Ana Lúcia Francisco, Simone Barreto e Tereza Figueiredo.

A parte da manhã será encerrada com palestra sobre "Noções das Diversas Fases do Processo de Adoção e seus Conexos", a ser proferida pelo juiz Luiz Carlos Figueiredo. À tarde, o desembargador do TJ de Santa Catarina, Antônio Amaral, vai falar sobre "A Adoção no Estatuto da Criança e do Adolescente". Todas as palestras serão seguidas de debates.

Para encerrar o evento, os participantes serão reunidos em grupos para fazer uma "Avaliação das Dificuldades e dos Avanços nos Procedimentos de Adoção". Em seguida, haverá uma plenária de conclusões.

Infância e Juventude

A manhã, às 8h30, no Hotel Intermares, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Itamar Pereira, abre o IV Encontro de Técnicos e Serventuários dos Juizados da Infância e da Juventude de Pernambuco. Às 19h30,

com uma aula espetáculo do secretário de Cultura do Estado, Ariano Suassuna, será aberto o I Encontro de Juizes da Infância e da Juventude das Capitais e das Comissões Estaduais Judiciárias de Adoção do Nordeste.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 11 DE SETEMBRO DE 1996 Nº 172

Diário Oficial

Juizado do Pina tem boa aceitação

Com oito meses de funcionamento, o Juizado Especial do Pina apresenta resultados satisfatórios no que diz respeito ao recebimento de ações e aceitação da comunidade da Zona Sul. Segundo o juiz coordenador Nilson Guerra Nery, mais de dois mil feitos de pequenas causas tramitam na unidade judiciária, localizada na Rua Manoel de Brito, 311.

Aberto das sete às 22h, o Juizado Especial do Pina recebe demanda populacional de Brasília Teimosa, Boa Viagem e áreas vizinhas, que vão em busca de justiça ágil, sem ônus e sem burocracia. Por lá, tramitam processos cujos valores não ultrapassam 40 salários mínimos, conforme determina a lei 9.099/95.

Cobrança de dívidas, colisão de veículos e inadimplência de condomínio representam o maior número de queixas. Mas o Juizado do Pina trabalha ainda com questões de despejo para uso próprio, separação e divórcio consensuais, pensão alimentícia, cobrança de aluguel e, de acordo com o juiz Nilson Nery, admite-se inclusive a antecipação de tutela e concessão de liminares se os fatos justificarem tais medidas.

A audiência de conciliação, na qual o funcionário conciliador busca um acordo entre as partes, pode ser o final da pendência. Mas mesmo que o processo chegue à sentença judicial, não serão necessários mais que dois meses para o término do processo.



Importância da audiência de conciliação é a busca do acordo entre as partes no processo de pequenas causas



Nery: mais de dois mil feitos

Telejudiciário agiliza consultas processuais

Em apenas 2 minutos, pode-se obter informações sobre processos que estejam tramitando no Tribunal

serviço de informações, que pode ser acionado através do nº 424-3021.

Implantado no final de abril, o Telejudiciário

cessos criminais (15%), localização de funcionários do Tribunal (4%), protocolo administrativo (2%) e 28% sobre outros assuntos.

Com o Telejudiciário, o número de informações — cerca de 3 mil ao mês — tiradas via impressora diminuiu 20%, consequentemente, reduzindo o fluxo de pessoas no Tribunal. Segundo o chefe da Central de Informações do TJ, Antônio da Paz, a meta é diminuir esse percentual, aumentando a consulta ao serviço. "Estamos fazendo desde o mês passado, uma campanha de esclarecimento sobre o Telejudiciário, através de uma mensagem anexada em cada folha de informações sobre o processo.

O serviço é ágil e proporciona comodidade às pessoas", garante Antônio da Paz.

Para obter informações sobre as 31 mil ações cadastradas no banco de dados, o interessado tem, que fornecer o número do processo — é a maneira mais rápida de obter informações — ou o nome das partes envolvidas. Em Pernambuco, o Telejudiciário é um sistema: exceto sivo do Tribunal ... Justiça, desenvolvido para facilitar a vida de advogados e público em geral. Os processos são atualizados diariamente, permitindo o acompanhamento completo dos feitos, inclusive com despachos e decisões judiciais.



Telejudiciário: informações em 2 minutos

de Justiça, a nível de recurso, apelação ou originários do 2º grau. É o Telejudiciário. Um

recebeu no primeiro trimestre, 4.550 ligações. Destas, 51% são sobre processos cíveis, pro-



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Dr. Waldemar Oliveira Lima
Vice-Presidente:
Dr. Arthur Pio dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Dr. Itamar Pereira da Silva
Assessor de Imprensa

Editor:

Redatores:
Márcio Chaves, Roberto Tavares e
Christina Maia
Fotógrafo:
José Barbosa
Diagramação:
Celso Dias

Redação:
Rua Paulo Batista - 7 andar -
5º Andar - Recife-PE - CEP
50.010-040 - Fone: (081) 224.3531
1424-3011 - R. 300 - Telex: 30.16
Fax: (081) 224.3531

Curso

A Escola Superior da Magistratura de Pernambuco está promovendo um curso para o concurso público de promotor de Justiça do Estado. As inscrições estão abertas na secretaria da Esmape desde o dia 09. Cerca de

20 pessoas já se inscreveram, restando apenas mais 30 vagas aos interessados. O curso terá 170 horas/aula, no horário das 8 às 12h, com a participação do professorado da Escola e início previsto para o dia 20 deste mês.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 13 DE SETEMBRO DE 1996 Nº 174

Diário Oficial

Juiz defende uniformização nos processos de adoção

A busca de uma uniformização de procedimentos nos processos de adoção será o tema central da palestra que o juiz Luiz Carlos Figueiredo faz hoje, às 16h, no encerramento dos trabalhos do segundo dia do I Encontro de Juízes da Infância e da Juventude das Capitais e das Comissões Estaduais Judiciárias de Adoção do Nordeste.

Na exposição "As diversas Fases do Processo de Adoção", Figueiredo pretende distinguir os casos em que não é preciso um prévio cadastramento do adotante ou criança. Nessa hipótese, está o parente próximo, o filho de cônjuge ou companheiro ou ainda a criança abandonada na casa do adotante por lapso de tempo que permita avaliar lapsos afetivos.

"Nos demais casos, tanto a criança como o adotante já deve ter feito o cadastramento na Ceja", adianta o magistrado. Segundo ele, os



Figueiredo (dir.), com Melo Júnior (SP): "brasileiro tem preferência na adoção"

interessados em adotar uma criança devem comparecer a qualquer Comarca, preencher um formulário e apresentar os documentos pessoais. Logo após, será feita uma entrevista com o candidato que dirá o tipo de criança desejada (idade, cor, sexo etc.).

De acordo com Figueiredo, juiz titular da 2ª Vara da Infância e da Juventude do Recife, todos os juízes que estão participando do encontro vão receber um manual contendo todas as súmulas

das decisões da Comissão Estadual Judiciária de Adoção (Ceja) e os modelos e formulários utilizados no Juizado da Capital.

"Com isso, o trabalho dos magistrados no interior do Estado é facilitado, sem contar que o manual vai contribuir para a uniformização dos procedimentos em todas as Comarcas", afirmou Luiz Carlos Figueiredo.

PREFERÊNCIA
Figueiredo também destaca outro ponto im-

portante a ser debatido no encontro: a questão da nacionalidade do adotante.

"A Constituição Federal diz que o brasileiro tem preferência como adotante. Portanto, temos que trabalhar nesse sentido".

Segundo ele, a ideia é que a criança a ser adotada fique no Brasil. Para que isso aconteça, estão sendo criados bancos de dados regionais com os nomes dos candidatos a adotante e crianças a serem adotadas. "Assim, haverá um intercâmbio maior, podendo, por exemplo, um candidato daqui adotar uma criança de outro Estado", acrescenta.

"Nesse sentido, os Estados de Pernambuco e São Paulo estão assinando um convênio de colaboração e intercâmbio", revela Figueiredo. "A comunicação entre as Cejas criará maiores possibilidades de adoção dentro do próprio País", finaliza.

O Convênio será assinado pelos secretários das Comissões Estaduais Judiciárias de Adoção de Pernambuco e São Paulo, juízes Marcelo Russell Wanderley e Samuel Alves de Melo Júnior, respectivamente.

PALESTRAS

Após a abertura do Encontro, realizada ontem, com a presença do corregedor geral da Justiça, desembargador Itamar Pereira da Silva, os trabalhos prosseguem hoje, a partir das 8h40, com a palestra do presidente da Associação Brasileira dos Juízes e Promotores da Infância e da Juventude, desembargador Antônio Amaral e Silva, de Santa Catarina.

Ainda pela manhã, o juiz do Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo, Samuel Alves de Melo Júnior, fará exposição sobre "A Convenção de Haia". À tarde, o secretário da Ceja/PE, juiz Marcelo Russell, fala

sobre "O Papel da Comissão Estadual Judiciária de Adoção". Por fim, será a vez da palestra do juiz Luiz Carlos de Figueiredo.

O Encontro termina amanhã, com um painel sobre as Cejas do Nordeste, sob a coordenação do juiz Melo Júnior. À tarde, o presidente da Ceja do Ceará, desembargador Hugo Alencar, coordena os trabalhos sobre as conclusões na "Uniformização de Procedimentos nos Processos de Adoção Internacional no Nordeste".



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemar Oliveira Lima
Vice-Presidente:
Des. Arthur Pinheiro Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Itamar Pereira da Silva
Assessor de Imprensa

Editor:

Redatores:
Maurício Gomes, Roberto Torres e
Christina Maia
Fotografia:
João Barbosa
Diagramação:
Celso Dias

Redação:
Praça Pedro Bittencourt - 7º andar -
SP - Recife - PE - CEP
50.010-040 - Fone: (081) 224.1311
Fax: (081) 224.1311

Olinda

Conciliação tem índice superior a 80 por cento

Dos 14.126 processos que deram entrada no Juizado Especial de Olinda, desde que o núcleo foi instalado em março de 1991, apenas 935 continuam em aberto. De acordo com o mapa

estatístico daquela unidade judiciária, isso representa um índice real de conciliação de 82% entre as partes.

Cobrança de dívidas é o motivo que leva o maior número de pessoas ao Juizado de

Olinda. Nesse período, foram prestadas 6.759 queixas seguidas de 2.419 feitos relativos a alimentos. Em terceiro lugar vêm 1.203 processos de indenizações de colisão de veículos. Em compensação, foram

registradas apenas 15 queixas de despejos.

Instalado há cinco anos, então como Juizado de Pequenas Causas, o Juizado Especial de Causas Cíveis de Olinda é coordenado pela juíza Clara Maria

de Lima Callado. O índice de conciliação é o percentual dos processos conciliados em geral ao total de processos encerrados, excluindo-se os extintos em geral de desistências.

Infância e Juventude

A manhã, às 8h30, no Hotel Internares, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Itamar Pereira, abre o IV Encontro de Técnicos e Serventuários dos Juizados da Infância e da Juventude de Pernambuco. Às 19h30,

com uma aula espetáculo do secretário de Cultura do Estado, Ariano Suassuna, será aberto o I Encontro de Juizes da Infância e da Juventude das Capitais e das Comissões Estaduais Judiciárias de Adoção do Nordeste.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 11 DE SETEMBRO DE 1996 Nº 172

Diário Oficial

Juizado do Pina tem boa aceitação

Com oito meses de funcionamento, o Juizado Especial do Pina apresenta resultados satisfatórios no que diz respeito ao recebimento de ações e aceitação da comunidade da Zona Sul. Segundo o juiz coordenador Nilson Guerra Nery, mais de dois mil feitos de pequenas causas tramitam na unidade judiciária, localizada na Rua Manoel de Brito, 311.

Aberto das sete às 22h, o Juizado Especial do Pina recebe demanda populacional de Brasília Teimosa, Boa Viagem e áreas vizinhas, que vão em busca de justiça ágil, sem ônus e sem burocracia. Por lá, tramitam processos cujos valores não ultrapassam 40 salários mínimos, conforme determina a lei 9.099/95.

Cobrança de dívidas, colisão de veículos e inadimplência de condomínio representam o maior número de queixas. Mas o Juizado do Pina trabalha ainda com questões de despejo para uso próprio, separação e divórcio consensuais, pensão alimentícia, cobrança de aluguel e, de acordo com o juiz Nilson Nery, admite-se inclusive a antecipação de tutela e concessão de liminares se os fatos justificarem tais medidas.

A audiência de conciliação, na qual o funcionário conciliador busca um acordo entre as partes, pode ser o final da pendência. Mas mesmo que o processo chegue à sentença judicial, não serão necessários mais que dois meses para o término do processo.



Importância da audiência de conciliação é a busca do acordo entre as partes no processo de pequenas causas



Nery: mais de dois mil feitos

Telejudiciário agiliza consultas processuais

Em apenas 2 minutos, pode-se obter informações sobre processos que estejam tramitando no Tribunal

serviço de informações, que pode ser acionado através do nº 424-3021.

Implantado no final de abril, o Telejudiciário

processos criminais (15%), localização de funcionários do Tribunal (4%), protocolo administrativo (2%) e 28% sobre outros assuntos.

Com o Telejudiciário, o número de informações — cerca de 3 mil ao mês — tiradas via impressora diminui 20%, consequentemente, reduzindo o fluxo de pessoas no Tribunal. Segundo o chefe da Central de Informações do TJ, Antônio da Paz, a meta é diminuir esse percentual, aumentando a consulta ao serviço. "Estamos fazendo desde o mês passado, uma campanha de esclarecimento sobre o Telejudiciário, através de uma mensagem anexada em cada folha de informações sobre o processo.

O serviço é ágil e proporciona comodidade às pessoas", garante Antônio da Paz.

Para obter informações sobre as 31 mil ações cadastradas no banco de dados, e impressado tel., que fornecer o número do processo — é a maneira mais rápida de obter informações — ou o nome das partes envolvidas. Em Pernambuco, o Telejudiciário é um sistema extrajudicial do Tribunal — Justiça, desenvolvido para facilitar a vida de advogados e público em geral. Os processos são atualizados diariamente, permitindo o acompanhamento completo dos feitos, inclusive com despachos e decisões judiciais.



Telejudiciário: informações em 2 minutos

de Justiça, a nível de recurso, apelação ou originários do 2º grau. É o Telejudiciário. Um

recebeu no primeiro trimestre, 4.550 ligações. Destas, 51% são sobre processos cíveis, pro-



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemar Oliveira Lima
Vice-Presidente:
Des. Arthur Pio dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Itamar Pereira da Silva
Assessor de Imprensa

Editor:

Relatores:
Marcelo Grassi, Roberto Tavares e
Osmar Maia
Fotógrafo:
João Barbosa
Ilustrações:
Celso Dias

Redação:
Praça Paulo Batista - 1ª andar -
Stº Antônio - Recife-PE - CEP
50010-040 - Fone: (081) 224.3331
(404-3811 - R. 306 - Telex: 31106
Fax: (081) 224.3331

Homenagem

Em sessão extraordinária, o Tribunal Pleno do Poder Judiciário homenageia, nesta segunda-feira (16), a partir das 15h, o desembargador Agenor Fer-

reira Lima. O magistrado afastou-se do Tribunal de Justiça de Pernambuco por força de aposentadoria, depois de 41 anos na magistratura estadual.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 14 DE SETEMBRO DE 1996 Nº 175

Diário Oficial

Jaboatão

Presidente manda avaliar Fórum Criminal

A pedido dos juízes Maria Margarida de Souza, Edvaldo Palmeira e Silvana Esperia, o presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Waldemir Oliveira Lima, vai enviar equipe técnica para levantamento da situação — com proposta de solução — do Fórum de Jaboatão dos Guararapes, onde funcionam as três Varas Criminais da Comarca.

Segundo os magistrados, o prédio não mais apresenta condição de trabalho, sendo necessário outro lugar para funcionamento e que possibilite, inclusive, a realização de sessões do júri em prédio único. De acordo com o juiz Edvaldo Palmeira, cerca de 10 júris são realizados trimestralmente em locais cedidos pela municipalidade.

O desembargador-presidente Waldemir Lima afirma reconhecer as necessidades do Judiciário em Jaboatão, especialmente as do Fórum Criminal, por onde tramitam cerca de

5 mil processos. A meta do desembargador é a construção de Foro próprio e único, onde possa ser instalada toda a prestação jurisdicional, cível e criminal.

Ciente de que essa é uma meta realizável a longo prazo, o desembargador afirma que tem buscado soluções mais rápidas e que, igualmente, trarão benefícios à população. Uma delas é a possibilidade de instalação de um Juizado Criminal naquela Comarca, para tramitação de processos de menor potencial ofensivo, conforme determina a lei 9.099/95.



Magistrados apresentam relatório sobre funcionamento das Varas Criminais

Diretoria descentraliza atendimento funcional



Lenira Magalhães: mudança facilita acesso ao público

A diretoria de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça de Pernambuco está descentralizando todo o atendimento aos funcionários do TJ. Desde o início deste mês, a DRH está em nova sala, que fica no térreo do Palácio da Justiça, em frente aos elevadores.

O objetivo da mudança, segundo a diretora Lenira Magalhães da Silva, é facilitar o acesso ao público, que era atendi-

do até então no 5º andar. Com isso, melhora também o funcionamento dos elevadores do Palácio, já que todo o atendimento funcional da diretoria de Recursos Humanos agora pode ser feito no andar térreo.

Na nova sala (antigo arquivo do Tribunal) estão funcionando os setores de benefícios — com a administração dos programas de vale transporte, Pró-Lazer, Sul América e ambula-

tório médico-odontológico —, e capacitação profissional, além da divisão de controle funcional.

A diretoria de Recursos Humanos do TJ funciona nos dois expedientes, no horário das 7 às 18h, com duas diretoras-adjuntas: Verônica Camarotti, pela manhã, e Gisela Santos Pires, na parte da tarde. No 5º andar do Palácio, ficou apenas a divisão de preparação de pagamento.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lima
Vice-Presidente:
Des. Arthur Pio dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Itamar Pereira da Silva
Assessor de Imprensa

Editor:

Redatores:
Maurício Gualco, Roberto Teixeira
Christiano Maia
Fotografia:
João Barbosa
Diagramação:
Colore Brasil

Endereço:
Palácio Paulo Batista - 2º andar -
5º Andar - Recife-PE - CEP
50.000-000 - Fone: (081) 324.3531
1.424.3811 - R. 300 - Telex: 3116
Fax: (081) 224-3531

Novos Desembargadores

Hoje, às 9h, o Tribunal Pleno estará reunido, em sessão extraordinária, na Sala Des. Antônio de Brito Alves do TJ, para a escolha dos desembargadores que irão preencher

os três cargos vagos. As três vagas ficaram abertas com o falecimento do desembargador Célio Montenegro e com as aposentadorias dos magistrados Carlos Xavier e Agenor Ferreira.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 18 DE SETEMBRO DE 1996 Nº 177

Diário Oficial

Agenor recebe homenagem do Tribunal

“A tarefa de saudar Vossa Excelência nesta despedida, não me pesa, antes me enriquece, porquanto a comunicação com alguém que admiramos é sempre motivo de regozijo”. Com estas palavras o desembargador Amaro José de Araújo iniciou a sessão extraordinária do Tribunal Pleno para homenagear o desembargador Agenor Ferreira de Lima.

Escolhido para saudar o magistrado em sua despedida do Tribunal de Justiça, Ama-

ro Araújo lembrou em seu discurso a infância e adolescência de Agenor Ferreira no município de Sirinhaém, de onde surgiu a vocação para a magistratura.

Falou também da trajetória de Agenor Ferreira como juiz e professor. Como juiz, “um analista profundo das pessoas e dos fatos sociais na aplicação do Direito e na distribuição da Justiça”. No magistério, “há de ter moldado personalidades literárias dos mais diversos matizes, levando cada um dos seus alunos a construir

os próprios caminhos”.

Emocionado, o desembargador Agenor Ferreira disse que a cerimônia de despedida tinha singular significado para ele. “Embora amarga como toda despedida, ela me aguçou profundamente a vaidade e dá nova moldura a minha acanhada biografia”.

Lembrou as palavras ditas pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Waldemir Lins, pelo procurador geral da Justiça, José Tavares, e a saudação do desembargador Amaro Araújo.

“Recolho-as como um prêmio maior a minha sensibilidade de homem que tem feito dos valores da Justiça o seu credo de profissão”.

Por ocasião da homenagem que, há poucos dias, o Tribunal Regional Eleitoral prestou a Agenor Ferreira, onde ocupou o cargo de vice-presidente, o magistrado afirmou que chegara àquela Corte para aprender. “Também aqui, neste Tribunal de Justiça, onde permaneci durante cinco anos como desembargador, não fui além de aprender”.



Agenor Ferreira: homenagem na despedida do TJ

Câmara homenageia desembargador Mário Melo



Mário Melo recebe Título de Cidadão

O desembargador Mário Alves de Souza Melo recebe amanhã, às 15h30, na Câmara Municipal do Recife, o Título de Cidadão do Recife. O autor da proposição foi o vereador Antônio Luiz Neto.

Natural de Catende-PE, Mário Melo formou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Recife, em 1955. Como secretário geral da Prefeitura de Catende, elaborou o código tributário daquele município, adotado em 1962, como modelo para diversos municípios pernambucanos.

Foi juiz titular das Comarcas de Parnamirim, Belém de Maria, Correntes, Altinho e Ribeirão. Na Comarca do Recife, esteve à frente da 3ª Vara da Família e Registro Civil. Como juiz eleitoral, atuou na 1ª Zona Eleitoral do Recife, além de ter sido presidente da apuração e totalização. Deu posse aos eleitos por três pleitos consecutivos, sendo o último em 1992. Em novembro do mesmo ano, aumentou o número das vagas nas

câmaras municipais de Pernambuco, dando vigência às novas leis orgânicas municipais. No ano seguinte, foi juiz coordenador da propaganda eleitoral ao plebiscito de 21 de abril.

Foi promovido, pelo critério de merecimento, a desembargador do Tribunal de Justiça em agosto de 1993. Atualmente é membro da Corte Especial, da Seção Criminal, da Câmara Criminal e da Comissão de Organização Judiciária e Regimento Interno. Em agosto de 1995, foi escolhido membro do Tribunal Regional Eleitoral, na classe de desembargador-substituto.

Condecorações — o des. Mário Melo recebeu a Medalha do Mérito Judiciário “Desembargador Joaquim Nunes Machado”, no mais alto grau; Colar de Alta Distinção do TJ. Foi agraciado também com a Medalha Pernambucana do Mérito Policial Militar, além de ter sido homenageado com os títulos de cidadão honorário dos municípios do Ribeirão-PE e Oaro Velho-PB.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemar Oliveira Lima
Vice-Presidente:
Des. Arthur Pinheiro dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Iomar Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:
Lécio Costa

Editor:
Lécio Costa

Redatores:
Maurício Oliveira, Roberto Tavares e
Christine Mattos
Fotografia:
Jovani Barbosa
Diagramação:
Celso de Deus

Redação:
Fórum Paulo Batista - 7º andar -
Sítio Antônio - Recife-PE - CEP:
50.610-940 - Fone: (081) 254.3531
/ 424-3811 - R. 306 - Telex: 3136.
Fax: (081) 224-3531

Direito do Consumidor

Com o apoio da Corregedoria Geral da Justiça e da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco será realizado, no dia 30, no auditório da Faculdade de Direito de Olinda-Fado, o seminário

"Um dia convivendo com o Direito do Consumidor". O corregedor geral, desembargador Itamar Pereira, participa do evento. As inscrições podem ser feitas na Esmape ou Brasilcon/PE.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 19 DE SETEMBRO DE 1996 Nº 178

Diário Oficial

Tribunal escolhe novos desembargadores

Os juízes Manoel Alves da Rocha e Joaquim Rodrigues de Castro são os novos desembargadores do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Ambos foram escolhidos ontem, durante sessão plenária, em que estiveram reunidos 24 componentes da Corte de Justiça estadual, sob a presidência do desembargador Waldemir Oliveira Lins.

Eles passam a ocupar, respectivamente, as vagas por aposentadoria dos desembargadores Carlos Xavier Pais Barreto Sobrinho e

Ageor Ferreira de Lima. Manoel Alves da Rocha, juiz auditor militar, foi escolhido pelo critério de antiguidade, enquanto Joaquim Rodrigues, juiz corregedor auxiliar, pelo critério de merecimento.

Durante a mesma sessão, o Pleno do Tribunal de Justiça decidiu que a terceira vaga, decorrente do falecimento do desembargador Célio de Castro Montenegro, será ocupada pelo Minis-



Presidente do TJPE (esq.) cumprimenta desembargador Manoel Alves, eleito pelo critério de antiguidade, na vaga de Carlos Xavier

tério Público, através do quinto constitucional.

Nesse sentido, o presidente do TJ, des. Waldemir Lins, oficiou, ontem, ao procurador geral da Justiça, José Tavares, informando-o da decisão tomada pelo Pleno. Agora, a Procuradoria Geral da Justiça publicará edital para a habilitação dos procuradores que pretendam concorrer a vaga. Será eleita uma lista sextupla pelo MP, cabendo ao TJ selecionar três nomes para a nomeação de um deles pelo governador Miguel Arraes.

Nomeação e Posse

Os novos integrantes da Corte de Justiça estadual foram nomeados pelo presidente do Tribunal de Justiça, des. Wal-

demir Lins, logo após a escolha dos magistrados em sessão plenária. Hoje, às 10h, Manoel Alves e Joaquim Rodrigues tomam posse como os novos desembargadores do TJPE.

Escolhido pelo critério de antiguidade, o desembargador Manoel Alves da Rocha tem trajetória que inclui atuação na Justiça Militar do Estado da Paraíba.

Somente em 1965, através de concurso público, ele ingressou na Justiça pernambucana, atuando no início nas Comarcas de Carnalha, Águas Belas e Alagoinha. Isso, até 1969, quando veio para a capital, como juiz auditor da Justiça Militar, onde permaneceu por 27 anos.

MERECIMENTO

Também escolhido ontem para ocupar vaga de desembargador do TJPE, o juiz Joaquim Rodrigues de Castro faz parte da magistratura pernambucana desde 1965, quando entrou por concurso público. Atuou nas Comarcas de São José do Belmonte, Custódia, Bom Conselho e Nazaré da Mata, quando veio para a 3ª Entrância em 1991.

Aqui, assumiu a 3ª Vara Cível da Fazenda e, por diversas vezes, substituiu os desembargadores Cláudio Américo, Hélio de Siqueira Campos e Francisco de Sá Sampaio no Tribunal de Justiça. Atualmente, estava como juiz corregedor auxiliar na Corregedoria Geral da Justiça.



PODER JUDICIÁRIO

Problemas:
Des. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Des. Arthur Pio dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Itamar Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:
Lúcio Costa

Editor:
Lúcio Costa

Redatores:
Márcio Claudio, Roberto Thome e
Christine Natta
Fotografia:
João Barbosa
Diagramação:
Celso Dias

Redação:
Praça Paulo Buarque - 1º andar -
5ª Andar - Recife-PE - CEP
50.010-040 - Fone: (081) 224.3331
(424-3811) - R. 300 - Telex: 3116
Fax: (081) 224-3531



Joaquim Rodrigues foi eleito por merecimento

Aemepe

A Associação das Esposas dos Magistrados do Estado de Pernambuco (Aemepe) realiza chá beneficente no Cerimonial Cristina Manzi, na próxima terça (24), às 16h, em

prol das obras assistenciais da entidade. Será prestada homenagem às entidades filantrópicas do Estado. À frente da promoção, Sílvia Norões Lins, presidente da Aemepe.



ANO XXXI

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 20 DE SETEMBRO DE 1996 Nº 179

Diário Oficial

Magistrados assumem nova função

"Prometo manter, defender e cumprir a Constituição Federal do Brasil e a deste Estado, respeitar e promover o bem coletivo e exercer o meu cargo sob a inspiração da tradição, da lealdade, bravura e patriotismo do povo pernambucano". Este foi o juramento feito, ontem, pelos novos desembargadores do Tribunal de Justiça, no momento da posse.

A solenidade, que contou com a presença de autoridades e representantes da magistratura estadual, foi presidida e aberta pelo Chefe do Poder Judiciário pernambucano, desembargador Waldemir Oliveira Lins. Na ocasião, o magistrado expressou a honra de ter a colaboração e

de poder contar com os novos integrantes da Corte de Justiça.

Feito o juramento, os novos desembargadores - Manoel Alves da Rocha e Joaquim Rodrigues de Castro - assinaram o Termo de Compromisso, lido depois pelo Secretário Judiciário do Tribunal de Justiça, Aluiz Tardão. No discurso de posse, Alves da Rocha e Joaquim de Castro afirmaram o propósito de corresponder à confiança por ocuparem o mais alto cargo da Justiça estadual.

A partir de hoje, os desembargadores já se encontram aptos ao desempenho da função. Dentro de aproximadamente dez dias, o Tribunal de Justiça realiza sessão solene para saudar seus novos integrantes.

Ministério Público

A terceira vaga ao quadro da desembargadoria do Tribunal de Justiça deve ser ocupada, no máximo, dentro



Des. Manoel Alves: Termo de Compromisso e juramento

de um mês, por um representante do Ministério Público. A previsão é do presidente

do TJ-PE, desembargador Waldemir Oliveira Lins, que aguarda relação de seis can-



Des. Rodrigues, ao lado de Waldemir Lins: posse

didatos ao cargo, enviada pelo MP.

O presidente afirmou que, do logo a lista chegue ao Tribunal, ele convocará sessão extraordinária do Pleno, para definição de três nomes, dos

quais apenas um será escolhido pelo governador Miguel Arraes. Com a decisão do Chefe do Executivo estadual, estará completa o quadro de 27 desembargadores do Poder Judiciário pernambucano.

Mário Melo recebe cidadania recifense



O desembargador Mário Melo recebe o diploma de cidadania honorário do Recife, lido pelo vereador Antônio Luiz Neto e Liberato Costa Jr.

"Seu vocação para o Direito e a sua inteligência, somadas ao dinamismo e, sobretudo, ao apelo pelas letras, fazem do dr. Mário Melo um dos mais importantes representantes da Justiça no território dos nobres caridosos do Brasil". Desta forma, o vereador Antônio Luiz Neto saudou o novo cidadão recifense, desembargador Mário Melo, numa cerimônia realizada ontem, no Plenário da Câmara Municipal do Recife.

Após a proposição que reconhece o título ao desembargador Mário Melo, o vereador Antônio Luiz Neto salientou, ainda, que o homenageado é portador de um currículo que espelha o brilho da trajetória de um homem vocacionado para as atividades humanas. O presidente da Câmara, vereador Liberato Costa Junior, disse que a Casa de José Mariano abriga seu plebiscito para registrar um divórcio com uma das figuras mais expressivas, condecorado de tal maneira, que impregna o universo do Judiciário pernambucano.

O plebiscito da Câmara foi proposto para compor o número de pessoas que foram ligadas Casa principal a sociedade: familiares, amigos, advogados, juízes, desembargadores, membros do Ministério Público, políticos e jornalistas. Presidida pelo vereador Liberato Costa Junior, a mesa foi composta pelos presidentes do Tribunal de Justiça e

TRE, respectivamente, desembargadores Waldemir Lins e Manoel Arraes, deputado Guilherme Uchida (representando a Assembleia Legislativa), secretário-adjunto para Assuntos Jurídicos da Prefeitura do Recife, João Valsega; desembargador Gildo Naves, além do desembargador Mário Melo.

Em sua discurso, o juiz novo cidadão do Recife, o desembargador Mário Melo fez um relato de sua trajetória, desde que veio de sua terra natal, o município de Camará, até atingir o atual cargo no TJPE. Destacou, ainda, sua dedicação ao estudo do municipalismo. É de sua autoria o "Código Tributário do Município de Camará", que serve de modelo para diversos municípios pernambucanos. Destacou Mário Melo, que em toda a sua trajetória como magistrado nunca se esqueceu de suas origens e sua família com orgulho, ressaltando sua origem em 19, uma comunidade indígena, sua jornada árdua, sua luta de fé e de amor por sua terra.

Promovido, por merecimento, para o cargo de juiz por quase duas décadas (entre as 1ª e 2ª Zonas Eleitorais (Boa Vista)). E por mérito próprio, por ser o mais antigo magistrado, presidiu as eleições municipais do Recife. E recebeu "Honorário de Cidadão", em 1992, título atribuído aos cidadãos que, por mérito próprio, contribuíram para o desenvolvimento da cidade.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:

Des. Waldemir Oliveira Lins

Vice-Presidente:

Des. Arthur Pin dos Santos Neto

Corregedor Geral:

Des. Renan Pinheiro da Silva

Assessor de Imprensa:

Lúcio Costa

Editor:

Lúcio Costa

Redatores:

Marcelo Glauco, Roberta

Tavarez e Christine Moraes

Fotografia:

João Barbosa

Diagramação:

Cecília Dias

Redação:

Rua Paula Botelho - 7º andar -

11º andar - Recife-PE - CEP

50100-040 - Fone: (081)

(24) 359-1424/3811 - R. 300 -

Recife - PE - Tel: (081) 224.3531

A Esmape e o Mercosul

O desembargador Napoleão Tavares, diretor da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco, encontra-se em Ouro Preto, participando do encontro sobre Direito Comunitário

do Mercosul (matéria abaixo). Ele foi em companhia do desembargador Nildo Nery, diretor-adjunto da Escola Nacional da Magistratura, um dos órgãos promotores do evento.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 21 DE SETEMBRO DE 1996 Nº 180

Diário Oficial

Judiciário estabiliza processos na região de risco

Dois juizes corregedores auxiliares percorrem as comarcas sertanejas todas as semanas. Implantados desde 1994, o trabalho tem objetivo de supervisionar e orientar a atuação dos magistrados e servidores daquela região, a fim de proporcionar celeridade à prestação jurisdicional na conhecida área de risco.

A iniciativa paralela a reuniões realizadas por

equipes volantes de servidores e juizes da Capital, que se unem aos quadros funcionais nas Comarcas para colocação de processos em dia, permitiu que se estabilizasse o número de ações relativas a uso e tráfico de entorpecentes.

Segundo o corregedor geral da Justiça, desembargador Itamar Pereira, em cerca de 20 Comarcas que integram a região conhecida como "Polígono da Maconha", há aproximada-

mente 1.200 processos daquela natureza em andamento. "O número está praticamente estabilizado desde 1994".

Itamar acrescentou que o Poder Judiciário de Pernambuco dispõe, hoje, do melhor quantitativo de juizes em exercício nas Comarcas do Sertão verificado nos últimos 20 anos. Lembrou ainda que a partir de 1994 houve incremento de mais de cem novos magistrados no Estado, sendo

que a maioria está em atuação na região sertaneja ou em outras Comarcas com grande acervo de processos.

Na opinião do corregedor, o Poder Judiciário se encontra apto a enfrentar adequadamente os processos decorrentes do uso e tráfico de maconha. Ressalta, no entanto, que a comunhão de esforços entre os diversos Poderes que compõem o Estado é imprescindível no combate à criminalidade.



Itamar Pereira: melhor número de juizes no Sertão

Juristas discutem Direito Comunitário

Infonordeste

Estabelecer princípios que devem nortear o Direito do Mercosul. Esse é o objetivo do encontro que se realiza até domingo em Ouro Preto, Minas Gerais, e que reúne juristas e magistrados brasileiros e da Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai, países da integração.

Promovido pela Associação de Juristas do Mercosul e pela Escola Nacional da Magistratura, o simpósio tem ainda o objetivo de discutir a implantação de um Tribunal supranacional para o Mercosul. Possivelmente instalado em Foz de Iguaçu, por motivo de localização geográfica.

Subsídios — Reunião dos subsídios para a elaboração de um livro sobre o Direito Comunitário, disciplina jurídica imprescindível aos desafios do Mercosul, o desembargador Nildo Nery dos Santos não apenas participa do simpó-

sio, mas aproveita a oportunidade para lançar "Direito Comunitário-Perguntas e Respostas".

Trata-se de um projeto do livro "Mercosul e Direito Comunitário", que Nery pretende publicar breve. Sobre o assunto, ele diz que o Direito Comunitário surge como um direito novo, homogêneo e diferenciado de todo conhecimento jurídico preexistente.

"Não é direito internacional, nem direito interno, mas um terceiro gênero, portanto normas jurídicas contidas nos Tratados pertinentes à integração, incluindo seus eventuais protocolos complementares, além das que se referem ao ordenamento jurídico interno de organismos comunitários e das regras editadas pelos próprios organismos comunitários nos limites de suas competências normativas", concluiu o desembargador.



Nery recolhe subsídios à elaboração do livro

O Tribunal de Justiça, através de sua Diretoria de Informática, participa do V Congresso e Feira de Informática e Telecomunicações do Nordeste, a ser realizado no Centro de Convenções de Pernambuco, no período de 24 a 28 deste mês. A diretora Josiane Sedicius fará uma palestra sobre Informática no Judiciário, no dia 25, às 11h, na Sala 7 do Cecon-PE, onde abordará o processo de informatização do TJ. Na ocasião haverá demonstração do funcionamento do Telediciário e a home page do Tribunal de Justiça. Os magistrados e servidores que desejarem assistir à palestra deverão pegar os convites na Diretoria de Informática do Tribunal.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemar Oliveira Lima
Vice-Presidente:
Des. Artur Pio dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Itamar Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:
Lúcio Costa

Editor:
Lúcio Costa

Colaboradores:
Nelson Chaves, Roberto Torres e
Osmar Maia

Fotografia:
João Barbosa

Diagramação:
Cláudia Dias

Redação:
Praça Paulo Batista - 7º andar -
5º andar - Recife-PE - CEP
50030-040 - Fone: (081) 224-1531
(424-3811 - R. 300 - Telex: 3116
Pe. (081) 224-3531)

Lançamento

Foi lançado, ontem, no Salão Nobre da Faculdade de Direito de Caruaru, o livro "União Estável — Anotação Crítica à Lei nº 9.278/96", do juiz da 2ª Vara Cível daquela Comarca, Ma-

rupiraja Ramos Ribas. Na quinta-feira (26), às 17h, no Salão Nobre do Palácio da Justiça, o TJPE, dando sequência à sua programação cultural, faz o lançamento dessa obra jurídica no Recife.



ANO XXXI

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 24 DE SETEMBRO DE 1996 Nº 181

Diário Oficial

TJPE prioriza atividades

O secretário de Planejamento, Administração e Interior do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Leovigildo Lopes da Mota, encaminhou ao presidente do TJPE, desembargador Waldemir Lins, o relatório conclusivo do I Encontro de Diretores e Assessores da Instituição, realizado, recentemente, no Mir Hotel.

O concluído teve como finalidade imediata a integração entre os ocupantes dos cargos de Direção e Assessoramento e objetivou também apresentar e envolver a equipe com as metas da gestão, estabelecer prioridades e viabilizar um enca-

minhamento conjunto das prioridades estipuladas. Por outra parte, favoreceu o conhecimento das atividades da organização como um todo.

Iniciativa inédita — A programação elaborada foi integralmente cumprida — destaca o relatório —, sendo oportuno registrar que, segundo avaliação dos participantes, o Encontro foi considerado bastante positivo, sendo visto como uma iniciativa inédita do TJPE.

O presidente do TJPE, desembargador Waldemir Lins, destacou a boa identificação dos fatos mais urgentes pelos grupos de trabalho e o acerto da equipe com relação às prioridades estabelecidas, ressaltando a importância dos funcionários na sua gestão: "Não há funcionário que desempenhe papel secundário. Todos são importantes".

Prioridades — Entre as prioridades estabelecidas nesse Encontro constam a pintura e iluminação externa do Tribunal de Justiça; o Centro de Formação dos Serventuários da Justiça Pernambucana; Treinamento de pessoal nas diversas áreas do TJPE; Encontros regionais da Magistratura; Juizados Especiais nas cidades-pólo; Reforma do Regimento Interno do Tribunal; Criação da Câmara Criminal Especial e das Varas para julgar feitos fiscais nas cidades-pólo; Revisão dos artigos que tratam da substituição de desembargadores; Criação do cargo de secretário das Sessões dos Grupos de Câmaras, Câmaras Cíveis e Criminais.

Também projeto de resolução sobre: Ajuda de custo; Atribuição de Poderes ao Distribuidor; Republicação do Código de Orga-

nização Judiciária; Instalação de telefones em todo o Interior; Informatização do Tribunal de Justiça em todo o Interior; Instalações do TJPE; Aquisição de Móveis, equipamentos e viaturas.

Otras atividades — Dentro desse contexto de reforma e reaparelhamento do Judiciário, definiu-se, ainda, no elenco de prioridades, a seguinte programação: Interligar a Diretoria de Jurisprudência ao TJPE e aparelhar adequadamente a mesma; Programa Social; Publicação de Estatuto Cível e Criminal, como determina o Regimento Interno; Publicação do Arquivo Fossense; Criação da Vara Privativa para julgar os crimes contra o meio ambiente na Comarca do Recife, com competência para todo o Estado; Instrução Normativa sobre a manutenção e conservação das residências dos juizes; Novas instalações do



Desembargador Waldemir Lins: "Não há funcionário que desempenhe papel secundário. Todos são importantes".

Fórum de Jaboatão dos Guararapes; Dinamização da Tequigrafia.

Por fim, as prioridades com baixo custo: Centro de Documentação do Judiciário Pernambucano; Convívio dos Advogados; Semana

Internacional da Cultura Jurídica; Concurso de Monografias Jurídicas; Mostra de Livros e Produtos de Informática Jurídica; Grandes Temas, Grandes Nomes; Justiça e Arte; Justiça e Cidadania.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins

Vice-Presidente:
Des. Arno Pinheiro dos Santos Neto

Corregedor Geral:
Des. Ilmar Pinheiro de Silva

Assessor de Imprensa:
Luís Costa

Editor:
Luís Costa

Redatora:
Marcelo Glauco, Roberto Tavares e Cláudia Matos

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Celeste Dias

Redação:
Fórum Paulo Batista — 74 andar —
52º Andar — Recife-PE — CEP
50010-040 — Fone: (081)
224.383/434.3811 — R. 908 —
Telex 3116 — Fax: (081) 224.3831

Judiciário mostra avanços na Informática

Divalgar e debater os mais importantes avanços na utilização dos recursos da informática e das telecomunicações no Poder Judiciário, bem como as tendências de sua evolução, eis o objetivo do Seminário Regional de Informática no Judiciário, a ser realizado durante o 5º Congresso e Feira de Informática e Telecomunicações do Nordeste — Infonordeste-96. O evento acontece no Centro de Convenções de

Pernambuco (Cecon) durante esta semana.

Segundo a patrocinadora do seminário, a Politec, a escolha do tema do seminário reflete a importância do estágio de modernização do Judiciário brasileiro, que hoje já usa ferramentas modernas e fundamentais como: Internet e Intranet, geração de imagens de documentos utilizando recursos de reconhecimento óptico de carácter (OCR),

armazenamento eletrônico etc.

O Tribunal de Justiça de Pernambuco não poderia ficar de fora desse estágio. Utilizando recursos da informática, o TJ vem melhorando a prestação jurisdicional à população. As informações processuais e de jurisprudências podem ser acessadas via Rerpac. Outro serviço que pode ser disponibilizado pelos interessados é o Telejudiciário, que fornece, tam-

bém, informações sobre processos, utilizando uma linha telefônica. O Tribunal possui sua home page na Internet.

Para demonstrar o projeto de informatização do Tribunal de Justiça de Pernambuco, a diretora de Informática do TJ, Josiane Sedícias, fará palestra amanhã (25), às 11h15, na Sala 7 do Cecon. Ela vai expor o Plano de Informatização, Automação de Serviços e a Racionalização do Tra-

balho. A palestra faz parte do Seminário Regional de Informática no Judiciário. Paralelamente, será colocado no local um estande para demonstração dos serviços oferecidos pelo TJ, utilizando-se os recursos da informática.

Os magistrados e servidores interessados em assistir à palestra devem procurar a Diretoria de Informática do TJ para obter gratuitamente os convites.

Visitas

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Waldemir Lins, recebeu, ontem à tarde, a visita protocolar do líder do PFL na Câmara dos Deputados,

deputado federal Inocêncio Oliveira. Também esteve com o chefe do Poder Judiciário estadual o ex-presidente da Assembleia Legislativa, deputado Geraldo Barbosa.



ANO XXXI

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 26 DE SETEMBRO DE 1996 Nº 183

Diário Oficial

TJPE marca presença na Infonordeste

O Tribunal de Justiça de Pernambuco participa do 5º Congresso e Feira de Informática e Telecomunicações do Nordeste, que está sendo realizado até o dia 28, no Centro de Convenções de Pernambuco (Cecor). Ontem, a diretora do Núcleo de Informática do TJPE, Josiane Sedícias, fez palestra no Seminário Regional "Informática no Judiciário".

Josiane Sedícias abordou o processo de informatização do Tribu-

nal: histórico da evolução da informatização, diagnóstico da situação atual (pontos críticos e fortes), objetivos, metas, ambiente operacional, etc.

O processo de informatização do TJPE teve início em 1984 com o Plano Diretor de Informática. O Núcleo de Informática foi criado em 1991. O Tribunal vem acompanhando a evolução tecnológica. Segundo Sedícias, a oferta de produtos e serviços no setor de informática é tão grande que fica difícil decidir o que comprar. Acrescentou ainda, que a área jurídica está sendo bem atendida.

Um dos pontos destacados pela diretora de informática do TJPE, foi a necessidade de integração das áreas jurídica e administrativa para dar boa prestação jurisdicional.

Serviços — O Tribunal de Justiça de Pernam-

buco disponibiliza ao público, em geral, sua Base de Dados dos Sistemas JUD (Controle Processual de 2ª Instância) e JURIS (Jurisprudência do TJPE). Esses serviços são acessados via Rempac, junto à Embratel.

Para obter informações sobre andamento de processos do Tribunal, o interessado pode ligar para o serviço de informações — Telejudiciário —, que atende pelo número 424-3021, das 7 às 19h. Para consultar, informa-se o número do processo ou de uma das partes. Informações sobre jurisprudência do TJPE podem ser consultadas também por telefone, fornecendo o assunto. O serviço funciona das 7 às 18h, bastando discar o número 424-3811, ramal 312.

Informações históricas, composição e organização do Tribunal de Justiça, Juizados Especiais, notícias do



Infonordeste: Josiane Sedícias expõe projeto de informatização do TJPE

Judiciário, listas de discussão, estatística Judiciária etc., podem ser acessadas pelos navegadores da rede mundial de informações. O endereço da home page do TJPE na Internet é o seguinte: <http://www.elogica.com.br/tjpe>.

Projetos — A partir da constatação de que não adianta apenas incrementar o parque computacional, a diretora Josiane Sedícias vem incentivando o treina-

mento de servidores do Tribunal, ou seja, capacitando plenamente o usuário final, diminuindo a intervenção do pessoal de apoio. Deverão ser criados pólos de suporte nas Comarcas do interior com maior número de processos.

Conclusão — Finalizando sua palestra, Josiane Sedícias disse que a desburocratização das atividades constitui um dos desafios à automação. No entanto,

faz-se premente a necessidade de agir criteriosamente para alcançar os objetivos, norteando-os com cautela, preservando investimentos anteriores, desobstruindo as fronteiras oriundas das resistências naturais às mudanças nos seus mais diferentes níveis, respeitadas as peculiaridades de cada área e em estreita interação com seus recursos humanos e estruturais.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Oba. Waldemir Oliveira Lins

Vice-Presidente: Des. Arthur Pio dos Santos Neto

Corregedor Geral: Des. Ilmar Pereira da Silva

Assessor de Imprensa: Lúcia Costa

Editor: Lúcia Costa

Redatores: Marlene Gleason, Roberta Tereza e Christine Matos

Fotografia: Jucely Barbosa

Diagramação: Celso Dias

Redação: Rua Paulo Batista - 7º andar -

9º Andar - Recife-PE - CEP

52013-040 - Fone: (081)

224.353/404.3611 - P. 302

Telex: 3116 - Fax: (081) 224.3531

Corregedores contra controle externo

O VII Encontro de Corregedores Gerais da Justiça dos Estados e do Distrito Federal, realizado nos dias 19 e 20 deste mês, em Curitiba, divulgou um documento onde constam as principais conclusões retiradas. O corregedor geral da Justiça de Pernambuco, desembargador Ilmar Pereira, participou do evento.

A chamada "Carta de Curitiba" reafirmou as metas básicas do Colégio de Corregedores, destacando, entre elas, "a uniformização de procedimentos com vistas ao aprimoramento da prestação jurisdicional e o de resguardar a

independência do Poder Judiciário".

O documento também fez uma avaliação dos métodos de controle interno da Magistratura, concluindo que "são suficientes os controles já existentes nas atividades do Poder Judiciário, consistentes nas participações da OAB, Minis-

tério Público e Tribunal de Contas e, primordialmente, pela publicidade de seus atos". Os corregedores, portanto, reafirmaram serem contrários a qualquer ingerência externa.

Outro tema abordado foi a questão dos concursos para juiz e o vitaliciamento de magistrados. "A melhor

qualidade da Magistratura nacional depende do aperfeiçoamento dos concursos e da conscientização de que, no estágio probatório, o acompanhamento ao novo juiz deve ser contínuo e eficaz, visando, sobretudo, sua formação e preparo ao exercício da função judicante".

Jurista norte-americano na Esmape

A Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape) promove segunda-feira (30), às 19h30, no auditório da Esmape — Fórum Thomaz de Aquino —, palestra sobre o tema "Desenvolvimento, Operação e Administração de Programas de Segurança de Testemunhas e Informantes", a ser proferida pelo jurista norte-americano Gerald Shur, com tradução simultânea.

Formado pela Universidade do Texas, onde obteve os graus de Bacharel em Administração Pública e de Doutor em Jurisprudência, Gerald Shur é fundador do Programa de Proteção a Testemunhas dos Estados Unidos, além de ser considerado uma das maiores autoridades na elaboração e utilização de programas de proteção a informantes e testemunhas.



ANO XXXI

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 27 DE SETEMBRO DE 1996 Nº 184

Diário Oficial

Biblioteca

Questionário para aquisição de novos livros

Os juízes da Capital e Interior têm até o dia 10 de outubro para responderem o questionário elaborado e distribuído em agosto pela Biblioteca do Tribunal de Justiça. O questionário tem o objetivo de levantar sugestões dos magistrados em relação à compra de novos livros e periódicos para aquele setor.



Biblioteca: sugestões de magistrados para aquisição de novos livros

depois de sofrer reformas nas suas instalações, a Biblioteca viu crescer a demanda de público. Durante o recesso de julho, por exemplo, houve 161 consultas em livros e 1.574 em periódicos, e 88 empréstimos a magistrados.

No mês seguinte, esses números subiram respectivamente

para 260, 2.589 e 217. A estatística de setembro ainda está sendo elaborada mas, de acordo com a diretora, tudo indica que a demanda continua crescendo. "Sobretudo porque essa é uma época de concursos públicos e os candidatos buscam um lugar tranquilo para estudar".



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:

Des. Waldemir Oliveira Lima

Vice-Presidente:

Des. Artur Pio dos Santos Neto

Corregedor Geral:

Des. Rômulo Pereira da Silva

Assessor de Imprensa:

Lúcio Costa

Editor:

Lúcio Costa

Redatores:

Marcos Gláucio, Roberto

Tavares e Cristine Mello

Fotografia:

José Barbosa

Diagramação:

Caroline Dias

Redação:

Fórum Paço Batista — 7º andar —

Sítio Antônio — Recife-PE — CEP

53010-040 — Fone: (081)

224.5531/434.3811 — R. 300 —

Telex: 3118 — Fax: (081) 224.2031

A iniciativa é do presidente do Poder Judiciário pernambucano, desembargador Waldemir Oliveira Lima, que pretende aumentar e atualizar o acervo da Biblioteca, para melhor atender às necessidades da

função judicante e de assessoramento. A diretora Maria das Graças Oliveira informa que as sugestões dos magistrados servirão de base para a compra das publicações.

Desde junho, quando foi reaberta

Boletins divulgam novas aquisições

Através de Boletins mensais, a Biblioteca do Tribunal de Justiça está divulgando a relação de novas aquisições, bem como do conteúdo de maior relevância das notícias especializadas. Esta é uma iniciativa da presidência do TJ, no sentido de disseminar a informação e permitir melhor e mais rápida atualização dos magistrados.

Segundo a diretora Maria das Graças Oliveira, por enquanto o serviço é destinado aos desembargadores e assessores técnicos. Mas será

estendido aos juízes dentro de mais algum tempo, quando o setor estiver totalmente automatizado. Atualmente, apenas a parte administrativa da Biblioteca conta com a ajuda da informática.

Grâce faz um alerta aos juízes do Interior: toda legislação federal referente ao Poder Judiciário, como leis, alterações de códigos, leis em vigência, dentre outras assuntos, é publicada no Diário Oficial do Estado, na parte relativa à Diretoria de Publicações e Jurisprudência.

Direito do Consumidor é tema de debate

Um dia convivendo com o Direito do Consumidor. Esta é a proposta de vários órgãos envolvidos com tema, e que acontecerá na próxima segunda-feira, a partir das 8h30, no auditório da Faculdade de Direito de Olinda. O encontro tem o

apoio da Corregedoria Geral da Justiça e da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco.

O professor Antônio Hermem Benjamin fará a primeira palestra do evento: "Publicidade Enganosa e Abusiva no CDC". Na parte da tarde,

a partir das 14h30, haverá um debate com os órgãos de defesa do consumidor e participantes do encontro.

Às 19h, será a vez do professor Newton de Luca abordar os "Aspectos Complexos do CDC". O corregedor geral da Justiça, de-

sembargador Itamar Pereira, presidirá os trabalhos da mesa. Ao final, serão conferidos certificados aos participantes, que ainda concorrerão a sorteios de livros jurídicos.

As inscrições podem ser feitas na Esmape (térreo do Fórum Cyrrillo Wan-

derley) ou na própria Fudo (sala do Brasilcom/PE), ao preço de 20 reais. Procon, Sedecoa, Delegacia de Ordem Econômica, Sunab, Ipeam, Vigilância Sanitária, Ministério Público, Juizado Especial e Brasilcom são os órgãos participantes do encontro.

Geap agiliza processos fiscais

Devido ao grande número de processos em tramitação na 6ª Vara da Fazenda Estadual da Capital, o corregedor geral da Justiça em exercício, desembargador Cláudio Américo de Miranda, determinou que o Grupo Especial

de Agilização Processual — Geap — desenvolva ações na referida Vara. Por conta disto, nos dias 30 deste mês, 01 e 02 de outubro não haverá atendimento ao público, devendo as petições serem entregues na 4ª Vara da Fazenda.



ANO XXXI

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 23 DE SETEMBRO DE 1996 Nº 185

Diário Oficial

Ações do Judiciário combatem criminalidade

O Poder Judiciário Estadual vem participando das reuniões coordenadas pela Secretaria de Justiça do Estado para a realização de um trabalho conjunto no combate à violência e à criminalidade em Pernambuco. As ações que cabem ao Judiciário estão sendo implementadas ou intensificadas em todo o Estado.

O fórum, que discute principalmente a questão da violência no Sertão, conta com a participação da Procuradoria Geral do Estado, Ministério Público, Polícia Militar de Pernambuco e Polícia Federal, além do Poder Judiciário e Secretaria de Justiça.

Em matéria do dia 21 deste mês, o corregedor geral da Justiça, desembargador Itamar Pereira, revelou, aqui no Diário Oficial, que as ações realizadas pelo Judiciário no Sertão já conseguiram estabilizar o número de ações relativas ao uso

e tráfico de entorpecentes.

Tanto ele quanto o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Waldemir Oliveira Lins, entendem que as ações isoladas de cada Poder são importantes, mas que o fundamental no combate à criminali-

dade é a comunhão de esforços entre os Poderes e órgãos estaduais envolvidos na questão.

Na última reunião realizada, o Judiciário acolheu a sugestão de se fazer, após a eleição, um painel com os juizes da Região Metropolitana ligados à área de entorpe-

centes, tomando-se como base o eixo da Vara da Capital. O objetivo é o intercâmbio entre os juizes e órgãos de segurança que têm participado dos encontros.

SUPERLOTAÇÃO

O sistema penitenciário e a superlotação dos presídios no Estado foi outro assunto tratado na última reunião do Fórum sobre a violência. Foi aprovado que o Poder Judiciário, junto com a Secretaria de Justiça, continuarão o trabalho harmônico que vem sendo feito, no estrito cum-

primento da Lei de Execuções Penais.

Neste sentido, inclusive, o Judiciário Estadual é pioneiro na criação de Varas de Execução Penal com Jurisdição em todo o Estado, sendo ocupada por um juiz corregedor, Danilo Martiniano Galvão, e privativa para acompanhamento de processos em que os acusados estejam presos e respondendo aos mesmos. Com isso, todos os prazos previstos em lei são cumpridos para a conclusão do processo, não ficando os réus presos provisoriamente.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins

Vice-Presidente:
Des. Arlindo Pio dos Santos Neto

Corregedor Geral:
Des. Itamar Pereira de Silva

Assessor de Imprensa:
Lúcio Costa

Editor:
Lúcio Costa

Redatores:
Marcelo Glauco, Roberto Torres e Cristine Mattos

Fotografia:
José Roberto

Diagramação:
Celso Lúcio

Redação:
Rua Póla Belista - 7º andar -
50050-040 - Recife-PE - CEP

50050-040 - Fone: (081)
224.353.1424 3611 - R. 300 -
Telex: 3116 - Fax: (081) 224.3531

Livro questiona "União Estável"

Com a presença de magistrados, membros do Ministério Público, representantes da Ordem dos Advogados do Brasil/PE, servidores e demais convidados, o Tribunal de Justiça promoveu o lançamento do livro "A União Estável", do juiz da 2ª Vara Cível da Comarca de Caruaru, Marupiraja Ramos Ribas.

"Quero cumprimentar o autor pela preocupação em ultrapassar os seus deveres profissionais", disse o presidente do TJPE, desembargador Waldemir Lins. O chefe da Corte de Justiça Estadual também destacou que sua administração está de portas abertas para esse tipo de iniciativa.

Já o desembargador Nildo Nery dos Santos, que fez a apresentação do livro, lembrou que a Magistratura pernambucana tem dado a sua contribuição neste setor. "Este ano já tivemos o lançamento dos livros dos juizes Frederico Neves e Demócrito Filho. Portanto, com mais essa obra, a Magistratura estadual está de parabéns", completou.

Agradecendo ao presidente do TJ e ao des. Nildo Nery pelo apoio recebido, o juiz Marupiraja Ramos Ribas disse que ao



Des. Waldemir Lins parabeniza Marupiraja pelo lançamento

escrever o livro sua principal preocupação foi a família e a repercussão social provocada pela Lei 9.278/96. "Como juiz, realizo cerca de 15 casamentos por dia na Comarca de Caruaru. Vejo, com isso, que o casamento não está desvalorizado. A Lei, portanto, está equivocada quando institui a união estável para simples relacionamentos", finalizou.

Encontro

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Waldemir Lins, almoçou, ontem, informalmente, com o comandante militar do Nor-

deste, general José Carlos Leite; e o cônsul norte-americano no Recife, diplomata Earl Irwing. Também presente o vice-presidente Arthur Pio dos Santos.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 1º DE OUTUBRO DE 1996 Nº 186

Diário Oficial

Juizados Especiais têm novo horário



Por determinação do presidente do TJPE, desembargador Waldemir Lins, todos os Juizados Especiais (Juizados de Pequenas Causas) passarão a funcionar em dois turnos, a partir de hoje (terça-feira): das 8 às 14 e das 14 às 20h. Essa mudança, baseada em estudos realizados pela Assessoria da Presidência, visa melhorar mais ainda a prestação jurisdicional à população.

O Tribunal de Justiça está, inclusive, ampliando o número de Juizados Especiais no Grande

Recife e no Interior exatamente com essa finalidade. Recentemente foram inaugurados o Juizado de Cavaleiro, situado numa área de 200 mil habitantes, em Jaboatão dos Guararapes; o de Vitória de Santo Antão e o de Garanhuns.

Enquanto isso, encontram-se em vias de serem inaugurados o Juizado Especial Criminal (ver matéria abaixo) e o Juizado do Consumidor, localizado na Rua Benfica.

Recife ganha Juizado Especial Criminal

Até o final deste mês, o Recife vai ganhar seu primeiro Juizado Especial Criminal. O EC funcionará na Ilha do Leite, no horário das 8 às 20h, em cinco conciliações e um juiz para cada turno de trabalho. O objetivo é agilizar os processos penais com penas mínimas de até um ano.

A Lei 9.099/95 criou no país a chamada "Infração de Menor Potencial Ofensivo", se são as contravenções e os crimes punidos com pena máxima privativa de liberdade de até um ano, para esses feitos, a lei deu a possibilidade de transação penal — um acordo entre as partes que pode gerar a composição civil de acordo decorrente do delito (pagamento ou indenização).

Para que isso ocorra, a lei também criou os Juizados Especiais. Na audiência preliminar, baseia-se a conciliação. Se houver êxito, o juiz homologa o acordo. Caso contrário,

será feita a audiência de instrução, já com a presença do juiz. "Agora, com o rito previsto na lei, já se pode assegurar a rápida tramitação dos feitos", garante o coordenador executivo da área criminal dos Juizados Especiais, juiz Og Marques Fernandes.

Ele cita como exemplo as estatísticas realizadas pela Corregedoria Geral da Justiça no primeiro e segundo trimestres deste ano, nas Comarcas de Região Metropolitana e Interior do Estado, no que se refere às infrações de menor potencial ofensivo.

Esses números mostram que foram encontrados, na audiência preliminar, 862 processos no segundo trimestre, contra 428 feitos julgados ao período anterior. "Isso demonstra uma resposta positiva quanto à desburocratização do processo penal no Estado, no que se refere às infrações previstas na Lei 9.099", afirma Og Marques.

TREINAMENTO

Ele lembra que estes números podem crescer muito mais, já que no Interior são os próprios juizes das Varas Criminais que aplicam a nova legislação. "Com a criação dos Juizados Especiais, um instrumento de efetivação do Direito, processos que se arrastavam por anos, muitos deles gerando prescrição, podem ser resolvidos antes mesmo de chegar às mãos de um juiz", completa.

"Além disso, os juizes passam a dispor de mais tempo para os outros processos na área criminal, agilizando a tramitação desses feitos", revela Og Marques Fernandes. Ele lembra também o trabalho realizado pelo Tribunal de Justiça e Corregedoria Geral da Justiça. "Foram realizados, com base na Lei 9.099, todos os juizes criminais do Estado".

A partir da Lei 9.099, de 25 de setembro de 1995, que regulamentou o artigo 96, inciso



Juiz Og Marques Fernandes: desburocratização do processo penal no Estado

2, da Constituição Federal, agora as contravenções, cerca de 90 figuras delitivas pre-

vistas no Código Penal tornam-se infrações de menor potencial ofensivo.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Des. Arthur Pio dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Ilmar Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:
Lúcio Costa

Editor:
Lúcio Costa

Redatores:
Marcelo Glória, Roberto Tereza e
Otiliano Nogueira
Fotografia:
Jonas Barbosa
Diagramação:
Colômbio Dias

Endereço:
Praça Paulo Batista - 7º andar -
2º Andar - Recife-PE - CEP
50.010-040 - Fone: (081)
224.3531/424-3811 - R. 390 -
Telex: 3116. Fax: (081) 224-3531

Detran

Em decorrência do fechamento do posto de serviço do Detran, na Rua da União, a unidade localizada no Fórum Paula Batista teve aumentado o seu atendimento ao público. Antes, apenas renovando habilitações amadoras, o posto agora renova carteiras C,D,E, de categoria profissional.

O posto é responsável ainda pelo

atendimento ao usuário de primeira vez, realizando o exame de vista e fazendo seu encaminhamento a clínicas especializadas para exame psicotécnico, e ao Detran para as provas de regulamento e rua.

Destinado ao público em geral e ao servidor do Poder Judiciário, o posto atende no período da manhã, com exames de vista das 9 às 11h.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 02 DE OUTUBRO DE 1996 Nº 187

Diário Oficial

Palácio da Justiça: novo visual

O Palácio da Justiça, sede do TJPE, vai se transformar brevemente no mais belo cartão-postal do centro arquitetônico do Recife. Ganhará nova pintura, em cores mais vivas, respeitando a sua originalidade, além de uma esplêndida iluminação com grandes holofotes que vão destacar todo o seu esplendor a partir da Praça da República. Um monumento eclético que preserva a memória da história da Justiça em Pernambuco.

Conjuntamente com o Palácio do Campo das Princesas e o Teatro Santa Isabel, o Palácio da Justiça constitui um dos mais expressivos monumentos nobres do Estado. Seus vitrais — de autoria do alemão Heinch Moser — são peças exponenciais da arte vitralista pernambucana. Vão ser devidamente restaurados, com o reforço de suas estruturas metálicas.

Heinch Moser, artista alemão que aportou no Recife na década de 20, deu grande contribuição à cultura pernambucana. Além dos vitrais do vestíbulo da escadaria principal do Palácio da Justiça, ele deixou sua marca como notável pintor, com a peça "Justiça" — tela de grandes proporções localizada ao fundo do Tribunal do Júri (hoje Tribunal Pleno).

Em tempo: o projeto original do Palácio da



O Palácio da Justiça vai ganhar nova pintura e iluminação, além de recuperar os vitrais

Justiça é do grego (nascido em Tebas em 1891) Giacomo Palumbo. Foi inaugurado no dia 07 de

setembro de 1930. A restauração (iluminação, pintura e recuperação do seu acervo plástico) do

Palácio está incluída entre as metas estabelecidas pelo atual presidente do TJPE, desembargador

Waldemir Lins. O edital de licitação deve ser publicado nos próximos 15 dias.

TJ faz encontro para apresentar Juizado

Na próxima segunda-feira, dia 07, a partir das 10h, no Mar Clinda Residence, o Tribunal de Justiça de Pernambuco realiza um encontro de apresentação do Juizado Especial Criminal. O chefe da Corte de Justiça Estadual, desembargador Waldemir Lins, fará a abertura do evento.

"Apresentar aos órgãos de Justiça e Segurança a estrutura física e operacional do Juizado". Este é o objetivo dos coordenadores do encontro, juizes Og Marques Fernandes, Paulo Roberto Alves da Silva e Fernando Cequeira dos Santos.

A apresentação do Juizado Especial Criminal do Recife, que será instalado ainda este mês, na ilha do Leite, vai ser feita pelo juiz Og Marques Fernandes, que é o coordenador executivo criminal dos Juizados Especiais.

Segundo o magistrado, serão discutidos no encontro os aspectos de interrelacionamento do Juizado Criminal com os demais setores envolvidos com o tema, como a Polícia Militar de Pernambuco e o Ministério Público. As 11h30 acontecerá um debate aberto com todos os participantes do seminário. O encerramento será às 12h30.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Des. Arthur Pio dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Isonor Farias da Silva
Assessor de Imprensa:
Lúcio Costa

Editor:
Lúcio Costa

Redatores:
Marcelo Chaves, Roberto Tavares e
Cristina Maia

Fotografia:
João Barbosa
Diagramação:
Cristina Maia

Distribuição:
Fórum Paula Batista - 7º andar -
50º Andar - Recife-PE - CEP
50.015-040 - Fone: (081)
224.3501/424-3811 - R. 300 -
Telex: 3118. Fax: (081) 224-3531

Seminário

Como operacionalizar o primeiro Juizado Especial Criminal do Estado, que será instalado no Recife, no final de outubro. Este foi o objetivo do seminário realizado ontem pelo Tribunal de Justiça, com participação de

representantes do Poder Judiciário, Ministério Público, Polícia Militar e Civil e outros órgãos diretamente ligados à questão. O encontro foi aberto pelo presidente do TJ, desembargador Waldemir Oliveira Lins. Ver matéria abaixo.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 08 DE OUTUBRO DE 1998 Nº 190

Diário Oficial

Juizado Criminal

TJ discute estrutura inovadora

Existe uma grande expectativa da população e do Poder Judiciário em torno da instalação do primeiro Juizado Especial Criminal do Estado. A colocação é do juiz Og Marques Fernandes, feita ontem durante seminário promovido pelo Tribunal de Justiça para discutir questões práticas de funcionamento da unidade.

A afirmação é baseada no fato de que, nas Comarcas de 1ª e 2ª Entrâncias, 426 casos criminais de menor potencial ofensivo foram resolvidos numa única audiência, no primeiro

trimestre, aumentando para 828 no período seguinte. Estado da Corregedoria mostra que o percentual de resolução foi de 48% e 64%, respectivamente, em relação à chegada de novos processos.

O primeiro Juizado Criminal do Estado vai ser instalado no final do mês, na Ilha do Leite, em data a ser definida. Por ele vão tramitar apenas processos criminais de menor potencial ofensivo, ou seja, aqueles em que a pena seja inferior ou igual a um ano de detenção. Esses casos representam cerca de 90 artigos do Código Penal, afeta as contravenções e crimes previstos em outras leis penais.

O Juizado começa a funcionar com uma demanda inicial superior a mil processos. Atualmente, esses feitos tramitam nas três Varas de Delitos de Trânsito responsáveis, por enquanto, na Capital, pela resolução dos litígios de

menor potencial ofensivo.

NOVIDADE

De acordo com o juiz Og Marques, o primeiro Juizado Criminal vai dispor de estrutura inovadora. Com juízes, conciliadores, auxiliares, atendentes e representantes do Ministério Público em duas turmas, das 8h às 20h, a unidade vai dispor ain-

da de delegado plantonista, assistente social e estagiários na área de Direito.

O coordenador prevê a realização de 90 audiências de conciliação por dia, resultando numa tramitação processual ágil e evitando a impunidade. Mediante acordo entre as partes, as penas privativas de liberdade podem ser



Waldemir: unidade criminal quebra formalidade da Justiça

convertidas em multa ou prestação de serviço à comunidade. Og acredita que os casos serão resolvidos em duas audiências, mantendo-se o índice de conciliação de 80% verificado nos Juizados Cíveis.

ACESSO

Ao abrir a reunião, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Waldemir Oliveira Lins, afirmou que o primeiro Juizado Criminal do Estado representa a resposta do Judiciário às cobranças da população. "Representa também a inovação e a quebra da formalidade da Justiça".

Sem ônus para a população, o Juizado Es-

pecial é um dos serviços mais caros em termos de Justiça, no Brasil. Dessa forma, disse o presidente, é preciso que o empreendimento resulte em eficácia, através da ação coordenada entre Poder Judiciário, Polícia Militar e Civil e outros órgãos diretamente ligados à questão.

O Tribunal de Justiça está providenciando sinalização de rua adequada para orientar o público quanto à localização do Juizado. A unidade vai funcionar na rua Desembargador Antônio Guimarães, 53, na Ilha do Leite, sob a coordenação dos juizes Waldemir Siqueira e Délio Cantarelli.



Og Marques: Juizado gera expectativa na população



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Des. Arthur Pinheiro dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Ivone Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:
Lúcio Costa

Editor:
Lúcio Costa

Redação:
Marcelo Gouveia, Roberto Torres e
Christine Mello
Design: Jussé Barbato
Diagramação:
Cassia Dias

Endereço:
Praça Paulo Bastos - 7º andar -
24º Andar - Recife-PE - CEP:
50.010-040 - Fone: (081)
224.2331/424.1811 - R. 300 -
Telex: 31.16. Fax: (081) 224.2331

Nova fachada do Palácio

Segundo a Assessoria Técnica do Tribunal de Justiça, a restauração do Palácio da Justiça (ver matéria abaixo) vai recuperar as fissuras existentes na sua fachada, assim como todo o seu reboco. A empresa vence-

dora do processo de licitação, que deve ser definida na próxima semana, terá o prazo de 150 dias para concluir o projeto. A fiscalização da obra ficará a cargo da Assessoria Técnica do TJPE.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 09 DE OUTUBRO DE 1996 Nº 191

Diário Oficial

Palácio da Justiça

Presidente apresenta projeto de restauração



Waldemir Lins, apresenta, hoje, o projeto de restauração do Palácio

O projeto de recuperação externa do Palácio da Justiça de Pernambuco já está definido. Hoje, quarta-feira, às 17h, no gabinete da Presidência do TJPE, o chefe da Corte de Justiça Estadual, desembargador Waldemir Lins, juntamente com a sua Assessoria, apresenta os detalhes da reforma.

Realizado em conjunto pelas equipes técnicas do Tribunal de Justiça e Fundarpe, com a consultoria do professor José Luiz Meta, o projeto é fruto de três convênios assinados no mês de junho entre o TJ e Secretaria de Cultura do

Estado/Fundarpe e as empresas Phillips e Tintas Coral.

Com esse projeto, o Palácio da Justiça ganhará nova pintura com cores mais vivas e mais adequadas ao seu estilo, e uma nova iluminação, que

destacará, através de holofotes colocados na Praça da República, toda sua beleza. O prédio também recuperará alguns de seus ornamentos, que faziam parte de sua estrutura original.

As novas cores do Pa-

lácio foram definidas através de estudos técnicos e com a utilização da informática. Na apresentação de hoje, o presidente do TJ mostrará um painel, feito através de computador, com o novo visual da sede do Tribunal de Justiça.

Judiciário aguarda novos magistrados

Para reforçar o quadro da magistratura estadual, o Tribunal de Justiça deye con-

tar com a nomeação de novos juizes até meados de janeiro. A previsão é do desembar-

gador José Maria Florentino, presidente da comissão examinadora do concurso público de juizes substitutos de 1ª Entrância, que se encontra em andamento.

O concurso está em fase de correção das provas de sentença criminal e civil. A comissão admite que as provas levam tempo para serem corrigidas em função do grande número de candidatos e por ser um trabalho minucioso, que exige dedicação e atenção por parte dos examinadores. Essa fase, contudo, deve ser concluída em novembro.

A prova é corrigida em sistema de rodízio pelos quatro integrantes da comissão, cada um oferecendo uma nota, chegando-se à média final. O dia para identificação pública do exame e divulgação do resultado será publicado no Diário Oficial.

De acordo com presidente da comissão, os aprovados nessa fase submetem-se ainda a uma seleção de idoneidade e uma prova oral, sendo esta a última etapa do concurso, quando então sairá o resultado definitivo e a nomeação dos aprovados.



Des. Florentino: seleção de idoneidade e prova oral



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Des. Arthur Pio dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Tarcisio Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:
Lúcio Costa

Editor:
Lúcio Costa

Relatores:
Maurício Gomes, Roberto Teixeira
Christine Malta

Fotógrafo:
José Barbosa
Diagramador:
Cassio Dias

Redação:
Praça Paulo Batista - 1º andar -
51º Andar - Recife-PE - CEP
50.010-040 - Fone: (081)
224.3331/ 424-3811 - R. 300 -
Telex: 3016. Fax: (081) 224-3331

Nova fachada do Palácio

Segundo a Assessoria Técnica do Tribunal de Justiça, a restauração do Palácio da Justiça (ver matéria abaixo) vai recuperar as fissuras existentes na sua fachada, assim como todo o seu reboco. A empresa vence-

dora do processo de licitação, que deve ser definida na próxima semana, terá o prazo de 150 dias para concluir o projeto. A fiscalização da obra ficará a cargo da Assessoria Técnica do TJPE.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 09 DE OUTUBRO DE 1996 Nº 191

Diário Oficial

Palácio da Justiça

Presidente apresenta projeto de restauração



Waldemir Lins, apresenta, hoje, o projeto de restauração do Palácio

O projeto de recuperação externa do Palácio da Justiça de Pernambuco já está definido. Hoje, quarta-feira, às 17h, no gabinete da Presidência do TJPE, o chefe da Corte de Justiça Estadual, desembargador Waldemir Lins, juntamente com a sua Assessoria, apresenta os detalhes da reforma.

Realizado em conjunto pelas equipes técnicas do Tribunal de Justiça e Fundarpe, com a consultoria do professor José Luiz Metá, o projeto é fruto de três convênios assinados no mês de junho entre o TJ e Secretaria de Cultura do

Estado/Fundarpe e as empresas Phillips e Tintas Coral.

Com esse projeto, o Palácio da Justiça ganhará nova pintura com cores mais vivas e mais adequadas ao seu estilo, e uma nova iluminação, que

destacará, através de holofotes colocados na Praça da República, toda sua beleza. O prédio também recuperará alguns de seus ornamentos, que faziam parte de sua estrutura original.

As novas cores do Pa-

lácio foram definidas através de estudos técnicos e com a utilização da informática. Na apresentação de hoje, o presidente do TJ mostrará um painel, feito através de computador, com o novo visual da sede do Tribunal de Justiça.

Judiciário aguarda novos magistrados

Para reforçar o quadro da magistratura estadual, o Tribunal de Justiça deve con-

tar com a nomeação de novos juizes até meados de janeiro. A previsão é do desembar-

gador José Maria Florentino, presidente da comissão examinadora do concurso público de juizes substitutos de 1ª Entrância, que se encontra em andamento.

O concurso está em fase de correção das provas de sentença criminal e cível. A comissão admite que as provas levam tempo para serem corrigidas em função do grande número de candidatos e por ser um trabalho minucioso, que exige dedicação e atenção por parte dos examinadores. Essa fase, contudo, deve ser concluída em novembro.

A prova é corrigida em sistema de rodízio pelos quatro integrantes da comissão, cada um oferecendo uma nota, chegando-se à média final. O dia para identificação pública do exame e divulgação do resultado será publicado no Diário Oficial.

De acordo com presidente da comissão, os aprovados nessa fase submetem-se ainda a uma seleção de idoneidade e uma prova oral, sendo esta a última etapa do concurso, quando então sairá o resultado definitivo e a nomeação dos aprovados.



Des. Florentino: seleção de idoneidade e prova oral



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Des. Antônio Rêgo dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Jansen Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:
Lúcia Costa

Editor:
Lúcia Costa

Relatores:
Marcelo Góes, Roberto Tereza e
Christina Matta

Fotógrafo:
João Barbosa
Diagramação:
Celso Dias

Redação:
Rua Paulo Barreto - 1ª andar -
52º Andar - Recife-PE - CEP
50.610-000 - Fone: (081)
224.3331/ 434-3811 - R. 300 -
Telex: 3016. Fax: (081) 224-3331

Tribunais recebem contribuição

O material elaborado para o lançamento do CD-Rom Biblioteca Nacional dos Direitos da Criança (ver matéria abaixo) está sendo dirigido a Tribunais de Justiça, Superintendências e gerências do Banco do Brasil e juizes da Infância e da Juventude de todo o País. O CD tem como objetivo auxiliar a apli-

cação do Estatuto da Criança e do Adolescente, que incorporou, a partir da Constituição Federal de 1988 e da Lei 8.069/90, um novo sistema jurídico de atendimento à infância no Brasil, baseado na doutrina da Proteção Integral da Infância, preconizada pela Organização das Nações Unidas (ONU).



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

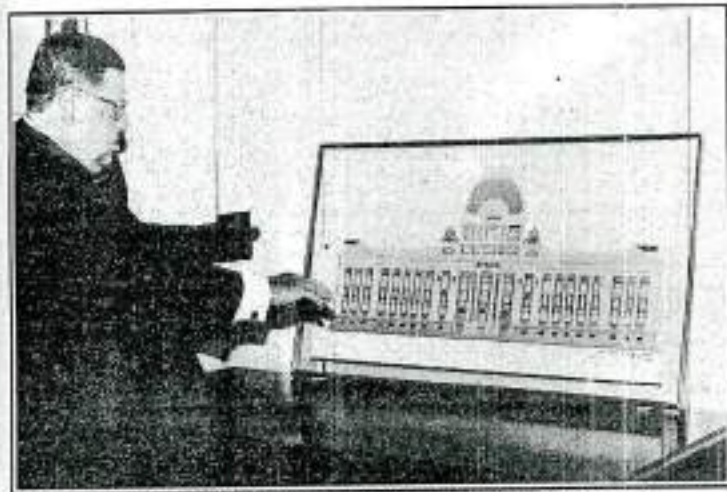
PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 10 DE OUTUBRO DE 1996 Nº 192

Diário Oficial

Palácio da Justiça: novo cartão postal

Eleita pela atual gestão do Tribunal de Justiça de Pernambuco como meta prioritária, a restauração do Palácio da Justiça já é uma realidade. Ontem, na presença de magistrados, da imprensa e convidados, o presidente do TJPE, desembargador Waldemir Lins, apresentou a maquete da sede do Judiciário com as novas cores e iluminação externa.



O presidente do TJPE, desembargador Waldemir Lins, mostra a maquete da restauração do Palácio da Justiça. Novo cartão postal do Recife

Situado no conjunto arquitetônico mais expressivo do Recife, o Palácio da Justiça — imponente edifício de estilo eclético, inaugurado em 1930 — destaca-se entre os bens patrimoniais do Estado como o mais nobre e valioso.

Atento ao seu significado para a história pernambucana, o desembargador Waldemir Lins, quatro meses após assumir a presidência do TJPE, assinou os convênios para a restauração do Palácio da Justiça.

Fundarpe, Phillips e Tintas Coral são os parceiros do Poder Judiciário na execução da obra, que deve ser concluída no início do próximo ano.

As novas cores do Palácio foram selecionadas via computador, entre as 600 existentes na Coral. Foi adotado, na escolha, o projeto cromático do sistema tintométrico da empresa. A cor predominante será o bege, com detalhes em bege claro e branco. Na pintura serão usados mais de três mil litros de tinta.

Serão restaurados todos os elementos da arquitetura, como cornija superior, rosáceas, consolos, tabela ornamentada, capitel, base das pilastras, ornatos entre as janelas e denticulos, pintura das paredes, eliminação de fissuras, recuperação das esquadrias de madeira e ferro, polimento dos peitoris, limpeza e recuperação dos vitrais.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Des. Arthur Pinheiro de Sousa Neto
Corregedor-Geral:
Des. Raimundo Pereira de Silva
Assessor de Imprensa:
Luciano Fracalossi
MT 1465
Editor:
Luciano Fracalossi
MT 1465
Redatores:
Mônica Gouveia, Roberta Tavares
Christine Mello
Fotografia:
Juscelino Barbosa
Diagramação:
Celso Dias
Redação:
Rua Pernambuco, 10 - 2º andar -
51.010-040 - Recife-PE - CEP
51.010-040 - Fone: (081) 324.3331
Fax: (081) 324.3331

CD-Rom explica direitos da criança

O Juizado da Infância e da Juventude e o Banco do Brasil vão lançar, na próxima sexta-feira, às 16h30, no salão nobre do Tribunal de Justiça de Pernambuco, o CD-Rom Biblioteca Nacional dos Direitos da Criança, comemorando assim o 5º aniversário de vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente.

A solenidade será presidida pelo desembargador Waldemir Oliveira Lins, presidente do TJPE, na presença dos demais integrantes da Corte Judiciária estadual, juizes, promotores, advogados e representantes de outras instituições. O BB será representado pelo superintendente em Pernambuco, Hayton Jurema da Rocha.

Detalhes — Ontem pela manhã, o advogado-chefe da Assessoria Jurídica do BB, Paulo Alves da Silva, esteve com o juiz Fernando Cerqueira, da Assessoria Especial da Presidência do TJPE, acertando detalhes do lançamento desse CD-Rom. Também conversou com o Cerimonial, à frente Geraldo Melo Júnior, para que a solenidade tenha a melhor repre-

sentação possível, diante da importância do acontecimento.

A Biblioteca Nacional dos Direitos da Criança compila valiosos subsídios legislativos, estudos jurídicos e sociais, receitas práticas e dados estatísticos, num total de 44 títulos digitalizados, e deverá servir para orientar a implementação do Estatuto da Criança e do Ado-

lescente em todo o território nacional.

Por isso mesmo, reiterando a importância do engajamento de todas as autoridades e lideranças da sociedade com vistas à superação dos problemas que afligem nossas crianças e jovens, o Banco do Brasil e a Presidência do TJPE estão convidando todos os segmentos envolvidos nesse trabalho a participarem da solenidade.

Sistema do Juizado Especial Criminal

A equipe da Diretoria de Informática do Tribunal de Justiça está acertando os últimos detalhes do sistema a ser implantado no primeiro Juizado Especial Criminal, que deve ser inaugurado ainda este mês. O

projeto do sistema, inicialmente desenvolvido para os antigos Juizados de Pequenas Causas, sofreu alterações e será instalado primeiro no Juizado Especial Criminal e posteriormente no Juizado Especial Cível.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 11 DE OUTUBRO DE 1996 Nº 193

Diário Oficial

TJ abre propostas de recuperação do prédio

Terça-feira (15) serão conhecidas as propostas de recuperação e pintura externa do Palácio da Justiça, apresentadas pelas firmas concorrentes à realização do serviço.

Escolhida a melhor delas, o processo passa ainda por alguns trâmites legais até a contratação do vencedor e início das obras. A previsão do término é de quatro meses.

O serviço será acompanhado pelo professor e historiador José

Luiz da Mota Menezes, que realizou pesquisa de cores utilizadas pelos principais Tribunais de Justiça do País. Segundo ele, a predominância é de tons pastéis, como bege, azul claro e rosa claro. Mota Menezes explica tratar-se de influência recebida dos prédios europeus do século XVIII.

O projeto de recuperação do TJ visa à valorização dos ornamentos e detalhes do prédio, atualmente marcados pela cor única, alterada pela ação do tempo. O serviço tem participação da iniciativa privada — Coral e Philips — em parceria com o Poder Judiciário.



O presidente do TJPE quando apresentava aos magistrados o projeto de recuperação do Palácio da Justiça. Da direita para a esquerda, o juiz-assessor Gabriel Oliveira, desembargadores Manoel Alves, Antônio Amorim, Benildes Ribeiro, Waldemir Lins e o historiador José Luiz Mota Menezes.

Coral retoma apresentações artísticas

A convite do desembargador Mauro Jordão, presidente do Tribunal Regional Eleitoral, o coral do Tribunal de Justiça canta hoje, às 17, na sede do TRE, na Avenida Rui Barbosa.

A apresentação marca a despedida do magistrado à frente daquela Justiça especializada.

Sob a regência do maestro Ricardo Farias, o grupo se apresenta ainda este mês, no dia 28, no encontro de corais promovido pela Secretaria da Fazenda. Criado há sete anos pelo desembargador Mauro Jordão, o coral está concluindo a elaboração de seu regimento.

De acordo com a presidente Maria Elisabeth Fonseca, essa é uma boa fase para o grupo. Além de estar retomando as apresentações internas e externas, o coral recebeu uma sala no 7º andar do Fórum Paula Batista, onde serão guardados os instrumentos musicais e realizadas reuniões administrativas.



O grupo de canto do Tribunal numa de suas apresentações, sob a regência de Ricardo Farias.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Des. Arthur Po de S. Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Eustáquio Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:
Lúcia Costa

Editor:
Lúcia Costa

Redatores:
Marcelo Glória, Roberto Tavares
Carmen Maia
Fotografia:
José Barbosa
Diagramação:
Glória Dias

Redação:
Fórum Paula Batista - 7º andar -
S.º Antônio - Recife-PE - CEP
51.016-940 - Fone: (081)
224.3521/404-3811 - R. 300 -
Telex: 3116. Fax: (081) 224-3531

Encontro de Magistrados

O Tribunal de Justiça e a Associação dos Magistrados de Pernambuco estão preparando o I Encontro de Magistrados da Mata Sul, que será realizado entre os dias 25 e 27 deste mês, no Hotel Marinas, em Tamandaré. A coordenação do evento está a cargo do Assessor Especial da presidência do TJPE, juiz Gabriel Cavalcanti.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 12 DE OUTUBRO DE 1996 Nº 194

Diário Oficial

Direitos da Criança lançados em CD-Rom

Na presença de juízes e promotores de Justiça da Infância e da Juventude, assessores do Tribunal de Justiça e do Banco do Brasil, o presidente do TJ, desembargador Waldemir Lins e o superintendente do BB em Pernambuco, Hayton Jurema da Rocha, lançaram ontem, no gabinete da presidência do Tribunal, o CD-Rom Biblioteca

Nacional dos Direitos da Criança, comemorando dessa forma o 5º aniversário de vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Waldemir Lins destacou a sensibilidade do Banco do Brasil ao lançar o CD-Rom, salientando a importância do mesmo, fazendo ainda um apelo ao superintendente do banco para que a doação dos CDs seja es-

tendida também aos promotores de Justiça no interior do Estado.

A Biblioteca Nacional dos Direitos da Criança reúne valiosos subsídios legislativos, estudos jurídicos e sociais, roteiros práticos e dados estatísticos, num total de 44 títulos digitalizados. O CD-Rom deverá servir para orientar a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente.



Waldemir Lins (C), juízes e superintendente do BB no lançamento do CD-Rom

Instituto analisa Justiça na América Latina



Professores Kurt Madlener e Giuseppe Benvenuti, com os desembargadores Nildo Nery, Napoleão Tavares e Raimar Pereira, durante a exposição do trabalho sobre a Justiça nos países latinos

"A Justiça como garantia dos Direitos Humanos na América Latina". Esse é o tema da pesquisa que o professor Kurt Madlener, do Instituto Alemão Max Planck de Direito Internacional, vem desenvolvendo em alguns países latinos. Ontem, ele expôs seu projeto na Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco.

Participaram da apresentação os desembargadores Raimar Pereira, Nildo Nery e Napoleão Tavares, juízes Gabriel Cavalcanti, Joana Figueiredo, Og Marques, Virgílio Carneiro Leão e Sérgio Falcão, além dos juristas Roque de Brito Alves e Nílzardo Carneiro Leão e do professor italiano Giuseppe Benvenuti.

A pesquisa já foi realizada em alguns países da América Central e no México, Brasil, Argentina e Uruguai são os pró-

ximos a serem analisados. Aqui, segundo Madlener, o trabalho vai ser feito em alguns Estados. Pernambuco é um deles.

Os grupos de pesquisa, formados no máximo por dez pessoas, entre magistrados, membros do Ministério Público, advogados e professores, com um coordenador — no Estado será o advogado Nílzardo Carneiro Leão —, vão elaborar o trabalho inicial, até março do próximo ano.

Depois, haverá uma discussão entre os coordenadores do projeto para elaboração da versão definitiva, que sairá em forma de livro. "A pesquisa pretende ser um instrumento de análise da Justiça Latino-Americana", define o pesquisador alemão.

De acordo com Kurt Madlener, a pesquisa abrange três partes: a independência da Justiça e do juiz, os Direitos Humanos e o

Processo Penal; e Direitos Humanos e o Sistema Penitenciário. Ao final, ele fará uma análise comparativa do trabalho realizado em todos os países.

Estudando o Direito na América Latina desde os anos 70, o professor alemão acredita que os nossos problemas estão no funcionamento da Justiça. Segundo ele, os resultados obtidos até agora comprovam isso. "São negativos: há leis inadequadas, carências de toda ordem e juízes não independentes para julgar", afirma.

Por outro lado, diz ele, existe, em todos os países, um grande desejo de mudar a situação. Para Madlener, em todo caso, "o básico não são as leis processuais, mas a independência dos juízes". "É por esse motivo que o tema básico do nosso trabalho é a independência da Justiça", completa.

Lista do MP

Está nas mãos do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Waldemir Oliveira Lins, a lista de candidatos do Ministério Público para preenchimento da vaga de desembargador do TJ.

Luís Carlos de Freitas Medeiros, Helena Cadia Reis, Renato da Silva Filho, Milla Maria Pass de Sá, Irlan de Brito Filho e José Agostinho Viana Valadães são os candidatos indicados pelo Conselho Superior do Ministério Público.

O Pleso do Tribunal de Justiça deve se reunir em sessão extraordinária para apreciar os nomes, decidindo-se por três deles. A lista tríplice será encaminhada ao governador Miguel Arraes, que escolherá apenas um para preenchimento da vaga.

Direito Positivo

A Arbitragem no Direito Positivo Brasileiro. Este é o tema da palestra que a Escola Superior da Magistratura de Pernambuco promove quinta-feira (17), a partir das 19h, no auditório localizado no Fórum Thomaz de

Aquino. O palestrante é o advogado e coordenador Nacional da Operação Arbitrer, Petrônio R. Muniz. A Arbitragem no Direito Positivo Brasileiro refere-se à Lei nº 9.307 de 23.09.96, conhecida como "Lei Marco Maciel".



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 15 DE OUTUBRO DE 1996 Nº 195

Diário Oficial

Belém: TRE é fiel espelho do eleitor

O Tribunal Regional Eleitoral tem, desde ontem, nova Mesa Diretora: tomaram posse os desembargadores Luiz Belém de Alencar e Francisco de Sá Sampaio, na Presidência e vice do TRE, respectivamente. A solenidade foi prestigiada por diversas autoridades, entre as quais o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Waldemir Oliveira Lins.

Belém de Alencar, que sucede ao desembargador Mauro Jordão de Vasconcelos na Presidência do TRE, terá, juntamente com o vice Francisco Sampaio, um mandato de dois anos à frente do Tribunal Eleitoral.

"Sou um devoto do santo trabalho. Nele acredito. Nele confio. A ele dedicarei meu tempo e minhas forças produtivas, no sentido de conduzir o serviço eleitoral a seu destino que identifique na revelação da vontade soberana da Nação, quando convocada a decidir os seus próprios destinos", afirmou Luiz Belém em seu discurso de posse.

"Com este propósito — continuou —, tenho que as normas disciplinadoras dos serviços que nos são próprios devem ser interpretadas de tal modo que conduzam a um fiel espelho do querer do eleitor, entidade maior do processo".

O novo presidente do TRE lembrou a gestão do desembargador Mauro Jordão à frente do Tribunal. "Homem probó, administrador nato, denotado lutador nas causas que abraça, qualidades que o puseram a serviço da quebra da estagnação e do imobilismo em todas as oportunidades que lhe foram reservadas, de todas saindo com um saldo altamente positivo".

Como exemplo de sua atuação na Justiça eleitoral, Belém citou o recente voto eletrônico: O êxito notável



O desembargador Luiz Belém de Alencar assumiu, ontem à tarde, a Presidência do TRE, tendo como vice o também desembargador Francisco de Sá Sampaio. "Sou um devoto do santo trabalho", enfatizou o novo presidente.

dação e processo de votação eletrônica no Recife, Olinda e Jaboatão é incontestável".

Voto do analfabeto — Afirmado saber das dificuldades a serem enfrentadas, o desembargador Luiz Belém de Alencar falou sobre o voto do analfabeto, voto distrital e da propaganda eleitoral. "É justo e honesto deferir-se ao analfabeto o direito de votar, tal qual permite o sistema eleitoral brasileiro? Tenho que ao eleitor analfabeto não se poderá, honestamente, cobrar que diretamente decida tema de tal envergadura,

por maiores esclarecimentos que se lhe ministrem, porque até nós, letrados, ficamos perplexos ante dilemas dessa ordem", afirmou.

"Seria preferível e útil à Nação como um todo, se ele fosse chamado a decidir por intermédio de mandato. Porque, entre fulano ou sicrano, de seu contexto sócio-cultural, pode ele escolher aquele que lhe pareça mais identificado com os reclamos da comunidade. E se houver quebra de confiança, na próxima oportunidade poderá excluir o mandato falso, elegen-



do outro", continuou Belém de Alencar em seu discurso de posse.

"Evidentemente, estou a advogar a adoção do Sistema Distrital, portanto que engendrado de molde a legitimar o voto do analfabeto. Ele ou outro processo mais eficaz. Menos este atualmente em vigor. Mas, mesmo com a enorme deficiência que apresenta como sistema de aferição de manifestação de opinião, por ausência de alternativa, dentro dele as normas eleitorais devem ser interpretadas visando à valoração da vontade do eleitor. Esse é

um compromisso de orientação", finalizou.

Propaganda e Partidos — Segundo Belém de Alencar, a propaganda eleitoral é um dos assuntos mais delicados para a Justiça. "A desobediência à própria lei é ameaçada veementemente. E quando a mão da Justiça atua, a revolta não se faz esperar. Esquece-se, em tais incidentes, que o Direito em si mesmo é disciplina; e como toda disciplina, lhe são inerentes restrições, a fim de manter a paz e harmonia sociais. E isso só é possível mediante o mínimo de cen-

sura necessária a qualquer disciplinamento prévio".

O desembargador também abordou a questão dos partidos políticos no Brasil, indagando sobre sua existência no País. "Ou se tem apenas associações de políticos cujos objetivos são tão-somente a eleição para trato de interesses completamente dissociados do programa que sua agremiação adotara exclusivamente para atendimento de exigências formais?", questionou.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Des. Arthur Pinheiro de Souza Neto
Corregedor-Geral:
Des. Ivo Roberto de Silva
Assessor de Imprensa:
Lúcia Costa

Editor:
Lúcia Costa

Redatores:
Marcelo Gouveia, Roberto Tavares e
Christina Mann

Fotógrafo:
João Barbosa

Diagramação:
Celso Dias

Redação:
Fórum Paulo Batista - 7º andar -
51ª Avenida - Recife-PE - CEP:
50.010-041 - Fone: (0811)
326.3517/424-3811 - R. 360 -
Telex: 3116. Fax: (081) 324-3531

Concurso

Continuam abertas, até o dia 06 de novembro, no térreo do Palácio da Justiça, as inscrições para o concurso público de Atendente Judiciário de 3ª Entância. Os interessados de-

vem pagar a taxa de inscrição, no valor de 35 reais, no posto do Bandepo no próprio Tribunal de Justiça. São oferecidas 93 vagas para os candidatos inscritos no processo seletivo.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 16 DE OUTUBRO DE 1996 Nº 186

Diário Oficial

Organização Judiciária

Primeiro Código completa 105 anos

É comemorado o primeiro Código de Organização Judiciária do Estado. Em novembro completa 105 anos. Obsoleto hoje, e sofrendo as mais diversas alterações durante todo esse tempo, ele no entanto marcou época e estruturou o sistema judiciário pernambucano.

Entrou em vigor no dia 14 de novembro de 1891. Era a Lei nº 15, composta de oito capítulos, 85 artigos e mais um capítulo de



A biblioteca do TJPE dispõe de todas as modificações do Código de Organização Judiciária, sofridas ao longo dos seus 105 anos

Disposições Transitórias, onde constava, inclusive, a tabela de vencimentos dos empregados da Justiça e do Ministério Público.

Naquela época, a Justiça estadual era composta de "um Superior Tribunal de Justiça, Tribunaes do Jury, Juizes de Direito, Juizes de Distrito e Juiz de Municípios". O Superior Tribunal, hoje Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, era composto de sete juizes, contra 27 desembargadores atualmente.

Agora são órgãos julgadores do Poder Judiciário estadual o Tribunal de

Justiça, Conselho da Magistratura, Juizes de Direito, Juizes de Direito Substitutos, Tribunal do Juri, Juizados Cíveis e Criminais e Conselho de Justiça Militar, de acordo com informação do juiz Fernando Cerqueira, assessor especial da atual Presidência.

ALTERAÇÕES — O Poder Judiciário pernambucano é atualmente regido pela Resolução 10, de 1970, com diversas alterações. Entre elas a Resolução 11, a Lei Complementar 9, que aumentou o número de desembargadores de 15 para 27,

assim como a Lei 8034/79. As últimas modificações constam da Lei 11.376/96, que cria cargos, eleva Comarcas e dispõe sobre Juizados Regionais da Infância e da Juventude.

Maria das Graças Oliveira, diretora da Biblioteca do Tribunal de Justiça, informa que o setor dispõe, para pesquisa de interessados, de todas essas modificações catalogadas. Segundo afirma, a última publicação do Código de Organização Judiciária é de 1986, pela Editora Raiz, "mesmo assim faltando leis anteriores a essa data".

Informática controla os juizados especiais

O primeiro Juizado Especial Criminal do Estado, a ser inaugurado ainda este mês, terá além de uma estrutura inovadora, um novo sistema de informática.

O Sistema de Controle e Distribuição dos Juizados Especiais, que está sendo concluído pela equipe de informática do Tribunal de Justiça, vai tornar mais simples o trabalho dos secretários dos Juizados, beneficiando também o público que utiliza o serviço da Justiça.

O sistema foi desenvolvido inicialmente para os antigos Juizados de Pequenas Causas. Será implantado primeiro no Juizado Especial Criminal e, posteriormente, nos Juizados Especiais Cíveis. Ele abrange desde a distribuição de processos até o arquivamento dos mesmos, permitindo o controle de movimentação processual, das obrigações das partes, pagamento e multas.

O secretário de um Juizado disponibilizará uma agenda de audiências e controle de pendências. Outra novidade é que a parte será cadastrada uma única vez, independente do número de queixas re-

gistradas.

Uma das vantagens, segundo Tiago Cardoso e Romero Inácio — da equipe de informática do TJ —, é que o sistema é auditável. Serão realizadas, periodicamente, auditorias, evitando que informações sejam alteradas sem serem descobertas.

Outra novidade é que as partes terão acesso às informações do processo no horário de funcionamento do Juizado, ou seja, das 8 às 20h. No sistema atual só é possível consulta processual no turno em que o processo foi cadastrado.

No projeto de ajuste e desenvolvimento do sistema está faltando ainda implementar as estatísticas, pois a equipe está aguardando receber os formulários dos Juizados Especiais Cíveis. Esses dados serão emitidos automaticamente pelo sistema, permitindo que se conheça, por exemplo, quais os horários de audiências mais ocupados.



PODER JUDICIÁRIO

Presidentes:
Des. Waldemir Oliveira Lima
Vice-Presidentes:
Des. Arthur Pio dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Jomar Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:
Lúcia Costa

Editor:
Lúcia Costa

Redatores:
Marcelo Gouveia, Roberto Tavares e
Christiane Maca
Fotografias:
Jonas Barbosa
Diagramador:
Celso Dias

Endereço:
Rua Paulo Batista - 1º andar -
51º Andar - Recife-PE - CEP
50.019-040 - Fone: (081)
224.2031/424.3511 - 36.360 -
Telex: 3116. Fax: (081) 224.3531

Atendente Judiciário

As provas do concurso de Atendente Judiciário do Tribunal de Justiça estão sob a responsabilidade do Centro de Recrutamento e Seleção de Pessoal da Polícia Militar do Estado de Pernambuco. Os can-

didatos devem ficar atentos ao Diário Oficial, onde será publicada a data do exame seletivo. As provas serão de Português e Matemática, ambas com 10 questões, e Organização Judiciária, 20 questões.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 18 DE OUTUBRO DE 1986 Nº 198

Diário Oficial

Mata Sul

Tribunal define programação de Encontro

Reforma Constitucional do Poder Judiciário é o tema de abertura do I Encontro dos Magistrados da Mata Sul, que o Tribunal de Justiça e a Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco realizam nos dias 25, 26 e 27, no município de Tamandaré. A palestra é do juiz Antônio Fernando Guimarães, diretor da Associação dos Magistrados do Brasil.

A promoção, que recebe apoio da Corregedoria Geral da Jus-

tiça e da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco, reúne juizes de 27 Comarcas da Região. O objetivo é a discussão e atualização de temas de interesse da classe. Está confirmada a participação do desembargador-presidente do Tribunal de Justiça, Waldemir Oliveira Lins, que presidirá a solenidade de abertura do Encontro e fará a palestra de encerramento.

Processo Civil, Apelação, Agravo, Tutela Antecipada — ques-

tões de interesse da magistratura de 1º grau — e Direito de Família, Divórcio e União Estável são as palestras do juiz Frederico Neves e desembargador Mário Melo, no sábado, pela manhã.

A tarde, a discussão recai sobre Mandado de Segurança Contra Atos do Executivo e do Legislativo, Liminar, Apelação, Honorários, Atos Comissivos e Omissivos, com palestra do desembargador Napoleão Tavares, seguida de Execuções Penais: Aspectos Práti-

cos, sob a responsabilidade do juiz Mauro Alencar.

No domingo, os participantes fazem uma avaliação do Encontro e, divididos em subgrupos, apresentam relatório sobre Técnica de Resolução de Problemas Depois de uma plenária, o desembargador Waldemir Lins encerra o I Encontro dos Magistrados da Mata Sul.



Desembargador Waldemir Lins presidirá Encontro da Mata Sul

Concurso de 1º grau atrai universitários

Mais de duas mil pessoas já estão inscritas no concurso público que o Tribunal de Justiça vai realizar para Atendente Judiciário de 3ª Entrância. O interesse demonstrado tem sido grande e, embora se exija apenas a conclusão do primeiro grau, os candidatos são portadores de diploma universitário, em sua maioria.

Advogados estão em maior número, mas é possível encontrar psicó-

logos, relações públicas, jornalistas e uma diversidade de profissionais. O concurso, cujas inscrições se estendem até o dia 6 de novembro, tem atraído cerca de 300 pessoas diariamente ao setor de informações, no térreo do Palácio da Justiça, onde os candidatos podem se habilitar.

O Tribunal de Justiça colocou quatro atendentes, divididos no período da manhã e da tarde, podendo as inscrições serem

feitas das 8h às 17h. Os interessados devem pagar uma taxa de R\$ 35,00 no Bandede, e apresentar Identidade ou Carteira do Trabalho ou Certificado de Reservista, e ficha de inscrição preenchida, fornecida no local.

ATENÇÃO — Só é permitido inscrever-se por procuração mediante apresentação do respectivo mandado, acompanhado de cópia autenticada da identidade do candidato e apresentação da identifica-



Inscrições para concurso já passam das duas mil

de do procurador. O Tribunal oferece 93 vagas e uma remuneração de R\$ 516,00.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Dout. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Dout. Arthur Pinheiro dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Dout. Ismael Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:
Lécio Costa

Editor:
Lécio Costa

Relatores:
Maurício Gleason, Roberto Tavares
Christine Mota
Fotografia:
Joaquim Barboza
Diagramação:
Celso Dias

Redação:
Pólen, Paulo Batista — 7º andar —
Sítio Anilândia — Recife-PE — CEP
58.010-240 — Fone: (081)
224.3311 / 624-3811 — R. 100 —
Telex: 3106. Fax: (081) 724-3511

Palestra na Esmape

Numa promoção da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco, o juiz do Tribunal Regional Federal — 5ª Região, Lázaro Guimaraes, faz uma palestra, na terça-feira, dia 22, às 19h, na sede da Esmape. Ele abordará o tema "Internet: Comunicação e pesquisa ao alcance do Magistrado".



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 19 DE OUTUBRO DE 1996 Nº 199

Diário Oficial

Waldemir Lins destaca atuação da UFPE

Pelo transcurso dos 50 anos da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE —, o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Waldemir Oliveira Lins, dirigiu mensagem àquela instituição, enfatizando o engajamento da UFPE na problemática regional. Abaixo, a mensagem — na íntegra — do chefe da Corte de Justiça Estadual.

"A Universidade foi uma criação da Europa medieval, logo disseminada em várias cidades.

Levada para a América, já nos fins do século XVI a América Espanhola possuía várias e, por ocasião da Independência, contava com mais de uma dezena.

No Brasil, porém, foi diferente. Não tivemos Universidades, nem na fase colonial, nem na imperial.

Só neste século, nos anos 20 e 30, tivemos as primeiras Universidades. Fomos retardatários nesse setor.

A de Pernambuco só foi instalada em 1946, tendo apenas 50 anos.

Uma modesta antiguidade, portanto, nesse campo.

Todavia, a nossa Universidade desenvolveu um saudável esforço e, obstinadamente, busca recuperar o tempo perdido.

Reunindo as unidades de ensino superior isoladas, adquiriu consistência e se expandiu.

E, nesses 50 anos, não só alargou o seu campo de ensino e pesquisa, mas soube engajar-se na problemática regional, sendo uma alavanca impulsionadora do nosso processo de desenvolvimento.

É uma das mais respeitadas e eficientes Universidades do Brasil, pela qualificação dos seus professores e pela eficiência do seu ensino e pela sua integração no desenvolvimento do Nordeste.

Nesses seus 50 anos de vida, que esse marco seja um incentivo e um estímulo à sua atividade meritoria, em favor do progresso de Pernambuco.

Precisamos dessa ajuda para a construção do nosso futuro. O progresso resulta do somatório de todos os saberes. Da ciência e da tecnologia".



Desembargador Waldemir Lins: mensagem pelos 50 anos da UFPE

Prefeitura cede prédio ao Tribunal de Justiça

Até o final de novembro, o município de Palmares deve ganhar um Juizado Especial Cível. Ontem, o prefeito Ivanildo Pereira Alves esteve no Palácio da Justiça para comunicar ao chefe do Poder Judiciário, desembargador Waldemir Oliveira Lins, que a Prefeitura já dispõe de um prédio para instalar o Juizado.

O prefeito disse que o prédio, uma antiga escola municipal, está precisando apenas de pequenos reparos. Ele destacou a importância do Juizado para o muni-

cípio. "A população resolverá com brevidade seus interesses jurídicos, melhorando também o conceito da Justiça", acrescentou.

"Estou esperando o término dos trabalhos no prédio para instalarmos o Juizado de Palmares", afirmou o desembargador Waldemir Lins, destacando o esforço conjunto entre Prefeitura e Tribunal de Justiça, no sentido de facilitar o acesso da população local à Justiça.

Na ocasião, foi assinado um convênio entre TJPE e Prefeitura de Pal-

mares com o objetivo de "dar apoio técnico e financeiro, mediante disponibilização de pessoal e alocação de recursos do município, buscando propiciar melhores condições de funcionamento ao Fórum local".

Estiveram presentes ao encontro os juizes Paulo Victor de Almeida, diretor do Fórum; Evani Barros, da 1ª Vara Cível; além do presidente da Câmara Municipal, vereador Alessandro da Rocha Leão. O assessor da Presidência, juiz Gabriel Cavalcanti, também participou da reunião.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Des. Arthur Pio dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Manoel Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:
Lélio Costa

Editor:
Lélio Costa

Redatores:
Marcelo Glauco, Roberto Torres e
Christina Maia
Fotografia:
João Barbosa
Diagramação:
Cátia Dias

Redação:
Fórum Paulo Batista - 7ª andar -
2º Andar - Recife-PE - CEP
51.010-040 - Fone: (081)
214.3531/424-3811 - B. 300 -
Telex: 5116. Pua. (081) 224-2221

Encontro tem programação social

O I Encontro dos Magistrados da Mata Sul será realizado nos dias 25, 26 e 27, no Hotel Marinas, em Tamandaré. O Tribunal de Justiça e a Associação dos Magistrados, que promovem o evento, estão acertando os últimos detalhes. Ao final dos trabalhos, no domingo (27), haverá uma programação social com os participantes, seguida de um almoço de encerramento.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 22 DE OUTUBRO DE 1996 Nº 200

Diário Oficial



Convênio — a Prefeitura de Palmares e o Tribunal de Justiça firmaram convênio de cooperação técnica e financeira para melhorar o funcionamento do Fórum local. No flagrante, o presidente do TJPE, desembargador Waldemir Oliveira Lins, assina o convênio na presença do prefeito do município, Ivanildo Pereira Alves. Na ocasião, eles também acertaram que o Juizado de Palmares deve ser inaugurado até o final de novembro. O prédio está sendo reformado para a instalação.

Holandês conhece arte vitralista do Palácio da Justiça



PODER JUDICIÁRIO

Presidência:
Des. Waldemir Oliveira Lins
Vice-presidência:
Des. Arthur Pio dos Santos Neto
Correspondente-Geral:
Des. Doutor Fereira da Silva
Assessor de Imprensa:
Lúcio Costa

Editor:
Lúcio Costa

Redatores:
Marcel Gomes, Roberto Tavares e
Christine Mello

Fotografia:
João Barbosa

Diagramação:
Cristina Dias

Endereço:
Rua Paulo Batista - 1º andar -
50.010-040 - Recife-PE - CEP
50.010-040 - Fone: (081)
324.3150/424-3811 - R. 300 -
Fax: 3216. Fax: 6911/324-3533



Duparc: visita para conhecer os vitrais de Moser

Doutor em História da Arte e Arqueologia, sobretudo estudioso dos vínculos de Maurício de Nassau com o Brasil, o holandês Frederik Duparc esteve ontem no Palácio da Justiça para conhecer os vitrais do artista plástico alemão Heinrich Moser, que adornam o edifício-sede do Poder Judiciário estadual.

Na ocasião, Frederik Duparc pôde conhecer uma das mais belas e representativas obras de Moser — os vitrais sobre a reunião da Câmara dos Escabinos, que indicam a cena de abertura do Primeiro Parlamento Democrático da América do Sul, presidida pelo conde João Maurício de Nassau.

Acompanhado de repre-

sentantes do Itamaraty e do diretor de Assuntos Culturais da Fundap, Brivaldo Campelo Filho, Duparc foi recebido pelo Secretário de Planejamento, Administração e Interior do Tribunal de Justiça, Leovegildo Mota, e pelo Assessor de Cerimonial, Geraldo Melo.

MOSER — Responsável não só pelos famosos vitrais do Palácio da Justiça, obra de 1930, Heinrich Moser veio a Recife por motivos profissionais, em 1919, mas aqui ficou definitivamente, apaixonado pelo lugar e pelo povo.

Arquiteto, pintor, desenhista, vitrinista e vitralista, mostrou também seu talento e criatividade na pintura

"Justiça", tela de grandes proporções, localizada ao fundo da sala das sessões do Pleno, primeiro andar do Palácio da Justiça.

São inúmeras as obras de Moser espalhadas no Nordeste. Mas a fama e beleza dos vitrais do Palácio percorrem o mundo, através de fotografias e estampas. Foi mostrado, inclusive, na Holanda e no catálogo da exposição pelo terceiro centenário da morte de Maurício de Nassau.

De acordo com a biógrafa Ângela Weber, os vitrais de Moser refletem o pioneirismo de Pernambuco na implantação da Ciência do Direito e, enfim, do exercício da Justiça no Brasil.

Debutantes visitam Palácio da Justiça

Vinte e duas debutantes que vão participar do baile a ser promovido pela Cruzada de Ação Social do Estado, farão uma visita amanhã, às 15h, ao Palácio da Justiça. Na sede da Justiça Estadual, elas conhe-

cerão o Salão Nobre e o Pleno do TJPE, onde serão recepcionadas pela presidente da Associação das Esposas dos Magistrados, Sílvia Norões Lins. Ao final da visita será oferecido um coquetel.



ANO XXXIII

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 23 DE OUTUBRO DE 1996 Nº 201

Diário Oficial

Encontro de Magistrados na Internet

As palestras do I Encontro dos Magistrados da Mata Sul de Pernambuco, a ser realizado no próximo final de semana, em Tamandaré, serão transmitidas simultaneamente pela rede mundial de informações internet.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Des. Altair Pinheiro da Silva Neto
Corregedor-Geral:
Des. Raimundo Pereira da Silva
Assessor da Imprensa:
Lúcia Costa

Editor:
Lúcia Costa

Colaboradores:
Marcelo Góes, Roberto Tavares e
Otiliano Iriarte
Fotografia:
João Batista
Diagramação:
Gisela Dias

Endereço:
Rua Paulo Batista - 7º andar -
52º andar - Recife-PE - CEP:
53.010-040 - Fone: (081) 224.3331
(081) 224.3331 - Fax: (081) 224.3331



Assim como aconteceu em Salgueiro (foto), as palestras do I Encontro dos Magistrados da Mata Sul serão transmitidas pela Internet

Através do endereço eletrônico <http://www.elogica.com.br/tipe>, os interessados poderão acompanhar todo o Encontro, desde a palestra inicial do diretor da Associação dos Magistrados do Brasil, juiz do TRT-3ª Região, Antônio Fernando Guimarães, na sexta-feira (23), a partir das 20h, até o encerramento no domingo. O evento será aberto pelo chefe do Poder Judiciário Estadual, desembargador Waldemir Oliveira Lins.

Semelhante ao que foi feito no II Encontro dos

Magistrados do Sertão, realizado em Salgueiro, em agosto deste ano, dois técnicos da diretoria de Informática do TJPE, Raimundo Rolim e Francisco Valério, fazem todo o trabalho de envio e recebimento de mensagens via internet.

Sugestões e informações — Naquela ocasião, foram recebidas perguntas, sugestões e informações de diversos usuários da rede de várias partes do mundo. Agora, além do acompanhamento completo do que

estará acontecendo no En-

contro, os navegadores da Internet poderão obter informações sobre o Tribunal de Justiça.

Funcionamento das Câmaras Cível e Criminal, composição e histórico do TJPE são alguns dos dados que estarão à disposição dos interessados, que ainda podem obter informações sobre o acesso à jurisprudência e acompanhamento de processos no TJ via o serviço Renpac, da Embetel.

Palestras e debates — Processo Civil, Direito de

Família, Mandado de Segurança contra Ato do Executivo e do Legislativo e Execuções Penais são os temas das palestras do Encontro da Mata Sul, que é promovido pelo Tribunal de Justiça e Associação dos Magistrados de Pernambuco, com o apoio da Corregedoria Geral da Justiça e Escola Superior da Magistratura.

Os trabalhos prosseguirão no sábado, a partir das 9h, com o juiz Frederico Neves. Ele vai abordar questões relativas ao

Processo Civil: Apelação, Agravo, Tutela Antecipada. Logo após um rápido "coffee break", será a vez do desembargador Mário Melo falar sobre "Divórcio e União Estável".

À tarde, a partir das 14h, os magistrados das comarcas da Mata Sul do Estado terão a palestra do diretor da Escola da Magistratura, desembargador Napoleão Tavares, que analisará o Mandado de Segurança contra os Ato do Executivo e Legislativo.

Encerrando as atividades do sábado (26), o juiz de Direito Mauro Alencar falará sobre os aspectos práticos das Execuções Penais. Às 9h do domingo, os participantes do Encontro fazem uma avaliação através do trabalho em subgrupos, que será coordenado pela equipe de técnicos da diretoria de Recursos Humanos do TJPE.

A plenária final acontecerá às 11h, com a apresentação das avaliações dos grupos de juízes. Logo em seguida, o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Waldemir Oliveira Lins, fará um pronunciamento, encerrando o I Encontro dos Magistrados da Mata Sul.

DIÁRIO OFICIAL



ANO XXXII

ANEXO

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 24 DE OUTUBRO DE 1996 Nº 202



Cortesia — O deputado estadual Orisvaldo Inácio (dir.) estive no Palácio da Justiça para uma visita de cortesia ao chefe do Poder Judiciário, desembargador Waldemir Oliveira Lins.



Visita — O jurista italiano Giuseppe Bevenuppi (E) fez uma visita ao juiz Frederico Neves para parabenizá-lo pelo livro que aborda a reforma processual civil de 1994, a ser lançado no próximo mês. Interessado no sistema jurídico brasileiro, Giuseppe Bevenuppi vem periodicamente ao Brasil. Durante a visita ao juiz Frederico Neves, Bevenuppi aproveitou para aprofundar o seu conhecimento sobre a Justiça brasileira.

Endereços eletrônicos do TJPE

Primero Tribunal de Justiça do País a ter uma home page na Internet, o TJPE continua trabalhando no sentido da modernização administrativa, no intuito de permitir, cada vez mais, o fácil acesso da população aos seus serviços. Através da

Internet, o público pode enviar qualquer mensagem para o TJ (<http://www.elogica.com.br/tjpe>), seu presidente, desembargador Waldemir Lins (prestipe@elogica.com.br), e o vice, desembargador Arthur Pio dos Santos (vpertipe@elogica.com.br).

TJ interliga a sua rede de computadores

Está em fase de implantação no Tribunal de Justiça um sistema de informática, que permitirá o acompanhamento de processos administrativos, entre os quais, requerimento de funcionários e petições, possível graças à interligação da rede de computadores do TJ.

Segundo o secretário de Planejamento e Interior, Leovegildo Mota, a interligação vai permitir a substituição dos tradicionais protocolos manuais por um sistema informatizado que mostre na tela, instantaneamente, o trâmite dos documentos administrativos. Mota ressaltou que os servidores do Tribunal serão enormemente beneficiados,



Secretário Mota: modernização administrativa

pois poderão localizar os seus pleitos. Já está sendo realizado treinamento nas secretarias Judiciária e de Planejamento, Administração e Interior. Já é possível consultar pelo terminal do computador e através do telejulgatório os processos administrativos. "Esperamos em pouco tempo interligar todos os departamentos localizados no Tribunal. É um processo de desburocratização, numa linha de

modernização administrativa", concluiu Leovegildo Mota.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Des. Arthur Pio dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Raimundo Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:
Lúcia Costa

Editor:
Lúcia Costa

Redatores:
Marcelo Glauco, Roberto Tavares
Christine Maia

Fotografia:
João Barbosa
Diagramação:
Celso Dias

Redação:
Praça Paulo Breda - 7º andar -
51ª Avenida - Recife-PE - CEP:
50.010-040 - Fone: (081) 224.2531/
424-2511 - R. 300 - Fax: (081)
224-2531

DIÁRIO OFICIAL



ANO XXXII

ANEXO

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 25 DE OUTUBRO DE 1986 Nº 203

Começa hoje Encontro de Magistrados da Mata Sul

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Waldemir Oliveira Lins, abre hoje, às 20h, no Hotel Marinas, em Tamandaré, o I Encontro dos Magistrados da Mata Sul do Estado. Com a participação de cerca de 50 juizes, o evento terá a palestra de abertura do diretor da Associação dos Magistrados do Brasil, juiz Antônio Fernando Guimarães. Amanhã acontecem as demais palestras do encontro (ver abaixo).



Na Magistratura estadual desde março de 1989, o juiz Mauro Alencar de Barros passou pelas comarcas de Tabira, Afogados da Ingazeira, Igarassu e Paulista, entre outras, até ser promovido para a comarca da Capital, em 1992. Atualmente é o juiz titular da 1ª vara

das Execuções Penais. "Visão global do Sistema Penitenciário do Estado e Aspectos práticos da execução de penas privativas de liberdade nas Comarcas do interior", são tópicos de sua palestra.



Os juizes das 27 comarcas da Mata Sul do Estado também vão discutir o Direito de Família. O palestrante que abordará o tema será o desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Mário Alves de Souza Melo.

O diretor da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco, desembargador Napoleão Tavares, falará para os magistrados da Mata Sul sobre o Mandado de Segurança contra os Atos dos Poderes Executivo e Legislativo.

Presidente recebe debutantes

Vinte e quatro jovens inscritas no XVIII Baile Oficial das Debutantes de Pernambuco estiveram ontem visitando o Palácio da Justiça, sede do Judiciário Estadual. Elas foram recebidas pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Waldemir Lins.

Lins explicou como funciona a Justiça pernambucana. As moças tiveram a oportunidade de conhecer o Tribunal Pleno, a Biblioteca e o Salão Nobre. Encantadas com a beleza do Palácio as jovens demonstraram interesse na explanação do pres. do TJPE, que falou também da função do Poder Judiciário. "A missão da Justiça é muito bonita, porém muito árdua. Este é um órgão que garante o direito do cidadão", lembrou.

O grupo foi acompanhado também pela presidente da Associação das Esposas dos Magistrados, Sílvia Norões Lins, por representantes da Cruzada da Ação Social — promotora do Baile de Debutantes —, além de familiares das jovens.

A programação elaborada pela Cruzada de Ação Social inclui ainda visitas ao Palácio do Governo, Academia Pernambucana de Letras e ao Centro Profissionalizante do Jovem. O baile será realizado no dia 09 de novembro, às 22 horas, no Arcádia de Apipicuns.



Waldemir e Sílvia Lins recebem as debutantes



Coordenador da Escola Nacional da Magistratura para a Região Nordeste, o juiz de Direito Frederico de Almeida Neves falará em sua palestra sobre a Reforma introduzida no Código de Processo Civil, enfatizando questões de interesse exclusivo da Magistratura de primeiro grau de jurisdição, especialmente no que se refere à antecipação dos efeitos da tutela e aos recursos de agravo e apelação.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Des. Antônio Pio dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Valmir Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:
Lúcia Costa
Editor:
Lúcia Costa
Relatores:
Márcio Orlino, Roberto Tavares e
Christine Melo
Fotografia:
João Barreto
Diagramação:
Celene Dias

Redação:
Pólen Paula Brito - 7º andar -
37º Andar - Recife-PE - CEP
50.010-040 - Fone: (081) 224.3331
434-3811 - R. 300 - Fax: (081)
224-3531

DIÁRIO OFICIAL



ANO XXXII

ANEXO

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 26 DE OUTUBRO DE 1996 Nº 204

Posse de procuradores Direito Comunitário acontece no Tribunal

O Tribunal de Justiça abre suas portas, terça-feira (29), para a solenidade de posse dos procuradores Marília Fragoso e Cláudio Melo. A sessão se realiza no Pleno do TJ, seguida de recepção no Salão Nobre do Palácio da Justiça.

Com início marcado para às 17h, a solenidade será presidida pelo Procurador Geral da Justiça do Estado de Pernambuco, José Tavares. Na oportunidade, os novos integrantes do Colégio de Procuradores serão saudados pelos representantes do Ministério Público, Luís Carlos Medeiros e Uysara Costa, esta falando em nome das mulheres que integram o MP pernambucano.



Marília Fragoso: nova procuradora do MP

MARÍLIA — professora de Processo Civil, na Faculdade de Direito do Recife, a procuradora Marília Fragoso entrou no Ministério Público no ano de 1982, sendo nomeada pelo então procurador geral Waldemir Oliveira Lima, hoje presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Passou pelas Comarcas de Araripina, Bonito, Ouricuri, Vitória, Alagoa, Passira, Jaboa, Vitória, Olinda e finalmente Recife. Marília é promovida por merecimento, tendo recebido a unanimidade dos integrantes do Conselho Su-

perior do Ministério Público.

CLÁUDIO MELO

Membro do Ministério Público desde 1975, Cláudio Melo atuou inicialmente na 11ª Circunscrição Judiciária, com sede no município de Limoeiro. Em 1977 acumulou as Comarcas de João Alfredo, Orobó, Vertentes, Surubim, Passira e Limoeiro. Nesta última cidade, foi professor fundador da Faculdade de Administração, onde casinou a cadeira de Direito Civil. Foi removido para a Comarca de Jaboatão em 1994. No ano seguinte

foi promovido para Palmares. Na capital, foi promotor da 3ª Vara de Delitos Contra o Patrimônio, a partir de 89. Dois anos depois foi removido para a 2ª Vara dos Feitos da Fazenda Estadual, onde permaneceu até ser promovido a procurador, pelo critério de antiguidade.

Cláudio Melo teve sua tese sobre "Ministério Público na Constituição" aprovada, em 1987, no Encontro Nacional do M.P., citada inclusive, pelo jurista Pinto Ferreira no seu Comentários à Constituição Federal de 88.

O Congresso de Direito Comunitário, realizado no mês passado, em Ouro Preto, Minas Gerais, reuniu magistrados dos países do Cone Sul, que debateram sobre o Mercosul e o Direito Comunitário. A promoção foi da Escola Nacional da Magistratura e do Instituto Interamericano de Estudos Jurídicos sobre o Mercosul. Estiveram reunidos nomes expressivos da magistratura latino-americana e numerosas autoridades, entre as quais, o Ministro da Justiça Nelson Jobim.

De Pernambuco, tiveram participação ativa no Congresso, os desembargadores Nildo Nery dos Santos — diretor-adjunto da Escola Nacional da Magistratura —, José Napoleão Tavares de Oliveira — Diretor Geral da Esmae e José Antônio Macedo Malta.

O encontro que teve como objetivo estabelecer princípios que devem nortear o Direito do Mercosul, aprovou o documento chamado Carta de Ouro Preto, que leva em consideração a necessidade de aprofundar a integração regional no Mercosul.

Abaixo, o documento na íntegra:

I) — a que o processo de integração do Mercado Comum do Sul, com as demais regiões, começou por fatores econômicos e foi orien-



Des. Nildo Nery participou do Congresso

tado até o intercâmbio de bens e serviços e obtenção de uma União Aduaneira;

2) — a que, sem embargo disso, e como forma de consolidar e regular os movimentos da área de cultural, social e econômica, se deve atingir a integração cultural, fazendo-se indispensável, neste campo, o desenvolvimento do Direito Comunitário;

3) — as recomendações emanadas dos Encontros de Cortes Supremas de Justiça do Cone Sul, e sem prejuízo da utilização de meios pacíficos e de autocomposição na resolução das controvérsias;

RECOMENDAM:

I. a adequação das normas constitucionais dos Estados Membros a fim de assegurar a supremacia do Direito Comunitário.

II. a incorporação, ao Tratado de Assunção, de um preceito expresso consagrador da regra da supremacia do Direito Comunitário sobre os Direitos Nacionais.

III. a aplicação direta e imediata das normas comunitárias pelos órgãos jurisdicionais e autoridades nacionais.

IV. a criação e instalação de uma Corte de Justiça Supranacional para aplicação, interpretação e unificação do Direito Comunitário".



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lima
Vice-Presidente:
Des. Arthur Pinheiro dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Ilmar Pinheiro da Silva
Assessor de Imprensa:
Lúcio Costa

Editor:
Lúcio Costa

Redatores:
Maurício Glória, Roberto Torres e
Christine Mats

Freigrafia:
José Barbosa

Diagramação:
Cláudio Dias

Redação:
Praça Paulo Batista - 7º andar -
São Antônio - Recife-PE - CEP:
50.010-040 - Fone(81) 224.3531/
426-3811 - R. 300 - Fax: (81)
224-3531



Juizes buscam aprimoramento

Encontro visa prestação jurisdicional qualificada

"Um grande esforço que o Judiciário desenvolve, consciente do seu dever de proporcionar à população uma prestação jurisdicional qualificada". Foi assim que o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Waldemir Oliveira Lins, definiu o I Encontro dos Magistrados da Mata Sul, realizado nesse final de semana, em Tamandaré.

Em seu discurso de abertura, para cerca de 50 juizes da região, Lins ressaltou que é indispensável não apenas o conhecimento, mas também a capacidade de aplicação do ordenamento jurídico já assentado e o recém-elaborado. "E isso se efetiva pelo encontro continuado dos juizes, os operadores desse ordenamento, apresentando os novos institutos, debatendo-se, examinando-lhe o alcance, trocando experiências, fazendo sugestões", completou.

A questão da Reforma Constitucional ora em curso também foi abordada pelo chefe da Corte de Justiça Estadual. Classificando-a como salutar e urgente, o desembargador Waldemir Lins disse que, no caso específico do Judiciário, um dos segmentos a que se dirige a Reforma, ela traz "veladas tentativas de restringir a interferência do Judiciário nos grandes temas da vida brasileira".

"Não se trata de preservar privilégios, sempre odiosos e antidemocráticos. É indispensável, porém, garantir a independência dos juizes diante de certas intransigências do Executivo. É preciso que estejamos atentos, numa vigília permanente. Não nos conformamos com o retrocesso", finalizou o presidente do TJPE.

Fonte de Informações — Após a fala do desembargador Waldemir Lins, foi a vez do presidente da Associação dos Magistrados de Pernambuco (Amepe), José Fernandes de Lemos, saudar os juizes participantes. "O Direito, como ciência em movimento permanente, exige do magistrado uma postura de constante aprimoramento, sendo pois, esse Encontro uma fonte de informações sobre fatos e questões marcantes de nossa atividade judicante", afirmou.

Lemos destacou que a significativa dimensão alcançada nesses eventos, desde o Encontro de Petrolina, deve-se ao trabalho conjunto do Tribunal de Justiça, Associação dos Magistrados, Corregedoria Geral da Justiça e Escola Superior da Magistratura de Pernambuco.

O juiz José Fernandes falou também sobre o trabalho que a Amepe vem desenvolvendo em favor da Magistratura

pernambucana, ressaltando a importância do que vem sendo realizado pela Associação dos Magistrados do Brasil. Em seguida, convidou o vice-presidente da AMB, Mário Paulo dos Santos, para a sua palestra de abertura do I Encontro dos Magistrados da Mata Sul do Estado.

O palestrante fez um breve histórico da atividade da AMB em defesa da Magistratura e do Poder Judiciário, lembrando que "estamos em todos os lugares onde houver interesse do Judiciário". Mário Paulo comentou a Reforma Judiciária na Constituição Federal, mostrando aos juizes como está a tramitação do projeto no Congresso Nacional. Em sua análise, o projeto é



O vice-presidente da AMB, Mário Paulo dos Santos, fala na abertura do Encontro lideado pelos presidentes do TJPE (Waldemir Lins) e Amepe (José Fernandes).

razim para a Magistratura e o Judiciário, embora, em alguns pontos, segundo ele, traga avanços.

Além dos juizes das 27 Comarcas que com-

põem a Mata Sul do Estado, estavam presentes ao Encontro os desembargadores Nildo Nery dos Santos, Antônio Camaroti, Hélio Siqueira Campos, Cláudio

Américo de Miranda, Joaquim Rodrigues, Benildes Ribeiro, Mário Melo e Napoleão Tavares.



Desembargadores e juizes participaram da abertura do I Encontro da Mata Sul



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Des. Arthur Pio dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Ezequiel Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:
Lécia Costa

Editor:
Lécia Costa

Redatores:
Marcelo Chaves, Roberto Tavares e
Christine Mota
Fotografia:
José Roberto
Diagramação:
Cátia Dias

Redação:
Pórtal, Paula Rajão - 7º andar -
31ª Avenida - Recife-PE - CEP
50.010-040 - Fone (081) 224.3570
424-3811 - R. 300 - Fax (081)
224-3531



Encontro da Mata Sul

Magistrados apontam dificuldades nas Comarcas

Carência de pessoal administrativo, de material, estrutura precária dos Fóruns, falta de residência oficial e ausência de cadeia pública nas comarcas. Estes foram os principais problemas apontados pelos juizes da Mata Sul, durante o Encontro de Tamarandé, encerrado no domingo (27).

Divididos em grupos, os magistrados discutiram os problemas das comarcas, buscando soluções alternativas. Os trabalhos foram coordenados pela equipe de técnicos da diretoria de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça, que utilizou a técnica da dinâmica de grupos para a resolução dos problemas apresentados.



Problemas e soluções foram apontados ao pres. do T.J. Na foto, o juiz de Jaboatão, Elio Braz, representando o seu grupo

sembrador Waldemir Oliveira Lins. Entre as questões apresentadas, Lins destacou a carência de pessoal qualificado como uma "grande deficiência" en-

tarapada como "preocupante".

O desembargador Waldemir Lins lembrou também a criação de suprimento para as despesas de

consenso nas comarcas, assim como a iniciativa da instituição de convênios entre o Judiciário e as Prefeituras. Esses dois pontos foram ressaltados pelos juizes como significativos para o funcionamento do Judiciário na Mata Sul do Estado. Os magistrados ainda fizeram uma avaliação do Encontro, onde julgaram vários itens, como organização, local, temas, coordenação etc.

Internet — Desde a abertura do Encontro, os navegadores da Internet puderam acompanhar as palestras e debates jurídicos enfocados. Já no sábado (26), chegaram várias mensagens de congratulações pela iniciativa.



Divididos em grupos, os juizes discutiram os problemas das comarcas

Coordenação — Bastante elogiada por todos os participantes, a coordenação do encontro foi composta pela Assessoria Especial da Presidência (juiz Gabriel Cavalcanti e Conceição An-

drade), Secretaria de Planejamento (secretário Leovigildo Moa), DRH (Lenim Magalhães, Gisela Santos, Laura Argolo, Ângela Figueira e Alexandre Nunes), juntamente com a Amepe.



O Encontro foi transmitido pela internet

Depois de feito o trabalho, os representantes de cada grupo relataram suas conclusões ao plenário. Além das já citadas, os juizes ainda apontaram a ausência de promotor titular, delegado e advogado da Assistência Judiciária nas comarcas da Mata Sul como dificuldades enfrentadas pela Magistratura.

"São reivindicações legítimas, mas é preciso que sejam compatíveis com os recursos existentes", disse o presidente do TIJE, de-

frendada pelo Judiciário, apontando o concurso público e o treinamento como solução.

Programação de Investimentos — Quanto aos Fóruns, o presidente afirmou que cerca de dez já estão sendo recuperados pelo TJ, juntamente com as prefeituras locais. "Há uma programação de investimentos elevada, principalmente, nessa questão da falta de Fóruns", disse, citando o caso de Jaboatão dos Gua-

Ministério Público empossa procuradores

Em solenidade realizada no Pleno do Tribunal de Justiça, foram empossados os novos procuradores do Ministério Público, Marília Fragoso e Cláudio Melo. Conduzido pelo procurador geral da Justiça, José Tavares, a cerimônia contou com a presença do presidente do TJ, desembargador Waldemir Lins; presidente do TRE, Luiz Belém de Alencar; secretário de Justiça do Estado, Roberto Franco (representando o governador); presidente da OAB-PE, Aldeide Xavi-

er; secretário de Assuntos Jurídicos da Prefeitura do Recife, Dorany Sampaio; e o comandante militar do NII, General José Carlos Leite Filho, que compareceram a mesa principal.

O presidente do TJ, desembargador Waldemir Lins, manifestou sua alegria com a realização da cerimônia no TJ, lembrando que chegou ao Tribunal em decorrência da sua nomeação ao MP, destacando a sua satisfação com o assento de membros categorizados como os novos procuradores.



Cláudio Melo no momento em que faz o juramento

O procurador geral da Justiça, José Tavares, salientou a importância do Ministério Público como instituição permanente, que está na defesa dos direitos ou dos interesses sociais indisponíveis. Tavares acrescentou que a atuação do MP não se restringe à atuação da ação penal pública e, que a partir da Constituição de 88, a instituição passou a ter inúmeras atribuições. Referenciando aos novos procuradores, disse que é uma esperança a mais para o MP receber "sangue novo".

Suadando os novos procuradores em nome do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado, Ulyria da Silva Costa ressaltou que Marília Fragoso e Cláudio Melo sempre estiveram identificados com a grandeza do Ministério Público.

Na presença de um grande público, composto por magistrados, membros do MP, advogados, familiares e amigos, Cláudio Melo e Marília Fragoso fizeram o juramento e proferiram os agradecimentos. Marília Fragoso fez ainda um discurso, onde destacou o histórico da Ministério Pública.

PODER JUDICIÁRIO



Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Des. Arthur Pio dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Ilmar Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:
Lúcio Costa

Editor:
Lúcio Costa

Redatores:
Marcelo Glória, Roberto Tavares e
Christine Melo

Fotografia:
João Carlos

Diagramação:
Cláudio Dias

Redação:
Plano Pólo, Recife - 7º andar -
52º Andar - Recife-PE - CEP
50.000-000 - Fone(081) 224.1551
414-3811 - E-MAIL - PJP (081)
224-3551

DIÁRIO OFICIAL



ANO XXXII

ANEXO

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 1º DE NOVEMBRO DE 1996 Nº 207

Judiciário e Polícia Federal fazem parceria contra o crime

Para ouvir testemunhas integrantes da Polícia Federal nos processos relativos a entorpecentes, os juizes criminais das Comarcas de 1ª e 2ª Entrância não mais precisam enviar Carta Precatória à Comarca do Recife. O arrolamento das testemunhas pode ser feito, agora, diretamente, à Polícia Federal, através de ofício ou fax (ver box).

A decisão foi tomada em parceria entre a Corregedoria de Justiça e a Superintendência daquele órgão em Pernambuco, no sentido de agilizar

os processos específicos, nos quais figuram réus presos, assegurando assim o cumprimento dos prazos previstos por lei, conforme

instrução de serviço baixada pelo desembargador-corregedor Itamar Pereira.

Já em vigor, a instrução serve apenas aos casos em que os acusados estejam presos. De acordo com o corregedor, a iniciativa vai evitar que os réus autuados em flagrante sejam postos em liberdade devido ao não cumprimento do prazo para a conclusão da instrução criminal.

Para o bom resultado da parceria, Itamar Pereira destacou o interesse do superintendente da Polícia Federal,



Itamar: Trabalho conjunto agiliza tramitação

Wilson Damásio, que, "apesar das dificuldades do

órgão em Pernambuco, garantiu a

apresentação dos agentes federais na comarca de origem do processo, desde que solicitados em tempo hábil".

Execução penal



O Poder Judiciário estadual colocou-se à disposição da Secretaria de Justiça para, em parceria, colaborar no desenvolvimento de um sistema informatizado para a área penitenciária. A informação é do juiz corregedor-auxiliar Og Marques Fernandes. Segundo ele, a iniciativa tem o objetivo de melhor controlar a área de execução penal, fortalecendo e agilizando o acompanhamento dos processos em que os réus sejam condenados.

Como fazer

Para o arrolamento das testemunhas referidas, os magistrados devem encaminhar ofício à Superintendência Regional da Polícia Federal, localizada na Avenida Martin Luther King, 321, Recife. A solicitação pode ser enviada ainda através do fax 424.2330. O corregedor Itamar Pereira chama a atenção dos magistrados para a necessidade seja remeida em tempo hábil a apresentação.

Desembargador paulista faz palestra

O desembargador paulista Renato Laércio Talli vai estar no Recife, na próxima terça-feira, para uma palestra sobre a reumanização no atendimento à criança e ao adolescente. A palestra está marcada para as 17h, no salão do Pleno do Tribunal de Justiça, para magistrados, integrantes do Ministério Público,

advogados, professores, estudantes de Direito e pessoas interessadas na discussão do tema. O desembargador Laércio Talli é presidente da Comissão de Estudos Relativos à Criança e ao Adolescente do Estado de São Paulo e autor do livro Reumanização Social — Questão de Consciência".

PODER JUDICIÁRIO



Presidente:
Des. Waldemar Oliveira Lima
Vice-Presidente:
Des. Arthur Pinheiro Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Itamar Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:
Lúcio Costa

Editor:
Lúcio Costa

Redatores:
Marcelo Glória, Roberto Tavares e
Christine Menezes

Fotografia:
Jonas Barbosa

Diagramação:
Cristiane Dias

Redação:
Rua Paulo Batista - 7º andar -
50º Andar - Recife-PE - CEP
52.010-040 - Fone: (081) 234.3531
424-3811 - R. 300 - Fax: (081)
234-3531

DIÁRIO OFICIAL



ANO XXXII

ANEXO

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 02 DE NOVEMBRO DE 1996 Nº 208

TJ prestigia Conselho dos Direitos da Criança

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Waldemir Oliveira Lins, recebeu a visita da presidenta da Legião Assistencial do Recife (LAR), Geralda Farias, que veio ao TJ representando o prefeito do município, Jarbas Vasconcelos.

A visita teve o objetivo de convidar o chefe do Poder Judiciário para a solenidade de posse dos Conselheiros Tutelares do Conselho Municipal de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, que será na terça-feira (05), às 16h30, no gabinete do prefeito.

"Sua presença nos honraria muito", disse Geralda Farias, que veio acompanhada da assessora jurídica da LAR e do Conselho, Melba Martins. Na condição de chefe da Coordenadoria da Criança e do Adolescente, a presidenta da LAR aproveitou a oportunidade para solicitar ao desembargador Waldemir Lins que instale em Pernambuco uma Comissão de Estudos sobre a Criança e o Adolescente.

Semelhante à que foi instituída em São Paulo,



O presidente do TJPE, desembargador Waldemir Lins, recebe a visita da presidenta da LAR, sra. Geralda Farias

pelo presidente do TJSP, desembargador Yussel Said Cahali, a Comissão seria formada por desembargadores e juízes titulares da vara da Infância e Juventude, visando criar mecanismos de proteção

integral à criança e ao adolescente.

"A força que o Poder Judiciário tem, aliada à sensibilidade da atual gestão do Tribunal de Justiça, com certeza dará o respaldo necessário que a Co-

missão precisa", afirmou Geraldo Farias, ressaltando que seria mais uma grande iniciativa do desembargador Waldemir Lins. "Nessa área, a atual administração do TJ tem sido uma significativa atuação", completou

a assessora Melba Martins.

"Em princípio, temos toda a sensibilidade sobre o tema que envolve a criança e o adolescente", disse o chefe do Judiciário Estadual, comprometendo-se a examinar a possibilidade de

instalação da Comissão de Estudos no Estado.

Elaboração de Projetos — Visando o desenvolvimento e formação dos menores carentes e à recuperação dos menores infratores, em consonância com a Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela ONU e subscrita pelo Governo Brasileiro, a Comissão tem o objetivo de promover estudos, elaborar projetos e apresentar sugestões, mantendo reuniões e encontros de juízes da Infância e da Juventude para a troca de experiências, discussão e formulação de programas de ação integrada.

No âmbito do Poder Judiciário, a Comissão tem, segundo o modelo paulista, como meta o aperfeiçoamento de sua estrutura para o exercício das suas funções e atribuições específicas, enunciadas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Movimento forense

Wladimir Alves da Silva, juiz da 3ª Vara Privativa da Fazenda Municipal, foi quem mais julgou processos no segundo trimestre do ano. Foram 1.844 sentenças oferecidas pelo magistrado da Comarca de 3ª Entrância, durante o período.

Pela estatística, o maior número de sentenças na 2ª Entrância, coube à juíza Valéria Rúbia Silva

Duarte, da 2ª Vara Privativa da Assistência Judiciária de Olinda. A 2ª Entrância é constituída de 47 Comarcas. Na 1ª Entrância, com um total de 86 Comarcas, foi o juiz Damião Severino de Souza quem mais julgou durante o segundo trimestre deste ano. Ele ofereceu 208 sentenças cíveis e criminais, na Comarca de Exu.

É alto o percentual de sentenças

Foi de 93% o percentual de sentenças oferecidas no segundo trimestre do ano, nos Juizados Especiais do Recife. A estatística é resultado dos processos julgados em relação àqueles que se encontram em andamento. Nos Juizados recifenses houve um total de 4.179 sentenças. Dos seis existentes na Capital, o de Afogados foi o que mais julgou, atingindo a quantidade de 907 sentenças durante o período. Além dele, a população conta com os de

Rosarinho, Cordeiro, Casa Amarela, Boa Vista e Pina, sendo este o último instalado no Recife.

INTERIOR — Na Região Metropolitana e interior do Estado, o resultado chegou a 103% de sentenças oferecidas em relação aos processos que se encontram em andamento.

Juntos — Jaboatão, Olinda, Paulista, Caruaru, Petrolina, Camaragibe, Cabo e Vitória atingiram a marca de 4.391 sentenças, das quais 877 — o maior número — são de Jaboatão.

PODER JUDICIÁRIO



Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Des. Antônio Pio dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Izamar Pereira de Silva
Assessor de Imprensa:
Lúcio Costa

Editor:
Lúcio Costa

Redatores:
Marcelo Gustavo Roberto Tarama
Christine Menezes

Fotógrafos:
João Barbosa

Diagramador:
Celso Dias

Redação:

Força Paula Bastos - 7ª linha -
5ª Avenida - Recife-PE - CEP
50.015-040 - Fone: (081) 224.2531
424-3831 - R. 308 - Fax: (081)
224-2530

DIÁRIO OFICIAL



ANO XXXII

ANEXO

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 05 DE NOVEMBRO DE 1996 Nº 209

Encerram-se amanhã inscrições para concurso de Atendente Judiciário



Concurso de Atendente: mais de 8 mil formulários de inscrição já foram distribuídos. O número de inscritos pode chegar a 10 mil

O concurso público que será realizado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco para o cargo de Atendente Judiciário de 3ª Entrância encerra suas inscrições amanhã, dia 06. Mais de 8 mil formulários de inscrição já foram entregues aos interessados, podendo chegar a dez mil o número de candidatos inscritos.

Embora exija apenas a conclusão do primeiro grau maior, a maioria dos que farão o teste seletivo é formada de universitários.

Diariamente, centenas de pessoas têm procurado a portaria do TJPE para a aquisição do formulário de inscrição. As filas de candidatos têm chamado a atenção de todos.

Quatro atendentes, divididos nos períodos da manhã e tarde, estão à disposição dos interessados. As inscrições podem ser feitas das 8 às 17h. Após o preenchimento do formulário, o candidato tem que efetuar o pagamento da inscrição no Bandede (35 reais), apresentar identidade ou

Carteira do Trabalho ou Certificado de Reservista e, finalmente, confirmar sua inscrição.

Para os que pretendem se inscrever por procuração, é obrigatória a apresentação do respectivo mandato, acompanhado de cópia autenticada da identidade do candidato e carteira de identidade original do procurador. Os candidatos estão disputando 93 vagas de Atendente Judiciário, que tem uma remuneração de 516 reais.

Desembargador fala sobre Criança e Adolescente no TJ

Hoje, às 17h, no salão do Pleno do Tribunal de Justiça, o desembargador paulista Renato Laércio Talli vai falar sobre "Reumanização no Atendimento à Criança e ao Adolescente". Magistrados, membros do Ministério Público, advogados, estudantes de Direito e interessados no assunto participam da palestra.

Presidente da Comissão de Estudos Relativos à Criança e ao Adolescente, que está sendo analisada pela Presidência do

Tribunal de Justiça de Pernambuco para possível implantação aqui no Estado, Talli também é o autor do livro "Reumanização do Social — questão de consciência".

A obra é o resultado do trabalho que o magistrado desenvolveu como presidente da Comissão de Estudos, tendo o objetivo de divulgar a essência dos subsídios que o desembargador Talli recebeu como retomo aos cerca de 800 ofícios que encaminhou ao tratar da questão do menor.

Para ele, seu livro é apenas um início, pois faz parte de um projeto mais amplo, voltado para a questão de "acabar com o bandido salvando o homem". Segundo o desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, há muito a ser feito. Mas — afirma ele —, não é uma tarefa para segmentos específicos da sociedade, atuando separadamente. "É um trabalho onde todos devem estar envolvidos", concluiu.

Embaixador de Israel visita TJ

O embaixador de Israel no Brasil, Yaakov Keinan, fará, hoje, às 16h50, visita oficial ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Waldemir Oliveira Lima. O embaixador chegou domingo ao Recife, onde cumpre uma extensa programação.

O diplomata israelense participa da Semana da Paz, um evento promovido pela Fe-

deração Israelita de Pernambuco para homenagear o ex-primeiro-ministro de Israel, Yitzhak Rabin, pelo transcurso de um ano de sua morte.

Iniciada ontem, com encerramento na sexta-feira, a Semana da Paz terá palestras, espetáculos de canto e dança e inauguração do "Bosque da Paz Yitzhak Rabin", no Jardim Botânico do Recife.

PODER JUDICIÁRIO



Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lima
Vice-Presidente:
Des. Arthur Pio dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Isaac Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:
Lúcio Costa

Editor:
Lúcio Costa

Relatores:
Márcio Olen, Roberto Tavares e
Christine Mota

Fotógrafo:
Israel Rabin

Diagramação:
Colúcio Silva

Redação:
Edson Paulo Batista - F. 2404 -
57 Avenida - Recife-PE - CEP:
50.000-000 - Fone (081) 334.3131/
424.3511 - R. 390 - Fax (081)
224.3221

DIÁRIO OFICIAL



ANO XXXII

ANEXO

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 06 DE NOVEMBRO DE 1998 Nº 210

Palácio da Justiça encanta embaixador



Yaacov Keinan e o desembargador Waldemir Lins salientaram a identificação entre a comunidade judaica e os recifenses

Em visita oficial ao Estado de Pernambuco, o embaixador de Israel, Yaacov Keinan, esteve ontem no Palácio da Justiça para cumprimentar o chefe do Poder Judiciário, desembargador Waldemir Oliveira Lins.

Os dois conversaram sobre os laços de amizade

que unem o Recife e o Estado de Israel. "A primeira comunidade judaica das Américas foi instalada no Recife", lembrou o diplomata Keinan, ressaltando a importância da cidade na história do povo judeu.

As diferenças e as semelhanças entre as Justiças do Brasil e de Israel também

constituíram tema do encontro. O embaixador quis saber sobre o acesso da população aos serviços judiciais. Waldemir Lins, mesmo reconhecendo que há deficiências, afirmou que estão sendo feitos esforços no sentido de melhorar a prestação jurisdicional.

Yaacov Keinan disse que ficou impressionado com a beleza arquitetônica do Palácio da Justiça: "Gostei muito do seu estilo neoclássico", completou. O presidente do TJ lembrou ao embaixador que o Palácio vai ganhar novas cores em breve.

Ao final da visita, o diplomata israelense agradeceu a recepção e apresentou o desembargador Waldemir Lins com um marca-página lançado em comemoração aos 3 mil anos da ligação do povo judeu com a cidade de Jerusalém. O presidente do TJ deu um livro com o seu discurso de posse na Presidência do Tribunal ao embaixador.

Fórum é prioridade em Jaboatão

O presidente do TJPE, desembargador Waldemir Oliveira Lins, e o prefeito de Jaboatão, Humberto Barreiras, formalizaram convênio para a melhoria jurisdicional naquela Comarca. A junção de todas as Varas em um único prédio foi o assunto principal durante o encontro, ocorrido, ontem, no gabinete da Presidência do TJ.

Há algum tempo estudando a viabilidade de imóveis que possam comportar as Varas Cíveis, Criminais e Assistência Judiciária, o presidente dará mais um passo na concretização do objetivo: terça-feira estará visitando um prédio para verificar se o mesmo tem condições de abrigar o Fórum da Comarca.

Caso o local preencha os requisitos, é provável que dentro de poucos me-



Waldemir e Barreiras discutem melhoria do Judiciário em Jaboatão

ses a comunidade de Jaboatão passe a contar com um Fórum novo, que comporte não apenas as Varas já em funcionamento, mas também novas Varas a serem instaladas e o Juizado Especial Criminal.

O prefeito Humberto Barreiras, que reconhece a precariedade do atual Fórum, disse que pretende ir

ao Governo do Estado para viabilizar uma parceria entre os Executivos estadual e municipal e o Poder Judiciário. O encontro entre Waldemir Lins e Barreiras teve a presença das juízas Návia Cristina (diretora do Fórum) e Sílvia Esperia, do Secretário de Administração do TJ, Leovegildo Mota, e assessores.

TJPE e Bandepe melhoram atendimento a candidatos

Devido à grande procura e, conseqüentemente, à formação de grandes filas de candidatos ao concurso público de Ajudante Judiciário de 3ª Entrância, o secretário de Planejamento, Administração e Interior, do Tribunal de Justiça, Leovegildo Mota, conseguiu junto à Diretoria do Bandepe, ampliar o atendimento.

Hoje, último dia de inscrição, os interessados poderão utilizar na dois postos do Banco, na Sete de Setembro (com mais de cinquenta caixas) e no Brum (Cais do Apolo), facilitando o pagamento da taxa de 35 reais, já que os postos do TJ e do Fórum Paula Batista estão com um movimento intenso de candidatos.

Mota também ampliou o número de atendimentos para o último dia de inscrição, procurando diminuir as filas e melhorar o atendimento às pes-

soas que procuram informações sobre o concurso. A perspectiva, de acordo com o número de formulários dis-

tribuídos até ontem (mais de 8 mil), é que cerca de dez mil candidatos concorram às 93 vagas oferecidas.



Ontem, grandes filas foram formadas nos postos do Bandepe do TJ e Fórum. Hoje, os candidatos podem utilizar os postos do Sete de Setembro e do Brum

Colégio de Presidentes

Discutir problemas relacionados aos serviços judiciais, sobretudo aqueles ligados à reforma constitucional. Esse é o objetivo de mais um Encontro promovido pelo Colégio Permanente de Presidentes dos Tribunais de Justiça do País, que se realiza em Natal, neste final de semana. O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Waldemir Oliveira Lins, que já confirmou presença, viaja amanhã à tarde, devendo retornar na próxima segunda-feira. Para ele, a prioridade da pauta está nas reformas Previdenciária, Administrativa e Judiciária.

PODER JUDICIÁRIO



Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Des. Arthur Pio dos Santos Lima
Corregedor-Geral:
Des. Raimundo Pereira da Silva
Assessor da Imprensa:
Lúcio Costa

Editor:
Lúcio Costa

Redatores:
Marcelo Gouveia, Roberto Torres e
Cristiano Mota
Fotografia:
Israel Barbosa
Diagramação:
Celso Dias

Endereço:
Praça Paulo Buarque - 7º andar -
51º Andar - Recife-PE - CEP
50.010-000 - Fone: (081) 334.3531 /
424-3811 - R. 308 - Fax: (081)
334-3531

DIÁRIO OFICIAL



ANO XXXII

ANEXO

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 07 DE NOVEMBRO DE 1996 Nº 211

Concurso para atendente: inscrição termina hoje



O secretário de Planejamento, Administração e Interior do Tribunal de Justiça, Leovegildo Lopes da Mota, informa que as inscrições do concurso de Atendente Judiciário, ao contrário do que foi divulgado, serão feitas ainda hoje no térreo do Palácio da Justiça. O secretário toma por base os termos do edital item 1.0, capítulo II, publicado no Diário Oficial do dia 8 de agosto passado. Assim, quem ainda estiver interessado pode efetuar a inscrição até hoje (07).

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E INTERIOR

AVISO

DE ORDEM DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE, O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E INTERIOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO AVISA A QUEM INTERESSAR POSSA QUE, RATIFICANDO OS TERMOS DO EDITAL Nº 1.0, CAPÍTULO II — DAS INSCRIÇÕES DO CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO DE ATENDENTE JUDICIÁRIO DE 3ª ENTRADA, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DE 08.10.1996, QUE AS MESMAS ENCERRAR-SE-ÃO EM 07.11.1996.

RECIFE, 06 DE NOVEMBRO DE 1996

DR. LEOVEGILDO LOPES DA MOTA

Secretário de Planejamento, Administração e Interior

Talli propõe ação conjunta contra a violência

Presidente da Comissão de Estudos Relativos à Criança e ao Adolescente, o desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, Renato Laércio Talli, esteve esta semana no Recife, proferindo palestras na Universidade Católica e no Tribunal de Justiça de Pernambuco.

No TJ, Talli falou sobre "Reumatização do Atendimento à Criança e ao Adolescente". Na qualidade de presidente da Comissão de Estudos Relativos à Criança e ao Adolescente, que reúne representantes de conselhos tutelares de vários estados, o desembargador paulista falou para uma platéia composta por magistrados, advogados e estudantes, convocando-os a se engajarem à luta para combater os mecanismos de marginalização e violência.

O desembargador Nery dos Santos, que fez a apresentação do palestrante, disse que Renato Laércio Talli é um homem que exerce, como poucos, duas grandes tarefas de vida: o trabalho e o amor ao próximo. "Ele é na verdade um magistrado a serviço de Deus", enfatizou Nery.

"Ele fez da sua função judicial, atuando nesse serviço com muita caridade, impregnado do instrumento da justiça social, que ele usa para mitigar o sofrimento dos excluídos", completou Nildo Nery. Antes de passar



Nildo Nery destacou o trabalho desenvolvido por Talli

a palavra ao desembargador Renato Laércio Talli, Nery indagou ao palestrante como realizar a verdadeira justiça, como fazer cumprir rigorosamente a lei com todos os entraves e deficiências que hoje se antepõem e sobrecarregam o poder judiciário.

Confessando sua emoção, o magistrado disse que a tomada da consciência traz a espiritualidade da ação: "Nesses meus 63 anos de idade, sinto que realmente a justiça do nosso País há de ter em mente que ela é um poder. E que o poder é uma delegação popular. E como delegação popular não podemos dela nos distanciar".

Ratificando sua crença, o desembargador paulista disse que a justiça não é só um

conceito abstrato e ideal externo a que devem adequar-se as instituições, na medida do possível, num dado momento histórico, mas é também, e sobretudo, algo de inerente ao homem, à sociedade, às suas instituições fundamentais, em virtude daquela soma de princípios práticos que ele dita e impõe; daquelas normas de conduta mais universais que fazem parte da ordem objetiva humana e civil, estabelecida pela mente do criador.

Febem — Como presidente da Comissão que tem como um dos objetivos promover estudos visando assegurar os direitos das crianças e dos adolescentes e sua proteção, segundo as normas estabelecidas pelo Estatuto da

Criança e do Adolescente, o desembargador Talli visitou a Febem do Estado de São Paulo.

Laércio Talli referiu-se à Febem como um campo de concentração. "Igual ao campo de concentração nazista, com uma única diferença: nesse, a dignidade do homem era conservada", disse o desembargador, fazendo referência aos judeus que iam para o crematório rezando a sua oração ou o próprio Pai Nosso.

"A unidade da Febem visitada é um verdadeiro campo de concentração de menores, desprovida de quaisquer atividades educativas, quebrando-lhes as poucas resistências morais que ainda lhes restam", revelou Talli. O desembargador disse ainda que a consciência da

nova cidadania em pleno terceiro milênio não mais permite que os menores sejam tratados à revelia das determinações legais, para que não se transformem em indivíduos dominados pelo ódio, em futuros fascistas, gerando insegurança para a sociedade.

"Devemos nos posicionar para construir um Brasil melhor. É aceduto que a reserva moral desta Nação está assentada no Poder Judiciário. Porque a este cabe a sublime missão de valer aqueles direitos e garantias inseridas na Constituição, que afirmam a liberdade e a dignidade humana", concluiu Talli.

Após a palestra, Renato Laércio Talli aproveitou para autografar o livro "Reumatização do Social — Questão

de Consciência", lançado no mês de agosto, em São Paulo. Na obra, o desembargador defende a criação de instrumentos que recuperem o ambiente e estrutura familiar, apontando esta instituição (família) como meio imprescindível de minimizar a delinquência juvenil e violência em geral.

PODER JUDICIÁRIO



Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lima
Vice-Presidente:
Des. Arthur Pio dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Jacson Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:
Lúcia Costa

Editor:
Lúcia Costa

Redatores:
Marcelo Gouveia, Roberto Tavares e
Christine Mota

Fotografia:
João Barbosa
Diagramação:
Celso Dias

Redação:
Pórtico Paula Battem — 7º andar —
52º Andar — Recife-PE — CEP
50.010-000 — R. 380 — Fone: (081)
224-3811 — R. 380 — Fax: (081)
224-3531



Desembargador Talli durante palestra no TJPE

DIÁRIO OFICIAL



ANO XXXII

ANEXO

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 08 DE NOVEMBRO DE 1996 Nº 212

Juízes trocam experiências

Tribunal vai reunir magistrados da Mata Norte

A exemplo do Encontro de Juízes da Mata Sul, ocorrido no final de outubro, em Tamandaré, o Tribunal de Justiça vem se programando para mais uma reunião de magistrados, para discussão de temas de interesse da classe, atualização e troca de experiências.

Dessa vez, reunem-se os juízes da Mata Norte. O Encontro acontece nos dias 21, 22 e 23, em Itamaracá, com a presença de 60 magistrados das Comarcas que integram a região. A iniciativa é do Tribunal de Justiça e Associação dos Magistrados

do Estado de Pernambuco — Amepe.

Para garantir o êxito do encontro, a Assessoria Especial da Presidência do TJ tem se reunido diariamente com a equipe respon-

sável pela coordenação do evento. O Encontro de Juízes da Mata Norte recebe apoio da Corregedoria da Justiça e Escola Superior da Magistratura de Pernambuco.



Gabriel Oliveira, assessor da Presidência do TJ, coordena o encontro



Peritos — A necessidade de um maior número de peritos no Estado foi motivo de reunião, esta semana, entre o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Waldemir Oliveira Lins, magistrados e representantes da Ordem dos Advogados do Brasil/PE e Ministério Público. O objetivo do encontro é estudar uma solução para aumentar a quantidade desses profissionais, necessários à conclusão de processos de benefícios previdenciários.

PODER JUDICIÁRIO



Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Des. Arthur Pio dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Raimundo Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:
Lúcio Costa

Editor:
Lúcio Costa

Redatores:
Marcos Chaves, Roberto Taveira e
Christina Mass
Fotografia:
João Barbosa
Diagramação:
Cláudia Dias

Redação:
Rua Paulo Buzina - 7º andar -
52º Andar - Recife-PE - CEP
50.819-040 - Fone: (081) 224.1531/
424.3813 - R. 300 - Fax: (081)
224.3591

Jaboatão terá Juizado Especial Criminal

Cerca de 1.500 processos em andamento nas três Varas Criminais de Jaboatão. Essa é a herança que deve receber o Juizado Especial Criminal daquela

Comarca, assim que foi instalado. De quebra, uma previsão mensal de 150 novas ações.

Ainda não há data de instalação do Juizado.

Mas, ciente da necessidade de funcionamento desse núcleo de prestação jurisdicional, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Waldemir Oliveira Lins, vem estudando propostas para a solução urgente da questão.

Uma das propostas é a instalação do Juizado em um grande prédio onde possam caber todas as Varas em funcionamento na Comarca, atualmente distribuídas em três prédios distintos. Outra, segundo Silvana Esperia, juíza de Jaboatão, é a utilização do imóvel onde, atualmente,

se encontra o Juizado Cível, em Cavaleiro. Nesse caso, a unidade criminal funcionaria em horário contrário, ou seja, à tarde.

A decisão será do presidente do TJ, depois de analisadas todas as possibilidades e verificada a solução mais viável. Uma coisa é certa, a instalação do Juizado Criminal proporcionará o desassogamento das três Varas Criminais, onde há cerca de cinco mil feitos judiciais. Silvana lembra, inclusive, que conforme a lei 9.099/95, no Juizado tramitarão somente os processos

cujas penas são inferiores a um ano de detenção. "Isso permite que os juízes das Varas Criminais disponham de mais tempo para os processos de grave repercussão social, como estupro, latrocínio, homicídio e outros".

Com uma população estimada em 700 mil habitantes, Jaboatão mostra crescente fadiga de criminalidade e violência. A situação preocupa o prefeito Humberto Barradas que, junto ao Poder Judiciário, busca uma melhoria da prestação jurisdicional naquela Comarca.

A juíza
Silvana
Esperia
debateu o
problema
com o
presidente
do TJ



DIÁRIO OFICIAL



ANO XXXII

ANEXO

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 08 DE NOVEMBRO DE 1996 Nº 213

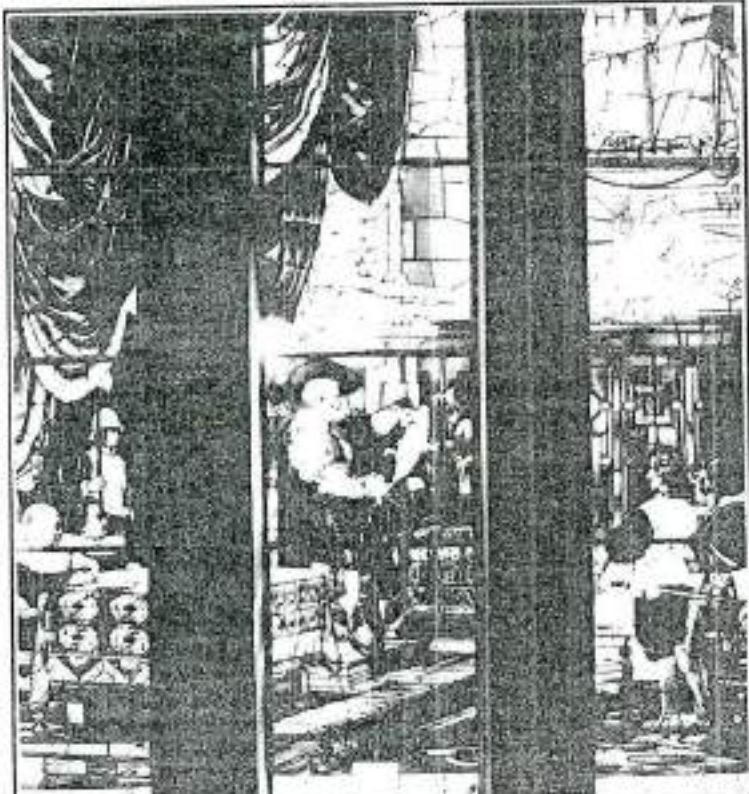
TJ restaura vitrais de artista alemão

Artista germânico faz sucesso no Recife

Uma das mais representativas criações do artista alemão Heinrich Moser — os vitrais instalados no Palácio da Justiça — vão passar por completa restauração. Os trabalhos foram iniciados ontem com o desmonte das peças, sob a supervisão dos restauradores Suely Cisneiros e Fernando Floriano, da Universidade Federal de Pernambuco.

Pelos próximos quatro meses, os vitrais — que representam o primeiro Parlamento Democrático da América — vão ser desmontados vidro por vidro, lavados e remontados como um quebra-cabeça. Tudo seguindo as técnicas utilizadas pelo artista alemão em 1930, quando concebeu a obra especialmente para o Tribunal de Justiça.

Atualmente em desnível por causa da ação do vento Nordeste, os vitrais vão receber vauzes horizontais e verticais de ferro, colocados



Os trabalhos da recuperação dos vitrais têm prazo de quatro meses



Moser: como se diz "um alemão no Nordeste"

Heinrich Moser, nascido em Muenchea, em 18 de janeiro de 1886. De família abastada, o artista era arquiteto, pintor, escultor, ilustrador, sobretudo vitralista, cuja técnica introduziu no Recife, quando veio executar o trabalho de arquitetura da Casa Alemã, em 1910, localizada na então Barão da Vitória, hoje Rua Nova.

O Recife soube aproveitar, não só a beleza da arte vitralista, como também a sensibilidade e o espírito inovador de Moser. Tanto que é possível encontrar, espalhado na cidade, as mais variadas formas de arte assinadas pelo artista alemão. Palácio da Justiça, Basílica de Carmo, Matriz de Santo Amaro e das Graças e várias residências são alguns

dos locais onde é possível apreciar suas obras.

Representando o primeiro Parlamento Democrático da América, onde figurou inclusive o príncipe Maurício de Nassau, os vitrais do Palácio da Justiça são compostos de três janelas, cada uma com cinco quadros. Ao todo, cerca de sete metros de altura e 1,38 de largura.

De acordo com a restauradora, chegado o clima frio alemão, Moser não se deu conta de que a temperatura nordestina não seria benéfica a um trabalho de tão grande porte. Daí, o desnivelamento que os vitrais sofreram com o passar do tempo. "Teria sido, não um erro artístico, mas um erro técnico". De qualquer forma, os trabalhos seguintes do autor já não mais teriam aquelas dimensões.

Estudantes visitam Palácio

Abrir as portas do Palácio da Justiça não apenas ao mundo jurídico, mas mostrar a beleza arquitetônica e contar aos interessados sua história e tradição. Foi com esse objetivo, uma das metas do desembargador presidente Waldemir Oliveira Lins, que o TJ recebeu ontem um grupo de estudantes de arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, acompanhado da professora Edja Trigueiro.

Os alunos foram recebidos por Luciana Menezes, da consultoria técnica do Tribunal, responsável pela recuperação interna do prédio, na administração passada. Integrado por 13 estudantes, o grupo conheceu as dependências do edifício-sede do Poder Judiciário pernambucano, especialmente a Sala das Sessões, Pleno e o salão Nobre. Não faltou, inclusive, uma olhada nos famosos vitrais do artista alemão Heinrich Moser. A construção do Palácio da Justiça teve início no ano de 1924 e foi concluída em 1930, sendo inaugurada no dia 7 de setembro.

de forma imperceptível, para evitar que o processo de desnivelamento volte a ocorrer. Segundo a restauradora Suely Cisneiros, todo material será catalogado e desenhado à medida do desmonte para facilitar o trabalho de recolocação das pedras de vidro.

Nos locais necessários, os restauradores vão utilizar material importado da Alemanha, mantendo assim as características originais da obra. Para realização do trabalho, Suely e Fernando fizeram completa pesquisa acerca dos vitrais. Moser usou pinófitas para pintar suas criações, passando a utilizar pistolas somente pouco tempo antes de morrer.

PODER JUDICIÁRIO



Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Des. Arthur Pio dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Ruy Pereira de Sá
Assessor de Imprensa:
Lélio Costa

Editor:
Lélio Costa

Redação:
Maurício Gusso, Erika Travençolo e
Cristina Maia

Fotografia:
João Barreto

Diagramação:
Celso Dias

Redação:
Filipe Paula Bastos - 7º andar -
5ª Avenida - Recife-PE - CEP:
50.095-000 - Fone (081) 324.3531/
424.3911 - R. 300 - Fax: (081)
324.3531

DIÁRIO OFICIAL



ANO XXXII

ANEXO

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 12 DE NOVEMBRO DE 1996 Nº 214

Presidentes defendem autonomia do Judiciário

Reunidos nesse final de semana, em Natal, os presidentes dos Tribunais de Justiça do país fizeram uma análise das reformas constitucionais.

Com o documento intitulado "Carta de Natal", o Colégio Permanente de Presidentes demonstra sua preocupação com a qualidade da prestação jurisdicional, com atenção especial para os novos instrumentos legais que já estão em vigor. O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Waldemir Oliveira Lins, participou do encontro e, juntamente com os demais chefes dos Judiciários Estaduais, ressaltou na Carta a intranquilidade quanto

às investidas contra a autonomia do Poder Judiciário. Veja, abaixo, o documento divulgado pelo Colégio de Presidentes na íntegra.

O Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, reunido em Natal, RN, consciente da importância da Justiça dos Estados no panorama institucional do País, constantemente preocupado com a qualidade da prestação jurisdicional a seu cargo e particularmente atento à significação dos novos instrumentos legais recentemente postos em vigor, ainda intranquilo quanto ao futuro das instituições face às investidas sempre renovadas contra a autonomia do Poder Judiciário, dirige-se uma vez mais à Nação e

particularmente aos membros da Magistratura dos Estados para reafirmar as seguintes posições:

1. É objetivo prioritário da Justiça Estadual a democratização do acesso à jurisdição e a facilitação, para o jurisdicionado, dos caminhos a percorrer na busca da tutela judicial. A legislação recente, que aperfeiçoou o sistema de juizados especiais e simplificou os respectivos procedimentos, conquanto ainda passível de crítica e merecedora de aprimoramento, deve ser aplicada de forma inteligente e criativa, de modo a assegurar o máximo rendimento de suas potencialidades e a confirmar sua vocação redentora. As novas possibilidades de agilização e singeleza



Representando Pernambuco, o desembargador Waldemir Lins participa da elaboração da "Carta de Natal"

procedimentais devem ser exploradas ao máximo em benefício das comunidades às quais deve de presta jurisdição.

2. A nova realidade, entretanto, não autoriza o juiz a perder de vista que continua a seu cargo a aplicação da lei também no relativo a outras esferas, nas quais as exigências da segurança jurí-

dica impõe procedimentos mais formalizados e, inexoravelmente um maior dispêndio de tempo, trabalho e pecúnia. A jurisdição de família, de Fazenda Pública, dos direitos indisponíveis em geral, o controle institucional confiado ao judiciário, continuam a exigir intensamente a atenção e os esforços da judicatura, como é de seu indeclinável dever. Os objetivos da rapidez e simplicidade procedimentais não justificarão jamais o afrouxamento das garantias essenciais à convivência democrática e ao estado de direito.

3. Em um ou outro desses extremos da atuação jurisdicional, ou em qualquer de

seus pontos intermédios, é imprescindível que se assegure ao Poder Judiciário em geral e à Justiça dos Estados em particular a absoluta independência em face dos demais Poderes. Deservem a esse desiderato todas as iniciativas reformadoras tendentes a garrotar a liberdade dos juízes ou a soberania dos julgados. Em especial, pesa a ameaça de nova moratória constitucional para os precatórios e de acrescidas restrições ao exercício pleno da jurisdição. Tudo o que se retirar ao Judiciário em autonomia e independência estará sendo subtraído ao povo em liberdade e em exercício da cidadania.

PODER JUDICIÁRIO



Presidentes:
Dr. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidentes:
Dr. Arthur Pio dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Dr. Euzer Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:
Edição Costa

Editor:
Lúcio Costa

Redatores:
Norberto Glória, Roberto Tavares e
Christine Maia
Fotografia:
Jorge Barbosa
Diagramação:
Cecília Dias

Redação:
Rua Paulo Batista - 7º andar -
34º Andar - Recife-PE - CEP
50.018-900 - Fone: (081) 324.3332
424-3111 - R. 340 - Fax: (081)
324-3331

Debate sobre drogas

O desembargador Etério Ramos Galvão participa, hoje (12), de um debate sobre drogas, no Colégio Santa Maria. Promovido pelo Rotary-Largo da Paz, o evento tem o objetivo de alertar os jovens acerca

dos males provocados pelo tóxico. Participam ainda o ex-delegado de polícia civil Carlos Afonso Ferreira e o ex-drogado teólogo Walter Silva. Cada um dos palestrantes aborda o tema sob ponto de vista específico.

DIÁRIO OFICIAL



ANO XXXII

ANEXO

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 13 DE NOVEMBRO DE 1995 Nº 215



CONVITE – O presidente do TJ, desembargador Waldemir de Oliveira Lins, recebeu do gerente geral da Transbrasil no Recife, Jurandir Pessoa (esq.), convite para integrar a comitiva de autoridades durante o voo inaugural Recife-Londres, a ser realizado no próximo dia 27. Com duas saídas semanais (às 4^{as} e sábados), no horário de 1h45, o voo se estende até Amsterdã-Holanda.

Encontro da Mata Norte



Presidentes da Amepe e do TJPE, José Fernandes e Waldemir Lins, realização do Encontro dos Magistrados das comarcas da Mata Norte de Pernambuco

Tribunal de Justiça e Associação dos Magistrados de Pernambuco promovem, mais uma vez, um novo encontro de juízes. Os presidentes do TJ, desembargador Waldemir Oliveira Lins, e da Amepe, juiz José Fernandes de Lemos, marcarão presença no Encontro dos Magistrados da Mata Norte, a ser realizado no Hotel Orange, em Ilamaracá, entre os dias 21 e 23 deste mês.

Cerca de 60 juízes participam do encontro, que pretende discutir questões relativas ao Direito, temas de interesse dos magistrados e promover o intercâmbio e troca de experiência entre as comarcas da Mata Norte. A abertura acontece no dia 21, às 20h. Na sexta-feira (22) serão realizadas as palestras e, no sábado, os juízes fazem uma avaliação final do encontro.

PODER JUDICIÁRIO



Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Des. Antônio Pio dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Eusébio Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:
Cristina Costa

Editor:
Lucio Costa

Redatores:
Marcelo Gomes, Roberto Tavares e
Christine Mota

Fotografias:
João Barreto

Diagramação:
Cristina Dias

Redação:
Pórtico Paula Batista – 7^o andar –
5^o Andar – Recife-PE – CEP
50110-040 – Fone: (081) 214.2531 /
424-1811 – R. 300 – Fax: (081)
224-3511

Tribunal: a caminho do terceiro milênio



O trabalho de João Lopes sobre "Computabilometria..." vai ser publicado na Revista das Empresas de Contabilistas do Estado de São Paulo. A tese já foi defendida em congresso da classe na Argentina, em 1994, e em setembro, no Espírito Santo.

Com ajuda da informática, a prestação de contas do Tribunal de Justiça tende a eliminar a tramitação de papéis. A previsão é de que no ano 2.000 o controle da prestação de contas do Poder Judiciário seja, exclusivamente, via computador.

A informação é do director financeiro do TJ, João Lopes da Cruz Neto. Segundo ele, o projeto que torna isso possível já se encontra em implanta-

ção, aguardando apenas a chegada de novos computadores para o incremento da proposta.

João Lopes afirma que ainda não é possível perceber a diminuição do uso de papéis mas, com a informatização, a tendência do Tribunal é eliminar as barreiras da burocracia e entrar na fase da economia digital.

Autor da tese "Computabilometria – a dignidade da informação contábil na velocidade da luz", o director

financeiro disse que, na expectativa do terceiro milênio, a globalização da economia tem provocado uma reestruturação em todos os segmentos de atividades.

A Computabilometria, que ele explica como sendo a integração da ciência da contabilidade com a ciência da informática, tem o propósito de desenvolver um sistema de mensuração contábil de modo a suprir com mais eficácia as necessidades sociais.

DIÁRIO OFICIAL



ANO XXXII

ANEXO

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 14 DE NOVEMBRO DE 1996 Nº 216

TJ instala Juizado Criminal no dia 25

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Waldemir Oliveira Lins, definiu, após receber o coordenador criminal dos Juizados Especiais, juiz Og Marques Fernandes, a data de instalação do Juizado Especial Criminal do Recife: dia 25. O JEC está localizado à Rua Desembargador Antônio Guimarães, 53, na Ilha do Leite.

Totalmente informatizado o JEC funcionará em dois turnos, das 8 às 20h, com cinco conciliadores e um juiz por período. As audiências, segundo Og Marques, serão gravadas, dando maior agilidade aos processos. Haverá também um delegado de Polícia de plantão, que fará a recepção e a triagem dos casos apresentados.

A competência do Juizado Criminal será



Des. Waldemir Lins é informado sobre o andamento das obras do Juizado Especial Criminal pelo secretário de Planejamento e Interior do TJ, Leovegildo Mota

apenas para os processos criminais de menor potencial ofensivo — com pena máxima privativa de liberdade de até um ano —, conforme definiu a Lei 9.099/95. Para esses feitos, a legislação concedeu a possibilidade de ser feito um acordo entre as partes.

De acordo com o secretário de Planejamento, Administração e Interior do TJPE, Leovegildo Mota, na pró-

xima segunda-feira (19) haverá um treinamento inicial para todo o corpo funcional do Juizado, inclusive os juizes e o pessoal de outras áreas que interagem com o JEC.

"Será um treinamento de integração. Após a instalação, iniciaremos um treinamento mais específico, envolvendo os sistemas de informatizados do Juizado", completou Mota.

Técnica japonesa ensina como melhorar atendimento

Se você ainda não ouviu falar em 5S, saiba que se trata de um programa japonês para mudança de comportamento e hábitos e que leva a um melhor rendimento profissional e pessoal. No Japão, a técnica é usada a partir da infância, desenvolvendo o senso de arrumação, organização, limpeza, higiene e auto-disciplina.

Foi de olho nesses resultados, que como consequência trarão a melhoria do atendimento jurisdicional, que a Corregedoria Geral da Justiça, à frente do desembargador Itamar Pereira, promoveu, nos últimos dois dias, treinamento específico para juizes corregedores-auxiliares, diretores e assessores.



Elaborado pela Assessoria de Planejamento e Organização, o treinamento de servidores durou dois dias

Elaborado pela Assessoria de Planejamento e Organização da Corregedoria e ministrado pelo técnico da Petrópolis, Alder Moreira, o treinamento deve continuar até fevereiro, através de filmes, palestras e visitas, quando então será dado início à fase de implantação.

De acordo com a técnica em planejamento, Zélia Mendonça, o 5S será aplicado inicialmente nas áreas de apoio da Corregedoria, devendo depois ser estendido aos demais setores. Para continuidade do programa e permanente sensibilização do servidor, a Corregedoria fará acompanhamento sistemático.

Acostumado ao uso da palavra, o desembargador Eterio Ramos Galvão enfrentou, ontem, um público diferente: 450 alunos de 1ª e 2ª graus do Colégio Santa Maria. Uma plateia atenta ao debate sobre drogas, promovido pelo Rotary Club Recife-Largo da Paz. Além do magistrado, também foram convidados como palestrantes o ex-delegado especializado Carlos Afonso Pereira e o teólogo e ex-vicário Walter Silva, que contem sua experiência no mundo das drogas,



Em palestra para jovens, Eterio aborda a questão das drogas

quando caiu na marginalidade.

"Escalada das drogas" foi o título da palestra de Eterio. Segundo ele, o tema serve de alerta aos estudantes. Usando uma linguagem acessível, o magistrado afirmou que em alguns países o consumo e o tráfico de entorpecentes dão mais retorno financeiro do que qualquer outra cultura. As margens do São Francisco, disse ele, onde se produz a maconha em larga escala, o problema é tão grave que a diária para o plantio da erva é de R\$ 100,00 contra R\$ 3,00 em outros plantios.

Eterio acrescentou que, embora as drogas possam ser vistas, por alguns, como solução para problemas espirituais e pessoais, na verdade elas são a causa de situações graves em todo o mundo. "O crime organizado é consequência das drogas", afirmou. Acrescentou que a gravidade da questão é objeto

Drogas

Um alerta aos jovens

de preocupação das autoridades internacionais, fazendo-se mesmo necessário a conscientização dos jovens acerca do problema.

PODER JUDICIÁRIO



Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Des. Arthur Pio dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Itamar Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:
Lúcio Costa

Editor:
Lúcio Costa

Redatores:
Mecenas Galvão, Roberto Tavares e
Cristiano Matta

Fotografia:
Jonas Barbosa

Diagramação:
Cristiano Matta

Redação:
Rua Paulo Bonfatti - 7º andar -
5º Andar - Recife-PE - CEP
52.010-040 - Fone (81) 324.3533
434.3811 - R. 300 - Fax: (81)
324.3531

DIÁRIO OFICIAL



ANO XXXII

ANEXO

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 15 DE NOVEMBRO DE 1996 Nº 217

TJ define lista tríplice para desembargador

Em sessão extraordinária, sob a presidência do desembargador Waldemar Oliveira Lins, o Tribunal de Justiça reúne-se segunda-feira (18), às 9 horas, para escolha da lista tríplice de candidatos do Ministério Público ao preenchimento da vaga de desembargador do Poder Judiciário estadual. A lista será encaminhada ao governador Miguel Arraes para a escolha definitiva de um nome. Na mesma reunião, o Pleno vai apreciar a lista de advogados para juiz efetivo do TRE.

Os candidatos indicados pelo Conselho Superior do Ministério Público — todos eles com mais de dez anos de efetivo exercício no MP e idade inferior a

65 anos — são os procuradores Helena Caúla Reis, Itabira de Brito Filho, José Aginaldo Viana Valadares, Luís Carlos de Freitas Medeiros, Milta Maria Paes de Sá e Renato da Silva Filho.

Helena

Ingressou no MP, no cargo de promotora de Justiça de 1ª Entrância, em setembro de 1974, atuando até maio de 1993, na função de assessora técnica da Procuradoria Geral da Justiça, sendo promovida neste período a procuradora da Justiça, em matéria criminal.

Itabira

Promotor de Justiça desde 1974, atuou nas Comarcas de Arcoverde, Paudalho, Gravata, São Bento do Una, Pesqueira, Agrestina, Belo Jardim, Brejo da Madre de Deus, Buíque, São Caetano, Lajedo, Ribeirão, Amaraji, Gameleira, Águas Pretas, Palmares e Ipojuca, até ser promovido para a 16ª Promotoria de Justiça da Capital. A promoção para o cargo de 20ª promotor de Justiça em matéria criminal se deu em 1994.

José Aginaldo

Foi promotor interino em abril de 1962, atuando na Comarca de São José do Egito. Passou a efetivo através de concurso, cuja nomeação se deu em junho de 1963, ocupando a Comarca de Santa Cruz da Capibaribe. Trabalhou nas



Procurador Itabira de Brito Filho



Concorrem também à vaga de desembargador os procuradores Aginaldo Valadares e Renato Silva



As procuradoras Helena Caúla e Milta Sá lado a lado o colega Luís Carlos, completando a lista sextupla



Comarcas de Camocim de São Félix, Bom Conselho, Catende, Escada, Surubim, Jurema, Amaraji, Limoeiro, Carpina, Ipojuca e Cabo. Promovido à 13ª Promotoria da Capital no ano de 1983, chegando a promotor em setembro de 1993.

Luís Carlos

Ingressou interinamente como promotor de Justiça, em março de 1962, na Comarca de Lagoa dos Gatos. Nomeado, através de concurso, para promotor público efetivo em junho de 1963, exercendo

sua função na Comarca de Águas Belas. Atuou nas Comarcas de Sertão, Rio Formoso, São Caetano, Aliança, Igarassu, Paulista, Barra de Guabiruba, Belo Jardim, Carpina, Garanhuns, até chegar à 3ª Promotoria da Capital em 1970. Promovido a promotor em fevereiro de 1987, quando passou a ocupar a 2ª Procuradoria de Justiça em matéria civil.

Milta

Promotora de Justiça efetiva desde 1982,

atuou sucessivamente nas Comarcas de Palmeirina, Riacho das Almas, Bezerros e Igarassu. Na Comarca do Recife, teve exercício na 4ª Vara Criminal, em 1986. Foi assessora técnica, com atuação junto às procuradorias Criminais, durante o período de 1986 a 1994, sendo promovida à Procuradoria de Justiça, em junho deste ano, atuando como titular da 12ª Procuradoria Criminal.

Renato

Nomeado promotor de Justiça, através de concurso, em abril de 1982, no exercício da Comarca de Buíque. Atuou nas Comarcas de Amaraji, Águas Belas, Arcoverde, Pesqueira, Jaboatão e Olinda. Chegou à Comarca do Recife como promotor substituto em 1990. Promovido a promotor de Justiça em maio de 1995, ocupando a 14ª Procuradoria em matéria criminal.

PODER JUDICIÁRIO



Presidente:
Des. Waldemar Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Des. Arthur Pinheiro de Sá Neto
Corregedor-Geral:
Des. Raimundo Pereira da Silva
Assessor da Imprensa:
Lúcio Costa

Editor:
Lúcio Costa

Subeditores:
Marcelo Gomes, Roberto Távora e
Oscar Mendes
Fotografia:
Zezail Barbosa
Diagramação:
Gisela Dias

Redação:
Praça Paulo Batista - 7º andar -
32º Andar - Recife-PE - CEP
50.010-040 - Fone (081) 224.3531/
224.3811 - R. 309 - Fax: (081)
224.3531

DIÁRIO OFICIAL



ANO XXXII

ANEXO

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 19 DE NOVEMBRO DE 1995 Nº 218

Tribunal escolhe lista tríplice

Da lista dos seis procuradores indicados pelo Ministério Público, o Pleno do Tribunal de Justiça elegeu, ontem, os três nomes que serão encaminhados ao governador Miguel Arraes para a escolha definitiva. O escolhido vai compor o quadro de desembargador do Poder Judiciário Estadual.

A procuradora Helena Caúla Reis integra a lista junto a Luís Carlos de Freitas Medeiros e Itabira de Brito Filho que, respectivamente,



O desembargador Waldemir Lins preside a sessão do Pleno do TJ

obtiveram 19, 22 e 13 votos. Estiveram presentes 25 desembargadores, numa eleição em clima de tranquilidade. A sessão foi pre-

gadores, numa eleição em clima de tranquilidade. A sessão foi pre-



Os procuradores Luís Carlos Medeiros, Helena Caúla e Itabira Filho formam a lista

sidente pelo desembargador-presidente Waldemir Oliveira Lins.

Dos três indicados, Luís Carlos é o mais antigo no Ministério Público, tendo ingressado em 1962, como promotor da Comarca de Lagoa dos Gatos. Foi promovido a procu-

rador em fevereiro de 1987. Helena Caúla e Itabira Brito são, ambos, procuradores da Justiça em matéria criminal, e membros integrantes do MP pernambucano desde 1974.

ADVOGADOS

Na mesma sessão, os desembargadores esco-

lheram três nomes de advogados para a vaga de juiz efetivo do TRE: José Milton Carneiro da Cunha, Mário Gil Rodrigues e Fernando Coelho. - A escolha definitiva será feita pelo presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

Magistrados da Mata Norte participam de encontro

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Waldemir Oliveira Lins, abre na próxima quinta-feira (21), às 20 horas, no Hotel Orange, na Ilha de Itamaracá, o I Encontro

dos Magistrados da Mata Norte, numa promoção do TJ e Associação dos Magistrados de Pernambuco (Amepe).

Discutir questões relativas ao Direito Civil e Penal, promover o intercâmbio e troca de experiências entre as Comarcas da Mata Norte são os objetivos do encontro, que deverá reunir cerca de 60 juízes.

Após a solenidade de abertura, que contará também com os pronunciamentos do presidente da Amepe, José Fernandes de Lencos, e da juíza da Comarca de Itamaracá, Simone Cristina Barros, haverá o prelan-

amento do segundo número da Revista da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape).

"Inovações no Processo Civil (Aspectos Principais Referentes à Magistratura do 1º Grau)" é o tema da primeira palestra, a ser proferida pelo juiz federal Francisco Queiroz Bezerra Cavalcanti, na sexta-feira, a partir das 14h30. Em seguida, o desembargador do TJ, Antônio Camarotti, aborda a "União Estável e Divórcio".

Na parte da tarde, o desembargador do TJ, Gilberto Gordin, vai falar, às 14h30, sobre

"Habeas Corpus - Aspectos Práticos e Teóricos Indispensáveis ao Juiz de 1ª Instância". O professor Roque de Brito Alves fará a última palestra do encontro, abordando os "Crimes Hediondos - Punições Mais Severas". As exposições serão seguidas de debates.

O encontro será encerrado no sábado (23), pela manhã, com uma avaliação do mesmo pelos magistrados, uma dinâmica de grupo, coordenada pela Diretoria de Recursos Humanos do TJ e pronunciamento do presidente do Tribunal, desembargador Waldemir Oliveira Lins.



Equipe do TJ discute os últimos detalhes do I Encontro dos Magistrados da Mata Norte

Juizado Criminal

Servidores fazem treinamento de Informática

Começa amanhã (20) o treinamento de juízes e funcionários que vão atuar no I Juizado Especial Criminal do Recife, que será instalado no dia 25, na Ilha do Leite. O curso vai ser dividido em duas etapas: apresentação e operacionalização do sistema de informática daquele núcleo de atendimento jurisdicional especializado.

O treinamento tem o objetivo de capacitar todo o pessoal à utilização do sistema de informática do Juizado. Serão mostradas suas vantagens e utilização, com exposição de

todas as rotinas e formas de operação. O treinamento vai até o dia 26, na Diretoria de Informática do Tribunal de Justiça.

No dia 27, porém, os participantes voltam a se reunir, dessa vez já na sede do I Juizado Criminal, na Rua Desembargador Bernardo Guimarães, 53, na Ilha do Leite, para um treinamento de toda parte teórica de funcionamento da unidade. O Juizado vai funcionar das 8h às 20h para conciliação e julgamento e em regime de plantão de 24h para recebimento de queixas.

PODER JUDICIÁRIO



Presidentes:
Dr. Waldemir Oliveira Lins
Vice-presidentes:
Dr. Arthur Pio dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Dr. Ildemar Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:
Lúcia Costa

Edição:
Lúcia Costa

Redatores:
Maurício Giron, Roberto Tavares,
Christina Mota
Fotografias:
Paula Barbosa
Diagramação:
Christina Mota

Endereço:
Rua Paulo Bucker - 7º andar -
1º Andar - Recife-PE - CEP
50050-000 - Fone: (081) 224.9131
144.3411 - R. 300 - Fax: (081)
224-3311

DIÁRIO OFICIAL



ANO XXXII

ANEXO

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 20 DE NOVEMBRO DE 1996 Nº 219

Esmape lança segundo volume de revista especializada

O segundo volume da Revista da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco, que tem pré-lançamento amanhã aoite, na abertura do I Encontro de

Magistrados da Mata Noite, quando 150 exemplares serão distribuídos entre os participantes, será oficialmente lançado ao público em geral, sexta-feira, às 18h, na sede da Esmape, ao Fórum Thomaz de Aquino.

Presidida pelo diretor da Escola, desembargador José Napoleão Tavares, a solenidade deve contar com a participação de magistrados pernambucanos, integrantes do Ministério Público, representantes da Ordem dos Advogados do Brasil/PE, personalidades do meio jurídico e estudantes de Direito. A Revista tem publicação de artigos jurídicos e ciências afins.

De acordo com o supervisor da Escola Super-

rior da Magistratura, juiz Jorge Américo Pereira de Lira, a Revista apresenta uma tiragem de 1.000 exemplares, cerca de 500 páginas e não será comercializada. A distribuição segue o mesmo critério do número anterior, quando a publicação foi enviada a Tribunais de Justiça, Associações de Magistrados e Escolas da Magistratura nacionais, inclusive aos países integrantes do Cone Sul.

Com uma parte teórica, onde constam trabalhos doutrinários, e uma prática, com publicação de sentenças e decisões interlocutórias, o segundo número da Revista da Escola da Magistratura traz artigos do ministro Sálvio de Figueiredo, do

Superior Tribunal de Justiça e presidente da Escola Nacional da Magistratura; desembargador Nildo Nery, do TIPE; de Romualdo Marques, professor da Esmape; jurista Silvio Neves Baptista e, do diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal, José Souto Maior Borges.

Dentre os juizes estaduais, colaboram José Ulisses Viana Filho, Ruy Trezena Patu Júnior, Demócrito Ramos Reinaldo Filho e o próprio supervisor da Esmape, Jorge Américo Pereira de Lira. As orelhas da publicação, um trabalho da Editora Bagago, trazem manifestações de elogio quanto ao conteúdo e apresentação do primeiro número.



Napoleão: Revista será lançada sexta-feira, na sede da Esmape

Escola recebe trabalhos para nova publicação

O juiz Jorge Américo Pereira de Lira, supervisor da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco, informa que já se encontra em andamento a coleta de artigos para a publicação do terceiro volume da revista da Esmape. O lançamento tem previsão para março do próximo ano.

Interessados podem enviar seus trabalhos para a secretaria da Escola, no Fórum Thomaz de Aquino. De preferência em disquete, com utilização da linguagem Word. Trabalhos datilografados não devem

ultrapassar 25 laudas. Os artigos podem versar sobre qualquer tema de Direito ou ciências afins, como Filosofia ou Psicologia do Direito.

Os trabalhos serão apreciados por uma comissão editorial, presidida pelo desembargador Antônio de Pádua Camaroti e integrada pelo juiz Demócrito Ramos Reinaldo Filho (secretário), professor João Maurício Adeodato, coordenador do curso de Mestrado de Direito da UFPE, e pelo juiz do Trabalho, Hugo Melo Filho, presidente da Amatra.



Juizes Jorge Américo (de barba) e Demócrito Filho têm artigos publicados na Revista da Escola Superior da Magistratura

Reforçada a assistência para os congressistas

Grças a um acordo entre a Sul América e a Assessoria Policial Militar da Presidência do Tribunal de Justiça, será colocado à disposição dos participantes do I Encontro dos Magistrados da Mata Noite, que será realizado nos dias 21, 22 e 23 do corrente,

no Hotel Orange, em Itamaracá, uma UTI Móvel. Segundo o assessor militar, coronel Emanuel Plácido Moraes, a assistência médica será prestada em regime de plantão, com médico e enfermeira, permitindo aos participantes do evento maior tranquilidade.



Lista tríplice

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Waldemir Oliveira Lins, enviou, ontem, ao governador Miguel Arraes, a lista tríplice de candidatos do Ministério Público ao preenchimento da vaga de desembargador do Poder Judiciário, pelo 5º constitucional. A escolha definitiva cabe, agora, ao chefe do Executivo estadual. Os concorrentes – procuradores Luís Carlos de Freitas Medeiros, Helena Caúla Reis e Itabira de Brito Filho – já foram oficialmente informados pelo presidente do TJ que concorrem à vaga, após escolha do Pleno.

PODER JUDICIÁRIO



Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Des. Artur Pio dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Ruy Trezena Patu Júnior
Assessor de Imprensa:
Lúcio Costa

Editor:
Lúcio Costa

Redatores:
Marcelo Glauco, Roberto Tavares e
Christine Muniz

Fotografia:
Assis Barboza

Diagramação:
Cristine Muniz

Endereço:
Rua Paula Batista – 7º andar –
50.030-040 – Recife-PE – CEP
50.030-040 – Fone: (081) 224.3531/
224.3511 – B. 300 – Fax: (081)
224.3531

Convite

A Esmape convida magistrados e representantes do meio jurídico estadual para o lançamento oficial do segundo volume da Revista da Escola Superior da Magistratura, sexta-feira (22). A solenidade tem início a partir das 18h, na sede da Escola, no Fórum Thomaz de Aquino, sob a presidência do seu diretor, desembargador José Napoleão Tavares.

DIÁRIO OFICIAL



ANO XXXII

ANEXO

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 21 DE NOVEMBRO DE 1996 Nº 220

Encontro dos Magistrados da Mata Norte começa hoje

Hoje, às 20h, no Hotel Orange, em Itamaracá, os presidentes do Tribunal de Justiça e da Associação dos Magistrados de Pernambuco, desembargador Waldemir Oliveira Lins e juiz José Fernandes de Lemos, abrem o I Encontro dos Magistrados da Mata Norte.

A juíza da Comarca, Simone Cristina Barros, também participa da abertura, juntamente com desembargadores do TJ e cerca de 60 juízes daquela região. Logo após a solenidade acontece o prelançamento do segundo número da revista da Escola Superior da Magistratura.

Amanhã, a partir das 8h30, tem início as palestras sobre Direito Civil e Penal. O primeiro a falar



Antônio Camarotti, Gilberto Gondim, Roque de Brito Alves e Francisco Cavalcanti: palestras sobre Direito Civil e Penal para os juízes da Mata Norte

será o juiz federal Francisco Queiroz Cavalcanti, que abordará as "Inovações no Processo Civil: Aspectos principais referentes à magistratura do 1º grau".

Às 10h30, será a vez do desembargador Antônio Camarotti falar sobre o tema "União Estável e Divórcio". Os debates com os participantes virão logo



em seguida. O desembargador Gilberto Gondim iniciará as palestras da tarde. A partir das 14h30, ele analisará o "Habeas Corpus: Aspectos práticos e



teóricos indispensáveis ao juiz da 1ª instância".

O último conferencista do Encontro será o professor de Direito Penal Roque de Brito Alves. "Crimes



Hediondos: punições severas" será o tema de sua palestra, que começa às 16h30. O I Encontro dos Magistrados da Mata Norte encerra-se no sábado (23).

Luís Carlos é nomeado desembargador

O procurador Luís Carlos de Freitas Medeiros foi nomeado pelo governador Miguel Arraes desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco, ocupando a vaga decorrente do falecimento do desembargador Célio de Castro Montenegro.

A escolha foi feita pelo Governador no mesmo dia em que o presidente do TJ, desembargador Waldemir Oliveira Lins, enviou — na terça-feira — a lista tripartite dos candidatos ao Poder Judiciário, pelo 5º constitucional. Hoje, às 10h, Luís Carlos toma posse no Tribunal de Justiça.

Quem é

Luís Carlos de Freitas Medeiros ingressou no Ministério Público por nomeação do Governador, como promotor interino na Comarca de Lagoa dos Gatos, em 21 de maio de

1962. Ocupou a Comarca de Camocim de São Félix, durante o período de fevereiro a maio de 1963.

Nomeado, através de concurso, promotor público efetivo, em 1º de junho de 1963, para a Comarca de Água Belas, atuou em seguida nas Comarcas de Sertão, Rio Formoso, São Caetano, Aliança e Igarassu, sendo promovido à 3ª entrância em 13 de novembro de 1969. Antes de chegar à 18ª Promotoria da Capital, em 05 de fevereiro de 1974, atuou nas Comarcas de Paulista, Barra de Guabiruba, Belo Jardim, Carpina e Garanhuns. Na capital, atuou ainda na 3ª Promotoria.

Foi promovido a promotor de Justiça em 06 de fevereiro de 1987 ocupando a 2ª Promotoria de Justiça em matéria cível. Foi corregedor geral substituto, nomeado em novembro de 1990.

No flagrante da inauguração da sede da Aemepe, o presidente do TJ, desembargador Waldemir Oliveira Lins, ladeado por sua esposa e presidente da entidade, sra. Sílvia Norões Lins (E), e a sra. Zélia Pinheiro D'Almeida Lins



Aemepe inaugura sede

Na presença da diretoria da Associação das Esposas dos Magistrados (Aemepe), desembargadores, assessores e diretores do Tribunal de Justiça, foi inaugurada terça-feira, pelos presidentes do TJ e Aemepe, desembargador Waldemir Oliveira Lins e a sua esposa, sra.

Sílvia Norões Lins, a sede da Aemepe, localizada no térreo do Palácio da Justiça.

Waldemir Oliveira Lins destacou que a Aemepe, paralelamente ao trabalho filantrópico, serve como ponto de referência para o conagração entre as esposas dos magistrados.

PODER JUDICIÁRIO



Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Des. Antônio Paulo dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. José Carlos de Silva
Assessor de Imprensa:
Lúcio Costa

Editor:
Lúcio Costa

Redação:
Atacado: Osório, Roberto, Tereza e
Christine Mello
Fotografia:
José Roberto
Diagramação:
Cátia Costa

Distribuição:
Pernambuco: Rua da República, 77 andar -
32 Andar - Recife-PE - CEP:
50000-000 - Fone: (081) 254-3531
424-3811 - R. 300 - Fax: (081)
254-3531

DIÁRIO OFICIAL



ANO XXXII

ANEXO

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 22 DE NOVEMBRO DE 1996 Nº 221

TJ empossa novo desembargador

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Waldemir Oliveira Lins, empossou, ontem, pela manhã, o mais novo integrante da Corte de Justiça estadual. Na presença de desembargadores, secretários, diretores e assessores do TJ, o procurador de Justiça, Luís Carlos de Freitas Medeiros presidiu o juramento de posse no cargo de desembargador, em solenidade realizada no gabinete da Presidência.

Segundo Waldemir Oliveira Lins, com o ato, completa-se o preenchimento das três vagas no Tribunal, deixadas pelas aposentadorias dos desembargadores Carlos Xavier Paes



Presidente cumprimenta novo integrante do Poder Judiciário estadual

Barreto Sobrinho e Agenor Ferreira de Lima, e com o falecimento do desembargador Célio de Castro Montenegro. Luís Carlos ocu-

pará a vaga deste último destinada ao Ministério Público, pelo 5º constitucional.

O presidente do TJ disse que no início de

dezembro será realizada uma sessão especial do Tribunal Pleno para receber solenemente os três novos integrantes do TJ. As vagas dos de-

seembargadores Carlos Xavier e Agenor Lima foram ocupadas respectivamente pelos juízes Manoel Alves da Rocha e Joaquim Rodrigues de Castro, empossados no mês de setembro.

Simplicidade

Após fazer o juramento, assinar o termo de posse, lido pelo secretário judiciário do TJ, Aluiz Tenório, Luís Carlos de Freitas Medeiros agradeceu aos desembargadores e aos colegas do Ministério Público pela indicação do seu nome, prometendo corresponder, destacando o seu exercício de paciência e força para atingir os objetivos.

"Espero continuar do mesmo modo como atuei no MP: com honestidade e simplicidade, sempre fazendo cumprir o objetivo maior que é o de fazer

Justiça", afirmou Luís Carlos de Freitas Medeiros.

Até chegar ao Tribunal de Justiça, Luís Carlos percorreu um caminho com duração de 34 anos. Ingressou no MP em 21 de março de 1962, como promotor de Justiça, interino. A promoção ao cargo de procurador foi em 06 de fevereiro de 1987. Até chegar a este cargo, atuou em diversas Comarcas, entre as quais, Águas Belas, Sertânia, Rio Formoso, São Caetano, Igarassu, Paulista e Lagoa dos Gatos - seu primeiro exercício.

Recentemente, foi um dos integrantes da lista sêxtupla apresentada pelo MP ao Tribunal de Justiça para que fosse escolhido três nomes. Figurando na lista tríplice foi o escolhido pelo governador Miguel Arraes.



Ladeado pelos desembargadores Waldemir Lins, presidente do TJ, Etério Galvão e Antônio Camarotti, além do secretário Judiciário, Aluiz Tenório, o desembargador Luís Carlos Medeiros assina o termo de posse



Instalação - Na próxima segunda-feira (25), às 17h, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Waldemir Oliveira Lins, instala o Juizado Especial Criminal do Recife, na Ilha do Leite. Nos últimos dias, o pessoal lotado no Juizado, inclusive os juízes, participou de um treinamento sobre como funcionará todo o sistema de informática do JEC. Na foto acima, flagrante do curso dado pelos técnicos da Diretoria de Informática do Tribunal de Justiça.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Des. Arthur Pio dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Ilmar Pereira de Sá
Assessor de Imprensa:
Lúcio Costa

Editor:
Lúcio Costa

Redatores:
Marcelo Gomes, Roberto Torres
Cristiane Nunes

Fotógrafo:
Joaquim Barbosa
Diagramação:
Celso Dias

Redação:
Praça Paulo Batista - 1º andar -
24º Andar - Recife-PE - CEP
50.010-040 - Pbx (081) 224.2511
424-2611 - R. 100 - Fax (081)
224-2511

DIÁRIO OFICIAL



ANO XXXII

ANEXO

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 23 DE NOVEMBRO DE 1996 Nº 222

Presidente do TJ:

Judiciário busca respostas e soluções viáveis

A Justiça precisa ser pronta, eficiente e eficaz. Essas foram palavras do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Waldemir Oliveira Lins, proferidas durante abertura do I Encontro de Magistrados da Mata Norte, em Itamaracá, quinta-feira (21).

Na oportunidade estiveram reunidos cerca de 60 magistrados daquela região, todos em busca da resolução ou diminuição dos problemas atualmente enfrentados pelo Poder Judiciário estadual.

De acordo com o presidente, é inútil ocultar as deficiências. A obrigação é reconhecer-las e corrigi-las. Assim, o Judiciário aceita o desafio e busca respostas e soluções viáveis. Segundo afirmou, os problemas atualmente se concentram na dificuldade de acesso do povo à Justiça, na sua lentidão, no custo de seus serviços e na qualidade da prestação jurisdicional.

"O caminho da solução - disse ele - passa pela conscientização das insuficiências crônicas". Adiantou que a reforma da legislação processual, a autonomia administrativa e financeira, os Juizados Especiais e a criação das Escolas da Magistratura são providências fundamentais e ferramentas eficazes para colocar o Judiciário brasileiro em sintonia com a hora presente, com suas cobranças e exigências, que são legítimas.

O presidente, no entanto, acredita que isso ainda é pouco, porque são necessárias novas e grandes modificações e mudanças de procedimentos. É, sobretudo, indispensável a adesão consciente de todos a essa tarefa que Lins considera missionária.

REFORMA

"Estamos em plena fase de reformas constitucionais", disse o presidente do TJ. Para ele, as reformas são urgentes, mas por trazer diretrizes novas e inusitadas, trazem perplexidade, tensões, expectativas e questionamentos. No caso



Presidente do TJ fala aos juizes na abertura do Encontro

des temas começa a incomodar aqueles mais impacientes e mais avessos às limitações e aos controles.

"Questiona-se a sua autonomia administrativa e financeira, como se tal não fosse inerente à sua condição de Poder, pretendendo-se talvez que o Judiciário retorne à sua acanhada, de-

nandes de Lemos, presidente da Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco. Segundo ele, a oportunidade do Encontro de juizes da Mata Norte é também de saudações. Mas, diante do momento político que a classe atravessa, não é possível apenas repassar tranquilidade.

A respeito de suas preocupações, disse que as reformas buscam criar um teto de vencimentos para as cortes superiores e, a um só tempo, olvida-se um piso para os demais escalonamentos da magistratura, suprimindo-lhe vantagens. "Somente haverá vinculação nos vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça".

Continuando, Fernandes de Lemos afirmou que, assim, veda-se para o restante da magistratura qualquer vinculação ou equiparação, pela supressão do novo texto da isonomia de vencimentos entre os integrantes dos poderes com atribuições

os demais poderes, já conhecidas de todos aqueles com mais de um lustro de judicatura.

SAUDAÇÕES

Os participantes foram saudados pela juíza da Comarca de Itamaracá, Simone Cristina Barros, que enfatizou a oportunidade de estarem os magistrados buscando soluções para tornar mais célere a atividade jurisdicional. Segundo ela, a iniciativa da presidência do TJ objetiva não só o aperfeiçoamento técnico-científico, mas também o estímulo à discussão, à troca de experiências e à identificação dos problemas comuns.

Numa promoção do Tribunal de Justiça e Asso-



Encontro: palestras estão na Internet

idências ou semelhantes ficando reduzida, a quase nada, a nossa autonomia administrativa e financeira.

Dessa forma, acrescentou o presidente da Amep, a magistratura de todos os estados - Justiça Comum - terá que buscar justo a cada executivo estadual uma nova política salarial, sem qualquer garantia de parâmetro mínimo, renovando-se a cada necessidade de reajuste, desgastantes tentativas entre o Poder Judiciário e

ciação dos Magistrados de Pernambuco, com o apoio da Corregedoria Geral da Justiça e Escola Superior da Magistratura do Estado. O I Encontro de Juizes da Mata Norte foi aberto na quinta-feira à noite, contando com a presença do secretário de Justiça do Estado, Roberto Franca, representando o governador Miguel Arraes, deputado Guilherme Uchôa, e do representante do Ministério Público, promotor de Justiça Carlos Augusto de Holanda Guerra.



Lins: Judiciário deve ser eficiente e eficaz

particular do Poder Judiciário, que hoje adota uma postura de atuação mais explícita e uma participação mais expressiva nas grandes decisões da vida nacional, essa interferência nos gran-

pendente, acomodada e distante, posição anterior", completou Waldemir Lins.

PALESTRA

A reforma constitucional também foi tema da palestra do juiz José Fer-



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Des. Antônio Pio das Sacas Neto
Corregedor-Geral:
Des. Juarez Pinheiro da Silva
Assessor de Imprensa:
Lúcio Costa

Editor:
Lúcio Costa

Redatores:
Marcelo Gouveia, Roberto Távora
Christina Maia

Fotografia:
Isabel Barbosa

Diagramação:
Cassiano Dias

Distribuição:
Público Pauta Recife - 7º andar -
5ª Andar - Recife-PE - CEP
50.013-440 - Fone:(081) 224.2520
424.1811 - R. 300 - Fax: (081)
224.2553

DIÁRIO OFICIAL



ANO XXXII

ANEXO

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 26 DE NOVEMBRO DE 1998 Nº 223

Encontro debate divórcio e união estável

A concepção de igualdade entre os cônjuges começou a prosperar após a 1ª Guerra Mundial, quando — ao mesmo

tempo — surgiu um movimento que pregava a preponderância da união livre sobre o casamento. A partir daí, começou a ser

positivo atribuído a esse tipo de união efeitos de verdadeiro casamento.

Com essas palavras, o desembargador Antônio de Pádua Carneiro Camarotti Filho deu início a sua palestra durante o I Encontro de Juizes da Mata Norte. O assunto "Direito de Família: Divórcio e União Estável", por ser tema sempre atual e polêmico, foi motivo de movimentos dos debates entre os participantes.

O magistrado acrescentou que, ao mesmo tempo, a sociedade de fato passou a ser reconhecida, desde que tivesse havido esforço comum na aquisição do patrimônio. Em seguida, a Constituição Federal de 1988 veio a considerar união estável entre o homem e a mulher, como en-

tidade familiar, protegendo-a expressamente.

Finalmente, disse ele, a Lei 9.278, de 10.05.96, veio a conceituar união estável como a "convivência duradoura, pública e contínua de um homem e uma mulher com o objetivo de constituir família". Nesse diploma legal de direitos e deveres dos conviventes, tendo sido estabelecida a presunção de que os bens adquiridos durante a convivência resultam do esforço comum, pertencendo a ambos, em partes iguais. Ao contrário da lei anterior, finalizou Camarotti, desapareceu a exigência do prazo de duração de convivência, podendo o interessado pleitear pensão alimentícia após a dissolução da entidade familiar.



A Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco aprovou a consagração, em sua ata dos trabalhos do dia 19, de um Voto de Aplausos para o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Waldemir Oliveira Lins, pela realização do I Encontro de Magistrados da Mata Norte. A proposição é do vice-presidente da Casa, deputado Guilherme Uchoa, que no flagrante aparece conversando com o presidente do TJ. O parlamentar solicitou à Assembleia que se desse conhecimento da proposição ao desembargador-presidente; ao diretor da Escola da Magistratura de Pernambuco, desembargador José Napoleão Tavares; ao diretor da Associação dos Magistrados de Pernambuco, juiz José Fernando Lemos; e ao assessor especial da Presidência do TJ, juiz Gabriel Oliveira, coordenador do Encontro, que se realizou em Itamaracá, nos dias 21, 22 e 23.



Debates interessantes movimentaram a palestra de Camarotti

facilitada a união livre, tendo a jurisprudência e o direito

Justiça procura eliminar deficiências

Dados estatísticos demonstram a precariedade do exercício da função jurisdicional. É essa realidade que tem

levado o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Waldemir Oliveira Lins, a realizar constantes encontros de

juizes para debates acerca do quadro que se avoluma em busca de soluções.

Para se ter ideia da situação, basta citar que, no Brasil, há seis anos, dos 4.209.623 processos entrados, apenas 2.434.842 foram julgados, deixando um resíduo de 1.774.781 feitos cíveis e criminais. Os dados foram apresentados pelo juiz federal Francisco Queiroz, durante palestra para juizes da Mata Norte, em Itamaracá.

De acordo com o magistrado, pela mostra pode-se afirmar que o

Judiciário não vem atendendo satisfatoriamente seu papel e que não há como deixar de reconhecer que a Justiça brasileira tem realmente uma prestação morosa de serviço.

Para Queiroz, essa verdade se evidencia em dois fatos: o primeiro — se dos 4.209.623 processos ajuizados apenas 2.434.842 foram julgados, isso representa que apenas 57% tiveram solução. O segundo — apenas 33% das partes envolvidas em algum tipo de conflito procuram

solução através do Judiciário.

Queiroz adianta que, além das conhecidas deficiências, tais como excesso de burocracia, falta de servidores e de juizes, há que se acrescentar ainda uma série de problemas decorrentes da mentalidade dos magistrados. Para ele, "é dentro desse conjunto que o juiz tem que trabalhar, buscando uma consciência da relevância de sua função, não apenas sob o aspecto da qualidade, como também da celeridade".



Queiroz, lideado por Waldemir Lins e Manoel Rafael



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Des. Arthur Pinheiro Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Raimundo Pereira de Sá
Assessor de Imprensa:
Lúcia Costa

Editor:
Lúcia Costa

Redatores:
Marcelo Cláudio Roberto Távora
Christine Maia
Fotografia:
João Barbosa
Diagramação:
Cristina Elias

Redação:
Rua Paulo Batista - 7º andar -
St. Antônio - Recife-PE - CEP:
50.010-040 - Fone: (081) 224-3541/
424-3511 - R. 306 - Fax: (081)
224-3521

DIÁRIO OFICIAL



ANO XXXII

ANEXO

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 27 DE NOVEMBRO DE 1996 Nº 224

Juizado Criminal

Resposta do Judiciário aos apelos da sociedade

Uma resposta do Poder Judiciário à população. Foi assim que o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Waldemir Oliveira Lins, definiu a iniciativa da instalação de Juizado Especial Criminal do Recife, ocorrida na segunda-feira passada.

"Não estamos surdos aos apelos fundamentais que a sociedade faz ao Judiciário", afirmou o chefe da Corte de Justiça Estadual. Lins lembrou que outros Juizados Criminais virão, destacando a importância desse serviço para a Justiça e para o povo em geral.

"Certamente, teremos um desafogamento nas varas criminais, ajudando na agilização dos processos. E não só isso:

os juizes terão mais tempo para tratar com maior cuidado os grandes feitos na área criminal", finalizou.

Segundo dados da Corregedoria Geral da Justiça, de início, cerca de dois mil e quinhentos processos serão transferidos das varas criminais para o Juizado Especial. Todos eles referem-se a delitos cuja pena não poderá exceder a ano de prisão — as chamadas infrações de menor potencial ofensivo.

Localizado à Rua Des. Antônio Guimarães, 53, na Ilha do Leite, (próximo à Praça Miguel Cervantes), o Juizado funcionará em dois turnos, das 8 às 20h, para a conciliação e julgamentos, em regime de

plantão de 24h para o recebimento de queixas pelas autoridades policiais.

nascia ali uma nova página da história do Poder Judiciário estadual. "Vossa Excelência



Presidente do TJPE: "Não estamos surdos aos apelos da sociedade"

Contribuição — Juiz - instalador do Juizado Criminal do Recife, Og Marques Fernandes, disse que

(desembargador Waldemir Lins) faz nascer hoje a mais importante contribuição para agilizar a Justiça Penal em Pernambuco, em 174 anos, 3 meses e 12 dias de história, desde a instalação do Tribunal da Relação", afirmou.

Og Marques disse ainda que aquela solenidade correspondia à



Juizado Criminal fica na Rua Antônio Guimarães, na Ilha do Leite

celebração de vários sonhos, sendo o primeiro deles o da aproximação da Justiça com a sociedade. "Serão 24 horas diárias de atendimento à comunidade, 12 delas reservadas às audiências e as demais em regime de plantão. Trata-se do primeiro órgão do Poder Judiciário de Pernambuco a implantar tal sistemática".

Estiveram presentes à solenidade o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Pedro

Eurico, secretários de Justiça e Segurança Pública do Estado, Roberto Franca e Antônio Moraes; secretário de Assuntos Jurídicos da Prefeitura do Recife, Denney Sampaio; procurador geral da Justiça, José Tavares, desembargadores Arthur Pio dos Santos, vice-presidente do TJPE, Mauro Jordão e Napoleão Tavares, juizes, promotores, advogados, assessores do TJ e servidores do Juizado Especial Criminal.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Des. Arthur Pio dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Ismar Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:
Lúcio Costa

Editor:
Lúcio Costa

Redatores:
Marcelo Glauco, Roberto Thiesen e
Cláudio Marce

Fotógrafo:
José Roberto

Diagramação:
Celso Dias

Redação:
Praça Paula Freitas - 7º andar -
52º Andar - Recife-PE - CEP
50.019-040 - Fone (081) 224.2531/
424.2411 - B. 399 - Fax: (081)
224.2531



"Mandado de segurança: aspectos práticos e teóricos" foi tema de palestra do desembargador Gilberto Gondim, nesse final de semana, em Itamaracá, para cerca de 60 magistrados. Gondim abordou pontos de origem e história, citou autores como Pontes de Miranda, Antônio de Brito Alves, Frederico Marques e Tourinho.

O noticiário quase que diário a respeito de crimes violentos produz inegável sentimento de pânico, disse o criminalista Rogue de Brito Alves, em Itamaracá, durante o Encontro de Juizes da Meta Norte. Segundo ele, a situação faz com que o povo clame por uma legislação penal severa, apelando-se inclusive para a pena de morte. Acrescentou, no entanto, que tal prática ignora a denominada criminalidade fraudulenta, os bem conhecidos crimes do colarinho branco, violadores de um sistema econômico, financeiro ou tributário, sendo o seu autor de alto status político, econômico ou financeiro, criminoso rico, geralmente impune.



DIÁRIO OFICIAL



ANO XXXII

ANEXO

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 28 DE NOVEMBRO DE 1995 Nº 225

Explicações sobre anteprojeto da Lei de Custas

A Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco, através de sua Assessoria Especial, prestou esclarecimentos e defendeu o anteprojeto de Lei enviado à Assembleia Legislativa que modifica completamente a Lei de custas processuais e emolumentos cartorários.

Por outra parte, o desembargador Eteio Galvão, presidente da Comissão de Legislação e Organização

Judiciária, responsável pela revisão do anteprojeto, disse que o trabalho foi criterioso e se adequa à realidade atual, às necessidades do serviço público e mantém uma linha de coerência com os demais Estados pesquisados.

Segundo Eteio, o anteprojeto procurou corrigir as distorções existentes não apenas em relação ao Registro Civil, no tocante ao nascimento e óbito e até mesmo o

segunda-feira, votos e encaminhados à Assembleia Legislativa do Estado, anteprojeto que modifica completamente a Lei de custas processuais e emolumentos cartorários, causando grande movimentação de servidores, Oficiais de Registro Civil, Notários e Registradores, todos titulares de cartórios no Estado, que lutam junto aos deputados, uns por entenderem que tiveram interesses contrariados e outros para aprovarem o texto na forma em que foi remetido.

A proposta foi publicada no Diário do Poder Judiciário de quinta-feira, dia 21, e obteve regime de urgência para sua tramitação, tendo em vista o recesso de fim de ano e a necessidade de regularizar o volume passado pelos Oficiais de Registro Civil durante o corrente ano, que foram eleitos vilões de uma lei que já não atendia sequer à sua sobrevivência.

Os titulares de cartórios do serviço extrajudicial, Notários e Registradores, apresentaram várias emendas por se sentirem prejudicados com a proposta. Alegam eles que o Tribunal reduziu os emolumentos cobrados pela prestação do serviço, comprometendo o grau de qualidade, eficiência e confiabilidade dos cartórios que investiram na modernização dos serviços com a aquisição de modernos computadores e sistemas de gerenciamento e que com a nova Lei, com a tabela no patamar nela estabelecido, se sentem obrigados a reduzir despesas pois se tornaram inadimplentes, voltando ao período da moeda escrita e terão que demitir, se conseguirem sobreviver. — É um retrocesso", dizem alguns.

Sobrevivência — Por outro lado, o clima também é tenso entre os Oficiais de Registro Civil. Acossados pelo Ministério Público, pela população e até pela Polícia por desrespeitarem a Lei de Custas e Emolumentos em vigor, foram fortemente combatidos durante todo o ano. — Na verdade", dizem

eles sem querer se identificar, "que o descumprimento à atual Lei é uma questão de sobrevivência, um registro civil de nascimento ou óbito não pode ser taxado em cerca de R\$ 1,00 e um casamento a R\$ 5,00, os livros são caros, as obrigações e as despesas são muitas e o cumprimento da Lei em vigor é uma utopia, sem falar na gratuidade que são constitucionalmente obrigados a atender. O Registro Civil tornou-se inviável e fator de problemas. A questão é tão grave que a própria Corregedoria, O Ministério Público, as Autoridades Policiais e até mesmo as pessoas, compreendem que não se pode sobreviver com tabela tão infusa". Acha eles que o anteprojeto do Tribunal corrige a distorção e lutam pela sua integral aprovação. — Se não é o melhor, pelo menos oferece o mínimo possível para uma sobrevivência digna".

O projeto foi encaminhado à Comissão de Justiça da Assembleia que foi convocada por seu Presidente, deputado Israel Guerra, que marcou a próxima quinta-feira, hoje, às 10:00 horas, para ouvir os esclarecimentos dos representantes do Tribunal de Justiça e dos Serventuários e titulares de cartórios.

Estabilidade — O presidente do Tribunal, desembargador Waldemir Lima, disse que o anteprojeto procurou adequar as custas e emolumentos à realidade de uma estabilidade monetária, fixando valores em moeda corrente, corrigindo distorções da Lei vigente que inviabilizaram o serviço de registro civil e até mesmo da atividade notarial e registral. — No caso do Registro Civil de nascimento e óbito, os Oficiais se encontram sem as mínimas condições de sobrevivência e essa foi uma preocupação constante da minha gestão, desde o início do ano ouvindo os reclamos, participando de reuniões, pessoalmente ou através da minha Assessoria, com representantes dessa laboriosa classe e de membros da ANOREG, buscando subsídios em outros Estados, trocando opiniões



Presidente: anteprojeto adequa custas à realidade monetária atual

com Presidentes de Tribunais de outras unidades da federação, colhendo informações e estudando cada ato praticado tanto na atividade judicial como na extra-judicial. Por outro lado, não pude ficar alheio às reclamações a mim chegadas através de diversos órgãos e entidades representativas, de que Pernambuco é o Estado que pratica a mais alta cobrança de emolumentos cartorários do País e que não existe similar em qualquer outro Estado, pois a Lei vigente permite a cobrança percentual e sem limites a ponto de empresas e pessoas físicas procurarem outros Estados, levando dividas que deveriam permanecer em Pernambuco, em face das distorções da Lei de emolumentos por nós praticada. Impõe-se um limite. É necessário até mesmo para a saúde moral de nossa instituição que possamos tornar os serviços acessíveis. A atividade notarial e registral é serviço público, apenas exercido em caráter privado por delegação do Estado. É lícito que seja usada como serviço público porque assim o é, e é justo que se remunere a prestação desse serviço de forma condigna, mas não ilimitada. O serviço público serve para atender ao público, independente que ele seja remunerado pelos cofres públicos ou pelo público, continua serviço público e a fonte é a mesma, por isso ele deve ser acessível. Nessa linha de

raciocínio, o Tribunal apresentou um anteprojeto realista, sério, criterioso, condizente e até mesmo situado entre os mais bem afortunados do País e o encaminhado à alta consideração do Legislativo, para onde convergem todas as decisões do mundo democrático, cabe a nós apenas prestar esclarecimentos".

Críticas — O Desembargador Eteio Galvão, Presidente da Comissão de Legislação e Organização Judiciária, responsável pela revisão do anteprojeto da Presidência, disse que o trabalho foi criterioso e que se adequa à realidade atual, às necessidades do serviço público e mantém uma linha de coerência com os demais Estados pesquisados, mostrando inclusive gráfico comparativo entre eles que situa Pernambuco como o Estado que cobra o mais alto patamar de emolumentos do País. Disse ainda o Desembargador que o anteprojeto procurou corrigir as distorções existentes, não apenas em relação ao Registro Civil no tocante ao nascimento e óbito e até mesmo o casamento de pessoas reconhecidamente pobres, mas também de atos praticados pelos titulares de cartórios como sejam o reconhecimento de firmas e autenticação de documentos que representam o varejo do dia a dia dessa atividade.



Dos. Eteio: trabalho mantém coerência com demais Estados pesquisados

casamento de pessoas reconhecidamente pobres, mas também de atos praticados pelos titulares, como sejam o reconhecimento de firmas e autenticação de documentos, que representam o varejo do dia a dia dessa atividade.

Na verdade, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Waldemir Oliveira Lima, procurou nesse anteprojeto adequar as custas e emolumentos à realidade de uma estabilidade monetária, fixando valores em moeda corrente, corrigindo distorções da Lei vigente, que inviabilizam o serviço de Registro Civil e até mesmo da atividade notarial e registral.

A seguir, uma retrospectiva do trabalho desenvolvido pelo TIJE em relação ao mencionado anteprojeto.

O anteprojeto — O pleno do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada em 18 deste mês,



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lima
Vice-Presidente:
Des. Arthur Pio dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Juarez Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:
Lúcio Costa

Editor:
Lúcio Costa
Bastidores:
Marcelo Oliveira, Roberto Tavares e
Cristiane Mota
Fotografia:
João Barbosa
Diagramação:
Odeir Días

Distribuição:
Público: Ponta Borda - 3º andar -
52º Andar - Recife-PE - CEP
50.000-000 - Fone: (081) 224.5531/
424.3811 - R. 306 - Fax: (081)
224.5531



ANO XXXII

ANEXO

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 29 DE NOVEMBRO DE 1996 Nº 228

Tribunal defende anteprojeto

Tramitando em regime de urgência sob o nº 421, o anteprojeto de custas e emolumentos traduz a preocupação do Tribunal de Justiça em corrigir distorções da tabela de valores atualmente praticados, compatibilizando a necessidade de reajuste com a capacidade de pagamento do usuário.

Assim o vice-presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Artur Pio dos Santos, defendeu, ontem, na Assembleia Legislativa, o anteprojeto da Lei de Custas. O magistrado estava acompanhado dos desembargadores Etério Ramos Galvão e Antônio Camarotti e do juiz Fernando Cerqueira, assessor

especial da Presidência do TJ.

O anteprojeto propõe uma tabela de custas

material e registral. De acordo com o juiz Fernando Cerqueira foi elaborado visando a atender as

dência do TJ, o anteprojeto busca adequar custas e emolumentos à atual realidade monetária do País, tendo seus valores expressos em Real.

Além de ouvir entidades representativas extrajudicial e judicial, para elaborar o anteprojeto, a Presidência do Tribunal buscou parâmetros com os demais Estados brasileiros, o que garante uma coerência em relação às tabelas vigentes no resto do País. O anteprojeto, no entanto, causa polêmica e vem recebendo emendas, uma vez que titulares de cartórios do serviço extrajudicial alegam estarem sendo prejudicados, podendo ser comprometida a eficiência dos serviços.



Deputados ouvem atentos esclarecimentos a respeito do anteprojeto de custas e emolumentos

com limitação mínima e máxima, buscando corrigir as distorções não apenas em relação ao Registro Civil, mas também à atividade no-

necessidades, sobretudo da população.

Elaborado de forma simples, prática e objetiva, como disse o assessor especial da presi-



Etério: Anteprojeto é trabalho criterioso e adequado à realidade

O desembargador Etério Ramos Galvão, no entanto, contesta afirmando que o Tribunal de Justiça propõe valores que já vêm sendo cobrados extrajudicialmente. O magistrado acrescentou que o Poder Judiciário tem objetivo de solucionar o pro-

blema, que é de interesse público.

As colocações de Etério foram referendadas pelo desembargador Camarotti, que afirmou ser o objetivo, não apenas do Poder Judiciário, mas também do Executivo e do Legislativo.

TJ divulga trabalhos via Internet

Os encontros de juízes realizados pelo Tribunal de Justiça são, todos, divulgados via Internet. Foi assim em Salgueiro e em Itamaracá, quando magistrados se reuniram para discutir questões de interesse da classe e procurar soluções para melhoria da prestação jurisdicional.

Quem tiver interesse no resumo das palestras, pode acessar a home-page do TJ que possibilita, também, links a outros endereços

eletrônicos na área jurídica. A home-page é <http://www.elfogica.com.br/tjpe>. Nos encontros, as palestras têm divulgação simultânea, com supervisão de técnicos da Diretoria de Informática do Tribunal.

O interessado pode, inclusive, registrar seu nome na lista de presença da página principal do TJ, encaminhando sugestões, como já o fizeram os Tribunais de Justiça e Eleitoral da Paraíba, bem como magistrados de outros estados.

Lei de custas e emolumentos sai ainda este ano

O anteprojeto do Tribunal de Justiça, que modifica custas processuais e emolumentos cartorários, deve ser votado pela Assembleia até o dia 15 de dezembro. A informação é do deputado Israel Guerra, transmitida, ontem, depois de reunião em que representantes do Poder Judiciário prestaram esclarecimentos àquela Casa acerca do assunto.

A matéria é motivo de nova reunião na terça-feira, quando a Ordem dos

Advogados do Brasil/PE, representantes cartorários e de outras entidades interessadas podem discutir a questão junto ao Judiciário e Legislativo. Ainda segundo o deputado Israel Guerra, nesse mesmo dia será escolhido o relator da matéria.

Tramitando em regime de urgência, a previsão é de que, na quinta-feira, o anteprojeto já esteja na Comissão de Justiça da Assembleia, devendo aguardar decisão da presidência da Casa

para ser votado em plenário. Até ontem, a matéria já havia recebido oito emendas.

Os desembargadores Artur Pio, Etério Ramos Galvão e Antônio de Pádua Camarotti e o juiz Fernando Cerqueira integram a Comissão do Tribunal de Justiça que, a convite da Assembleia, prestou os esclarecimentos sobre o anteprojeto. A Mesa dos trabalhos foi composta ainda pelos deputados Israel Guerra e Guilherme Uchoa.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemar Oliveira Lima
Vice-Presidente:
Des. Artur Pio dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Israel Guerra da Silva
Assessor de Imprensa:
Lúcio Costa

Editores:
Lúcio Costa
Tribunais:
Mônica Góes, Roberto Tamariz
Cláudio Melo
Fotografar:
João Barbosa
Diagramação:
Cristina Dias

Redação:
Praça Faria Bastos - 7º andar -
31º Andar - Recife-PE - CEP
50010-040 - Fone: (081) 224.3531 /
424.3811 - R. 306 - Fax: (081)
224.3532

DIÁRIO OFICIAL



ANO XXXII

ANEXO

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 30 DE NOVEMBRO DE 1996 Nº 227

AL debate Lei de custas Desempenho judicante aumenta em Pernambuco

Na próxima quarta-feira (04), o presidente da Comissão de Legislação e Organização Judiciária, desembargador Etério Galvão, vai à Assembleia Legislativa para encontro com parlamentares da Comissão de Constituição e Justiça, a fim de prestar esclarecimentos acerca do anteprojeto de custas e emolumentos, que está tramitando no Legislativo estadual, devendo ser votado até o dia 15 de dezembro.

O anteprojeto do Tribunal de Justiça propõe uma tabela de custas com limitação



O desembargador Antônio Camarotti expõe aos deputados o anteprojeto da Lei de Custas, observado pelos desembargadores Etério Galvão e Artur Pio dos Santos e o vice-presidente da AL, deputado Guilherme Uchoa.

mínima e máxima, buscando corrigir as distorções não apenas em relação ao Registro Civil, mas também à atividade notarial e registral. Motivo de discussão na AL, o anteprojeto vem recebendo emendas, que serão apreciadas pelos parlamentares daquela Comissão.

Anteontem, o vice-presidente do TJ, desembargador Artur

Pio dos Santos, os desembargadores Etério Galvão e Antônio Camarotti e o juiz Fernando Cerqueira que integram a Comissão do TJ estiveram na Assembleia, onde debateram com os parlamentares aspectos do anteprojeto, dirimindo dúvidas e se colocando à disposição do Poder Legislativo para quaisquer esclarecimentos.

Adoções

O juiz Luís Carlos de Barros Figueiredo, da 2ª Vara da Infância e da Juventude do Recife, proferiu palestra no I Congresso de Magistrados do Mercosul, realizado em Florianópolis-SC, durante os dias 28, 29 e 30. O evento, que será encerrado hoje (30), tem como tema "Adoções Internacionais: Convenções Internacionais".

O juiz Luís Carlos Figueiredo enfatizou em sua palestra as informações que obteve recentemente sobre a Convenção relativa à Proteção e à Cooperação Internacional em matéria de Adoção Internacional, aprovada na 17ª Sessão da Conferência de Haia (Holanda) sobre Direito Internacional Privado.

O magistrado pernambucano foi o único palestrante do Norte-Nordeste, dentre vários convidados do mundo inteiro. O Congresso reuniu cerca de três mil magistrados, promotores e advogados da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Aumentou a produtividade dos juizes pernambucanos. O fato foi registrado nas Comarcas de 1ª e 2ª Entrâncias e também da Capital. De acordo com o mapa estatístico divulgado pela Corregedoria Geral da Justiça, o incremento total foi de 18,63% entre o primeiro e o segundo trimestre do ano.

Nesse período, Comarcas de 1ª Entrância obtiveram, respectivamente, uma produtividade de 167,60% e 211,70%. Na 2ª Entrância, os níveis de desempenho, também no primeiro e segundo trimestre, atingiram 74,30% e 81%. Na Capital, a



Aumento da produtividade diminui acúmulo de processos na Capital e Interior

prestação jurisdicional registrou percentuais de 18,40% e 23,50%.

A média geral desse desempenho nas três Entrâncias foi de 86,76% no primeiro trimestre e de 105,40% no segundo, chegando

ao incremento de 18,63%. Os percentuais da produtividade judicante são relativos aos feitos julgados aos períodos trimestrais e dos processos iniciados nos mesmos períodos.

Aemepe faz bazar beneficente

Com renda revertida a obras sociais, a Associação das Esposas dos Magistrados do Estado de Pernambuco realizou mais um bazar beneficente. Foram dois dias (28 e 29) em que estiveram expostos produtos diversos como tapetes, mel, artesanato, roupas e enfeites natalinos. Também uma mesa com doações das associadas.

Organizado por comissão integrada por Zélia D'Almeida Lins, Aliete Duque de Miranda e Anita Malta, o bazar tem objetivo de atender a pessoas ca-

rentes, através da distribuição de cestas básicas, óculos, remédios e enxovais. O evento, realizado na

sede da Associação dos Magistrados de Pernambuco, faz parte do calendário anual da entidade.



A renda do bazar é revertida às obras sociais da entidade



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Dra. Waldenir Oliveira Lima
Vice-Presidente:
Dra. Artur Pio dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Dra. Raimundo Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:
Lúcio Costa

Editor:
Lúcio Costa

Redatores:
Marcelo Gouveia, Roberto Távora e
Christine Mota
Fotografias:
José Barbosa
Diagramação:
Celso Dias

Redação:
Rua Paula Botelho - 1º andar -
St. Antônio - Recife-PE - CEP
50.090-000 - Fone: (081) 224.3311/
424.3811 - R. 300 - Fax: (081)
224.3312



ANO XXXII

ANEXO

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 03 DE DEZEMBRO DE 1996 Nº 228

Reforma

Momento de apreensão para a judicatura nacional

Acostumado aos corredores de Brasília, de onde acompanha a discussão sobre a reforma judicial, o desembargador José Paulo Medina, presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, disse que o momento é inquietante para a judicatura nacional.

Segundo ele, que falava a sós pernambucanos em recente viagem ao Estado, o cenário atual é causado pelos projetos de modificações previdenciária, judiciária e administrativa que tramitam no Congresso brasileiro.

Afirmou que o mais grave é quando se propõe que o repasse de verbas ao Judiciário seja con-

ditionado à arrecadação estadual do mês anterior. Dessa forma, disse ele, "estarmos nas mãos de governos, muitas vezes, inescrupulosos e sem transparência".

Medina concluiu suas palavras afirmando que, pelo projeto exposto, a política salarial da Justiça Comum não terá parâmetros, sendo preciso à Magistratura cuidar do assunto diretamente junto ao Executivo, a cada necessidade de reajuste.

O presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros que, em busca da preservação da independência da judicatura nacional, pensa na mobilização da classe, disse que o processo trará desgastes entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Medina, ao lado do presidente do TJ, Waldemar Lins (à direita) fala do momento de apreensão para os juizes brasileiros



Congresso Nacional



Recife pode ser sede do Congresso Nacional da Magistratura, no próximo ano. A previsão é do juiz José Fernandes de Lemos, presidente da Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco. A última vez que o evento aconteceu nesta Capital foi há dez anos. Na época, era presidente da Associação o juiz Aluiz Tenório, hoje secretário Judiciário do Tribunal de Justiça. O Congresso deve reunir cerca de três mil juizes de todo País.

Desembargador encerra curso de vitaliciamento para juizes

Ao encerrar, há semana passada, o curso destinado aos magistrados em processo de vitaliciamento, o desembargador Arthur Pio dos



Arthur Pio é a importância de agir em sintonia com o Direito vigente

Santos, no exercício da presidência do Tribunal de Justiça, fez uma retrospectiva sobre a função de julgar. Segundo ele, desde que deixou de ser uma atribuição do Príncipe e passou a ser exercida pelo juiz, que o magistrado foi tido como um homem bom.

Não que ele seja, disse Pio dos Santos, "por força da toga que o reveste, imune aos defeitos e mazelas próprios da natureza humana, e sim o que ele representa para a sociedade: um indivíduo respeitável e respeitado, em razão do seu modo de ser e de agir. É esse respeito e essa deferên-

cia que, ontem como hoje, propiciam um natural acatamento às suas decisões".

Para o desembargador, é da maior importância lembrar que essas decisões devem ser sempre em sintonia com o direito vigente porque, como diziam os velhos romanos, ninguém é juiz sem que exista a lei. Por isso, continuou, esse juiz que somos, deve se apresentar diante da sociedade como um cidadão isento de partidismos, de idéias preconcebidas ou preconceituosas, enfim, como aquele que fala pelo Direito e se faz parceiro da Justiça.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemar Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Des. Arthur Pio dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Isonor Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:
Lúcio Costa
Editor:
Lúcio Costa
Relatores:
Marcelo Gomes, Sílvia Tavares
Cláudia Melo
Fotografia:
José Barbosa
Diagramação:
Cecília Dias

Redação:
Praça Paulo Batista - 1º andar -
51º Andar - Recife-PE - CEP
50.000-000 - Fone (081) 324.3533
434-3411 - R. 360 - Fax: (081)
324-3531

DIÁRIO OFICIAL



ANO XXXII

ANEXO

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 05 DE DEZEMBRO DE 1996 Nº 230

MATA NORTE

Magistrados apontam problemas

Segurança do Fórum, carência de pessoal, necessidade de treinamento para os funcionários, falta de equipamentos, maior intercâmbio entre os Fóruns e o Tribunal de Justiça, oficialização das Varas e falta de residência oficial. Estes foram os principais problemas apontados pelos juízes participantes do I Encontro da Mata Norte, realizado no final do mês passado, em Iamaracá.

Coordenados pela equipe de técnicos da diretoria de Recursos Humanos do TJ (Lenira Magalhães, Gisela Santos, Ângela Figueira, Laura Argolo e Alexandre Nunes), que aplicou a técnica de resolução de problemas, os magistrados foram divididos em cinco grupos. O levantamento dos problemas e sugestões para resolvê-los fará parte do relatório que a diretoria de RH deve entregar ainda esta semana ao presidente do TJ, desembargador Waldemar Oliveira Lins, que analisará os problemas apontados, estudando as possíveis soluções.

Os magistrados da Mata Norte fizeram ainda uma avaliação do encontro, destacando positivamente, principalmente, a organização e o período de realização. A secretaria executiva do encontro foi composta pela Assessoria Especial da Presidência (juiz Gabriel



Juizes elaboram conclusões do Encontro para entrega de documento único ao presidente do TJ Waldemar Lins

Cavalcanti Filho e José Arnaldo Guimarães Neto) e Diretoria de Recursos Humanos.

Assistência

Outro destaque do encontro foi a prestação do serviço de assistência médica. O Tribunal de Justiça mantém um convênio de plano de saúde com a Sul América. O TJ, através da Diretoria de Recursos Humanos, fez uma solicitação à Sul América, por intermédio da corretora que atua junto ao Tribunal, Miriam Ebrahim, para que fosse cedida uma UTI Móvel (Hospital Residence). Atendendo pleito, a Sul América colocou à disposição dos participantes do Encontro da Mata Norte, uma UTI Móvel que ficou de plantão 24 horas, com uma equipe composta por médico, assistente, enfermeira e a corretora da empresa médica.

Internet

Os navegadores da rede mundial de infor-

mação puderam acompanhar as palestras e debates. O sucesso da iniciativa pode ser comprovada através das várias mensagens de congratulações recebidas pela Internet.

TJ mantém parceria com iniciativa privada

Implantada este ano a título de experiência, terá continuidade em 1997 a parceria cultural que o Poder Judiciário fez com a iniciativa privada com o objetivo de ampliar a área de conhecimento e reciclagem da Magistratura pernambucana.

O projeto foi posto em prática nos encontros regionais de juízes, realizados este ano, com participação e apoio da Nossa Livraria, que doou R\$ 500,00 em livros jurídicos para sorteio entre os magistra-

Seminário debate orçamento público

Com cerca de 300 participantes, representantes de todos os Estados brasileiros, está sendo realizado no Recife Palace o Seminário Permanente sobre Orçamento Público. Aberto pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Waldemar Oliveira, e contando com a presença do secretário de Planejamento do Estado, João Recena, e do procurador geral da Justiça, José Tavares, o encontro é promovido pela Associação Brasileira de Orçamento Público (ABOPE).

Na qualidade de palestrante, o secretário de Planejamento, Adminis-

tração e Interior do Tribunal de Justiça, Leovegildo Mota, apresentou ontem palestra sobre Distribuição dos Recursos entre o Executivo, Legislativo e Judiciário e o Ministério Público. Mota explicou como estão alocados os recursos para os poderes e quais os mecanismos existentes em Pernambuco para distribuição dos doze décimos aos poderes.

O secretário apresentou ainda propostas para incorporação ao projeto em debate nesse seminário da nova lei complementar sobre orçamento e finanças. Entre as propostas, uma nova classificação orçamentá-



Mota: defesa de uma melhor distribuição dos recursos públicos

ria para repasse, a criação de um sistema de controle interno e autonomia de gestão dos Poderes, prestação de contas diretamente ao Tribunal de Contas e publicação dos atos administrativos.



Parceria cultural: atualização da Magistratura pernambucana

dos. Em contrapartida, o Tribunal cedeu espaço físico no local dos encontros para a empresa comercializar obras especializadas.

De acordo com o assessor da Presidência do Tribunal de Justiça, José Arnaldo Guimarães Neto, o projeto terá continuidade no próximo

ano de forma aperfeiçoada e dinamizada. A iniciativa é do desembargador-presidente Waldemar Oliveira Lins, que pretende difundir não apenas nos Encontros regionais, mas também em palestras e seminários, para permanente atualização dos magistrados.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemar Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Des. Arthur Pinheiro dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Isonor Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:
Lúcio Costa

Editor:
Lúcio Costa

Redatores:
Marcelo Queiroz, Roberto Toranzo
Christina Menezes

Fotografia:
João Barbosa
Diagramação:
Cátia Dias

Redação:
Fórum Paula Batista - 1º andar -
51º Andaraí - Recife-PE - CEP
50.010-940 - Fone: (081) 324.1551 /
424.1811 - R. 300 - Fax: (081)
324.3551

DIÁRIO OFICIAL



ANO XXXII

ANEXO

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 04 DE DEZEMBRO DE 1998 Nº 229

Lei de Custas e Emolumentos

Em regime de urgência pode vigorar em janeiro



O presidente do TJPE, desembargador Waldemir Lins, enviou à AL o anteprojeto de Lei de Custas e Emolumentos. O desembargador Etério Galvão dirimiu dúvidas acerca do anteprojeto debatendo todos os artigos com os parlamentares



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Des. Arthur Pio dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Irmão Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:
Lúcio Costa

Editor:
Lúcio Costa

Redatores:
Marcelo Góes, Roberto Tavares e
Oswaldo Moura

Fotografia:
Jocely Barbosa

Diagramação:
Cristina Dias

Redação:
Rua Paulo Batista - 1º andar -
50.000-040 - Recife-PE - CEP
414-9511 - R. 300 - Fax: (081)
224-3351

A nova Lei de Custas e Emolumentos deve entrar em vigor a partir de janeiro, segundo previsão do desembargador Etério Ramos Galvão. A matéria tramita em regime de urgência na Assembleia, sob o número 421, onde se realizam discussões entre os Poderes Judiciário e Legislativo e representantes de entidades cartorárias do Estado para aprofundamento do anteprojeto. O anteprojeto, com pedido de urgência, foi enviado ao Legislativo pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador



Judiciário, Legislativo e representantes cartorários aprofundam discussões sobre a Lei de Custas e Emolumentos de autoria do Tribunal

Waldemir Oliveira Lins.

De acordo com o desembargador Etério, presidente da Comissão de Legislação e Organização Judiciária, as discussões gi-

ram em torno da pretensão dos titulares de cartórios de elevar para R\$ 3.000,00, através de emenda do deputado Djalma Paes, o limite máximo de R\$ 1.500,00 por ato prati-

cado, proposto pelo Tribunal.

Segundo Etério, o limite de R\$ 1.500,00 já é o maior do País, excetuando o da Paraíba. "Portanto, disse ele, o valor se tornaria exorbitante se fosse ainda mais elevado". Para chegar a ele, Etério baseou-se na tabela praticada nos demais Estados, à qual aplicou uma correção de 40% sobre o que se cobrava em janeiro do ano passado.

FUNDO DE RESERVA

Ontem, o desembargador voltou a se reunir com deputados e representantes cartorários. Na oportunidade,

foram ouvidos Mauro Souza Lima, presidente da Associação dos Notários e Registro Civil, o ex-deputado Sebastião Martiniano Lins e Nilson Frazão, ambos representantes da classe.

Na oportunidade foi apresentada emenda do deputado Israel Guerra, através da qual 1% de todos os emolumentos cobrados pelos atos notariais e registros civis deverá financiar a gratuidade constitucional dos registros de nascimento e certidões de óbitos. O fundo será regulamentado em prazo a ser estabelecido.

DIÁRIO OFICIAL



ANO XXXII

ANEXO

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 06 DE DEZEMBRO DE 1996 Nº 231

Concurso

Provas só em 1997



Candidatos têm até fevereiro para se preparar para as provas

Os candidatos inscritos no concurso de Au-

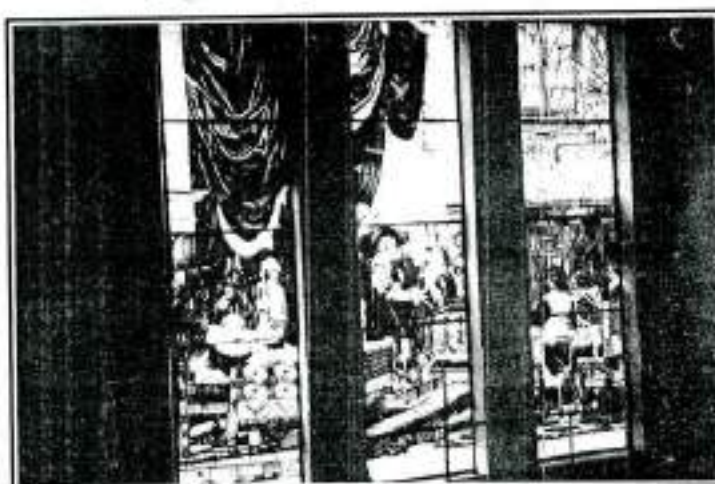
xiliar Judiciário, promovido pelo Tribunal de Justiça, têm tempo para estudar o programa de Português, Matemática e Organização Judiciária. Embora sem data marcada, a previsão é de que as provas sejam aplicadas no final de fevereiro.

A informação é do major Geovane Teotônio Melo, do Centro de Recursos Humanos e Recrutamento da Polícia Militar de Pernambuco, encarregado de elaborar as provas. Segundo adiantou, até o dia 15, a relação dos 9.777 inscritos estará sendo entregue ao Tribunal de Justiça para publicação dos nomes no Diário Oficial.

Para cumprir o prazo, o Cresep aumentou uma hora/dia de trabalho. Já está, inclusive, mantendo entendimentos com a Secretaria de Edu-

cação, visando à obtenção de cerca de 15 prédios públicos para a realização das provas, onde os candidatos serão distribuídos por ordem alfabética.

Recuperação dos vitrais



Estão em andamento os serviços de recuperação dos vitrais do Tribunal de Justiça, obra do artista alemão Henrich Moser, datada de 1930. O trabalho está em fase de desmontagem das peças, com limpeza das ferragens e retirada do chumbo antigo, sob a supervisão dos restauradores Suley Cisneiros e Fernando Floriano, da UFPE.

Judiciário padroniza normas de Cerimonial

A inexistência de normas protocolares padronizadas no Judiciário nacional, levou o chefe do Cerimonial do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Geraldo Pinheiro de Melo Júnior, a apresentar projeto capaz de uniformizar procedimentos dessa natureza em todos os TJ's do País.

Adaptado à realidade Judiciária, o projeto é baseado no Decreto Lei 70.724, da Presidência da República, sobre Normas de Cerimonial Público. É resultante também da experiência de Geraldo no setor protocolar do

Executivo e do próprio Tribunal de Justiça. De acordo com o assessor, as propostas padronizam as diversas cerimônias realizadas no Judiciário, tais como sessões solenes, posses, visitas oficiais, homenagens, entrega de

medalhas. Na próxima semana, o projeto será entregue ao presidente do TJPE, desembargador Waldemir Oliveira Lins.

Elogiado pelos representantes de Cerimonial dos Tribunais de Justiça do País, participantes do

Encontro Nacional de Chefes de Cerimonial Público e Privado, esse mês em Belo Horizonte, as normas devem vigorar a partir do próximo ano, uniformizando os procedimentos protocolares no Poder.



PODER JUDICIÁRIO

Presidentes:
Des. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidentes:
Des. Arthur Pio dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Isonor Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:
Léide Costa

Editor:
Léide Costa

Redatores:
Marcelo Glaser, Roberto Tavares e
Christina Mace

Fotografia:
João Roberto

Diagramação:
Cristina Dias

Redação:
Rua Pólo Sul - 7º andar -
50º Andar - Recife-PE - CEP
50.000-000 - Fone: (081) 224.3531/
434.3811 - R. 300 - Fax: (081)
224.3531

DIÁRIO OFICIAL



ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 07 DE DEZEMBRO DE 1996 Nº 232

Waldemir destaca relacionamento do TJPE com os demais poderes

Em visita natalina, anteontem, ao DIÁRIO DE PERNAMBUCO, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Waldemir Oliveira Lins, fez uma rápida retrospectiva sobre as atividades do TJPE no ano em curso, destacando, na oportunidade, o estreito relacionamento com os demais poderes: O Executivo e o Legislativo.

O chefe do Poder Judiciário estadual foi recebido pelo superintendente do DP, Eduardo Monteiro, e os diretores Jozzil Barros (Comercial) e Gladstone Vieira Bello (Editorial).

Lei de Custas - Abordado sobre a tramitação, na Assembléia Legislativa, da Lei de Custas e Emolumentos, Waldemir Lins declarou-se confiante na sua aprovação antes do recesso parlamentar, podendo ser votado na próxima semana. "Procuramos, com essa nova lei, adequar as



Dois momentos da visita do presidente do TJPE, desembargador Waldemir Lins, ao DIÁRIO: no primeiro é recebido pelo superintendente Eduardo Monteiro e a seguir conversa com os diretores Jozzil Barros e Gladstone Vieira Bello, acompanhado do assessor de Imprensa do Tribunal, jornalista Lúcio Costa, e do chefe da Assessoria Militar, coronel Emmanuel Plácido.



custas e emolumentos à realidade monetária, fixando valores em moeda corrente e corrigindo as distorções na lei vigente", adiantou.

Frisou que "a atividade notarial e registral é serviço público, apenas exercido em caráter privado por delegação do

Estado. É lícito que seja taxada como serviço público, porque assim o é, e é justo que se remunere a prestação desse serviço de forma condigna, mas não ilimitada. O serviço público serve para atender ao público, independentemente de que seja remunerado pelos cofres públicos ou

pelo público, continua serviço público e a fonte é a mesma. Por isso deve ser acessível.

Nessa linha de raciocínio, o Tribunal apresentou ao Poder Legislativo um anteprojeto realista, sério, criterioso, condizente e até mesmo situado entre os mais

bem aquinhoados do País".

Juizados - Ainda na visita ao DIÁRIO, conversando com os diretores e jornalistas, o presidente do TJPE salientou o aumento do número de juizados especiais, hoje em torno de quinze em todo o

Estado. Recentemente, ele inaugurou o 1º Juizado Especial Criminal, na Ilha do Leite, e no início do próximo ano deverá entregar ao público o Juizado de Defesa do Consumidor.

O presidente do TJPE discorreu também sobre a melhoria dos serviços e das instalações do Poder Judiciário, entre as quais as obras de restauração do Palácio da Justiça, que vai passar por ampla reforma externa, com pintura, recuperação dos vitrais e esculturas, além de ganhar esplendorosa iluminação, de modo a se transformar no mais belo cartão postal do Centro Arquitetônico da Praça da República.

Na visita ao DIÁRIO, o desembargador Waldemir Lins se fez acompanhar do assessor de Imprensa do TJPE, jornalista Lúcio Costa, e o chefe da Assessoria Militar, coronel Emmanuel Plácido.

Justiça apresenta novos desembargadores

O Tribunal de Justiça faz, segunda-feira (9), a apresentação oficial dos três

novos integrantes da Corte Judiciária do Estado. A solenidade acontece a partir das 9h, na Sala de Sessões do Pleno, sob a pre-

sidência dos desembargadores Waldemir Oliveira Lins, presidente do TJ.

Manoel Alves da Rocha, Joaquim Ro-

drigues Castro e Luís Carlos de Freitas Medeiros são os novos desembargadores. Os três já se encontram em pleno exercício da função: Manoel Alves e Joaquim de Castro, desde o dia 20 de setembro, e Luís Carlos, exatamente um mês após, quando os dois primeiros assinaram o termo de posse no gabinete da presidência do Tribunal.

Integrante da 4ª Câmara Cível, Manoel Alves da Rocha foi eleito desembargador pelo critério de antiguidade, enquanto Joaquim de Castro, atuando na 2ª

Câmara Cível, pelo de merecimento. Vindo do Ministério Público, Luís Carlos de Freitas Medeiros ocupa a 3ª Câmara Criminal. Medeiros, de-

seembargador pelo 5º constitucional, foi nomeado pelo governador Miguel Arraes, após escolha de lista tripartite pelo Tribunal.



Medeiros: desembargador pelo 5º constitucional



Rodrigues de Castro quando discursou depois de assumir o termo de posse



Waldemir Lins e Manoel Alves: cumprimentos pela escolha

DIÁRIO OFICIAL



ANO XXXII

ANEXO

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 10 DE DEZEMBRO DE 1996 Nº 233

Tribunal saúda novos desembargadores

Sob a presidência do desembargador Waldemir Oliveira Lins, o Tribunal de Justiça reuniu-se, ontem, em sessão extraordinária, para prestar uma homenagem aos desembargadores Manuel Alves da Rocha, Joaquim Rodrigues de Castro e Luís Carlos de Freitas Medeiros, recém-empossados na Corte Judiciária estadual.



Presidida por Waldemir Lins, a sessão extraordinária contou com a presença de autoridades estaduais, representantes da magistratura e do Ministério Público



Antônio Camarotti fez a saudação aos três novos desembargadores

Ao abrir a solenidade, o presidente do TJ afirmou tratar-se de um ato formal de boas vindas, expressando-se a satisfação e confiança nos magistrados que vêm ajudar na tarefa de distribuir justiça. Manuel Alves e Jo-

quim de Castro já exerciam a atividade judicante, enquanto que Luís Carlos, oriundo do Ministério Público, ocupa a função por força do 5º constitucional.

Em discurso de saudação, o desembargador Antônio de Pádua Carneiro Camarotti Filho fez um breve relato da vida profissional de cada um dos novos integrantes da corte Judiciária. Afirmou que, sem distinção, ocupam o lugar por méritos próprios.

Camarotti lembrou que Manuel Alves, paraitano, foi promovido a desembargador, por antiguidade, depois de 27 anos atuando como juiz audite da Justiça Militar. Piaziense, Joaquim de Castro, por sua vez, depois de passar por Custódia, Bom Conselho, Nazaré da Mata e Recife, chega ao mais alto posto do Poder Judiciário por merecimento.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Cabe ao procurador geral da Justiça saudar os novos desembargadores em nome do Ministério Pú-

blico. Conforme disse, Manuel Alves, Joaquim de Castro e Luís Carlos chegam ao Tribunal de Justiça em um momento

de crise, gerado não só pelas propostas da reforma constitucional, mas também pelas acusações de morosidade do Poder Ju-

diciário.

Tavares acrescentou que a culpa não é exclusiva de quem exerce as funções judicante e essenciais ao serviço Público. "A falta de recursos que permitiriam maiores avanços também tem contribuído para essa morosidade. Injusto seria

esquecer o esforço da maioria dos magistrados que tentam superar as dificuldades que se apresentam."

É nessa oportunidade, acrescentou o procurador, que chegam ao TJ os novos colaboradores. A Casa está de parabéns ao recebê-los.



Com mais de 30 anos de atividade judicante, quando passou por Comarcas como São José do Belmonte, Custódia, Bom Conselho e Nazaré da Mata, o desembargador Joaquim Rodrigues de Castro disse, ontem, durante a sessão extraordinária do Pleno do Tribunal de Justiça, sentir-se honrado em integrar a Corte Judiciária estadual. Afirmou que, depois de tanto tempo como juiz, ao chegar ao TJ, tem a sensação de concluir uma infinita jornada. Seu compromisso, disse Joaquim, é continuar servindo à Justiça.



Citando poemas de várias nacionalidades, o desembargador Manuel Alves da Rocha disse que o Direito está para a Justiça assim como a poesia está para o sonho. Segundo ele, o Direito é tão real quanto a terra e as estrelas. As palavras foram ditas durante a sessão de homenagem prestada pelo Tribunal de Justiça aos novos integrantes da Corte Judiciária do Estado. Alves da Rocha expressou agradecimentos à maçonaria "que tem o propósito de tornar feliz a humanidade", à Justiça Militar, aos pais e amigos.



O poder de julgar é divino, disse o desembargador Luís Carlos de Freitas Medeiros. Segundo ele, sabendo de suas limitações e de sua imensa responsabilidade ao integrar a Corte de Justiça do Estado, seu maior objetivo é a busca do equilíbrio para que a tarefa seja cumprida da melhor forma possível. Ao agradecer ele disse que todo poder precisa ser revestido de vigor, parcialidade, sensibilidade, responsabilidade e controle. Antes de chegar a desembargador, Luís Carlos atuou como integrante do Ministério Público durante três décadas.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Des. Antônio Pádua Carneiro
Corregedor-Geral:
Des. Jansen Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:
Lúcio Costa

Relatores:
Marcelo Ottoni, Roberto Tavares e
Cláudio Viana
Fotógrafo:
José Barreto
Diagramação:
Cláudio Dias

Redação:
Pórtico Pórtico Editora - 7º andar -
Sítio Antônio - Recife-PE - CEP
50070-000 - Rua (RUA) 124.213/1
428-2811 - R. 300 - Fax: (081)
724-3131

DIÁRIO OFICIAL



ANO XXXIII

ANEXO

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 11 DE DEZEMBRO DE 1998 Nº 234

Corregedores debatem súmulas vinculantes

As súmulas vinculantes, item polêmico do aspecto judicial da reforma constitucional, em pauta no Congresso Nacional, mereceram especial atenção, ontem, durante o VIII Congresso Nacional de Corregedores de Justiça, realizado no Recife. Como toda controvérsia, foram motivo de crítica e defesa entre os participantes do evento.

De acordo com a proposta em tramitação, as súmulas têm o objetivo de tornar a Justiça mais rápida, evitando que um mesmo assunto seja julgado diversas vezes pelos Tribunais Superiores, através do recurso. Assim, será definida uma sentença única para os casos julgados em repetição, devendo a sentença ser obedecida pelos juízes de 1ª Instância.

O assunto é polêmico mesmo dentro do Supremo Tribunal Federal, onde há

11 ministros e cerca de 30 mil processos julgados por ano. O fato é que, se são defendidas por prepor acabar com o excesso processual nas instâncias superiores, as súmulas também são combatidas por tirar dos juízes a capacidade de refletir e de interpretar a lei.

CONTRÁRIO - No VIII Encontro de Corregedores, o assunto foi o painel do dia. Contra a adoção das súmulas, posicionaram-se os desembargadores Dário Rocha, do Tribunal de Justiça, e Jorge Uchoa de Mendonça, do Rio de Janeiro. De acordo com os magistrados, as súmulas robotizam os juízes, inibem a necessidade de estudo e tolgem o direito ao recurso.

Disseram os magistrados que, sob o divulgado objetivo de combater a morosidade e outras de-



Com participação de corregedores de todo o País, o VIII prossegue hoje debatendo o sistema recursal brasileiro e processo e julgamento de prefeitos

mais, disse ele, as súmulas não impedem adaptações onde ocorram diferenças de fato. O juiz afirmou que também é salutar a redução dos recursos postos à apreciação dos Tribunais Superiores.

Acredita, inclusive, que antes de inibir o estudo, as súmulas terão benefícios adicionais. "Exigir maior preparo dos juízes que terão que conhecer as decisões dos Tribunais Superiores e, estes, por sua vez, serão obrigados a criar mecanismos capazes de levar, imediatamente, essas decisões aos juízes de 1ª grau, ou seja, criar uma linha direta de informação às Comarcas".

ENCOGE - O VIII Encontro Nacional de Corregedores de Justiça termina hoje, no Recife Palace. Promovido pela Corregedoria Geral da Justiça em Pernambuco, o Encoge foi aberto pelo presidente do Colégio de Corregedores, José Fernando de Lima Souza. A Mesa Diretora dos trabalhos contou com a presença do desembargador-presidente do TJPE, Waldemir Oliveira Lima, do corregedor geral Ilmar Pereira e do vice-presidente do Colégio, Vitor Duarte.

Ao se dirigir aos participantes, José Fernando de Lima Souza afirmou que o Colégio de Corregedores, apesar de ter posições próprias, está aberto ao diálogo em relação às propostas de reforma constitucional pertinentes ao Poder Judiciário. Dentre os assuntos polêmicos mais abordados estão o sistema recursal brasileiro e súmulas vinculantes, ambos discutidos no Encoge.

Processo e julgamento de prefeitos é outro tema de interesse que o encontro debate hoje. Antes do encerramento, haverá eleição da nova presidência do Colégio de Corregedores Gerais da Justiça.



Des. carioca Jorge Uchoa é contrário à adoção das súmulas



Dário Rocha: aborda-gem teórica sobre súmulas vinculantes



A defesa das súmulas é do juiz federal Paulo Roberto

ciências judiciárias, a adoção das súmulas vinculantes é o começo da destruição da independência dos juízes. E isso, acrescentam, sem que realmente garantam agilizar a tramitação processual.

A FAVOR - Juiz Federal de 1ª grau de jurisdição em Alagoas, Paulo Roberto de Oliveira Lima ofereceu, por sua vez, argumentos em defesa das

súmulas vinculantes. Conforme afirmou, são salutares os objetivos propostos: diminuir os julgados nos Tribunais Superiores, através da uniformidade da aplicação do Direito e racionalizar o uso da força de trabalho nos Tribunais.

Na sua opinião, a uniformidade não é um mal, já que questões iguais terão tratamento igual. Além do



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lima
Vice-Presidente:
Des. Arthur Pio dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Ilmar Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:
Lúcia Costa

Editor:
Lúcia Costa

Redatores:
Marcelo Gomes, Roberto Tinoco e
Christine Mattos
Fotografia:
José Barbosa
Diagramação:
Celso Dias

Endereço:
Fórum Paulo Batista - 7º andar -
52º Andar - Recife-PE - CEP
50020-040 - Fone: (081) 224.3311/
424.3611 - R. 300 - Fax: (081)
224.3331

DIÁRIO OFICIAL



ANO XXXII

ANEXO

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 12 DE DEZEMBRO DE 1996 Nº 235

Concurso de juiz

Audiência pública de identificação da prova prática e proclamação do resultado dessa etapa do concurso público para provimento de cargo de juiz substituto será realizada amanhã, dia 13, às 9h, na Sala de Sessões do Tribunal Pleno. Os candidatos inscritos no referido concurso devem comparecer ao 1º andar do Palácio da Justiça, Praça da República, s/nº. A informação é do presidente da Comissão Examinadora do Concurso, desembargador José Maria Florentino de Lima.

Natal do Tribunal de Justiça



No próximo dia 17, terça-feira, o TJPE realiza a sua festa natalina, que vai acontecer no hall do primeiro andar do Palácio da Justiça, promovida pela Associação das Esposas dos Magistrados de Pernambuco (Aemepe). No flagrante, a presidente da Aemepe, Sra. Sílvia Lins, ao lado das Sras. Carmita Galvão, Valéria Freitas e Zeneide Tenório, durante reunião da entidade sobre esse evento.

Camarotti alerta sobre injustiça social

Com a missão de sanar os novos desembargadores - Joaquim Rodrigues de Castro, Manoel Alves da Rocha e Luís Carlos de Freitas Medeiros - recentemente empossados pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Waldemir Oliveira Lins, o desembargador Antônio de Pádua Carneiro Camarotti Filho enfatizou em seu discurso o contexto em que o Poder Judiciário encontra-se inserido.

Em solenidade realizada no início da semana, na Sala de Sessões do Pleno do TJ, o desembargador Camarotti disse que neste último século do segundo milênio presenciamos a subversão geral dos conceitos sociais e políticos: desintegração do núcleo da sociedade organizada - a família

-, os efeitos da desagregação social sofridos pelas religiões e um elenco de planos e objetivos insatisfeitos pelos regimes políticos, sem que o mundo tenha positivamente comprovado os efeitos das suas teorias.

"Derubam-se os muros de pedra e cal que separam os povos, mas não são demolidos os divisores sociais, abstratamente invisíveis, mas terrivelmente concretos em seus efeitos. Existem bolhas de riqueza, mas a humanidade ainda vive, em sua grande maioria, na mais extrema pobreza", contextualizou o desembargador Camarotti.

O magistrado diz ainda que a sociedade precisa isolarse em subdivisões esmagadas, cada vez mais impermeáveis, como se um grupo social nada tivesse a ver com outro. "Co-

mo se a miséria, a fome, a desnutrição, a mortalidade infantil, a doença e a violência que assolam alguns, tornassem-se invisíveis e ineficazes em relação a outros".

"Somos carentes para o isolamento total, esquecendo-nos que a solução de qualquer problema humano, seja ele meramente político, social ou espiritual, requer sempre o estímulo da solidariedade, da junção de esforços em prol de um objetivo comum. É esse mundo em que vivemos. Há reclamações em todas as direções", afirmou Camarotti.

Referindo-se ao Poder Judiciário, que, ao seu ver, está inserido neste contexto de cobranças e exigências imperativas em favor da comunidade, o magistrado disse que o mesmo é alvo constante de

queixas, seja pela sua morosidade, seja pela postura imperial ou pela insensibilidade de alguns poucos dos seus membros, que se colocam acima do bem e do mal, pécios e inocentes, ágeis na defesa de predicamentos ou prerrogativas inerentes à função, mas lentos e desatentos no cumprimento do dever.

"Refletamos, então, sobre a nossa responsabilidade como membros de um dos poderes do Estado. Não olvidemos que a sociedade tem fome e sede de Justiça. Papamos do cumprimento do dever e da correta aplicação da lei o cerolário das nossas atividades profissionais. Lembremo-nos que o estado de direito tem como garantia primordial a igualdade de todos perante a lei", ressaltou.

Após encerrar o seu discurso

de saudação aos novos desembargadores, Camarotti afirmou que a fria interpretação da lei, despiendo-a de seus objetivos finalísticos, conduz à injustiça e anula a Justiça, pois se a Justiça resulta da boa aplicação do direito, este jamais poderá ser usado ou invocado para justificar a injustiça. "Essa é a nossa profissão de fé, o compromisso que esperamos ver cumprido com a ajuda de todos, para que o Poder Judiciário sirva sempre mais à coletividade; seja cada vez mais independente, mas igualmente sempre mais submisso ao cumprimento da lei em favor de todos; seja pleno de recursos para a consecução dos seus objetivos constitucionais, mas seja pedito na legalidade e na transparência dos seus atos", enfatizou.



PODER JUDICIÁRIO

Presidentes:
Des. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidentes:
Des. Arthur Pio das Neves
Corregedor-Geral:
Des. Juracy Fereira da Silva
Assessor de Imprensa:
Lúcia Costa

Editor:
Lúcia Costa

Colaboradores:
Maurício Gama, Roberto Tavares e
Christina Mares

Fotografias:
João Barbosa

Diagramação:
Gabriel Dias

Edição:
Fátima Paula Batista - 7º andar -
5ª Andar - Recife-PE - CEP
50.010-640 - Fone: (081)
224.3331/424-3811 - R. 380 -
Fax: (081) 224-3531

Publicado de
novo, dia
do Nôbre
fôrmica
MOR em
ito da
Estados
da Co

DIÁRIO OFICIAL



ANO XXXII

ANEXO

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 13 DE DEZEMBRO DE 1996 Nº 236

Encontro de presidentes

Controle externo e juizados na pauta de discussões

Ninguém é contra reformas de um modo geral. São sempre bem-vindas as propostas que possam melhorar a situação do Judiciário, tornando-o mais acessível e qualificado. O que se contesta, no entanto, é que sob o objetivo de racionalização e melhoria, elas sejam criadas como forma de retaliação, prejudicando a atual postura de independência do Poder.

A opinião é do presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Waldemir Oliveira Lins, que se encontra em Aracaju, participando de mais

um Encontro de Presidentes dos Tribunais de Justiça do País, onde se discute, entre outros temas, a reforma constitucional, cujas propostas trazem modificações significativas para o Poder Judiciário. Entre elas, a do controle externo.

Waldemir afirma que pela própria Constituição de 88 e pelas leis, o Judiciário já é o Poder mais submetido a controle. O presidente, inclusive, não discorda da implantação de uma disciplina até mais rígida. Até porque, segundo ele, o Judiciário não é impermeável à participação da sociedade. Discorda, entretanto, com a existência de um Conselho dominantemente formado por entidades estranhas.

À frente da administração do Tribunal de Justiça há cerca de um



Waldemir: Reforma deve conter soluções

ano, Waldemir disse que o Poder Judiciário sempre foi tímido, acanhado. A partir da Constituição de 88 ganhou força e autonomia financeira e administrativa, passando a participar ativamente das decisões políticas do país. É daí que vem a tentativa de restringir sua interfe-

rência nos grandes temas da vida brasileira.

JUIZADOS - O Encontro de Presidentes, que se estende até o final desta semana, discute ainda o funcionamento dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais em todo o País. Cada chefe de Judiciário, numa troca de

experiências, faz uma explanação dos resultados que esses núcleos vêm alcançando nos respectivos Estados.

Para Waldemir, os Juizados são uma inovação salutar. "Têm aproximado o povo da Justiça, sobretudo a população de excluídos". Apesar de apresentarem deficiências, uma vez que começam a acumular processos e audiências marcadas, o presidente do TJ entende que é a partir dessa avaliação nacional que muita coisa pode mudar para melhor.

Segundo afirma, é justamente por causa do sucesso que fazem que a demanda populacional tem crescido, ocasionando o retardamento

da solução dos litígios. A avaliação, de acordo com o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, é válida para que se façam os reajustes necessários.

Waldemir, que na segunda-feira estará de volta ao Recife, acrescenta que os Juizados Cíveis e Criminais serão alvo de reunião, no próximo ano, em Brasília. Com a participação do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Sepúlveda Pertence, a situação e o resultado dos Juizados serão novamente avaliados. Em Pernambuco, esses núcleos jurisdicionais mantêm uma média de 80% de conciliação entre as partes de um litígio de menor porte.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Des. Arthur Pio dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Fausto Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:
Lúcio Costa

Editor:
Lúcio Costa

Redatores:
Marcelo Oliveira, Roberto Tavares e
Christine Menezes

Fotografia:
João Barbosa

Diagramação:
Christine Menezes

Redação:
Praça Paulo Batista - 7º andar -
St. Antônio - Recife-PE - CEP
50.010-040 - Fone: (081)
224.3331/424-3811 - R. 300 -
Fax: (081) 224-3551



Instalação do Juizado Criminal, já em funcionamento na Ilha do Leite



Encege - A cidade do Recife sediou o VII Encontro Nacional dos Corregedores Gerais da Justiça, encerrado na última quarta-feira, no Recife Palace, em Boa Viagem. Os participantes discutiram, entre outros assuntos, "Súmula Vinculante" e "Processo e Julgamento dos Prefeitos". Na edição de amanhã, uma matéria sobre as conclusões do encontro e o resultado da eleição da nova Diretoria do Colégio de Corregedores.

BIBLIOTECA

1996

A. 1

ção da

nte rem
ta, de
o dom
col
no, que
e74, 4,
ne, o,
se de

00

1A

15

0

E

M

R

J

S

O

N

D

C

F

A

M

J

S

O

N

D

C

F

A

M

J

S

O

DIÁRIO OFICIAL



ANO XXXII

ANEXO

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 14 DE DEZEMBRO DE 1996 Nº 237

Encoge define sugestões para reforma processual



O presidente do Colégio de Corregedores Gerais da Justiça, des. José Fernando de Souza, falou sobre o Processo de Julgamento dos Prefeitos

tiça (ver matéria abaixo).

PREFEITOS

O presidente do Colégio de Corregedores Gerais da Justiça, desembargador

perante os Tribunais de Justiça. Antes da referida Constituição era o juiz que processava e julgava os prefeitos e o promotor re-

Tribunal de Justiça. Mesmo que sejam crimes comuns praticados no exercício da função, os prefeitos são processados e julgados pelos TJ's, até depois de terem concluído o mandato.

O desembargador José Fernando de Lima Souza defendeu que os Tribunais possam aplicar a Lei 9.099/95 nos processos da sua competência. "Nas ações penais originárias que tramitam perante o Tribunal de Justiça, como são os processos a que respondem os prefeitos, o TJ poderá aplicar a Lei 9.099/95. A lei criou no país a chamada "Infração de Menor Potencial Ofensivo", que são as contravenções e os crimes punidos com pena máxima privativa de liberdade de até um ano. Para a aplicação dessa lei foram criados os Juizados Especiais.

"No caso específico do Decreto-Lei 201, as in-

frações previstas no seu artigo 1º, o TJ não pode aplicar essas medidas despenalizadas previstas nessa lei", afirmou Lima Souza.

SISTEMA RECURSAL

Após a realização do painel sobre a "Racionalização do Sistema Recursal", os juízes Frederico Neves e Jones Figueiredo apresentaram proposições sobre o tema, que serão remetidas na próxima semana à Comissão de Reforma Processual, presidida pelo Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, do Superior Tribunal de Justiça.

Segundo os juízes Jones Figueiredo e Frederico Neves, a racionalização do Sistema Recursal compreende importante instrumento para o abreviamento das demandas, evitando que seja processada a realização do Direito. Foi com essa finalidade que eles elaboraram as proposições (ver box).



Corregedores Gerais da Justiça discutem temas polêmicos no VIII Encoge

gador José Fernando de Lima Souza, disse em sua conferência sobre "Processo e Julgamento dos Prefeitos", que a partir da Constituição de 88 os prefeitos respondem a proces-

quisitiva inquérito e oferecia denúncia.

Com base no Decreto-Lei 201/67, pela prática de crimes de responsabilidade, os prefeitos respondem a processos perante o

Com o objetivo de discutir questões de administração judiciária e políticas de agilização processual, o VIII Encontro Nacional de Corregedores Gerais da Justiça (Encoge), encerrado quarta-feira (11), no Recife Lucim Palace Hotel, em Boa Viagem, tratou de temas atuais e, até mesmo, polêmicos, como foi o caso da "Súmula Vincu-

lante" (assunto da edição de quarta-feira desta página do Poder Judiciário).

No último dia do encontro foi realizado um painel sobre "Racionalização do Sistema Recursal", seguindo-se uma conferência abordando o "Processo de Julgamento dos Prefeitos". No final ocorreu a eleição da nova Diretoria do Colégio de Corregedores Gerais da Jus-

Racionalização do Sistema Recursal

Resultado do painel sobre "Racionalização do Sistema Recursal", os juízes Jones Figueiredo e Frederico Neves elaboraram 11 proposições para serem enviadas ao Ministro do STJ, Sálvio de Figueiredo Teixeira, enumeradas abaixo:

Com remessa à Douta Comissão de Reforma Processual, presidida pelo Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira:

a) Ampliação do juízo de retratação do primeiro grau de jurisdição, oportunizando o reexame de sentenças de mérito, nas hipóteses de flagrantes erros de procedimento e



Os juízes Jones Figueiredo e Frederico Neves (dir.) vão encaminhar ao STJ proposições para Racionalização do Sistema Recursal



possam causar dano irreparável ou de difícil reparação e nos casos de denegação de seguimento de recursos de apelação;

d) Maior responsabilização do Recorrente no exercício do direito de recorrer, inibindo-se os recursos abusivos e protelatórios, com o decreto da litigância de má-fé;

e) Publicação do Acórdão na própria sessão de julgamento;

f) Supressão dos Embargos de Declaração para o pré-questionamento dos Recursos Especial e Extraordinário;

g) Exequibilidade provisória das decisões judiciais, como regra, res-

tringindo-se o duplo efeito das apelações;

h) Criação de Turmas Julgadoras do primeiro grau para a apreciação de recursos de apelação interpostos contra sentenças proferidas em ações de rito como o sumário, nas ações locais em geral, dentre outras;

i) Estabelecer a lei decisões irreversíveis respeitadas o duplo grau de jurisdição de instâncias ordinárias, pela espécie, natureza e valor;

j) Regulamentação do artigo 98, § único da Constituição Federal para a definição das ações de pequena relevância;

l) Concentração de atos na fase recursal.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lima
Vice-Presidente:
Des. Arthur Pio dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Tarcísio Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:
Lécio Costa

Editores:
Lécio Costa

Relatores:
Marcelo Glória, Roberto Timóteo
Chelene Mota
Fotografar:
Jozail Barbosa
Diagramação:
Colégio Titia

Redação:
Pórtico Paula Batista - 7º andar -
St. Antônio - Recife-PE - CEP
50.010-040 - Fone: (081)
224.5531/434-3831 - R. 308 -
Fax: (081) 234-3531

DIÁRIO OFICIAL



ANO XXXII

ANEXO

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 17 DE DEZEMBRO DE 1998 Nº 236



Representando o Poder Judiciário estadual, o presidente do TIPE, desembargador Waldemir Lins, integrou a comitiva de recepção ao presidente da Argentina, Carlos Menem, ao lado do vice-presidente da República, Marco Maciel, e do governador Miguel Arraes. Ladeado por Maciel e Arraes, Menem discursou durante a solenidade no Palácio do Campo das Princesas.

TJ vive espírito natalino

Já em clima de natal, o Tribunal de Justiça confraterniza-se hoje com seus funcionários. A festa ocorre a partir das 17h, no primeiro andar do Palácio da Justiça. Uma bênção especial do padre Expedito, do Colégio Nóbrega, marca o início da solenidade, organizada pela Associação das Esposas dos Magistrados de Pernambuco, tendo Sílvia Norões (foto) à frente. O evento conta com a participação do Coral do TJ e distribuição de cestas básicas a servidores carentes.



Tribunal inicia restauração do prédio-sede

Começaram, ontem, os trabalhos de recuperação da fachada do Palácio da Justiça. Os serviços foram iniciados pela colocação de andaimes na

frente e lateral do prédio. A obra, que inclui restauração de adornos, limpeza e pintura, deve ser concluída em cinco meses.

A recuperação do Tribunal é uma das metas prioritárias do desembargador-presidente Waldemir Oliveira Lins, através de convênio com a Fundação Phillips e Tintas Coral que, respectivamente, serão responsáveis pela coor-

denação dos trabalhos, doação de lâmpadas e pintura.

Datado de 1930, o Palácio da Justiça terá, dessa forma, a preservação de seu significado para a história pernambucana. Ganhará novas cores, selecionadas via computador, dentre as 600 existentes no catálogo da Coral. O bege será predominante, com detalhes em bege claro e branco.



Recuperação do Palácio resgata uma parte da história pernambucana

Juizado Cível beneficia população da Mata Sul

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, desembargador Waldemir Oliveira Lins, inaugura, hoje, o primeiro Juizado Especial Cível de Palmares. A iniciativa é resultado de convênio firmado

entre o Poder Judiciário e Prefeitura municipal, beneficiando cerca de 80 mil habitantes daquela Comarca. A solenidade está marcada para as 10h, contando com a presença do prefeito Ivanildo Pereira Alves e outras autoridades locais.

Itamar presidirá Colégio de Corregedores

O Colégio de Corregedores Gerais da Justiça terá, a partir do próximo ano, uma nova diretoria. Escolhido por aclamação, no dia do encerramento do VIII Encontro, realizado nesta cidade, o corregedor geral

da Justiça de Pernambuco, desembargador Itamar Pereira da Silva, será o novo presidente daquele órgão da magistratura nacional. O vice é o corregedor do Estado de Santa Catarina, desembargador João Martins.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Des. Arthur Pro dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Itamar Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:
Lúcia Costa

Editor:
Lúcia Costa

Redatores:
Marcelo Glauco, Roberto Tinetti e
Christine Mares

Fotografia:

João Barbosa

Diagramação:

Colleen Dias

Redação:
Praça Paulo Batista - 7º andar -
5º Andar - Recife-PE - CEP:
50.010-040 - Fone: (081)
324.3531/426-3811 - R. 308 -
Fax: (081) 324.3531

DIÁRIO OFICIAL



ANO XXXII

ANEXO

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 19 DE DEZEMBRO DE 1998 Nº 240

Inaugurado Juizado Especial de Palmares

O desembargador Waldemir Lins e o prefeito de Palmares, Ivanildo Pereira Alves, descerram a placa de inauguração do Juizado



Palmares, cidade-pólo da Mata Sul, com cerca de 80 mil habitantes, conta, a partir de agora, com um Juizado Especial Cível (JEC). Inaugurado terça-feira pela manhã, o

JEC daquela cidade foi possível graças a um convênio entre o Tribunal de Justiça e a Prefeitura local, que cedeu o prédio.

O Juizado Especial Cível de Palmares vai funcio-

nar em um turno, das 8 às 14 horas, tendo como coordenador o juiz instalador e diretor do Fórum daquela cidade, Paulo Victor Vasconcelos Almeida.

O JEC da Comarca dos

Palmares deverá aliviar as duas Varas Cíveis, que possuem juntas cerca de 1 mil processos. Com o funcionamento do Juizado, os processos cujo valor da causa não ultrapassem 40 salários

mínimos deverão ser da competência do mesmo, desafiando a Justiça comum.

O juiz instalador, Paulo Victor Almeida, ressaltou a preocupação que o presidente do TJ, desembargador Waldemir Oliveira Lins, tem com o aumento da prestação jurisdicional, salientando a importância do Juizado para o município de Palmares, beneficiando a comunidade carente e aproximando a população do judiciário.

Para o prefeito da cidade, Ivanildo Pereira Alves, o Juizado Especial Cível é uma conquista sem precedentes, parabenizando o desembargador Waldemir Oliveira Lins pela boa vontade.

"Considero a instalação do Juizado Especial como a maior conquista social do povo de Palmares. Nada é mais importante do que a garantia dos seus direitos, com a proteção de sua cidadania. Vemos isso através de um Juizado que tratará com eficiência e brevidade as questões mais íntimas do povo, que era uma realidade objetiva e concreta", ressaltou Alves.

Ao encerrar a solenidade de instalação do Juizado Especial Cível de Palmares - o 5º JEC do interior do estado -, o presidente do TJ, desembargador Waldemir Oliveira Lins, disse que a Justiça tem sido acusada de ser pouco acessível aos pobres e prestar um serviço moroso e custoso.

"A instalação do Juizado Especial Cível é uma res-

posta da Justiça à aspiração do povo. Com o Juizado, todos poderão bater à porta da Justiça, na certeza de que terão um serviço rápido, eficiente e sem custo", frisou Waldemir Lins.

Lins destacou ainda o empenho de sua equipe de assessores e da Prefeitura de Palmares para a concretização do JEC da cidade-pólo da Mata Sul. Presentes também à solenidade, o presidente da Câmara Municipal de Palmares, vereador Alexandre da Rocha Leão, os promotores de Justiça, Marcelino Uglete e Tatiana Antunes, os juizes da Comarca de Palmares, Evani Barros e Alde Lima, o secretário de Planejamento e Interior do TJ, Leovegildo Mota, o secretário-adjunto Judiciário, José Macambira, os assessores da Presidência do Tribunal, juizes Gabriel Cavalcanti Filho e Fernando Cerqueira, o juiz coordenador dos Juizados Especiais, Paulo Roberto Alves da Silva, e demais convidados que marcaram presença na instalação.

Natal do TJ: beleza e emoção

Realizado a presidência, assessores, magistrados, funcionários e promotores de serviços do Tribunal de Justiça, foi realizada, terça-feira, ao 1º andar do Palácio da Justiça, a festa de confraternização natalina do TJ.

Promovida pela Associação das Expos das Magistrados de Pernambuco (Aemape), presidida pela Sra. Sílvia Norões Lins, a festa foi repleta de belos momentos, culminando com a distribuição de ceias natalinas e brindes aos funcionários mais carentes.

A confraternização teve início com um jôgo de Natal, comandado pelo padre Expedito, do Colégio Nóbrega, para celebrar o nascimento de Cristo. A beleza do ato foi ressaltada pelo Coral do Tribunal de Justiça, regido pelo funcionário Ricardo Parias, que emocionou o público ao cantar Noite Feliz e encerrando apo-

teoricamente a participação com a música Amigos para sempre, interpretada pelo tenor José Carrara.

O presidente do TJ, desembargador Waldemir Oliveira Lins, falou em sua mensagem dirigida aos que fazem o Poder Judiciário pernambucano, que ao chegar o fim do ano é hora de refletirmos sobre tudo que fizemos nos 365 dias. Lins ressaltou a importância da solidariedade que tem que haver entre as pessoas, exaltando os valores cristãos. "Devemos fazer um esforço para que a humanidade seja menos conflituosa", encorajou Waldemir Lins, desejando a todos um Feliz Natal, destacando a sua esperança para que tenhamos dias melhores.

A presidente da Aemape, Sílvia Norões Lins, coordenadora da festa, ressaltou a importância do espírito natalino e que a confraternização



O desembargador Waldemir Lins e sua esposa, Sra. Sílvia Norões Lins, comandaram a confraternização natalina, terça-feira, no TJPE

natalina foi um momento de conagração de todos, sem distinção de função.

A equipe de organização da festa conseguiu que fossem distribuídas 154 ceias natalinas, destinadas aos funcionários mais carentes. Sílvia Norões Lins distribuiu simbolicamente uma ceia e a diretora de Recursos Humanos do TJ, Lúcia Magalhães, entregou as demais ceias.



A apresentação do Coral emocionou o público presente à festa de Natal do Tribunal de Justiça



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Des. Arthur Pio dos Santos Neto
Corregedor-Geral:
Des. Eustáquio Pereira da Silva
Assessor da Imprensa:
Lúcia Costa

Editor:
Lúcia Costa

Relatores:
Marcelino Uglete, Roberto Tavares e
Christina Mota

Fotógrafo:
Jonas Barbosa

Diagramação:
Celso Dias

Redação:
Pórtia Paula Brito - 7º andar -
5º Andar - Recife-PE - CEP
50.010-040 - Fone: (081)
324.1551/324.2811 - R. 390
Fax: (081) 324-3531

DIÁRIO OFICIAL



ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 20 DE DEZEMBRO DE 1996 Nº 241

Waldemir visita JC

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Waldemir Oliveira Lins, visitou, anteontem, a Empresa Jornal do Commercio, para desejar aos diretores e funcionários da mencionada organização jornalística votos de felicidade e prosperidade em 1997, e aproveitou a oportunidade para agradecer a colaboração do JC,



TV e Rádio Jornal na divulgação das atividades judiciais.

Waldemir Lins palestrou durante meia hora com o diretor-superintendente do JC, Eduardo Lemos, fazendo uma retrospectiva da atuação do TJPE no exercício que se finda. Acompanharam o visitante, os chefes das assessorias de Imprensa e Militar do TJPE, jornalista Lúcio Costa e coronel Emanuel Plácido.

Publicações do TJ entram no Diário Eletrônico

Numa parceria entre o Tribunal de Justiça e a Companhia Editora de Pernambuco (Cepe), algumas publicações do TJ já estão fazendo parte do Diário Oficial Eletrônico editado pela Cepe.

Desde o início da semana, a Diretoria de Informática do TJ está enviando, via Internet, as publicações dos departamentos Cível, Criminal e Distribuição Processual. Segundo a diretora de informática do Tribunal, Josiane Sedícias, no próximo mês todas as publicações do TJ farão parte do Diário Oficial Eletrônico produzido pela Cepe. A exceção ficará por conta dos documentos das Comarcas interiores. "Com a informatização das Comarcas, a expectativa é que estas transmitam suas

publicações a partir do mês de março do próximo ano", revelou Sedícias.

A primeira página do Diário Oficial do Poder Judiciário já está na internet desde o último dia 12, podendo ser acessada através do endereço da home-page do Tribunal de Justiça: <http://WWW.eologica.com.br/tjpe>.

VIAGEM INSTANTÂNEA

Em recente visita ao presidente do TJ, desembargador Waldemir Oliveira Lins, o presidente da Cepe, jornalista Eval-

do Costa, explicou a mudança que está sendo processada no Diário Oficial, produzido por aquele órgão. Segundo Evaldo Costa, estamos diante de uma nova tecnologia e Pernambuco está na dianteira, uma vez que é o segundo Estado a produzir eletronicamente o informativo oficial. O pioneiro no processo de edição eletrônica do D.O.E. foi o Estado de Minas Gerais.

O objetivo da visita de Costa ao chefe do Poder Judiciário foi buscar o apoio do TJPE, com vistas a englobar a to-

talidade dos órgãos na edição eletrônica do Diário Oficial. Segundo Evaldo Costa, a Cepe está disposta a colaborar para que o Tribunal se adapte ao novo sistema. "A minha expectativa é que em três meses possamos conseguir a totalidade dos órgãos que mandam suas publicações para a Cepe", revelou Costa, informando ainda que algumas instituições e repartições públicas já mandam suas publicações para a Cepe, via Internet, entre os quais, o Tribunal de Contas e o Gabinete do Governador.

Segundo revelou Evaldo Costa, com a edição eletrônica do D.O. 24 páginas do sistema antigo corresponderão a 12 páginas digitalizadas.

Isso representa uma economia de 50% no consumo de papel. Por enquanto, a edição antiga não será eliminada. Será substituída gradualmente à medida em que os órgãos se adaptem à nova realidade. Hoje, convivem as duas edições.

A transmissão do material dos órgãos ao seu destino - equipamentos da Cepe - se dará em segundos. "Ao reduzir praticamente à instantaneidade o intervalo de tempo entre a formalização dos atos oficiais e a sua publicação, o novo D.O. estará contribuindo para a melhoria de vida do cidadão, que busca a celeridade da Justiça e a eficiência da máquina administrativa", ressaltou Evaldo Costa.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidente:
Des. Arthur Pio da Silva Neto
Corregedor-Geral:
Des. Tauris Pereira da Silva
Assessor de Imprensa:
Lúcio Costa

Editor:
Lúcio Costa

Redatores:
Marcelo Glauco, Roberto Tavares e
Christine Menezes

Fotografias:
João Barbosa
Diagramação:
Celso Elias

Redação:
Rua Paulo Batista - 2º andar -
São Antônio - Recife-PE - CEP
50.010-040 - Fone: (081)
224.3331 / 224.3811 - R. 300 -
Fax: (081) 224-3331